



CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA FRANÇA

**A CANA-DE-AÇÚCAR E A
MOBILIDADE DA FORÇA DE
TRABALHO NO ESPAÇO
PERIURBANO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE
FORTALEZA - RMF**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITORA PRO TEMPORE

Josete de Oliveira Castelo Branco Sales

EDITORA DA UECE

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro | UFPE Maria do Socorro Silva Aragão | UFC
Eliane P. Zamith Brito | FGV Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça | UNIFOR
Homero Santiago | USP Pierre Salama | Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves | USP Romeu Gomes | FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto | UFF Túlio Batista Franco | UFF

SELO GEOGRAFIA

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Edilson Pereira Júnior
Prof. Frederico Holanda Bastos Editor sub-chefe
Prof. Luiz Cruz Lima – Editor-chefe
Prof. Marcos José N. de Souza
Prof. Otávio Lemos
Prof.a. Zenilde B. Amora

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Antonio Carlos de Barros Correa – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Antonio Thomaz Jr. – Universidade Estadual de São Paulo – Presidente Prudente
Prof.a. Beatriz Ribeiro Soares – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. François Bétard – Université Paris-Didert França
Prof. Ping Wang – University of South Florida - USA
Prof. Roberto Lobato – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof. Ruy Moreira – Universidade Federal Fluminense
Prof. Sérgio Claudino – Universidade de Lisboa - Portugal
Prof.a. Tiffany Briggs – Florida Atlantic University - USA
Prof.a. Vanda Claudino Sales – Universidade Federal do Ceará



CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA FRANÇA

**A CANA-DE-AÇÚCAR E A
MOBILIDADE DA FORÇA DE
TRABALHO NO ESPAÇO
PERIURBANO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE
FORTALEZA - RMF**

1ª Edição
Fortaleza - CE
2020

ED
UECE

3



A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da região metropolitana de Fortaleza - RMF

© 2020 *Copyright by* Cristiane Ferreira de Souza França

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

Capa e Seleção de Texto

Madson dos Santos Costa

Imagens

Cristiane Ferreira de Souza França
(Registros de campo de 2016 em Pindoretama)

Diagramação

Narcelio Lopes

Revisão de Texto

Autora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

França, Cristiane Ferreira de Souza
A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF [livro eletrônico] / Cristiane Ferreira de Souza França. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Editora da UECE, 2020.
PDF

ISBN 978-65-86445-50-3

1. Cana-de-açúcar 2. Ciências sociais 3. Espaço urbano 4. Força de trabalho 5. Mobilidade 1. Título.

21-54483

CDD-306.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho : Condições sociais : Sociologia 306.3

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Aos meus queridos pais, Sr. Leonardo e Dona Margarida, por tudo o que lhes foi negado... E por toda dedicação, carinho e amor a nós (filhos) dispensados.

À minha grande amiga e “irmã de luz” que a vida deu de presente Cláudia Grangeiro (*In Memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À Deus, por todas as bênçãos concedidas, que permitiram-me chegar até esse momento, ou seja, a publicação de minha tese de doutorado defendida no ano de 2017, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PropGeo da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Ao Programa de Educação Tutorial – PET de Geografia que viabilizou não só concluir a graduação pela concessão da bolsa de estudos, possibilitando ainda que vivenciasse de fato a Universidade, como me influenciou a encarar a pós-graduação em Geografia, desbravando continentes outrora desconhecidos, e, até mesmo, inesperados. Meus sinceros agradecimentos aos tutores do Programa, no período de minha permanência (2006-2009), o Professor Edilson Alves Pereira Júnior e a Professora Cláudia Maria Magalhães Grangeiro (*In Memoriam*) e a todos os petianos e petianas com quem convivi no âmbito do Programa. Foi um lugar de muitos aprendizados.

Ao grupo de pesquisadores, do qual faço parte, desde 2008, no Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade – LEURC, vinculado ao curso de Geografia da UECE.

À coordenadora do LEURC, a Professora Doutora Zenilde Baima Amora, que desde meu ingresso no mesmo, me acolheu de braços abertos e até hoje acompanha meus passos na pós-graduação e a quem rendo minha gratidão, não só pela orientação na vida acadêmica, mas também pela amizade a mim conferida e que é recíproca. Registro ainda minha admiração a essa profissional tão séria e comprometida.

Um agradecimento especial vai para minha querida Cláudia Grangeiro (*In Memoriam*), porque foi muito mais do que tuto-

ra ou professora, foi uma grande amiga. Agradeço muito à vida por ter colocado ela no meu caminho, foi uma amiga de uma grandiosidade incalculável. Ensinou muito sobre a vida e, sobretudo, sobre ser humano; para mim também foi uma verdadeira irmã de luz, reciprocamente, como um dia ela me identificou.

Durante nosso percurso, e em momentos específicos da minha tese, contei ainda com a colaboração de Cintielena Holanda, Nislene Nascimento, Heronilson Freire e Ícaro Paiva. Meu muito obrigada a todas e todos!

Rendo meus agradecimentos derradeiros a outras Instituições, que foram imprescindíveis no percurso trilhado na produção da minha pesquisa, e onde encontramos pessoas muito solícitas que não mediram esforços em contribuir conosco. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas pessoas de Rita Alencar, Tereza Aguiar e Cristina. Ao Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, nas pessoas de Eridan Teixeira e Reginaldo Aguiar. Ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, na pessoa de Cleyber Nascimento. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida.

Imprescindível também foi o apoio incondicional da minha família, meu pai, Sr. Leonardo, minha mãe, Dona Margarida, e irmãos Denilson, Alex, Lidiane e Bruno. Às minhas tias guerreiras, Dona Nazaré e Tia Ceíça. À minha sogra Dona Fátima e ao meu companheiro Heródoto França, por seu cuidado, carinho e compreensão.

Por fim, quero agradecer a cada trabalhador que, nos Municípios de Aquiraz, Pindoretama e Maranguape (na Comunidade do Rato) abriram as portas de suas casas ou mesmo pararam de realizar o corte da cana para contribuir comigo. Estes trabalhadores me ensinaram muito por via de suas trajetórias de vida e profissional. A estes minha gratidão.

“O capital derruba e quebra todas as barreiras jurídicas ou tradicionais que o impedem de comprar a seu bel-prazer esta ou aquela espécie de força de trabalho ou de se apropriar deste ou daquele gênero de trabalho [...] a mobilidade do capital implica que ele próprio seja indiferente à natureza particular do processo de trabalho de que se apropria”.

(Marx).

PREFÁCIO

Prefaciara uma obra cuja finalidade é apresentá-la ao leitor, e que resulta de uma tese de doutorado, agora consubstanciada em livro, no caso em apreço, de autoria de Cristiane França, constitui para mim dupla satisfação. Primeiro, porque me congratulo com a iniciativa desta publicação a qual revela as descobertas inerentes ao processo investigativo, as escolhas teórico-metodológicas, o trato com o empírico, além das contribuições resultantes da pesquisa que tem por título: “A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF”. E, ainda, por ter sido a orientadora da autora, de modo que aproveitei o ensejo para realçar seu empenho em relação ao debate teórico, a ética no relacionamento com o empírico e, sobretudo, o seu compromisso com uma geografia engajada na atividade de transformação do mundo.

Valendo-me da condição de orientadora da tese, reforço não só, a vontade, mas, também, o compromisso em tecer estas considerações. Conheço Cristiane desde que fui, também, sua orientadora de mestrado, momento em que despertou para a pertinência explicativa do conceito de mobilidade no âmbito da reflexão geográfica. Foi, entretanto, no doutorado que ela alçou voo mais elevado, ao refletir sobre a mobilidade da força de trabalho, constituindo sua narrativa tendo por foco os trabalhadores ocupados na cana-de-açúcar no litoral leste cearense. Ao se debruçar sobre essa temática, apoiou-se na vertente interpretativa que tem por base a mobilidade da força de trabalho nas suas relações com o capital. Assim, estabeleceu nexos e correlações nas sendas da Economia, da História, da Sociologia, entre outras, mas sem perder de vista a essência da abordagem geográfica em sua vertente social crítica.

Louvo a iniciativa da Cristiane, como pesquisadora, na escolha do objeto empírico da tese, agora livro, haja vista que a cultura da cana-de-açúcar, apesar de sua relevância no passado, embora muito menor atualmente, despertou pouca atenção dos estudiosos cearenses, pelo menos dos geógrafos mais jovens, de modo que são raras as referências conhecidas sobre o tema. Acredita-se que isso decorre, em parte, da relevância assumida, historicamente, pela pecuária e o cultivo do algodão, bem como de sua comercialização, na formação socioespacial do Território cearense. Sendo essas atividades econômicas dominantes no Ceará, por mais de um século, era natural que despertassem maior interesse entre os estudiosos e, também, pelos desdobramentos da pecuária e da cultura do algodão na constituição de sua rede urbana, justificando a priorização destas temáticas como objetos de pesquisa em Geografia Humana.

Diferentemente da Zona da Mata pernambucana, que, como sabemos, tem destaque secular no cultivo da cana, para a produção de açúcar em larga escala, no Ceará, o cultivo dessa planta se deu de maneira mais reduzida e destinou-se à produção de rapadura, em pequenos engenhos. A rapadura, alimento tradicional na dieta dos nordestinos durante décadas, perdeu essa condição com o fechamento dos pequenos engenhos e em consequência das mudanças nos hábitos alimentares, com o advento da industrialização e urbanização brasileiras.

Ao se reportar à importância da rapadura nos hábitos alimentares dos trabalhadores rurais nordestinos, Cristiane vai em busca, embora de modo restrito, do resgate dessa memória, não se remetendo a uma perspectiva saudosista, mas com o compromisso de explicar o sentido que teve esse bem alimentar e econômico na sociedade e cultura cearenses.

Nesta obra, o leitor encontra figuras ilustrativas de engenhos de rapadura, situados à extensão da rodovia estadual CE 040, considerada rota turística para o litoral leste do Ceará e que corta os Municípios de Aquiraz e Pindoretama, tradicionais produtores do bem sob comentário. São remanescentes de antigos estabelecimentos que foram adaptados para receberem turistas, onde são expostos produtos derivados da cana, principalmente a rapadura. Nesses locais o visitante, ainda, aprecia suas modalidades de funcionamento.

O cultivo da cana-de-açúcar, no Ceará, destina-se também à produção de aguardente, e, do período áureo de sua produção, ficou um rico patrimônio arquitetônico. As instalações da antiga usina de aguardente Colonial, fundada nos anos de 1920, na cidade de Aquiraz, deu lugar a um complexo de lazer e turismo. Este está representado no livro, por meio de fotografias, que a exemplo do registro dos pequenos engenhos de rapadura, emerge na pesquisa como resultado da dialética entre passado e presente.

Voltando, porém, ao ponto central do livro que tem por foco a cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza, convém destacar as contribuições da autora que transcendem ao enfoque histórico e ao legado patrimonial deixado pela cultura canavieira no Ceará.

Neste sentido, considera-se um ponto alto das análises contidas nesta obra, o resgate da distribuição da cultura da cana-de-açúcar no Território cearense, suas modalidades de cultivo, comercialização e relações com o capital. O destaque, porém, é para a mobilidade do trabalhador na qualidade de força de trabalho ocupada nesta atividade, marcada pela sazonalidade, mas também por momentos de crises e mudanças que caracterizam a cultura canavieira. A autora, ao esquadriñar as

relações laborais em um contexto de precarização, ultrapassa a abordagem empírica. Na busca da totalidade, faz incursões pelo teórico, dialogando com autores clássicos e contemporâneos, entre os quais os que se ocupam com a centralidade do trabalho e sua pertinência atual.

O recorte empírico delineado por Cristiane, o litoral leste do Ceará, precisamente os Municípios de Aquiraz e Pindoretama, que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, são espaços híbridos onde se misturam atividades agrícolas e ações urbanas – estas com o predomínio de ocupações informais, traços comuns na metropolização periférica. Pindoretama está incluído entre os municípios metropolitanos com maior percentual de atividades rurais (25%). Quanto às taxas de urbanização, a de Aquiraz atingiu o patamar de 97,37% e a de Pindoretama de 60,38% (IBGE 2010), indicando diferenças entre eles, mas, no que tange à correlação entre atividades agrícolas e urbanas, ambos evidenciaram transformações na conjugação entre rural e urbano.

Com amparo nessa percepção, a autora lança mão do conceito de periurbanização abrindo mais essa possibilidade analítica visando a apreender as novas configurações socioespaciais, sem esmaecer o protagonismo da mobilidade do trabalho nas relações rural/urbano. Pensando assim, Cristiane não tem receio de ousar, levantando questionamentos de cunho mais conceitual, embora ainda com algumas imprecisões, mas desafiadores do ponto de vista das possibilidades interpretativas.

Ancorada em bases teórico-analíticas, Cristiane não reduz o espaço metropolitano ao recorte espacial político-administrativo. Vai além, ao considerá-lo como *locus* da acumulação de capital, mas dialeticamente prenhe de contradições, isso porque, em suas palavras, a maior parte dos trabalhado-

res está imersa em relações informais de trabalho, além de se manterem em luta constante pela sobrevivência.

Concluindo essas breves considerações, registro, mais uma vez, o meu apreço pela autora e a importância deste livro, reiterando o desejo que ele contribua, com vistas à reflexão, e que venha a inspirar novos trabalhos.

Zenilde Baima Amora

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PropGeo, da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
PREFÁCIO.....	9
1 INTRODUÇÃO	16
2 CATEGORIA TRABALHO: INTRODUÇÃO A UMA DISCUSSÃO	29
2.1 A CATEGORIA TRABALHO E SUA PERTINÊNCIA NA ATUALIDADE	30
2.2 A CATEGORIA TRABALHO NA REFLEXÃO GEOGRÁFICA.....	52
2.3 A CONSTITUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	63
2.4 A CONSTITUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CEARÁ	73
3 A FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	90
3.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: SUA CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	91
3.2 AS OCUPAÇÕES FORMAIS NA RMF	103
3.3 AS OCUPAÇÕES INFORMAIS NA RMF.....	126
3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO CEARÁ E, ESPECIFICAMENTE, NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – RMF.....	129
4 - A CANA-DE-AÇÚCAR E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CEARENSE: OS MUNICÍPIOS DE AQUIRAZ E PINDORETAMA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.143	
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE CIDADE, CAMPO E URBANO, RURAL	144
4.1.1. Considerações sobre o rural e o urbano no Brasil; suas definições.	150
4.1.2 A noção de periurbano	160
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE AQUIRAZ E PINDORETAMA.....	163
4.2.1 A relação urbano-rural em Aquiraz e Pindoretama	169
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ.....	175
4.3.1. A cana-de-açúcar no Ceará: espacialização da produção	183
4.3.2 A cultura de cana-de-açúcar e seus derivados no Cariri	191
4.3.3 A cultura da cana-de-açúcar no planalto da Ibiapaba	209
4.3.4 O litoral cearense e a cultura da cana-de-açúcar	211

5. A CANA-DE-AÇÚCAR E A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO LITORAL LESTE DA RMF	227
5.1 A CANA-DE-AÇÚCAR, OS ENGENHOS E A MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM AQUIRAZ E PINDORETAMA	228
5.2 A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS.	240
5.2.1 A mobilidade da força de trabalho dos trabalhadores da cana-de-açúcar em Aquiraz e Pindoretama	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIAS	282
ANEXOS	296
ANEXO A: PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR POR ESTADOS BRASILEIROS, 1970, 1980 E 1989.	296
ANEXO B: ATO EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DA VIDA E DO AMBIENTE.	299

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa, agora em formato de livro, constitui um estudo sobre a atividade da cana-de-açúcar no litoral leste da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF tendo, mais especificamente, como foco a mobilidade intrínseca à prática dessa cultura agrícola. Elegemos como recorte empírico os Municípios de Aquiraz e Pindoretama, tendo em vista que a cana ainda hoje se expressa na paisagem desses municípios e na vida de seus habitantes. Partimos de uma análise mais geral para entendermos melhor como essa atividade econômica chegou e se desenvolveu no Ceará.

No primeiro momento, nossa proposta de estudo poderia causar estranheza, haja vista o fato de que a cana-de-açúcar não foi considerada, até mesmo pelos estudiosos cearenses, como uma atividade de maior expressão econômica no Ceará. Isto não significa, porém, que a sua importância seja menor, pois ela esteve, durante muito tempo, vinculada à vida do sertanejo, seja como meio de trabalho seja, pelo que representou a rapadura na sua alimentação.

Talvez a pouca atenção concedida a esse tema, e também sua ocultação dos compêndios escolares, estejam relacionados ao que Josué de Castro exprime na introdução de sua obra “Geografia da fome”: “[...] ao lado dos preconceitos morais os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno”. (2008, p.13). Até que ponto falar da importância da cana-de-açúcar como elemento do cotidiano do nordestino poderia remeter ao descaso a que a maior parte desses homens e mulheres foram submetidos pelas históricas desigualdades sociais? Como bem sabemos, produção, distribuição e consumo de produtos alimentares não é mera questão econômica.

Desse modo, reforçamos a importância da cana-de-açúcar, não só na economia, mas também na constituição social do sertanejo, bem como na divisão inter-regional do trabalho, se considerarmos a rapadura, esse subproduto da cana, como bem de consumo das populações da Zona da Mata canavieira e do Sertão Nordeste.

A cana-de-açúcar não tem, hoje, a mesma importância que teve no passado. Áreas historicamente grandes produtoras de rapadura, aguardente, e mesmo de açúcar, como o Cariri cearense, e parte do litoral, entraram em declínio, mas ainda se identificam municípios produtores no litoral, áreas de serra e, mais recentemente, o Baixo Jaguaribe. No litoral, destacam-se, por ordem de importância e, de acordo com hectares produzidos, no ano de 2014, os seguintes municípios: São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Paraipaba, Aquiraz e Pindoretama.

No Ceará, a cana-de-açúcar teve papel significativo na instalação de grandes destilarias e pequenos engenhos de rapadura que se distribuíram em três das suas unidades geoambientais¹: altos planaltos sedimentares (planalto da Ibiapaba e chapada do Araripe), maciços residuais (serras úmidas) e tabuleiro pré-litorâneo. Atualmente a produção significativa da cana-de-açúcar é a cachaça que inclusive está sendo exportada; e o espaço hoje, ocupado pela cana é o litoral leste, o litoral oeste da RMF, as serras úmidas e Jaguaruana.

Conforme já referido, o nosso recorte empírico é o litoral leste, o que se justifica por ser um tradicional espaço da produção da cana-de-açúcar, mas que ainda hoje se destaca no conjunto das áreas produtoras do Ceará. Esse espaço teve a influência de duas destilarias que se instalaram em Aquiraz, uma

1 O Ceará possui oito unidades geoambientais, segundo Souza (2007), que as delimitou tendo por base a “[...] a natureza geomorfológica que sintetiza o conjunto dos componentes geoambientais”. (P. 128).

nos anos de 1920, e a outra, nos anos de 1980, bem no limite com o Município de Pindoretama. Caracterizou-se, também, aquela área pelo funcionamento de numerosos pequenos engenhos de rapadura, que foram desaparecendo, mas que ainda hoje permanecem na paisagem e são remanescentes da época áurea da cana-de-açúcar e que se tornaram atrativos turísticos, mas que também produzem em quantidades menores para abastecer o mercado local.

Diante desse quadro, cabe uma reflexão sobre o trabalho na cana-de-açúcar, porquanto sabemos que essa é uma atividade sazonal que emprega grande quantidade de trabalhadores na época de corte, além da mão de obra vinculada à agroindústria e aos engenhos, cujo trabalho tem caráter mais artesanal. Desse modo, indagamos: quais as características da força de trabalho vinculada à cana-de-açúcar, tendo por base os municípios produtores de Aquiraz e Pindoretama? Como se dá a mobilidade da força de trabalho no âmbito produtivo e no contexto metropolitano? Quais as transformações mais evidentes nas relações de trabalho decorrentes da atividade agroindustrial?

Nosso objetivo foi compreender a mobilidade e as mudanças nas relações de trabalho na atividade canavieira que se desenvolve ainda hoje nos Municípios de Aquiraz e Pindoretama, atualmente pertencentes à RMF, enfocando a permanência de atividades agrícolas no espaço metropolitano e as transformações no uso da terra.

Ressaltamos, ainda, que o estudo dos trabalhadores vinculados à cana-de-açúcar nos remeteu também a pensar a relação urbano/rural nesse espaço delimitado oficialmente como Região Metropolitana de Fortaleza, indagando-se até que ponto o cabedal teórico disponível na Geografia e ou Ciências Humanas e Sociais, em geral, é capaz de nos propiciar o entendi-

mento do que está imbricado nessa relação. Deparamos tanto trabalhadores que estabelecem relações de produção, comuns ao espaço rural cearense, como rendeiros e meeiros, quanto trabalhadores que exercem uma contínua mobilidade da força de trabalho entre os diversos setores da economia.

Nossa tese é que a cana-de-açúcar no Ceará foi uma cultura agrícola relevante do ponto de vista socioeconômico e cultural, tendo se destacado no passado, mas, que ainda hoje, embora em menor proporção, mobiliza recursos e mão de obra. A cana-de-açúcar traz intrínseca a mobilidade que se estabelece como mobilidade espacial, mas que não se resume a essa condição, uma vez que ela se dá entre setores da economia em ambientes marcados pela conjugação de atividades rurais urbanas.

Do ponto de vista do método, entendemos que somente com origem numa reflexão dialética é que é possível apreender o real, pois é preciso partir da aparência dos fenômenos para se chegar à essência. Dai retornamos à aparência refletida, pensada, concreta. Esse movimento faz-se possível porque a apreensão do real não se exprime como abstração ou representação fruto da imaginação especulativa, e só se torna possível pela própria “[...] atividade prático-sensível” (KOSIK, 2002, p.13). Intentamos tornar esse raciocínio plausível para que pudéssemos apreender a realidade que esboçamos.

Como ensina Kosik (2002, p.8), as duas qualidades da práxis humana no pensamento dialético, que são a representação e o conceito da coisa em si², colaboram para posicionar o pesquisador na condição, não de mero espectador da realidade, e de sua consciência cognoscente, mas o situa como ser histórico “[...] que age objetiva e praticamente” em sua relação

2 Segundo Lefebvre (1991 [1969], p. 65) a “coisa em si” é uma expressão kantiana que designa a realidade absoluta.

com a natureza e com os outros seres históricos que se com-
põem em sociedade, tendo em vista os interesses no conjunto
das relações sociais.

Consideramos imprescindível a compreensão de que as
modalidades fenomênicas desligadas de suas conexões obs-
curecem a compreensão dos processos e conduzem à acritici-
dade, que, para Kosik se exprime como

[...] práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão
do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hie-
rarquia de posições sociais que sobre ela se ergue. Nesta
práxis se forma tanto o determinado ambiente material do
indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a
aparência superficial da realidade é fixada como o mundo
da pretensa intimidade, da confiança e da familiaridade em
que o homem de move “naturalmente” e com que tem de
si avir na vida cotidiana. O complexo dos fenômenos que
povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da
vida humana, que, com a sua regularidade e imediatismo e
evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes,
assumindo um aspecto independente e natural, constitui o
mundo da *pseudoconcreticidade*”. (2002, pp.14-15).

A pseudoconcreticidade possui duplo sentido, segun-
do o referido autor, já que o fenômeno mostra e esconde ao
mesmo tempo a essência das coisas. Nesse sentido, enganosa-
mente, a essência se manifesta no fenômeno de modo parcial,
ou apenas sob certos aspectos, enquanto o fenômeno indica
algo que não é ele mesmo. Kosik ensina que a apreensão do
real se dá pela compreensão de que fenômeno e essência são
partes constitutivas da coisa em si. Em suas lições,

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar
e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenô-
meno, e como ao mesmo tempo se esconde. Compreender
o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a
sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível.
No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico
da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é consi-

derado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece. (...) a realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tão irreal quanto à essência, no caso em que se apresentem isolados, e em tal isolamento, sejam considerados como a única ou "autêntica" realidade. (Op. Cit., p. 16).

Na perspectiva dialética só se perfaz conhecimento com a decomposição do todo, que é a separação entre fenômeno e essência, superando o senso comum, com o objetivo de ultrapassar a pseudoconcreticidade por via de um pensamento que se livra das feiticizações do mundo ideal, em contraposição à busca do mundo real que é aquele da práxis humana, onde os homens por intermédio da relação entre si e com a natureza, metabolizada pelo trabalho constituem sua sociabilidade. Nas palavras de Kosik,

É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. (...) é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como *produtos* do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. (...) a destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez e para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza. (Op. Cit., p. 23).

Já para Lucáks (1978), no esforço de apreensão da realidade, devemos levar em consideração a diferença entre o conhecimento e a própria realidade, pois o caminho, cognoscitivamente necessário, que vai dos "elementos" obtidos pela abstração até o conhecimento da totalidade concreta é somente a trilha do conhecimento, e não da própria realidade. E a realidade, em segundo lugar, é composta de interações reais e concretas desses "elementos", no contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade graduada. (LUCÁKS, 1978). E destaca, ainda, referido autor, que o ponto de partida fundamental é a

compreensão de que o universal, o particular e o singular são categorias cruciais na busca da apreensão do real, que não se confundem entre si, estando em constante movimento. Consoante leciona o filósofo,

O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado. Ele é, porém, um membro intermediário com características bastante específicas. (P. 112).

A apreensão do particular contribui para que possamos realizar uma aproximação crítica do real, uma vez que nos leva a não superestimar o universal, fazendo da teoria uma camisa de força ou evitando ainda o outro extremo que é superestimar o singular, o que, por sua vez, nos faria perder as conexões escalares do movimento do real. Para o autor,

Na particularidade, determinação e na especificação, portanto, está contido um elemento de crítica, de determinação mais próxima e mais concreta de um fenômeno ou de uma lei. É uma concretização crítica, obtida graças à descoberta das reais mediações para cima e para baixo na relação dialética de universal e particular. Apenas nesse sentido deixam de surgir equívocos, ou seja, quando na particularidade nós virmos, pelo menos em igual medida, tanto um princípio de movimento do conhecimento quanto uma etapa, um momento do caminho dialético. (P. 117).

Trazendo a reflexão para o âmbito de entendimento da produção do espaço, entendemos que o estudo das particularidades nos leva inevitavelmente a refletir sobre o papel que os lugares desempenham, fragmentada, e ao mesmo tempo, articuladamente, no processo de acumulação capitalista, e, precisamente, nos conduz a pensar a diferenciação socioespacial. Para Carlos (2007), a ideia de diferenciação socioespacial encaminha à compreensão da produção do espaço como

prática social, que considera o papel da divisão espacial do trabalho como elemento articulador/diferenciador dos lugares, entendendo que vivemos numa sociedade de classe que diferencia seus membros desde o lugar que ocupam, tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada. E assevera que a “[...] a diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente a escala do lugar”. (P. 48). Harvey (2004) considera que as diferenças geográficas entre os lugares são mais do que histórico-geográficas, pois também político-econômicas e, ainda, que a concepção de desenvolvimento geográfico desigual está assentada nas mudanças de escalas e na produção das diferenças geográficas.

Aproveitando esses ensinamentos, e já destacando nosso embasamento teórico, ressaltamos as principais categorias, conceitos e temas do nosso estudo. No que tange à categoria trabalho, nos embasamos, inicialmente, em autores clássicos que historicamente reconheceram essa categoria como ontológica: Marx (2003; 2013); Engels (2004); Lucáks (2012; 2013); em seguida realizamos uma contraposição com autores que nos anos de 1980 rechaçaram esse caráter ontológico atribuído pelos autores clássicos, a exemplo de Gorz (1980) e Offe (1989). Em seguida, tomamos por suporte autores contemporâneos que reforçaram a importância da categoria trabalho, reconhecendo o seu novo conteúdo na contemporaneamente, demonstrando que esta categoria não perdeu sua validade, como são os casos de Antunes (2004; 2007; 2009); Teixeira e Frederico (2009); Harvey (1992) e Chesnais (1994). Já no que tange à reflexão sobre o trabalho na Geografia, nos apoiamos em Moreira (2007; 2008; 2008b); Thomaz Júnior (2002; 2007; 2014) e Harvey (2004).

Quanto à mobilidade da força de trabalho, um dos conceitos - chave que compõe nosso arcabouço teórico nos arremamos em Gaudemar (1977), Peliano (1990), Marx (2012) e Harvey (2005).

Sentimos ainda a necessidade de caracterizar melhor a Região Metropolitana de Fortaleza (onde estão os municípios sob análise) sua constituição e características, sobretudo no que concerne à sua força de trabalho. Do ponto de vista mais teórico, nos amparamos em: Costa e Amora (2015); Gouvêa (2005) Dantas e Queiroz (2008) Souza (2013) Souza (2006).

Ainda desenvolvemos algumas considerações sobre os conceitos: rural/urbano campo/ cidade, e os embates teóricos que os envolvem. Para tanto, recorremos aos ensinamentos de Lefebvre (2001, 2004); Santos (2012); Wirth (1967); Carneiro (2012); Wanderley (2012); Rua (2013); Ferreira (2002); Santos e Hespanhol (2013); Monte-Mór (2007); Lencioni (2014); Binsztok (2012); Endlich (2006) entre outros. Quanto aos conceitos de periurbano/periurbanização nos sustentamos em: Schneider (2004); Jean e Calenge (1997) e Pereira (2013).

Por fim, para cuidarmos, especificamente, da cana-de-açúcar, nos referenciamos em Prado Júnior (2008); Schwacz e Starling (2015); Andrade (1994) Oliveira (1977), que trataram da cultura canavieira no Brasil, e em Martins (2008) Guabiraba (1989); Brasil (1977); Girão (2000); Heredia (1988); Figueiredo Filho (1958); Barros (1967); Brito (1985); Gonçalves (2011) e Duarte (2012), autores que, realizaram estudos e pesquisas que, de alguma forma, abordaram a atividade canavieira no Ceará, revelando suas especificidades.

Concomitantemente ao nosso levantamento bibliográfico, construímos um banco de dados secundários que pudessem nos auxiliar a caracterizar não só a produção agrícola muni-

cipal do Ceará, mas também as atividades urbano-industriais da Região Metropolitana de Fortaleza. Nesse sentido, intentamos demonstrar a dinâmica do emprego formal e informal no espaço metropolitano de Fortaleza, mas, sem termos a intenção de reduzir o conceito de força de trabalho a emprego, embora tenha sido este o nosso ponto de partida.

Como fontes de dados, reportamo-nos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT; Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará – IPECE, e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. No âmbito do IBGE, nos apoiamos no Banco de Dados Agregados/Sistema de Recuperação Automática – SIDRA; nos censos decenais e agropecuários e, ainda, na Pesquisa sobre produção pecuária municipal. Outra fonte imprescindível para nós foram os dados do Ministério do Trabalho e Emprego através do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Contamos, ainda, com as publicações do IDT sobre o emprego no Ceará, e na RMF, em particular; e, por fim, no DIEESE fizemos uso das publicações referentes a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza.

Nossa investigação constou, ainda, de trabalho de campo por meio da qual obtivemos informações primárias, relativas à mobilidade da força de trabalho na produção canavieira nos Municípios de Aquiraz e Pindoretama. Optamos por trabalhar com entrevista estruturada, que consta de perguntas previamente elaboradas de caráter mais norteador, porém criando um ambiente propício a uma confiança maior do trabalhador, para que ele pudesse expor livremente aspectos de sua vivência de trabalho, de modo a constituirmos suas traje-

tórias profissionais e de vida. Escolhemos a entrevista por ser esta uma técnica de pesquisa que, bem aplicada, propicia a obtenção de informações não disponíveis nos bancos de dados convencionais e, ainda, por ser a técnica mais utilizada no âmbito das Ciências Sociais, permitindo ao pesquisador aprofundar suas indagações (GIL, 2007).

Entrevistamos ao todo 33 pessoas que estiveram envolvidas com a atividade canavieira nos municípios elegidos para o nosso estudo, dentre os quais: um senhor responsável pelo recrutamento dos trabalhadores para o corte de cana, denominado “gato”. Ele nos forneceu informações valiosas que nos proporcionaram refletir sobre a força de trabalho mobilizada para o corte da cana. Além deste senhor, entrevistamos dois produtores proprietários de terra; dois produtores arrendatários e 28 trabalhadores que atuaram e/ou atuam no corte de cana.

A pesquisa de campo foi realizada em Aquiraz, Pindoretama e, ainda, em Maranguape, precisamente da Comunidade do Rato. A razão da comunidade do Rato ter feito parte da pesquisa decorreu do fato de muitos trabalhadores recrutados nos anos de 1980, 1990 e 2000, pela empresa Ypióca, serem moradores daquela comunidade e, portanto, terem sido muito representativos nas décadas consideradas.

As informações obtidas, em contato direto com os sujeitos envolvidos, serviram à elaboração de uma base cartográfica na qual foi possível espacializar a produção da cana-de-açúcar no Ceará, a circulação da mercadoria rapadura, e a mobilidade dos trabalhadores do corte da cana, propiciando uma leitura de síntese, que não teria sido possível sem o uso dessa técnica.

Nosso livro consta de seis capítulos, incluindo-se a introdução e as considerações finais. No segundo, nos esforçamos por demonstrar que o trabalho ainda ocupa centralidade no

cotidiano da maior parte da população mundial, muito embora tenha assumido novos conteúdos, daí o sentido do debate e do diálogo com autores que assumem posições divergentes, mesmo que tenhamos lidado com modalidades de trabalho precarizado e caracterizado pela informalidade, tivemos que partir da categoria trabalho para melhor entender a situação desses sujeitos nesse contexto mais geral. Enfocamos, ainda, o debate sobre a categoria trabalho no âmbito da Geografia, chegando à conclusão de que esta ciência esteve historicamente à margem do debate nos seus primórdios, mas que, nas últimas décadas, autores como Ruy Moreira e Thomaz Júnior contribuem para a consolidação de uma Geografia que inclui o trabalho como categoria de análise. Prosseguimos esse capítulo demonstrando as especificidades na conformação da força de trabalho no Brasil e no Ceará, comprovando, por fim, a importância que assume a RMF como *locus* de concentração da força de trabalho neste estado.

No capítulo 3 realçamos ainda mais o papel da RMF no processo de acumulação de capital e, nesse sentido, destacamos sua importância na concentração das atividades produtivas, de população e da força de trabalho no Território Cearense. Discorremos sobre sua constituição e caracterização, destacando, ainda, que, embora haja prevalência das atividades urbanas, as culturas agrícolas, como a produção de cana-de-açúcar, ainda são atuantes e por isso, requerendo nossa atenção.

No quarto capítulo demonstramos as especificidades da cultura da cana-de-açúcar no Ceará, mostrando sua relevância e destacando a participação de Aquiraz e Pindoretama como municípios onde tradicionalmente esta cultura é desenvolvida. No capítulo cinco enfocamos a mobilidade da força de trabalho dos trabalhadores do corte de cana-de-açúcar

investigados, demonstrando ainda transformações no uso da terra e nas relações de trabalho engendrados por novas dinâmicas impostas àqueles municípios com a instalação de uma das maiores usinas do Ceará, nos anos 1989.

Por fim, tecemos nossas considerações finais dando destaque às principais reflexões resultantes da pesquisa, porém cientes da necessidade de prosseguirmos refletindo sobre o que aqui foi iniciado.

2 CATEGORIA TRABALHO: INTRODUÇÃO A UMA DISCUSSÃO

Este capítulo, em parte, de cunho teórico, tem por objetivo focar uma das principais categorias que fundamentam esta pesquisa, ou seja, a categoria trabalho, inserindo-nos no amplo debate sobre a sua centralidade, uma vez que essa discussão assume maior amplitude no contexto atual em face das transformações que afetam o mundo nas últimas décadas do século XX e no século XXI.

O trabalho, como categoria analítica, não denota, na constituição da Ciência Geográfica, posição de destaque como é o caso dos conceitos de espaço, paisagem, lugar e região que compõem o arsenal teórico da Geografia, todavia, nos últimos anos, ela aúfere maior importância no pensamento geográfico.

Iniciamos esta reflexão reportando-nos a autores clássicos, expoentes do materialismo histórico e dialético, como: Engels (2004); Marx (2003; 2013) e Lucáks (2012; 2013), que reconheceram a categoria trabalho como ontológica. Posteriormente, enfocamos os autores Gorz (1980) e Offe (1985) que, desde a segunda metade dos anos 1980, questionam a centralidade do trabalho na sociedade vigente. Em contraposição a estes últimos e retomando a perspectiva marxista, apoiamos-nos em pensadores como Antunes (2004; 2007; 2009), Teixeira e Frederico (2009), Chesnais (1996) e Harvey (1992) que se contrapõem a essa tese, reafirmando a vitalidade do trabalho na atualidade, não obstante considerarem as transformações em curso e iniciadas desde a segunda metade do século XX. Finalmente, tratamos da pertinência da categoria trabalho na Ciência Geográfica, com base em Moreira (2007; 2008; 2008b), Thomaz Júnior (2002; 2007; 2014) e Harvey (2004).

Dando prosseguimento às nossas incursões teóricas, abordamos ainda, neste capítulo, embora de modo sucinto, a constituição da força de trabalho no Brasil no decurso dos séculos XX e XXI, descendo e, em seguida, à escala do Ceará, e tendo por base a sua formação socioespacial. Neste âmbito enfatizamos a concentração da força de trabalho em Fortaleza e, mais recentemente, em sua região metropolitana, haja vista a sua importância no contexto cearense.

2.1 A CATEGORIA TRABALHO E SUA PERTINÊNCIA NA ATUALIDADE

Segundo Lucács (2013, p. 45), foi de Engels o mérito de “[...] ter colocado o trabalho no centro da humanização do homem”, ao acentuar que este é muito mais do que fonte de toda riqueza. De fato, como assevera o próprio Engels, o trabalho “[...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (1876, p. 13).

Ele referia-se ao fato de que a constituição do homem, deu-se em virtude da sua relação com a natureza, enfatizando que a mão humana, por exemplo, não era apenas um órgão do trabalho, mas um produto seu. Por meio do trabalho, foi que se deu o aperfeiçoamento da mão para novas funções, e os músculos, ligamentos e, posteriormente, os ossos, foram transformados ao ciclo do tempo, de modo que surgiram mais habilidades, repassadas para outras gerações. Antes, no entanto, ele remete ao macaco ao acentuar que,

Certos macacos recorrem às mãos para construir ninhos nas árvores; e alguns, como o chimpanzé, chegam a construir telhados entre os ramos, para defender-se das inclemências do tempo. A mão lhes serve para empunhar um pedaço de pau, com o qual se defendem de seus inimigos, ou para os

bombardear com frutos e pedras. Quando se encontram prisioneiros, realizam com as mãos várias operações que copiam dos homens. Mas aqui precisamente é que se percebe quanto é grande a distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropoides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. O número e a disposição geral dos ossos e músculos são os mesmos no macaco e no homem, mas a mão do selvagem mais primitivo é capaz de executar centenas de operações que não podem ser realizadas pela mão de nenhum macaco. (1876, pp. 14-15).

Em resumo, para o autor alemão (1876) o desenvolvimento da mão foi um dos pontos de partida para que o homem transformasse a si mesmo e a própria natureza, já que gradualmente, por meio do trabalho, ampliava os conhecimentos à medida que dominava a natureza e ia descobrindo mais objetos e propriedades. Foi com o trabalho, assevera o autor, que as pessoas perceberam vantagens na ajuda mútua, o que teria contribuído “[...] forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade”; (p. 17), e não teria demorado muito para que houvesse a necessidade da comunicação, tornada possível com o gradual desenvolvimento da laringe, órgão que já fazia parte da anatomia dos macacos e, ainda,

[...] os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta mais firmemente, mediante modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco um som articulado a pronunciar um som articulado após outro. A comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada. [...] Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano (ENGELS, 1876, p.17).

De tal modo, Engels demonstra a sua tese, acentuando

que foi por meio do trabalho que o homem, histórica e gradativamente, transformou a natureza e a si mesmo, aperfeiçoando suas mãos, sua linguagem e seu cérebro, ganhando habilidades cada vez mais complexas ao ponto de, muito tempo depois, “[...] a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela”. (IBIDEM, p. 22).

Marx também considera, nesse mesmo sentido, o processo de trabalho independente de qualquer conformação social determinada, pois se mostra antes de qualquer coisa, como

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] E não se está falando aqui das primeiras formas instintivas, animais do trabalho. (MARX, 2013, p. 255).

E se, por um lado, Marx acentua o caráter permanente do trabalho, independentemente de uma modalidade social determinada, de outra parte, demonstra o caráter histórico desse processo. É nesse sentido que Hobsbawm acentua: “[...] a base objetiva do humanismo de Marx, e simultaneamente, de sua teoria da evolução social e econômica é a análise do homem como um animal social”. (2011, p. 16). Os homens realizam trabalho interagindo com a natureza, produzindo história, e, à medida que o homem se emancipa da natureza, no que concerne às condições naturais originais, ele se individualiza, pois

[...] é na produção social de sua existência, que os homens estabelecem relações determinadas, necessárias indepen-

dentos de sua vontade, e que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. (MARX, 2003, p.5).

Marx, como comenta Lucáks (2012), inaugura na História da Filosofia as categorias econômicas que aparecem como de produção e reprodução da vida, o que teria tornado possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas. É nesse esforço de compreensão da vida humana e de sua reprodução como ponto central que o ser humano é visibilizado numa “[...] dupla determinação de uma inseparável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base” onde o trabalho é a categoria central, e “na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*”. (LUCÁKS, 2012, p. 285). A base social e sua inseparabilidade do substrato natural é assim fundamentada:

O ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa [...]. De modo igualmente enérgico, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade. (LUCÁKS, 2012, pp. 286-287).

Para Lucáks, à medida que foi surgindo a práxis social, oriunda do ser natural, o ser social foi se desenvolvendo, pela capacidade do “pôr teleológico” do trabalho, argumentando que essa percepção só foi possível pela “[...] indissolúvel unidade do materialismo na ontologia de Marx”. (LUCÁKS, 2012, p. 289). E acrescenta,

A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico de seu desdobramento, contudo, implica a impor-

tantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios. (Pp. 286-287).

Outra contribuição decisiva de Marx diz respeito à distinção que ele faz do duplo caráter do trabalho, qual seja, a diferença entre trabalho abstrato e trabalho concreto, assim esclarecendo,

[...] todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (2013, p. 124).

Depreende-se, de tal modo, o caráter social e, nesse sentido, histórico do trabalho que aufere novas nuanças à medida que é apropriado pelas relações estabelecidas em sociedade, o que, em última análise, aponta para o “jogo” de forças que se dá entre as classes sociais que a constituem. No modo de produção capitalista, como sabemos, o trabalho ganhou novo caráter, ao fundar a força de trabalho como geradora de mais-valia.

Para Lucáks (2012), esse é o aspecto inovador da teoria marxiana do valor, ou seja, compreender a transformação no caráter do trabalho, na relação entre o valor de uso e o valor de troca, sem cair num processo de abstração idealista que obscurece a realidade social. Marx apreendeu, conforme Lucáks, o caráter social, histórico-concreto da categoria trabalho, ao enfatizar a ideia de que,

[...] o caráter médio do trabalho surge de modo espontâneo, objetivo, desde os graus mais primitivos de sua sociabili-

dade; que esse caráter não é mera representação ideal da constituição ontológica de seu objeto, mas significa o surgimento de uma nova categoria ontológica do próprio trabalho, no curso de sua crescente socialização, categoria que só bem mais tarde é teoricamente alçada à consciência. Também o trabalho socialmente necessário (e, desse modo, *ipso facto* abstrato) é uma realidade, um momento da ontologia do ser social, uma abstração real de objetos reais, que se dá de modo inteiramente independente da circunstância de que seja ou não realizada também pela consciência. No século XIX, milhões de artesãos autônomos experimentaram os efeitos dessa abstração do trabalho socialmente necessário com sua própria ruína, isto é, quando experimentaram na prática as suas consequências concretas, sem terem a mínima ideia de encontrar-se diante de uma abstração realizada pelo processo social. (2012, p. 315).

Tal significa que o trabalho teve o caráter transformado com o surgimento do modo de produção capitalista que, ao criar mecanismos de expropriação do homem de seus instrumentos e meios de trabalho, o obrigou a vender a única mercadoria que ainda dispunha: a força de trabalho.

Muito embora Marx tenha demonstrado o caráter histórico do trabalho, verifica-se, desde a segunda metade do século XX, precisamente desde os anos de 1980, que esta categoria é colocada em xeque no contexto da sociedade atual. Como demonstraremos a seguir, embora não estejamos de acordo com o posicionamento dos estudiosos que defendem o fim do trabalho, entendemos que devemos de considerar seus pontos de vista de modo a que possamos nos inserir no debate, extraindo nossas conclusões.

Começemos por André Gorz, que se tornou um dos representantes desta linha de pensamento, desde sua famosa obra de 1980, *Adeus ao Proletariado*. Nela ele enfatiza o decréscimo significativo do número de trabalhadores da indústria nos países do capitalismo central, levando-o, por consequin-

te, a desenvolver seus argumentos sobre o papel do trabalho no contexto atual. Gorz (1980), como anota Antunes, foi um dos pioneiros da tese do fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, quando anunciou em seu livro a abolição do trabalho, afirmando que

[...] o sociólogo francês *vaticinou o fim do proletariado*, com todas as consequências teóricas e políticas decorrentes dessa formulação. O livro teve repercussão incomum, não só no universo (acadêmico e político) dos países centrais, que vivenciavam mais intensamente as tendências empíricas que Gorz procurava apreender, mas também em países de industrialização intermediária, como o Brasil, que presenciava então, no contrafluxo do cenário europeu, o vigoroso ressurgimento do seu movimento de trabalhadores. Ensaio instigante e abusivamente problemático, *Adeus ao Proletariado* tentava questionar, na raiz, a revolução do trabalho e desse modo ajudava a desnortear ainda mais a esquerda tradicional. (ANTUNES, 2007, p. 17).

Indo diretamente à obra de Gorz, verificamos que, em suas formulações iniciais, ele expõe seu pensamento sobre o trabalho como sendo este apenas uma atividade assalariada, ao considerar trabalho e emprego como termos equivalentes, não deixando clara a distinção entre trabalho concreto e abstrato. Desse modo, aponta o que avalia ser um novo sujeito histórico que denominou de “não-classe de proletários pós-industriais”, que teria emergido com a “morte” do proletariado, e com a crise do socialismo. Assim, para Gorz, a classe revolucionária, segundo Marx, teria sucumbido e com ela a possibilidade da prática socialista. E é enfático ao afirmar:

A crise do socialismo é antes de mais nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do proletariado profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo, e portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e de realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialis-

ta vem fundamentalmente disso. (GORZ, 1987, [1980], p. 85).

Para o referido autor, o trabalho operário não comporta mais o poder nem o aspira; não é mais uma atividade própria do trabalhador e, conseqüentemente, com o desaparecimento da possibilidade de identificação com o trabalho, a tendência é de desaparecimento do sentimento de pertencer a uma classe.

Ao desaparecer, a classe trabalhadora daria lugar a uma não classe de não trabalhadores, numa sociedade onde as classes teriam sido abolidas junto com o trabalho e com as formas de dominação. Em sua reflexão, essa não classe foi produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução das relações sociais de produção capitalistas, conseqüência do efeito produzido por técnicas produtivas novas. Assevera que a negatividade, cuja classe operária seria portadora, como apontara Marx, não desapareceu, mas que

[...] deslocou-se, em um novo lugar; tomando uma nova forma e um conteúdo que negam, ao mesmo tempo e de maneira direta, a ideologia, a base material, as relações sociais e a organização jurídica (ou Estado) do capitalismo. (GORZ, 1987, [1980], p. 87).

Para o autor, a não classe seria constituída por um conjunto de pessoas que estariam fora do processo produtivo, ou ainda por subempregados em suas capacidades em virtude da automatização e da informatização. Nesse caso, englobaria desempregados reais e virtuais, permanentes e temporários, totais e parciais, que seriam, em sua concepção, produtos da decomposição da “já antiga sociedade do trabalho”. Sendo assim, considera que cada vez mais a classe operária tradicional se fez minoria privilegiada, e a maior parte da população constituiria o que chamou de neoproletariado pós-industrial, composto dos:

[...] sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empre-

gos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente (empregos esses que, num futuro não muito distante, serão abolidos pela automatização) cuja qualificação, determinada por tecnologias de rápida evolução, muda continuamente e, de qualquer modo não tem relação com os conhecimentos e ofícios que podem ser aprendidos nas escolas e faculdades. O neoproletariado geralmente é superqualificado com relação ao emprego que encontra. Está condenado ao desemprego de suas capacidades enquanto espera pelo desemprego puro e simples. [...] o trabalho deixa de ser, para ele, uma atividade ou mesmo uma ocupação principal para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está 'ocupado' em ganhar algum dinheiro ([1980], p. 89).

Gorz defende o ponto de vista de que, diferente do proletariado, refletido em Marx, o neoproletariado não se definiria mais por sua posição no interior do processo produtivo, uma vez que já não seria possível distinguir onde começaria e onde terminaria a classe dos operários produtivos. Além do mais, para ele, esse é um aspecto que passa a nem mesmo merecer maior atenção, porquanto é crescente massa de pessoas que não possuem mais estabilidade empregatícia, e, em muitos casos, talvez não possam praticar os conhecimentos adquiridos em sua formação profissional pois,

[...] passam de um 'trabalho' a outro, aprendem ofícios que jamais exercem de forma regular, realizam estudos para os quais não há mercado nem utilidade prática possível, abandonam os estudos começados ou são reprovados no final do segundo ciclo 'porque, isso não serve para nada', depois trabalham como auxiliares dos correios e telégrafos no verão, como vendedores em dezembro, como operários não qualificados na primavera. (GORZ, 1987 [1980], pp. 89-90).

Embora não haja da nossa parte uma concordância com o fim do trabalho preconizado por Gorz, entendemos, do mesmo modo que Antunes (2007), que suas análises registram de fato mudanças no "mundo do trabalho", com empregos cada

vez mais instáveis e flexibilizados, o que, de certo modo, também influencia negativamente na subjetividade do trabalhador. Esta realidade, vincula-se ao caráter histórico do capitalismo e a sua necessidade, cada vez maior, de auferir lucros às custas da exploração, também cada vez maior, da força de trabalho.

Nas ideias de Gorz, aqui retomadas, o neoproletário é antes de qualquer coisa um não trabalhador, provisoriamente empregado em uma tarefa indiferente, fazendo “qualquer coisa” que “qualquer um” pode fazer em seu lugar. Nesse caso, se há algo certo na vida daqueles que denomina de neoproletários, seria a certeza de um sentimento de não pertencimento a classe alguma, favorecendo um não reconhecimento de si como trabalhador, nem, muito menos, enquanto desempregado. (GORZ, 1987, [1980]). Portanto, para ele, essa não classe, como não força de trabalho, estaria desprovida de importância social objetiva e excluída, nada podendo esperar da sociedade vigente, tampouco de sua evolução.

Curiosa é a maneira como conclui suas reflexões, pois na sua avaliação, a lógica capitalista nos terá conduzido a uma condição que está no limiar da libertação e que só poderá ser transposta pela ruptura que substitua a racionalidade produtiva, sendo que a protagonista desta mudança só pode ser a não classe dos não trabalhadores isto, porque, “[...] apenas esta encarnaria, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes”. (P. 93).

Claus Offe é outro autor cujo pensamento se alinha a essa matriz teórica do fim do trabalho. Em 1985, ele publicou um livro intitulado: *Capitalismo Desorganizado*, no qual congrega alguns ensaios, e dentre os quais um em particular, denominado “*Trabalho: a categoria sociológica chave?*”, e, à

semelhança de Gorz, desenvolve sua crítica à centralidade do trabalho, proclamando seu fim e tendo como foco de análise países como, Grã – Bretanha, Itália e Estados Unidos da América do Norte. Preconiza que suas considerações poderiam ser estendidas como prognóstico a outras partes do mundo. Offe, mesmo admitindo que não há possibilidade de uma sociedade existir sem o trabalho, já que é compelida por sua intermediação a entrar em metabolismo com a natureza para garantir sua sobrevivência, considera que “[...] o conceito de sociedade do trabalho poderia ser desprezado como uma trivialidade sociológica visto que se refere a uma eterna necessidade natural da vida social”. (1989, [1985], p. 168).

Já nesse ponto discordamos de Offe, por tudo a que já nos referimos, até aqui, quanto à compreensão do caráter concreto, dinâmico e histórico do trabalho. E, ainda, corroboremos Organicista quando assevera que “[...] a possibilidade de uma sociedade sem trabalho é fruto de uma análise que opera a redução do trabalho concreto ao trabalho abstrato”. (2006, p. 31).

Offe (1989, [1985]) estabelece a sua argumentação do fim da sociedade do trabalho com esteio em dois pontos, que considera fatos: a heterogeneização na esfera do trabalho, que apresentaria variação de renda e de qualificação e a falta de estabilidade no emprego. Logo, ambas colocam em questão o significado da existência de uma classe trabalhadora possuidora de interesses compartilhados. Na óptica intelectual do referido autor isso teria levado a um esvaziamento do significado do trabalho, que passaria a representar apenas uma categoria estatística e descritiva. E argumenta:

[...] as situações de trabalho específicas são marcadas por uma ampla variação da renda, das qualificações, na estabilidade do emprego, na visibilidade e reconhecimento social,

no stress, nas oportunidades de carreira, nas possibilidades de comunicação e autonomia. Sintomas de heterogeneidade [...] colocam em dúvida se o trabalho assalariado dependente enquanto tal pode ter um significado preciso e compartilhado pela população trabalhadora e seus interesses e atitudes sociais e políticas. Esses sintomas levantam a possibilidade de o trabalho em certo sentido, ter-se tornado “abstrato” de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística, descritiva, e não uma categoria analítica para explicar as estruturas sociais, os conflitos e a ação. (P. 176).

Offe (1989, [1985]) avalia ainda a ideia de que a grande segmentação que caracteriza o mercado de trabalho contemporâneo, assim como as transformações econômicas, organizacionais e técnicas do trabalho, torna sem importância o fato de se estar empregado ou não, ou seja, considera que esse não seria mais um ponto de partida e de identidade coletiva de fundo organizacional e político. Assim, as lutas não se dariam em torno da classe proletária, porque esta já não existiria como tal. Fica nítido que tal consideração o aproxima de Gorz, inclusive em suas implicações políticas, uma vez que põe na berlinda o papel histórico dos trabalhadores, tão discutido por Marx. E, ressalta, ainda, a contínua diferenciação interna do conjunto dos trabalhadores assalariados; a erosão das bases culturais e políticas da identidade centrada no trabalho que teriam acentuado os dilemas das modalidades de trabalho assalariado ao ponto de afirmar que “[...] muitas atividades assalariadas nada mais têm em comum a não ser o nome de ‘trabalho’”. (*op. cit.*, p. 177). Para Offe, as rupturas no trabalho assalariado são de tal modo expressivas que não podem ser teoricamente vulgarizadas. Ele assinala os anos 1970, como sendo aqueles em que essas rupturas foram mais evidentes, identificando-as como elementos comuns aos estudos de Sociologia, salientando que:

a) foi feita a distinção entre mercados de trabalho primário, e secundário e internos e externos; b) ficou claro que cada vez mais a produção de bens e serviços ocorre fora da estrutura institucional do trabalho assalariado formal e contratual, ou seja, em áreas onde os trabalhadores não são “empregados”, mas membros de famílias e domicílios, membros de instituições compulsórias, como exércitos e presídios, ou de uma economia subterrânea semilegal ou criminalizada; c) particularmente, os sociólogos marxistas concentraram-se na divisão vertical da hierarquia dos trabalhadores assalariados e no crescimento das posições de classe “intermediárias” ou “heterogêneas” nas quais a dependência com relação ao salário coincide com alguma participação na autoridade formal; d) Os sociólogos do trabalho enfatizam as diferenças entre as formas de trabalho “produtivo” e os serviços. (OFEE, 1989, [1985], p. 177-178).

Dentre os pontos de ruptura apontados, Offe destaca como o mais decisivo a expressão que ganha o setor de serviços, uma vez que este não permitiria critérios adequados ao controle do desempenho do trabalho, se diferenciando do trabalho produtivo. Os serviços seriam, em sua concepção, um “[...] corpo estranho separado, mas funcionalmente necessário limitado externamente pela racionalidade econômica”. Seria, então, esse o ponto argumentativo mais importante, ao demonstrar que não é possível mais considerar um tipo de racionalidade unificando a esfera do trabalho. E complementa: “[...] o trabalhador da ‘nova classe’ de serviços, desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização) em nome de critérios de valor substantivos, qualitativos ‘humanos’”. (OFFE, 1989, [1985], p. 180).

Teixeira e Frederico (2009) rebatem a oposição de Offe, argumentando que, atualmente, diversas empresas do setor de serviços³, especialmente aquelas vinculadas à área de finanças, estão criando mecanismos de administração geren-

3 Como exemplo do setor de serviços, os autores citam o caso da IBM *Credit Corporation*, subsidiária controlada pela IBM, cuja principal atividade é financiar a compra e aluguel de produtos da IBM e de outras empresas. A IBM *Credit Corporation* passou por uma reestruturação em seu processo de trabalho, melhorando sua produtividade. (TEIXEIRA E FREDERICO, 2009).

cial, nas quais “[...] o trabalho [...] é altamente padronizado, rotineiro e acima de tudo, uniformizado”. (P. 70). Ponderam que toda essa reorganização produtiva das empresas de serviços está fortemente vinculada às Tecnologias de Comunicação e Informação, que teriam “[...] aposentado o cronômetro e o caderno de Frederick Taylor”. (P. 72). E acrescentam:

A racionalização e a metodização, antes aplicadas somente na indústria, podem, agora, ser estendidas para o setor de serviços e de comércio, mediante a utilização de bancos de dados e de sistemas de intercâmbio eletrônico. O uso desses dois instrumentos de informática permite às empresas de serviços e de comércio reduzirem a morosidade burocrática do processo de trabalho, graças a simplificação extraordinária do fluxo de papéis e a eliminação de vários procedimentos operacionais. A eficiência e a produtividade dos trabalhadores empregados nesses setores da economia são, agora, mensuradas e avaliadas da mesma forma como acontece na indústria. (P. 72).

Retornando às considerações conclusivas de Offe, convém destacar o fato de que o trabalho assumiria, na sua concepção, importância relativa na vida das pessoas, que passariam a usufruir de tempo livre e, logo, outras experiências tornar-se-iam centrais. Isto porque o trabalho já não seria fonte de satisfação, e o exército de reserva teria perdido sua eficácia ante o desemprego estrutural. Assim, ele resume a sua argumentação:

[...] Essas descobertas e reflexões científico-sociais brevemente resumidas relativas à relevância subjetiva e ao potencial de organização de defesa do trabalho apontam para uma ‘crise da sociedade do trabalho’ [...]. O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu status de uma realidade de vida central e evidente por si própria; como consequência desse desenvolvimento objetivo, mas inteiramente contrário aos valores oficiais e aos padrões de legitimação dessa sociedade, o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores (OFFE, 1989, [1985], p. 194).

Parece-nos que os críticos da sociedade do trabalho, no contexto dos países do capitalismo central, ao depararem o alto número de desempregados, assim como com as transformações no âmbito do trabalho, fincaram suas análises na aparência do processo. De tal sorte, consideramos necessário retomar o debate, levando em conta as considerações de Antunes (2007), Teixeira e Frederico (2009) mas também de Harvey (1992), conforme trataremos mais adiante. Esses autores reforçaram a centralidade do trabalho no contexto do capitalismo atual, destacando suas metamorfoses e implicações para a classe que dele vive, portanto, posições estas que vão na contramão de sua negação.

Antunes esclarece que as ideias dos intelectuais que defendem o fim da centralidade do trabalho “[...] são norteadas pela afirmação da perda de sentido da teoria do valor, ou propugnam a substituição do valor-trabalho pela ciência, ou ainda pela vigência de uma lógica societal intersubjetiva e interativa, informacional”. (2007, [1995], p.10). Contrariando essas teses, Antunes (2009, p. 11) defende a ideia de que, na verdade, “[...] há uma nova morfologia do trabalho que repõe os sentidos e significados essenciais desse conceito, mostrando que o trabalho é, no início do século XXI, uma questão (ainda) decisivamente vital”. Em sua óptica essa nova morfologia do trabalho foi, e é, engendrada pelas respostas que o capitalismo busca fornecer às suas crises⁴ estruturais, sendo o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, no período de

4 Ao refletir sobre a crise como fenômeno inerente ao modo capitalista de produção, Harvey considera que: “No capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx nomeia usualmente, um processo de contradições internas que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises. [...] as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação [...] possuem uma função importante: elas impõem algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. [...] Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego”. (HARVEY, [2001], (2005), pp. 44; 45; 46-47).

acumulação flexível, suas maiores expressões, com profundas consequências no mundo do trabalho (ANTUNES, 2009).

Prosseguindo sobre as considerações dos autores que contestam o fim da sociedade do trabalho, destacamos a contribuição de Teixeira e Frederico (2009), que apontam a segunda metade do século XX, precisamente os anos 1960, como um período em que há uma “[...] nova fase de financeirização da economia”, quando surge “[...] uma nova forma de produção de mercadorias, diferente da grande indústria e mais preparada para as novas exigências de valorização do valor”. (P. 40). Segundo eles essa nova maneira de produzir mercadorias seria indiferente à sua modalidade concreta, ou seja, já não importaria se é a indústria, o comércio ou os serviços, que colocam em prática o processo de valorização (TEIXEIRA e FREDERICO, 2009).

Mencionados autores asseveram que, desde esse momento, teria surgido uma nova configuração do capital, e demonstram que se, antes a forma e o conteúdo da produção capitalista passavam, sobretudo, pela presença de grandes empresas operando com suporte em um único setor apenas, produzindo mercadorias, explorando única atividade, desde a segunda metade do século XX, anuncia-se o surgimento de uma mudança nos padrões de acumulação capitalista, onde aquelas unidades produtivas teriam deixado de ser campos específicos de investimento de capitais particulares dando lugar a empresas multinacionais para as quais as fronteiras setoriais não existiriam.

Teixeira e Frederico atentam para essa nova configuração empresarial, constituída por novos agentes, que teria como principal característica, entre outras coisas, a manutenção de um centro de decisões denominado *holding*, que é de onde parte uma teia de conexões, sobretudo, financeiras, con-

gregando um variado conjunto de empresas, envolvidas em atividades multissetoriais. O *holding* teria por objetivo identificar e, assim, aproveitar as distintas oportunidades que o mercado mundial oferece, tendo por finalidade a valorização do capital. Nesse sentido, acrescentamos que a palavra de ordem seria mobilidade, não só de capital, que pode ser investido ou 'desinvestido' a qualquer momento, mas também de força de trabalho, conseqüentemente.

Ainda de acordo com Teixeira e Frederico (2009) a melhor maneira de definir essa nova forma de valorização do valor é com base na categoria "capital em geral", ou seja, não importa o modo como ele se assume – capital-dinheiro, capital-produtivo ou capital comercial – a multinacional teria rompido com os limites da divisão social do trabalho, e, nesse contexto, a valorização do valor não assume mais o formato "petrificado". Destacam, ainda, que a expressão "capital financeiro" não seria a mais adequada porque poderia abrir possibilidade para o entendimento de que esta seria uma forma especulativa de capital que, ao se expandir, impediria a expansão do capital industrial junto com a expansão de riquezas e de postos de trabalho, o que seria uma falsa ideia, já que o capital industrial teria passado a ser tão especulativo quanto o capital financeiro. Para os referidos estudiosos, "[...] o capital se tornou uno, sem formas empiricamente distinguíveis". (P. 43). Sendo assim, para estes, a categoria "capital geral" daria conta das novas determinações do capitalismo contemporâneo. Além do mais, consideram, todavia, essa definição como mais adequada até do ponto de vista de suas implicações políticas, uma vez que as teses do fim da centralidade do trabalho tiveram várias repercussões nas universidades, nas manifestações de esquerda e nos movimentos sociais, influenciando inclusive a subjetividade do trabalhador.

Discutindo as transformações ocorridas ainda na segunda metade do século XX, e tendo por foco as mudanças sociais, econômicas e culturais da época, Harvey (1992) considera que desde 1973, o fordismo, juntamente com o keynesianismo, demonstraram incapacidade para controlar as contradições do modo de produção capitalista. Acentua que, à primeira vista, a rigidez característica do fordismo talvez tenha sido a causa principal destas dificuldades. Considera que os anos de 1970 e 1980 foram décadas de reestruturação econômica e de reajuste social e político, o que teria levado a passagem para um novo regime de acumulação, a denominada *acumulação flexível*, que teria por base a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados laborais, dos produtos e padrões de consumo. Esse estudioso chama atenção para a nova configuração espacial nos padrões de desenvolvimento geográfico desigual capitalista⁵ que o regime de acumulação engendra em escala mundial, destacando, também, o papel das Tecnologias de Comunicação e Informação, que teriam forjado o que denominou de “compressão espaço-tempo”, possibilitada pela telecomunicação⁶, de modo que a acumulação flexível teria favorecido o

[...] surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A

5 Sobre os desenvolvimentos geográficos desiguais, Harvey (2000) pondera: “[...] são aspectos vitais da acumulação do capital e da dinâmica da luta de classes, tanto historicamente como em nossos dias” (P. 49).

6 “[...] A teletinformática (ou telemática) surgiu da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica. Ela abriu, às grandes empresas e aos bancos, uma maior possibilidade de controlar seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas operações. As grandes empresas e instituições financeiras e bancárias dispõem de redes privadas de telecomunicações (...) a teletinformática permite ainda a extensão das relações de terceirização, entre empresas situadas a centenas de milhares de quilômetros uma das outras (...). Ela abre caminho para a fragmentação de processos de trabalho [...]”. (CHESNAIS, 1996, p. 28). Para Harvey (1997), esse processo favoreceu a compressão espaço-tempo.

acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços' [...] envolve também um novo movimento [...] 'compressão espaço-tempo'. (HARVEY, 1992, p. 140).

Para Harvey, as consequências desse processo foram: altos níveis de desemprego estrutural, rebaixamento dos níveis salariais e retrocesso do poder sindical, além da implementação de regimes e contratos de trabalho flexíveis. Os detentores dos meios de produção passaram a satisfazer suas necessidades de força de trabalho onde melhor lhe conviessem, de preferência onde esta pudesse ser recrutada e dispensada sem maiores custos. No bojo disso tudo, considera que

[...] o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal modo às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começa os interesses comerciais e industriais e onde terminam os interesses financeiros. (HARVEY, 1992, p. 154).

Chesnais (1996 [1994]), por sua vez, esmera-se sobre o processo que denomina de mundialização do capital, e afirma-o como algo a mais do que apenas um processo de internacionalização tal qual aconteceu nos anos 1950. Refere-se a uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação, de modo que a mundialização do capital, para o autor, é uma fase do capitalismo iniciada nos anos de 1980. E ele ainda resalta o fato de a acumulação ser ditada pelo capital financeiro, advertindo ser na esfera da produção onde se cria a riqueza, mas é a esfera financeira que comanda a sua repartição e o seu destino social. Essa ascensão do capital financeiro teria se seguido do surgimento de modalidades agressivas e brutais de busca de produtividade do capital, a começar pela produ-
ti-

vidade do trabalho e que esse processo se faz pelo uso combinado de modalidades clássicas de apropriação de mais-valia, tanto absoluta quanto relativa (CHESNAIS,1996 [1994]). Em suas palavras:

Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão- de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais, o direito de organização sindical. (P. 17).

Caracterizando a mundialização do capital, Chesnais revela seu duplo aspecto, ou seja: é a mais longa fase de acumulação capitalista desde 1914, e o seu caráter perverso e os efeitos sobre as conquistas sociais e democráticas alcançadas historicamente, com retrocesso social devido às práticas de “[...] políticas de liberalização, de privatização, e de desregulamentação que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan”. (1996 [1994, p. 34]). E, ainda, a ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais proporcionaram a internacionalização de variados grupos econômicos, com repercussões no setor industrial, que não pouparam a classe trabalhadora, conforme se destaca a seguir:

Beneficiando-se, simultaneamente, do novo quadro neoliberal e da programação por microcomputadores, os grupos puderam reorganizar as modalidades de sua internacionalização, e, também modificar profundamente suas relações com a classe operária, particularmente no setor industrial. O grande aumento de produção no setor de manufaturas e nas atividades de serviços concentradas (“industrializadas”), bem como a espetacular recuperação da rentabilidade do capital investido nesses setores, devem-se à ação combinada de fatores tecnológicos e organizacionais. (P. 35).

O mencionado autor constata que a desregulamentação e a flexibilização dos contratos de trabalho no mundo, se-

guem os modelos estadunidense e inglês, e que a automação baseada nos microcomputadores destrói as relações contratuais tradicionais, assim como as estratégias que os trabalhadores constituíram historicamente, para resistir à exploração no local de trabalho (CHESNAIS, 1996 [1994]).

Retomando, mais uma vez, às interpretações de Antunes (2007 [1995]), destacamos a sua tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam, cada vez menos, do trabalho estável e sempre mais das diversificadas modalidades de trabalho parcial e *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. Considera, contudo, não significar afirmar que o capital possa prescindir do trabalho vivo no processo de criação do valor, pois estaria ocorrendo uma elevação no uso e produtividade do trabalho de modo a se intensificarem as maneiras de extração de mais-valia em menos tempo, reafirmando o vigor contemporâneo da teoria do valor.

Em síntese, Antunes (2007) considera o trabalho em sua forma contemporânea, como expressão do trabalho social, tornado mais complexo, socialmente combinado e ainda mais intensificado em seus ritmos e processos. E essa tônica, segundo o autor, já não é dada pelo cronômetro e a produção em série e de massas, mas pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade e por novas conformações de adequação da produção à lógica do mercado.

Por fim, salientamos, com amparo no pensamento de Rubin (1980), que a atividade de trabalho muda constantemente, algumas vezes mais rápido e outras mais lentamente, mas possuindo, historicamente, caráter distinto. Essas modificações se expressariam, segundo ele, conforme dois tipos: o primeiro compreenderia as modificações nos meios de produção e métodos técnicos, mediante os quais o homem atua

sobre a natureza, ou seja, modificando as forças produtivas da sociedade, e, derivativo deste, o segundo tipo, que corresponderia às modificações que se dariam em toda a estrutura das relações produtivas.

Conforme evidenciado até aqui, a categoria trabalho ainda é central, uma vez que a base da sociabilidade vigente continua a ser o modo de produção capitalista que não pode prescindir da força de trabalho como uma das engrenagens principais para atingir seus objetivos, ou seja, a geração do mais-valor. Não se pode, todavia, desconhecer o fato de que, desde a segunda metade do século XX, vivenciamos importantes transformações nas forças produtivas da sociedade com grandes consequências sob o mundo do trabalho. Isto produziu repercussões também no modo como o espaço geográfico, mesmo seletivamente, em suas mais diversas escalas e envolvendo os mais variados sujeitos, vem sendo chamado a favorecer o processo de acumulação capitalista.

Reafirmamos, assim, a necessidade da reflexão geográfica sobre a categoria trabalho, haja vista a particularidade da Ciência Geográfica na perspectiva do entendimento da relação sociedade-natureza, uma vez que os seres humanos se relacionam com a natureza, e entre si, mediatizados pelo trabalho, e neste sentido, produzem espaço, pois, conforme reforça Carlos,

[...] o trabalho, enquanto atividade produtiva tem caráter mediador da relação. É através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza. [...] o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas antes de tudo porque é produto, condição e meio de toda atividade humana. (2001, p. 13).

Em síntese, compreendemos que o trabalho é a categoria central para a apreensão do ser social em sua condição de ente orgânico e inorgânico, no seio dos processos mais gerais do antagonismo entre as classes sociais que compõem a sociedade vigente, inclusive ao produzir espaço. Esta, no entanto, nem sempre, fez parte da reflexão no âmbito da Geografia, porém é possível asseverar que, nas últimas décadas, houve maior interesse, por parte dos geógrafos, entre os quais alguns brasileiros que se empenharam em discuti-la, seja teoricamente, seja com fundamento em pesquisas empíricas.

2.2 A CATEGORIA TRABALHO NA REFLEXÃO GEOGRÁFICA

A categoria trabalho, durante muito tempo, ficou obscurecida nas reflexões geográficas. Os geógrafos clássicos, por exemplo, se incumbiram de compreender a relação sociedade – natureza, optando muito mais por destacar o papel da técnica em suas incursões teórico-metodológicas. Moreira (2008b, p.178) chega mesmo a considerar que “[...] o fetiche da técnica talvez seja o principal traço da Geografia Clássica”, pois segundo ele:

A técnica é o elo portador da ação geográfica [...] entendida como componente orgânica no conceito de gênero de vida, e como mediação da relação do homem com o meio no conceito de sociedade [...] é com ela e através dela que o homem modela a paisagem e transforma o meio em espaço socialmente organizado. Daí o tratamento quase etnográfico que ela recebe na maioria dos clássicos. [...] Paul Vidal de La Blache, faz um minucioso estudo de sua evolução histó-

rica e uma detalhada descrição de seu perfil e desenho [...] Sorre por sua vez, procura ampliar-lhe as características. [...] Pouco se detêm na discriminação da relação da técnica na transformação do meio ou na descrição do espaço propriamente dito. Dessa tarefa vão se incumbir principalmente Brunhes, George e Tricart. (MOREIRA, 2008b, p. 151).

Nesse sentido, a técnica aparece como potencializadora do trabalho, chegando a obscurecer sua relevância e mesmo a do homem na organização espacial. Talvez a referida dificuldade esteja relacionada ao modelo teórico estabelecido pela própria Geografia Clássica que, segundo Moreira (2008, [2006]), é proveniente da percepção imediata dos elementos da fórmula: N-H-E (Natureza-Homem-Economia). Desse modo, para o entendimento da questão aludida, faz-se necessário realizarmos uma pequena digressão epistemológica sobre a Ciência Geográfica.

Considerando a produção do conhecimento geográfico⁷, podemos inferir, baseando-nos em Moreira, a primeira fase que abrange desde os gregos até meados do século XIX, quando esta área do conhecimento era vista como descrição da paisagem, e o “geógrafo”, em vez de explicar os fenômenos, apenas os classificava, limitando-se a coletar dados e relatar modos de vida de variados povos “[...] em seus respectivos ambientes e paisagens”. No final do século XIX, iniciou-se a segunda fase, quando a Geografia foi definida como a ciência que estuda a relação homem-meio, e, portanto, compreendida como Geografia da Civilização. Por fim, na terceira fase, é considerada como a ciência que estuda a organização da sociedade pelo espaço, acepção que ganha os mais diversos

7 Como afirma Lencioni: “O conhecimento geográfico não pode ser reduzido ao momento da institucionalização da Geografia. Esse momento ocorrido no século XIX significou a sistematização científica do conhecimento geográfico [...]. É importante não confundir Geografia com conhecimento geográfico, pois este último não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX”. (2003, p. 22).

contornos balizados por distintas filiações ideológicas (MOREIRA, 2007, p. 120).

Conforme sabemos, a Geografia moderna nasceu na segunda metade do século XVIII, tendo por base o iluminismo kantiano e o romantismo de Fichte, Schelling e Hegel. Moreira relata três fases paradigmáticas no desenvolvimento da Geografia: a Baixa Modernidade, com o predomínio do paradigma holista, tendo por base o idealismo filosófico; a Modernidade Industrial, de modelo fragmentário, baseado numa perspectiva positivista, e a fase denominada de Hipermodernidade ou Pós-Modernidade, destacando novamente um paradigma holista, mas, desta vez, contando com uma plêiade de referências filosóficas (MOREIRA, 2008).

O citado geógrafo explica que a Geografia N-H-E é uma derivação da “Geografia da Civilização”, sendo esta uma tentativa de superar a fragmentação a que a Geografia chegara na virada do século XIX para o XX, que se exprimia como insuficiente, ante as necessidades do avanço mundial da economia da segunda fase da industrialização, para inventariar as modalidades de relação entre os homens nos distintos rincões da Terra, conhecimento que agora se mostrava como necessário e a que a Geografia e a Antropologia se propuseram.

Os geógrafos clássicos, principalmente Paul Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel, dão o tom à Geografia da Civilização, pois lhes importava compreender a relação homem-meio em cada *locus* da Terra, tendo em vista o conhecimento dos costumes e o modo de viver dos povos. Na perspectiva de Moreira (2007), eles adotam, como discurso e método, a vertente positivista representada pela estrutura N-H-E (natureza-homem-economia). E acrescenta:

[...] descreve-se a natureza, a população, e a economia, não necessariamente nesta ordem, independentemente do caráter histórico concreto de formação da sociedade. A linguagem é a dos mapas, quadros, tabelas e blocos diagramas, o padrão explicativo de leis é de cunho essencialmente estatístico-matemático a natureza é uma pleitora de corpos governados pela lei da gravidade; o homem é um ente demográfico regido pela lei da população; e a economia é uma sucessão de trocas comandadas pela lei do lucro. (P.10).

Moreira (2008) adverte para o fato de que falta nesse raciocínio o elo explicativo que vincule o homem à natureza e /ou ao espaço, ou seja, à sociedade, como um conjunto estruturado, já que nesse esquema o todo surge como entes individuais. “A análise aparece como evidencia de uma relação matemática, o homem desaparece enquanto elo, é um presente-ausente, um ser que está mas não é, e esse é um dos maiores problemas desta concepção”. (P. 119). Isto ocasiona, por consequência, segundo Moreira, um homem atópico, “[...] que não está nem na natureza nem na sociedade”. (2008, p. 118). O trabalho ganha *status* conceitual em Elisée Reclus, Jean Brunhes e Pierre George, constituindo-se como elemento operacional atuante, mesmo de maneira desigual, como adverte Moreira:

O trabalho é o próprio nome do metabolismo. Embora só dedutivamente assim apareça entre os clássicos. Elemento operacional desigualmente presente em cada um deles, é só em Reclus, Brunhes e George que ganha um status conceitual de mais clara evidência teórica. Em Reclus o trabalho é o elo que faz do homem o sujeito-objeto da história, a própria natureza e o espaço aparecendo como o caminho da sua constituição como ser e consciência [...]. Em Brunhes é o elo subjetivo-psico-histórico que realiza a transfiguração da relação homem-meio, que identifica com a destruição, na relação homem-espaço, a qual ele identifica com a construção. [...] o motor da ação geográfica por excelência. Em George, o trabalho é o elo processual que transfigura o espaço no modo de existência do homem no mundo da superfície

terrestre. Já Vidal substitui o trabalho pela ação dos hábitos e costumes [...]. Em Sorre, um pouco à semelhança de Reclus, o trabalho se relaciona às classes do trabalho, o conflito capital-trabalho, e o processo de consumo que atenuam, quando não deslocam, o conflito. (2008b, pp. 177-178).

O mesmo autor aponta que, mesmo em Pierre George, considerado o geógrafo pioneiro na reflexão sobre o trabalho, não há uma compreensão ampla dessa categoria. Trabalho e espaço são elos que materializam a relação homem-meio, e mesmo que tenha considerado em sua teoria o sentido metabólico do trabalho em Marx, ainda assim, George vê o trabalho como atividade de subsistência. Moreira acentua que o significado dessa apreensão é o entendimento do trabalho numa perspectiva mais socioeconômica do que ontológica. E, ainda, o trabalho se expressa mais como mediação da relação sociedade-natureza do que como hominização. Citando Marx, Moreira destaca a ideia de que

[...] o trabalho é mediação, mas não é só isso, é processo, é o intercâmbio de forças que se passa entre o homem e o restante das formas da natureza, é processo e não coisa, o que nega o caráter de mediação dado a ele tanto por George como pelos outros clássicos. (MOREIRA, 2008b, p. 178).

Por sua vez, Thomaz Júnior (2002) considera que o trabalho, na perspectiva da Geografia,

[...] invariavelmente, esteve (des)sintonizado da sociedade como parte do processo social movido pela fúria reprodutiva do capital ancorada na extração da mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante, portanto, distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividade humana, já que o homem já estava fora da natureza. [...] alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento – diante das amarras sociais que lhe impedem viver a

integridade da existência social – consolidaram-se/fragilizaram-se as compreensões que se referenciam a entendê-lo como objetividade reificada ou um mero fator material de produção. (P. 41).

Esse aspecto apenas mudou nos anos de 1970, com a terceira fase da Geografia Moderna, quando houve um movimento de renovação dessa ciência - que se aproxima do método materialista histórico e dialético, incorporando a “[...] reflexão sobre os limites da ordem teórico-metodológica que impedia a compreensão do trabalho em sua totalidade social”. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 41).

Esse movimento trouxe uma nova dimensão ontológica e epistemológica à reflexão geográfica, e, como entende Moreira (2008b), a dimensão ontológica está relacionada ao tema da hominização do homem pelo próprio homem, mediante o processo de trabalho, o que definiria o espaço geográfico como “geograficidade”. A dimensão epistemológica estaria, assim, vinculada ao tema da constituição da sociedade por meio da produção do espaço, ora enfatizando o metabolismo, ora a economia política do espaço com a hominização sempre atuante, uma vez que,

[...] na hominização o homem produz o próprio homem na relação metabólica, que é definida por Marx, como o processo de trabalho, com a natureza. Esse metabolismo - que na geografia chamamos de relação homem-meio é uma relação interativa de intercambio que o homem trava dentro da natureza, mas fazendo-o de dentro da relação social com os outros homens. (MOREIRA, 2008, p. 45).

Nesse sentido, podemos afirmar, com base em Moreira (2007), que a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações modo articulado: a) o conjunto das interações homem-meio e b) o conjunto das interações homem-homem. Essas são duas faces de um mesmo processo. Mencionado au-

tor explica que é por meio do processo de produção de bens necessários à existência humana que se estabelecem as interações do homem com o meio. E, tal como em Marx (1968), reconhece que o homem, ao interagir com a natureza a transforma e transmuda a si mesmo. Essa é a primeira modalidade de interação. Continua, porém, explicando Moreira, que esse processo transcende o trabalho individual, pela complexidade que oferece com o avanço das forças produtivas, implicando uma divisão laboral, em trabalho social, o que significa uma intensificação das relações estabelecidas entre os homens para o ato de produzir. Em vista disso, surge, então, a segunda modalidade de interação: a relação homem-homem. Essas duas interações estão na base das formações espaciais que se sucedem espaço-temporalmente. O discurso dos geógrafos clássicos apenas atentou, intencionalmente ou não, para a primeira modalidade de interação, favorecendo, ainda mais uma, dicotomização homem-meio (MOREIRA, 2007).

O geógrafo Antonio Thomaz Júnior, já aqui citado, é um dos autores contemporâneos que se debruça mais especificamente sobre a reflexão geográfica acerca do trabalho. Coordenando o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET, da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho, no Campus de Presidente Prudente, em São Paulo, em conjunto com seus orientandos, procura municiar a Geografia com uma perspectiva teórico-metodológica crítica, de modo a apreender o trabalho em suas transformações contemporâneas. Assim, entende que o trabalho pode ser considerado, desde a Geografia, tanto na relação metabólica sociedade-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espaço em suas variadas manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado etc.), cabendo ao geógrafo atentar para a dimensão ontológica do trabalho, ou seja, para a necessidade de que devemos

apreender o conteúdo concreto, as condições reais do ser que trabalha. Em sua opinião, essa é uma das questões que deveria ocupar centralidade na análise geográfica sobre o trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2014). Exemplifica a importância dessa atitude com amparo em reflexões sobre o trabalhador assalariado do agronegócio canavieiro paulista. Em seus estudos, verificou diversas diferenças de reivindicações entre trabalhadores, ou seja, um grupo reivindicava terra, outro requeria melhores salários, enquanto outros lutavam por condições dignas de trabalho; ou, ainda, quando identificou o fato de que, muitas vezes, os trabalhadores eram ao mesmo tempo assalariados urbanos e camponeses no meio rural. Assim, Thomaz Júnior chama atenção para o fato de que o trabalhador que desenvolve atividades laborais diferentes ao mesmo tempo, como, por exemplo, o trabalhador que é camponês, mas que em alguns dias da semana está ocupado em serviços gerais, ou ainda na construção civil, na cidade, acaba “[...] ocupando universos distintos do ponto de vista da atividade metabólica do capital, desenvolvendo também subjetividades e identidade de classe igualmente distinta” (THOMAZ JÚNIOR, 2007).

Corroboramos as ideias do autor, quando considera que essa realidade impõe uma revisão do nosso arsenal teórico-metodológico, uma vez que, se este trabalhador é identificado como trabalhador dos serviços no espaço urbano, e compõe os dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (considerando que esse trabalhador hipotético é formal e que entrará para as estatísticas governamentais), em contrapartida, no campo, na maior parte das vezes, esse trabalhador não será registrado como camponês, ou mais ainda, parece claro que a coleta de dados sobre o trabalho não condizem com sua complexidade. Isto demonstra, pois, que os dados secundários devem ser considerados, mas que não

podemos prescindir de indicadores mais concretos sobre o trabalhador e seu modo de reprodução cotidiana. Apreender essa complexidade da classe trabalhadora é essencial, já que viabilizaria “[...] qualificar nossas preocupações políticas, científicas e intelectuais”. (THOMAZ JÚNIOR, 2007).

Thomaz Júnior chama atenção também para a crescente flexibilização e informalização dos trabalhadores brasileiros, processos que abarcam uma gama de especializações e, em seus conteúdos concretos, nos possibilitariam entender melhor “[...] o movimento do trabalho e a plasticidade que territorializa situações e condições laborais e prático-ideológicas distintas”. (2007, p. 84). Dando prosseguimento às suas reflexões, Thomaz Júnior considera que nunca se trabalhou tanto, só que, hoje, essa intensificação está sendo acompanhada pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, e de uma superexploração que não se limita às plantas fabris, nem a gênero ou a idade dos trabalhadores. Denomina de “plasticidade do trabalho” esse conjunto variado de modalidades de realização do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 95).

Outro desafio teórico-metodológico que devemos enfrentar é quanto às fronteiras entre setores (agrícola, indústria, comércio e serviços) que se expressam atualmente muito tênues, a exemplo daquelas estabelecidas entre: a atividade industrial e serviços; trabalho produtivo e improdutivo; trabalho formal e informal; emprego e desemprego, e entre produção e apropriação (MALAGUTI, 2000; TAVARES, 2004). Tal requer da nossa parte o aprofundamento necessário para que possamos compreender em sua concretude, as metamorfoses do mundo do trabalho, distanciando-nos de ideologias que mais obscurecem do que esclarecem o movimento do real. Referido aspecto é muito importante, pois, como veremos nos capítulos mais analíticos desta tese, em algumas situações, como

as encontradas na Região Metropolitana de Fortaleza, ainda é visível a existência de um modo de vida rural, que, mesmo não sendo “puro” e estando em constante transformação, desafia nossa capacidade de inserir os trabalhadores em determinados constructos conceituais de modo que se possa dar conta da totalidade desse fenômeno.

Thomaz Júnior adverte para o fato de que se “[...] perdemos esses movimentos e, conseqüentemente, o espaço de relações do trabalho, perderemos o conteúdo e os nexos espaciais do metabolismo social” (2014, p. 6), e que se conseguirmos captar os movimentos, que são situações concretas, então conseguiremos visibilizar o tecido social do trabalho. Para o Geógrafo essa necessidade ocorre porque, ao inferirmos sobre a realidade, devemos considerar que estamos lidando com modalidades de expressão do trabalho estranhado, que é continuamente rearranjado e voltado “[...] para atender às necessidades específicas concretas do capital [...] em sua reprodução ampliada”. (*Op. cit.* p.84). Como sabemos, a inserção total ou parcial dos lugares e das pessoas no processo de acumulação do capital são espaço-temporalmente diferenciadas, o que enseje, por conseguinte, desdobramentos na relação capital-trabalho, fato vinculado, no dizer de Harvey (2004, p. 40), à própria “[...] geografia histórica global de acumulação capitalista”.

Como Harvey (2004) assevera, a acumulação do capital é profundamente uma questão geográfica, pois, como sistema econômico-político, o capitalismo depende continuamente de movimentos de expansão geográfica, de processos de reorganização espacial e também do desenvolvimento geográfico desigual. A essa tripla determinação Harvey denominou de “ajuste espacial”, consequência das necessidades desse sistema de metabolismo societário frente às suas crises estruturais. Em suas palavras:

Essa perpetua realização do que chamei alhures (...) de “ajuste espacial” das contradições internas do capitalismo (regrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área específica), associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital (...). (P. 40).

A Geografia Histórica do capitalismo, para Harvey, pode ser considerada pelos imperativos da produção, mobilização e absorção de excedente de capital e de força de trabalho (HARVEY, 2001). Nesse sentido, consideramos que a configuração concreta dessa produção, mobilização e absorção de força de trabalho, propriamente dita, deva ser considerada no âmbito da dinâmica de interações das mais diversas escalas espaço-temporais.

Derradeira consideração encontra esteio na contribuição do filósofo Henri Lefebvre (1973), ao salientar que o trabalho é um nível de reprodução das relações sociais de produção e que, como tal, não deve ser analisado isoladamente de outros dois níveis, que são a terra e o capital, uma vez que os elementos dessa tríade (terra-capital-trabalho) são distintos mas estão contidos uns nos outros e conformam a reprodução das relações sociais de produção. Nesta perspectiva, destacamos a contribuição de Lefebvre, que assim se expressa:

Os três aspectos ou elementos da sociedade existentes estão indissolavelmente ligados na produção e nas relações sociais; ora, a ideologia fá-los aparecer separadamente e, numa certa medida, realiza a sua separação (aparente). Parece haver a terra de um lado, o trabalho e os trabalhadores por outro, e por fim o capital e os capitalistas. Ao mesmo tempo, ela mistura-os na sua aparência contratual, na codificação formal (o código civil). Há o rendimento da terra, o rendimento do trabalho e o rendimento do capital (...) o que faz desaparecer a mais-valia como fonte de “rendimento nacional”. (LEFEBVRE, 1973, pp. 11-12).

O espaço social, para Lefebvre, é o lugar por excelência da reprodução das relações sociais de produção, sendo que esta nasce sob a égide do modo de produção capitalista, apresentando-se como um conceito de alcance global e sintético, que “[...] designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica”. (P. 6)

Finalizando, enfatizamos que o trabalho ainda continua sendo um elemento central na sociedade, só que ele adquiriu novas feições que precisam ser apreendidas, o que se dá porque é histórico e tendo esse caráter não poderia permanecer imutável ou intocável.

Para efeito de nossa pesquisa, entendemos ser necessário refletir sobre os traços constitutivos da força de trabalho no Brasil, deixando de lado os seus determinantes mais gerais e trazendo de modo mais específico a reflexão para a nossa realidade.

2.3 A CONSTITUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como sabemos, uma condição fundamental para que o capitalismo pudesse se estabelecer como sociabilidade preponderante foi a apropriação privada dos instrumentos e meios de produção, mas, essa condição só pôde se estabelecer à medida que outra circunstância essencial à sua evolução estivesse posta. Referimo-nos à criação do trabalhador “livre”, em duplo sentido: “[...] de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender” (MARX, 2013, p. 244), sendo assim obrigado a dispor da venda da única mercadoria que lhe resta, ou seja, sua força de trabalho.

Para a criação deste “homem livre”, entretanto, nos primórdios do modo de produção capitalista, foi necessário expropriá-lo o destituindo de modalidades autônomas de subsistência, privando-o do acesso à terra e dos instrumentos produtivos, além da constituição de uma série de regulações providas do Estado para que esse homem privado dos meios de produção se curvasse aos imperativos das relações capitalistas de produção. Essa foi, portanto, uma realidade nas sociedades europeias.

No Brasil, como destaca Kowarick (1987), “[...] a constituição do mercado de mão-de-obra livre [se deu] num contexto em que a escravidão foi a forma dominante de trabalho até épocas tardias do século XIX”. (P. 10). Aqui o que ocorreu foi uma *expropriação prévia*⁸. O trabalho escravo aparece como “[...] mais vantajoso do que [talvez] tentar uma submissão em massa da população livre, cuja viabilidade num contexto de disponibilidade de terras era praticamente irrealizável”. (P. 22). Nas palavras de Kowarick (1987), a escravidão se justificava para os exploradores por que:

[...] não se mostrava possível forjar um contingente que vendesse sua força de trabalho a preços compensadores ao empreendimento colonial, pois os homens livres tinham acesso a uma gleba de terras para prover, mesmo de forma marginal, sua própria subsistência. O assalariamento em massa mostrava-se inviável não porque inexistisse uma população expropriada. A rigor a expropriação já era uma condição prévia do sistema colonial, pois, ao mesmo tempo que se repartiu a terra por meio de concessões de grandes glebas

8 Filgueira e Mendes denominam de expropriação prévia a todo “[...] processo de expropriação de todos os meios de produção, inclusive, e principalmente, o solo, com exclusão dos não capitalistas [...], pois embora parte integrante do processo geral de acumulação primitiva, a forma de expropriação colonial antes a pressupunha do que efetivamente a continha. Enquanto a acumulação primitiva era o resultado de evolução histórica e de desagregação do modo feudal de produção, a expropriação colonial resultado daquela foi algo assim como uma inversão da evolução histórica, pois pode usar e abusar dos métodos violentos próprios da acumulação originária, mesmo sem amparos legais de que se serviu, na Europa, o Estado”. (FILGUEIRA E MENDES, apud KOWARICK, 1987, pp. 21-22).

(capitanias e depois sesmarias) e se controlou o comércio pelo exclusivo colonial, impediu-se qualquer forma de produção que não se encaixasse no processo de acumulação primitiva voltado para a dinamização dos centros metropolitanos. (Pp. 20-21).

A mão de obra escrava, em determinado momento histórico, apareceu como um entrave, pois, como ensina Oliveira (1977b), desde as épocas do Primeiro e Segundo Reinados no Brasil, já vinham se conformando paulatinamente as condições potenciais para a implantação de um modelo econômico pautado na produção de mercadorias. Trata-se, inicialmente, do surgimento de outra classe dominante⁹, que, diferente da existente até então, “[...] repudiava o Estado contrário aos seus interesses”, e como dispunha, à época, do principal meio de produção, ou seja, a terra, “[...] detinha a total virtualidade de mediar o emprego de mão-de-obra - escrava, decerto – e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado”. (P.12). Não obstante, como adverte o autor, a existência de uma classe que monopolizava a terra e o emprego da força de trabalho ainda não eram condições suficientes para garantir as condições plenas do surgimento de um modelo de acumulação arrimado na produção de mercadorias, e assim, na extração de mais-valia, uma vez que existia a acumulação de riquezas, mas não de capital. Nesse sentido, “[...] a acumulação só seria possível com a presença do trabalho livre”. (P. 23).

Destaca, também, o referido autor, que o trabalho escravo, além de não permitir a produção de mais-valia, ainda ensejava encargos por parte dos latifundiários, já que tinham que providir os meios de subsistência da mão de obra escrava, “[...] o que redundará em relação de troca desfavorável para a econo-

9 Oliveira demonstra que, com a colonização do Brasil, o Estado Português criou uma classe dominante mediante concessões e que, por isso, seus interesses econômicos estavam subordinados aos da Metrópole. (OLIVEIRA, 1977b).

mia agroexportadora”. (OLIVEIRA, 1977b, p. 24). A abolição dos escravos, na referida análise, aparece então como imperativa para boa parte da elite, pois se devia transformar o escravo em força de trabalho, responsável por sua reprodução, o que estava na ordem do dia. Não foi à toa, lembra Oliveira, que se fundou também um “campesinato ou quase-campesinato”, e com ele outras configurações de exploração agrícola, ainda hoje existentes no campo brasileiro, como demonstra ele:

[...] as chamadas ‘cultura de subsistência’ produzindo o excedente que vai alimentar o capital variável, e o complexo latifúndio - comercialização - minifúndio (...) que vai fazer nascer a renda da terra como forma de valor ao mesmo tempo que acumula primitivamente através das relações sociais. [...] o nascimento da força de trabalho e do campesinato constituem-se como motores que aceleram a produção agrícola. (P. 25).

Refletindo também sobre a constituição da força de trabalho no Brasil, Cardoso (2010) aponta dois elementos essenciais para a sua compreensão. O primeiro diz respeito à ordem escravocrata que marcou profundamente a formação social brasileira, e o segundo que considera equivocada a interpretação de que o capitalismo moderno teria surgido em São Paulo nos anos 1950, concomitantemente ao aparecimento da sociedade do trabalho com a imigração europeia. Tal interpretação “sãopaulocêntrica”, na expressão do autor, teria desconsiderado as distintas dinâmicas espaço-temporais de outras regiões do País, mormente Norte e Nordeste. Considera que a transição para o trabalho livre em São Paulo apresentou-se, na verdade, muito mais como exceção, se considerarmos o conjunto do País. Aponta, por exemplo, os casos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Bahia, e também o Ceará, que teriam se distanciado dessa realidade, pois, quando estes atuais estados eram províncias “[...] as funções

de produção (agrícola ou nas minas, nos pampas ou nas cidades) foram sendo paulatinamente assumidas por ex-escravos ou seus descendentes, além de brasileiros livres". (P. 57).

Com esteio nas elucubrações de Cardoso, resta evidente que não ocorreu apenas um tipo de situação na transição para o trabalho livre ou não escravo no Brasil, mas variados modos constituídos de relações de trabalho em momentos históricos diferentes a depender da região analisada. Remetendo-se ao Nordeste brasileiro, considera que este congregou distintos regimes de escravidão, e que nos séculos XVII e XVIII, ou ainda, em momentos de maior demanda por trabalhadores, como, por exemplo, na colheita da cana-de-açúcar, a escravidão teria convivido com o trabalho livre ou não escravo, de modo que,

[...] a identificação de diferentes regimes de escravidão mostrou que o Brasil colônia não era um território dominado exclusivamente por *plantations monocultoras* nem a estrutura social era tão simples como se supôs até pelo menos o início dos anos 1970 [...]. Escravos e donos de terras eram as classes centrais, mais conviviam com uma infinidade de outros grupos também importantes para manter a ordem escravista: artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais (CARDOSOS, 2010, pp. 58-59).

Cardoso acrescenta que, no Brasil, desde o século XVIII, a escravidão conviveu com regimes não escravistas de trabalho e, nesse sentido, a transição para o trabalho livre foi lento, o que não significou a formação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista ou assalariado. Ao mesmo tempo, assevera que, no século XIX, já era possível constatar grupos de trabalhadores compostos por mestiços, majoritariamente miseráveis, que não chegavam nem a participar dos setores dinâmicos da economia, dispersos pelo Território Nacional à

busca de meios de vida. Esses trabalhadores, não escravos, articulavam meios de sobrevivência “altamente precários”, tendo que se sujeitar a mecanismos como o colonato e a parceria (CARDOSO, 2010, p. 61). Assim, ele identifica um ambiente - onde se configurou a sociabilidade capitalista no Brasil - de inércia estrutural, com um ordenamento social rígido. Essa rigidez deixou marcas

[...] pela desqualificação do negro e do elemento nacional como trabalhadores aptos a conformarem-se como força de trabalho capitalista; na degradação do trabalho manual, visto como indigno, degradado, já que vinculado à escravidão; pelo encastelamento da elite econômica que temia a maioria despossuída vista como inimigos potenciais e tratados com violência desmedida; A permanência de uma estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais o padrão de vida dos mais pobres, onde a pobreza se generalizava. (CARDOSO, 2010, p. 61).

A Lei de Terras de 1850 e a proibição do tráfico de escravos foram, conjuntamente, essenciais para a “[...] explosão de uma população para o capital”. (OLIVEIRA, 1977b, p. 28). A Lei de terras regulamentou a propriedade privada e transformou o trabalho em mercadoria, ao obrigar o trabalhador a vender sua força de trabalho, passando a financiar a própria reprodução. Nesse contexto, milhares de trabalhadores afluíram às cidades, porém, não sendo absorvidos pela economia urbana (DEÁK, 2010). Um dos fatores que levaram a uma não absorção desses trabalhadores, foi, segundo Oliveira (1977b), a ausência de “virtude técnica” por parte destes que, mesmo em abundância, só dispunham de “força muscular”. (P. 26). Sendo assim, a imigração estrangeira branca e europeia, a partir de 1880, para o Brasil, principalmente para as regiões Sul e Sudeste vinha de certo modo, preencher essa lacuna.

O capitalismo emergente brasileiro, com sede urbana (que só se tornaria de base industrial na década de quarenta do século XX), conviveu muito bem com o ordenamento social agrário marcado pelas relações não capitalistas de produção e, com uma estrutura fundiária concentrada, como demonstra Oliveira (1977b):

[...] nascendo como uma burguesia agrária, quando se funda na economia brasileira simultaneamente o trabalho assalariado e o campesinato, a classe dominante rural bloqueará o avanço da Divisão Social do Trabalho no campo – em suma, a penetração do capitalismo no campo, de uma forma quase total, exatamente porque perpetuou o mecanismo que inicialmente cumpria o papel da acumulação primitiva. Essa perpetuação da coerção extraeconômica que servia para reproduzir o excedente tinha, na origem o mesmo defeito e a mesma causa: o privilegiamento da forma de produção do valor da economia agroexportadora. Sendo incapaz de ultrapassar os níveis da reprodução simples, pela presença da intermediação comercial e financeira externa. (P. 34).

Na intelecção de Barbosa (2003), de 1891 a 1919, vigorou um sistema de relações de trabalho sem intermediação do Estado, mas com a influência organizativa da classe operária, especialmente a urbana, que lutava por melhores condições de trabalho e por uma legislação trabalhista digna. As primeiras greves gerais datam de 1903. Em 1907, uma greve geral ocorrida em São Paulo reivindicava a jornada de oito horas. Na década seguinte, ou seja, em 1917, instaurou-se progressivamente uma mudança no campo de contato político entre trabalhadores, industriais e o Estado. A discussão dos direitos sociais coletivos passaram a figurar na agenda estatal, nos jornais da grande imprensa, deixando o espaço restrito das assembleias operárias. A primeira lei trabalhista de alcance nacional funcionaria mais como antídoto para apaziguar os ânimos pós-greve de 1917 e justificar a participação do Brasil no Tratado de Versalhes, quando da criação da OIT (BARBOSA, 2003).

A consolidação da força de trabalho no Brasil só se deu pós-1930, “[...] acompanhando o ritmo de expansão do capital”. (OLIVEIRA, 2013, p. 35). Naquele momento se deu a passagem do modelo econômico de base agrário-exportadora para um novo modelo de acumulação, então de base urbano-industrial. Nesse sentido, o Estado desempenhou um papel essencial ao institucionalizar a regulamentação das leis trabalhistas, intermediando a relação capital x trabalho. Como ressalva Oliveira, as leis trabalhistas:

[...] fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em ‘exercito de reserva’. (2013, p. 38).

Nos anos 1932, definiam-se a jornada de oito horas e também as condições de contratação, tanto do homem quanto da mulher. A obra reguladora do Estado só ficou completa em 1942, com a aprovação da CLT e fixação do salário-mínimo (no ano de 1940). Barbosa acentua que, com a criação da Justiça do Trabalho, os operários entraram num processo de legalização do movimento reivindicatório, o que ocasionou diversos danos para a luta que se efetivava anteriormente na rua e então ia sendo conduzida a instâncias burocráticas do Estado (BARBOSA, 2003). Para os capitalistas, a generalização de direitos sociais foi um alívio, no sentido de que estabelecia limites entre eles, e entre estes e os trabalhadores, limitando a mínimos vitais a remuneração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013; BARBOSA, 2003).

Com a regulamentação da força de trabalho formal, aflorou o outro lado da mesma moeda, ou seja, a expansão do mercado de trabalho informal, que se deu, entre outros motivos, porque a proteção social, então criada, não era universalizante. Não era todo trabalhador que estava apto a acessar essa cida-

dania garantida pela regulamentação trabalhista do Governo Vargas. Tal fato, certamente, propiciou a que milhares de brasileiros se vinculassem a ocupações informais. A ideologia propagandeada, no entanto, era a de que à medida que este trabalhador se esforçasse por atingir o perfil “adequado”, poderia, a qualquer momento, acessar seus direitos. (CARDOSO, 2010).

De 1930 a 1970, ocorreu um ciclo de expansão econômica no Brasil, com uma tendência ao incremento dos empregos assalariados formais em relação às ocupações informais, contudo, em 1980, com a crise da dívida externa, teve início uma fase de fraco dinamismo na economia nacional que teria sido responsável pelo aumento do desemprego e das ocupações informais, além da depreciação do salário-mínimo. (POCHMANN, 2002; 2012).

Malagutti (2000) reforça a asserção de que os anos de 1980 foram marcados pela intensificação das desigualdades sociais no Brasil, pois, de um lado, um terço da população recebia até um salário-mínimo, sendo que no final daquela mesma década teria baixado para um quarto. Do outro lado, o rendimento dos 20% mais ricos, no mesmo período, passou de 63% para 65% da riqueza produzida no País, e que “[...] boa parte da população brasileira viveu os anos 1980, em condições de miséria absoluta [...] 1/3 dos brasileiros obtém seu sustento através de biscates ou outros tipos de trabalho precário”. (P. 41).

Esse quadro de precarização dos trabalhadores acirrou-se ainda mais nos anos de 1990, com a adoção, por parte do Governo Federal, de medidas neoliberais, responsáveis por maior precarização dos empregos assalariados com carteira assinada, além do que forçaram a que um grande contingente de trabalhadores brasileiros ingressasse no mercado informal para prover meios a sua sobrevivência. A política neoliberal, adotada inicialmente no governo Collor de Melo e intensifica-

da na “Era FHC”, converteu-se em retrocesso, para os trabalhadores brasileiros, como Pochmann e Borges analisam:

O Brasil regrediu quase um século nas relações de trabalho. Os milhões de desempregados brasileiros que subsistem no mercado informal, de precarizados e dos que perderam seus poucos direitos sentiram na carne os efeitos dessa política. [...] Milhões de trabalhadores foram jogados na informalidade, vegetando sem qualquer proteção legal. A frágil legislação trabalhista, erguida na Era Vargas, foi desmontada e hoje mais parece um *Frankenstein*. O receituário neoliberal, que serve unicamente à gula do capital rentista, degradou ainda mais as condições de vida e trabalho do sofrido povo brasileiro. (2002, p. 10).

Levando em consideração o receituário neoliberal, a palavra-chave para o governo FHC foi flexibilizar: “[...] contratação flexível, jornada flexível e remuneração flexível”. Assim, não caberia mais, ao Estado regular o mercado, e nem, nesse sentido, a relação capital x trabalho, mas deveria sim favorecer a “livre negociação”. (POCHMANN E BORGES, 2002, p.9).

De 2004 a 2010, segundo Pochmann, uma nova dinâmica econômica em relação ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro se estabeleceu com a valorização do salário-mínimo influenciada pelo retorno do crescimento econômico e pela implementação de políticas de transferência de renda, por parte do Governo Federal. Em suas palavras,

O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços [...]. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, com elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (2012, p. 10).

Analisando esse período, Singer (2012) considera que de 2003 a 2008 ocorreu uma conjuntura econômica mundial favorável, sobretudo pelo “*boom de commodities*” e que esse

fato foi atrelado à decisão do então presidente Lula de optar, em seu mandato, por um caminho intermediário ao neoliberalismo e, apoiando-se no reformismo, deu-lhe suporte para fazer com que houvesse crescimento econômico com redução da desigualdade social.

Ressaltamos o fato de que se vivencia, no Brasil, desde 2016, um retrocesso dos direitos trabalhistas, com o retorno ao poder de uma política ultradireitista e conservadora, que a passos largos busca aprofundar a flexibilização das leis trabalhistas e ainda cassar o direito à previdência social dos trabalhadores brasileiros. O que será daqui para a frente? Não sabemos, mas acreditamos que tudo dependerá do poder de luta da classe trabalhadora no embate contra as investidas da classe hegemônica capitalista.

Já no âmbito do espaço cearense encontramos alguns aspectos que se encaixam na realidade discutida para o Brasil, mas, sobretudo, particularidades que nos fazem analisá-lo num contexto mais específico da constituição de sua formação socioespacial e configuração de sua força de trabalho, apresentando inclusive diferenciações em relação a outros espaços nordestinos, conforme discutiremos no item a seguir.

2.4 A CONSTITUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CEARÁ

A constituição da força de trabalho no Ceará não denota, pelo menos de modo mais específico, as mesmas características conferidas aos estados, centros hegemônicos de acumulação capitalista em Território Nacional e, até mesmo, em relação a outros estados que compõem o espaço regional. Aqui foi diferente e, se semelhança houve com outros estados nordestinos, foi em razão do latifúndio e da mão forte do co-

ronel, o que conferiu uma concentração de pobreza e miséria para a maior parte da população rural, transferida posteriormente para o meio urbano.

Por essas terras, o trabalho livre, considerando-se o período colonial¹⁰, teve origem com o vaqueiro, o trabalhador ocupado na agricultura de subsistência e o artesão. A colonização do Ceará ocorreu no século XVII, sendo justificada pelo fato, dentre outros, de que era “[...] economicamente destituída de interesse para a metrópole e politicamente isolada”. (PORTO ALEGRE, 1989/1990, p. 2). Foi nesse período que começou a se desenvolver a pecuária, atividade econômica que deu início à ocupação do Território Cearense.

A pecuária ocupou na porção nordeste do Brasil os espaços não propícios ao cultivo da cana-de-açúcar, estabelecendo-se uma separação gradativa entre a produção, centrada, sobretudo, na Zona da Mata pernambucana e no Recôncavo baiano, e a criação do gado no sertão. Nesse sentido, os senhores de terras, provenientes da Bahia e de Pernambuco, ampliaram os seus domínios, adquirindo sesmarias para a implantação de currais que foram estabelecidos longe da lavoura canavieira (PORTO ALEGRE, 1989).

A atividade criatória caracterizava-se, segundo Porto Alegre, pelo uso de poucos trabalhadores nos currais, pelo pequeno investimento de capital e por ser uma atividade que envolvia grandes deslocamentos de animais, uma vez que os pontos de comercialização ficavam muito distantes das áreas de criação. Foi na metade do século XVIII que houve a “[...] mul-

10 Não ignoramos a presença indígena no Ceará antes do início do processo de colonização, tampouco as formas de expropriação e etnocídio a que foram submetidos, bem como as investidas de escravidão pelo colonizador. Interessou-nos, entretanto, mais especificamente, para efeito de nossa reflexão, como foram se configurando no Ceará as relações de trabalho que envolvem, por sua vez, as relações com a terra, ou seja, trabalho livre, parceria, arrendamento, que foram os mais comuns.

tiplicação dos currais no Ceará e grandes doações de terra”, fatos que estiveram relacionados “[...] à grande disponibilidade de terras, ao crescimento populacional e ao sistema de quarteirão”. (PORTO ALEGRE, 1989, p. 3). Quarteirão era, segundo Gorender (2010 [1978], p. 461), um sistema que se constituía pela “[...] associação entre o proprietário da fazenda e o vaqueiro”, quando era implantada uma fazenda, e consistia em que “[...] o vaqueiro só receberia seu pagamento cinco anos depois, quando da primeira safra de novilhos, cabendo-lhe uma quarta parte da criação”. Essa negociação abria a possibilidade de acumulação aos vaqueiros contratados para administrar as fazendas e, quanto às fazendas, Gorender explica que eram unidades produtoras de gado cuja mão de obra era reduzida, pois não utilizavam no trabalho mais do que 15 ou 20 homens, corroborando o exposto por Sylvia Porto Alegre (1989).

Já Silva (2002) considera que, para alguns colonos pobres, o maior anseio era conseguir ser fazendeiro, pois, na situação em que se encontrava a Capitania, o gado apresentava-se como mais viável, com uma reprodução menos dispendiosa do que outras atividades, além de proporcionar alimentação básica para a população envolvida no criatório.

Citando Capistrano de Abreu, Gorender acentua que identificou, no Ceará, duas fases no seu regime pastoril. A primeira foi caracterizada por proprietários ausenteístas, em geral baianos, e a segunda por fazendeiros locais, antigos vaqueiros que ascenderam à condição de proprietários (2010). Citando também Koster, comenta que a maioria das fazendas por ele visitadas no Ceará era de propriedade de homens de ampla prosperidade e residentes no litoral, onde produziam cana. Desse modo, ele chama atenção para o fato de que, enquanto o caráter das regiões agrícolas produtoras era de isolamento, pois não mantinham uma vida de relações entre si,

já que produziam para o mercado externo, a pecuária tinha outro caráter, a de uma atividade interna, mantendo relações tanto com os núcleos produtores agrícolas como com os núcleos urbanos. Para Gorender (2010),

Uma vez que a divisão de funções entre plantagens e fazendas de gado pôde ser estabelecida dentro do seu próprio território, a pecuária no Brasil se distinguiu por tomar o caráter de uma espécie de tecido cartilaginoso do sistema econômico escravista e de se tornar, em consequência, uma propulsora da integração do mercado interno. Enquanto as regiões plantacionistas mantinham laços frouxos entre si, pois se orientavam de modo primordial para o comércio externo, a pecuária resultava de uma divisão social do trabalho de natureza interna e obrigava a manter vínculos consistentes com as diversas regiões plantacionistas e com os núcleos urbanos. (P. 452).

A pecuária caracterizou-se como atividade não só de abastecimento das populações locais, mas, sobretudo, pelo suprimento de carne e animais de tração para a zona canavieira. Sua importância foi tamanha que os historiadores locais chegaram a se referir a uma “civilização do couro”, isso porque a oferta de couros e peles decorrentes da intensificação da atividade criatória, espalhadas pelo sertão nordestino, favoreceu o desenvolvimento do artesanato, com a confecção de artigos oriundos da transformação de couros e peles de animais em selas, arreios e gibões para os vaqueiros e também utensílios domésticos, a exemplo de camas, cadeiras, portas etc. Abreu (1999) expressa bem a importância do couro na vida dos sertanejos:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prede-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e os surrões, a roupa de entrar no

mato, os banguês para cortumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. [...] Também de couro era a mobília (cadeira de encosto, tamboretas), as cadeiras baixas de estar à almofada de bilros, os baús-guarda-roupa, arabescados de pregaria dourada. (P. 135).

As charqueadas significaram outro desdobramento da pecuária no Ceará, e consistiam em oficinas¹¹ onde se desenvolvia a atividade de beneficiamento da carne e que foram instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreau. (GIRÃO, 1995). Segundo Raimundo Girão (2000), embora não se saiba ao certo quando começaram a funcionar as charqueadas, é possível asseverar que se desenvolveram antes de 1740, onde hoje está situado Aracati. Considera ainda que “[...] a venda de matéria-prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sal e capazes de resistir, sem deterioração, a longas viagens”, foi a alternativa encontrada pelo cearense em razão das dificuldades e prejuízos atrelados a extensas travessias que tinham que cumprir com o gado (GIRÃO, 2000, p. 155). Consoante Silva (2002), o comércio de carnes secas era tão intenso que chegava a se exportar o produto para a Bahia e o Rio de Janeiro.

No que tange à mão de obra escrava no Ceará colonial, Capistrano de Abreu assevera que houve uma aparente anomalia, pelo fato de que, no Ceará teria “[...] havido mais escravos no sertão, onde [era praticada a] agricultura do que no agreste da marinha” (1899, p. 168). Para Gorender (2010), não há dúvidas da presença, no período colonial, mesmo que concomitantemente ao trabalho livre, do escravo na atividade pecuária, em menor ou maior grau dependendo da região, pois,

11 Nas oficinas era fabricado um tipo de carne chamada carne seca “não prensada, moderadamente salgada e desidratada ao sol e ao vento, por tempo necessário à sua conservação”. (GIRÃO, 1995, pp. 101-102).

[...] de norte a sul, coexistiram na pecuária o trabalho escravo e o trabalho livre. O primeiro teve significação acentuada, e mesmo básica, em certas regiões durante longo período. De modo geral, a evolução associou o trabalho escravo em termos alternativos ao trabalho livre, cujo emprego a pecuária absorveu mais cedo e mais amplamente do que a economia plantacionista. O insofismável é que, por toda parte, embora em grau variável no tempo e no espaço, as fontes históricas demonstram a incidência de características escravistas na pecuária brasileira. (P. 461).

Em geral, considera-se que o trabalho escravo teve início, na Capitania do Ceará, com o indígena, que, mesmo em pequena proporção, foi escravizado pelo colonizador ainda na segunda metade do século XVII. Segundo Silva, eles desempenharam atividades consideradas pesadas, nas poucas vilas, povoados e fazendas existentes até então, e trabalhavam também na lavoura de subsistência, além de outras atividades necessárias à sobrevivência cotidiana. Citando Tristão de Alencar Araripe, ele informa que 2.500 índios foram escravizados e que somente nas últimas décadas do século XVIII se pode falar em “condições pecuniárias” para formação de uma população escrava de origem africana no Ceará. Essas condições foram dadas desde o comércio do algodão, que teria capitalizado a capitania. (SILVA, 2002, p. 37). O autor citado explica que, para os potentados locais, a compra de escravos era vista como “investimento” do qual se poderia lançar mão em períodos de estiagens, quando decrescia a produtividade agrícola. E sobre os escravos negros no Ceará considera que sua formação se deu,

[...] entre o último quartel do século XVIII e as últimas décadas seguintes. A partir daí seu aumento foi somente vegetativo. O intenso crescimento econômico ocorrido naquela época em certas regiões pode explicar esse fato. (SILVA, 2002, p. 51).

Em resumo, a mão de obra escrava negra, na Capitania do Ceará, foi aproveitada em serviços domésticos, na pecuária e na lavoura, inclusive da cana-de-açúcar. Como demonstra

Silva (2002), a maior parte dos escravos negros que lidavam com a agricultura na Província do Ceará estava vinculada às culturas do algodão e da cana-de-açúcar, na primeira metade do século XIX, com destaque para Aquiraz e Crato, como esclarece:

Em 1813 fica evidenciada a importação de escravaria negra em todos os municípios, com destaque para aqueles produtores de algodão, ou voltados para a indústria canavieira. [...] Aquiraz e Crato, são dois exemplos. O primeiro, incluindo o distrito de Cascavel, desenvolvia atividade canavieira, o plantio de algodão e produzia mantimentos para a capital [...] Crato, incluindo Jardim centralizava as atividades canavieiras na zona do Cariri [...] a produção de açúcar e rapadura produzida ali abastecia toda aquela região, espalhando-se até o Piauí. (pp. 73-74).

Os escravos “[...] representavam força de trabalho sem limitações e capital conversível em dinheiro”. (SILVA, 2002, p. 65). Causou-nos indignação, embora saibamos das atrocidades a que estavam submetidos os escravos no Brasil colonial, constatarmos, nos documentos apresentados por Silva, que os compradores de escravos no Ceará, já na segunda metade do século XIX, preferiam escravos ainda crianças, desde os nove anos, e que o limite máximo exigido pelos compradores era de 30 anos (SILVA, 2002).

Faz-se importante salientar que a mão de obra escrava, na Província do Ceará, no século XIX, foi diminuta em relação à mão de obra livre, conforme demonstra Pinheiro (1989) no Quadro 1, elaborado por esse autor e que reproduzimos aqui. Neste, podemos observar que o percentual de escravos naquele século, em relação à mão de obra disponível, não passou de 12%, o que se deu em 1835, chegando em 1872 a representar apenas 4%.

Quadro 1- População livre e escrava na Província do Ceará (1813-1872)

Ano	Nº de Livres	%	Nº de Escravos	%	Total
1813	131.537	88,5	17.208	11,5	148.745
1835	195.610	88	27.944	12,0	223.554
1858	453.918	93,4	32.208	6,6	486.108
1860	468.308	93,0	35.441	7,0	503.579
1872	689.773	95,6	31.913	4,4	721.686

Fonte: Extraído de PINHEIRO¹² (1989, p. 204).

A segunda metade do século XIX foi um marco para a formação socioespacial cearense, com a expansão e exportação do algodão, que trouxe consequências na conformação da sua força de trabalho, e também sobre o processo de urbanização. A proeminência da cultura do algodão acarretou uma subordinação da agricultura de subsistência à agricultura comercial, conforme Pinheiro (1989), e, conseqüentemente, transformações nas relações de trabalho com o advento da cultura algodoeira. Em suas palavras,

[...] à medida que a agricultura comercial se tornou a base da economia provincial exigiu uma incorporação crescente de força de trabalho. Exigiu, sobretudo, a criação de mecanismos para garantir a submissão, não apenas da força de trabalho, mas de trabalhadores aos grandes proprietários. (pp. 199).

Pinheiro demonstra que, não obstante as transformações nas relações de trabalho no Ceará, provenientes da intensificação da produção do algodão em larga escala, ainda na segunda metade do século XIX, havia preocupação por parte dos políticos e da elite local com a constituição e consolidação da força de trabalho neste atual estado. Um fato curioso

12 Pinheiro baseou-se nos documentos: Relatório do presidente da Província João de S. Souza de 01 de julho de 1858, p. 30 ; MELLO, Manuel Nunes, da Revista do Instituto do Ceará, tomo XXV, ano XXV, 1911, p. 50; e ainda em SILVA, Pedro Alberto de Oliveira, “Escravidão no Ceará, O trabalho escravo”, Fortaleza, 1986, p. 18.

evidenciado pelo referido autor diz respeito á especulação sobre a possibilidade de importação de mão de obra estrangeira para o Ceará. No ano de 1857, foi veiculada na imprensa local a notícia de que se aventava a possibilidade de trazer da Europa pessoas para trabalhar na Província do Ceará, mas, se reconhecia a impossibilidade disso acontecer, em razão da falta de capital e do pouco auxílio do Governo Geral, restando, portanto, contar com os braços locais. Embora houvesse um número expressivo de mão de obra livre no Ceará, na concepção da elite e do poder público, faltava-lhe disciplina para o trabalho (PINHEIRO, 1989).

Pinheiro (*op. cit.*) comenta o fato de que, à época, havia resistência dos trabalhadores pobres/livres em submeter-se às relações de trabalho disciplinado e que, por isso, seria necessário regular o trabalho¹³. Uma das opções adotadas foi o sistema de parceria, ainda tão comum no espaço rural nordestino. Nesse sentido, a primeira estratégia para submeter o homem pobre/livre foi controlar seu acesso à terra. O morador passava à qualidade de morador de condição, onde os trabalhadores não pagariam pelo arrendamento da terra, mas eram obrigados a trabalhar de três a quatro dias na semana na produção do senhor de terras. Outro modo de submissão foi a relação latifúndio/minifúndio, em que o pequeno seria submetido ao grande, enquanto os arrendatários eram pequenos produtores que arrendavam uma parcela de terra.

Destacando as vantagens da utilização do trabalho livre em contraposição ao trabalho escravo, e o estímulo às relações de parceria e arrendamento, Porto Alegre comenta que,

13 Pinheiro (1989) cita, inclusive, mecanismos extraeconômicos, como o uso da religião para reforçar um novo sentido do trabalho no cotidiano da população, e que, além da religião, havia o papel da educação formal nesse processo.

[...] se tornou clara a pouca vantagem do emprego de escravos numa região onde aumentava a presença de homens pobres livre, índios, mestiços e pretos foros. A mão de obra livre absorvida pela pecuária, e, portanto ociosa, e a facilidade da colheita, onde se podia empregar crianças e mulheres teriam contribuído para alterar as relações de produção e reduzir o plantel de escravos. O que teria estimulado a prática dos contratos de parceria e arrendamento, através de formas variadas de trabalho familiar e individual. (...). A absorção de mão de obra livre foi facilitada pelo cultivo conjugado de alimentos no interior da própria unidade produtiva, garantido assim o sustento e reprodução da força de trabalho. (PORTO ALEGRE, 1989, p. 12).

No cultivo do algodão, desenvolvido no Nordeste agrário não açucareiro, como reforçou Oliveira (1977), predominavam relações de trabalho diferentes daquelas existentes na *plantation*, isto porque eram constituídas por pequenas e isoladas culturas, e o fazendeiro fazia o papel de intermediário dos pequenos produtores, a ele submetidos, com o grande capital internacional. Era o fazendeiro que fixava, de partida, o valor que o meeiro iria receber por sua produção, independentemente de haver variação no mercado internacional dos preços do produto. Além do mais, o fazendeiro criava uma situação de completa submissão do produtor de algodão, em suas terras, ao financiar os produtos necessários para a reprodução da vida do meeiro e de sua família (como sal, querosene, roupas etc). Cobrava preços exorbitantes pelos produtos que revendia, obrigando o pequeno produtor a trabalhar mais intensamente, como também à sua família, para poder arcar com a dívida e com a imensa roda-viva, que se iniciava a cada período de produção, havendo assim, antes da expropriação da força de trabalho, a expropriação do produto, o algodão (OLIVEIRA, 1977).

Oliveira (*op. cit.*) chama atenção para o fato de que o fazendeiro se apropriava dos valores produzidos na produção e comércio do algodão por via de três mecanismos: expropriação do

produto na partilha; pelo sobretrabalho dos pequenos produtores, e com base na renda da terra. Nas palavras do próprio autor,

A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sítiantes, meeiros e posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas. [...] O fazendeiro se apropria desse valor, tanto sob a forma de sobreproduto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, [...] sob as duas formas oculta-se uma terceira, a renda da terra que raramente é explícita. O proprietário quase nunca exige um pagamento do meeiro pela utilização da terra. O fazendeiro, em sua ideologia, dá a terra de graça a seus moradores. [...] onde a pecuária extensiva reinara soberana durante séculos, vai se combinar com a própria pecuária e com a “cultura de subsistência” na estrutura peculiar típica do latifúndio-minifúndio. (P. 48).

Foi, portanto com origem na expansão da produção do algodão que o Ceará entrou na Divisão Internacional do Trabalho, o que ocorreu em virtude da desorganização das áreas produtoras de algodão estadunidense, com a Guerra de Secessão (1861-1864). “O algodão, cultivado de forma extensiva no sertão e serras próximos a Fortaleza, passa a ser o principal produto agrícola”. (SOUSA, 2007, p. 17). A demanda dessa malvacea no mercado europeu e o não fornecimento pelas tradicionais áreas produtoras fizeram com que a produção cearense entrasse no âmbito das exportações brasileiras. Com isso, houve uma dinamização no comércio da Província e Fortaleza se expandiu com implicações no comércio, indústria e, sobretudo, no aumento da população alimentada pelos fluxos migratórios. Consequentemente, ocorreu um aumento do seu raio

de influência junto às demais cidades do Ceará, fato que foi acompanhado pelo dinamismo no comércio local, acumulação de capitais e melhoria de serviços urbanos (SOUSA, 2007).

Além do dinamismo vinculado à produção algodoeira no Ceará, Silva destaca que a pujança econômica da Capital cearense decorreu também, do poder público com o direcionamento de fortes recursos para esta cidade, no sentido de dotá-la de infraestrutura e de outros equipamentos essenciais, visando a dar continuidade a toda movimentação econômica que passou então a comandar. Cita a construção de linhas férreas ligando Fortaleza às cidades situadas no interior da Província como um exemplo da atuação do Estado no sentido de dar sustentáculo à economia, sobretudo algodoeira, que necessitava de infraestrutura (estradas e porto) de modo a viabilizar a circulação do algodão (SILVA, 1992).

Essa dinamização da Capital, consoante Costa, teria contribuído para a atração de novos moradores, com ampliação do número de empregos e serviços urbanos. Mencionada autora informa que esses novos moradores eram, a princípio, encarregados da administração da máquina pública e trouxeram junto suas famílias, mas, com o passar do tempo, e o surgimento de oportunidades, principalmente no âmbito profissional, produtores rurais (temendo os prejuízos em períodos de seca severa), comerciantes e profissionais liberais, também, juntamente com suas famílias, passaram a habitar na Capital cearense (COSTA, 2007).

Ainda na segunda metade do século XIX ocorreu o declínio da produção algodoeira, com a baixa do preço internacional e recomposição da produção desse produto por parte dos EUA (1871), além do que sucedeu “[...] uma série de grandes estiagens (1877-78; 1888-89; 1900, 1901, 1902, 1915, 1919)” e conseqüentemente grande movimento migratório. (GIRÃO, 2000, p. 234). A seca acontecida de 1877 a 1879, consi-

derada como a que mais castigou a população cearense e denominada “Seca dos Dois Setes”, trouxe conseqüências para o crescimento de Fortaleza que, de 20.098 habitantes em 1872, passou a 40.902 em 1890, resultando em sérios problemas de saúde pública na cidade, conforme assinala Costa (2007).

Interessante é a observação de Souza e Neves (2002), sobre uma mudança importante à época - a relação cidade-campo - quando pôde ser percebido que os problemas outrora sentidos apenas no campo começam a gerar tensões na cidade. Para os referidos autores,

Em 1877 a seca deixa de ser um problema unicamente agrário, já que nesse período as relações entre cidade e campo passam a se intensificar, refletindo as tensões do campo no espaço urbano das cidades em geral, e nas litorâneas em particular, principalmente Fortaleza. (P. 15).

O influxo do crescimento populacional de Fortaleza impeliu às ações por parte do poder público com vistas a disciplinar o espaço da cidade. O historiador Vieira (2002), ao chamar atenção para as mudanças socioespaciais em Fortaleza, destaca o disciplinamento do espaço de moradia da população que migrava para a Capital do Ceará. Ressalta o papel que cumpriu a *Planta Topográfica da cidade de Fortaleza e subúrbios* (1875), elaborada pelo então engenheiro da Província e do Município, Adolfo Herbster, no século XIX, e assim se expressa,

[...] a seca de 1877/1879 apresenta-se como ponto máximo dessa separação, pois no momento de maior concentração de retirantes em Fortaleza -março de 1878 - 13 “arraiaes”¹⁴ foram construídos pelos poderes públicos provinciais. Ressalte-se que tais acomodações foram construídas, preferencialmente, em áreas que marginavam o perímetro central

14 “Os Arraiaes eram locais construídos para prestar socorro aos retirantes, porém o termo mas recorrente era abarracamento. Os treze abarracamentos eram: Meireles, São Luiz, Aldeota, Pajehú, Boa Esperança, Alto da Pimenta, Benfica, São Sebastião, Alto do Moinho, Alagoa Secca, Jacarecanga, Via Férrea e Engenheiros”. (VIEIRA, 2002 p. 47).

da cidade, ou seja, os subúrbios. [...] Herbster formalizava a idéia de que deveriam ser construídas edificações compatíveis com a “natureza social do lugar”, procurava-se enxadrizar ruas, casas e posturas. (VIEIRA, 2002, p. 20).

É oportuno salientar que muitos dos sertanejos que se estabeleceram em Fortaleza constituíram-se em mão de obra para as denominadas melhorias urbanas da cidade desde a seca de 1877. “Muitos sertanejos representavam uma mão de obra quase gratuita na construção e restauração de calçadas, calçamentos, casas, entre outras obras” (RIOS, 2001, p. 24). O uso dessa força de trabalho intensificou-se mais ainda na seca de 1932, quando a cidade ganhou novos contornos e conteúdos com,

[...] novas ruas, novas praças, novos edifícios, novos cinemas, novos mercados, novas casas e novos habitantes. Ampliou sua extensão territorial e reafirmou a necessidade de manter distante os milhares de retirantes que estariam dispostos a trocar o “sombrio sertão” pela “luz do progresso”. (RIOS, 2001, p. 28).

A autora aponta que o poder público estabelecia um certo distanciamento com a população flagelada, mas este era apenas parcial, pois a força de trabalho era quase gratuita, o que assegurou à Fortaleza, condições favoráveis à sua modernização em um momento em que a pobreza e a miséria eram a realidade da maior parte da população. Em suas palavras,

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos de Fortaleza afastada (ou parcialmente afastada) da miséria caracterizou-se, em frentes de trabalho, em políticas de emigração para outros estados e na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados. Nessa seca o poder público isolou parte dos sertanejos em sete campos de concentração¹⁵ distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no sertão do Ceará. (RIOS, 2001, p. 8).

15 Rios aponta que estes espaços estavam situados em: “[...] Buriyy no Crato; Quixeramobim no município de mesmo nome; Patu no município de Senador Pompeu; Cariús em São Matheus; Ipú no município de mesmo nome, Urubu e Otávio Bonfim em Fortaleza”. (2001, p. 46).

Destaca, ainda, o incremento no número de sertanejos que chegavam à Capital, na seca de 1932, em relação às secas anteriores, isto porque puderam contar com duas estradas de ferro que entrecortavam o Estado: a Estrada de Ferro de Baturité e a Estrada de Ferro de Sobral. Rios (*op. cit.*) chega a se referir a uma “nova geografia da migração” em decorrência dos caminhos dos trilhos.

A Tabela 1 evidencia o crescimento da Capital cearense no período de 1890-2010, na qual se observa que houve maior intensidade no seu crescimento desde os anos de 1940, e também nos anos de 1950, quando dobrou a sua população. Nos anos de 1950 a 1960 a população de Fortaleza cresceu 90% e de 1960 a 1970 esse acréscimo se manteve ainda muito elevado, com uma taxa de 66%.

Tabela 1- População do Ceará e do Município de Fortaleza, 1890 – 2010.

Ano	População do Ceará	População de Fortaleza
1890	805.68	40.902
1900	849.127	48.369
1920	1.319.228	78.536
1940	2.091.032	180.185
1950	2.695.450	270.169
1960	3.337.856	514.813
1970	4.491.590	857.980
1980	5.380.432	1.307.611
1991	6.366.647	1.767.637
2000	7.430.661	2.141.402
2010	8.448.055	2.447.409

Fonte: Recenseamento Geral - Ceará, 1980, FIBGE. In: Costa, 2007 p.76 e IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Ainda nos anos de 1950 ocorreram mais duas grandes secas, a de 1951 e a de 1958 que, em conjunto com a crise na agricultura e o agravamento da questão agrária cearense, pro-

vocaram a intensificação do processo migratório. Nessa situação, houve uma verdadeira inversão do lugar de moradia por parte da população. Ainda nos anos de 1950 ocorreu o acirramento das desigualdades regionais no Brasil, com a expansão da indústria no Sudeste, que também atraiu grandes contingentes populacionais do Nordeste que serviriam de mão de obra para as indústrias então implantadas nessa região.

Dos anos de 1956 a 1960, a indústria tornou-se o setor propulsor da economia brasileira, com o desenvolvimento da produção de bens de capital e de consumo duráveis, processo que se concentrou no Sudeste, aguçando as disparidades regionais. A cidade de Fortaleza, em princípio, não denotava uma dinâmica produtiva, no que se refere à indústria e, portanto, capaz de absorver o grande contingente populacional proveniente do meio rural, cabendo aos migrantes a busca por outros setores de atividades, como o comércio e os serviços. Fortaleza caracterizava-se, e caracteriza-se, ainda hoje, como uma cidade terciária fortalecida por sua condição de capital e por sua vasta área de influência que extrapola os limites do Estado. Grande parte da população não absorvida por estes setores de atividades sobrevive de atividades informais, situação muito evidente nos centros urbanos brasileiros (AMORA, 2007), mas também nas áreas rurais.

No ano de 1973, houve a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas do Brasil e, dentre estas, a Região Metropolitana de Fortaleza, capitaneada por sua Capital. Essa região conformou-se como importante centro gestor do território cearense e criador de riquezas. Amora e Costa (2015) consideram que, desde os anos de 1980, houve o “[...] extravasamento do polo Fortaleza para os municípios metropolitanos por via da implantação da indústria incentivada, construção de conjuntos habitacionais na periferia e expansão do turismo litorâneo”. (P. 32).

Foi também desde a segunda metade dos anos de 1980 que teve início, no Ceará, o processo de reestruturação produtiva, conduzido por um grupo de empresários que fazia parte do Centro Industrial do Ceará – CIC, e, cujos fundamentos se baseavam, segundo Pereira Júnior,

[...] numa filosofia burguesa, ao defender ações como o fortalecimento das tendências industrializantes, a racionalização dos sistemas técnicos de organização do território, a atração dos investimentos externos e a reestruturação da máquina pública baseada numa política de ‘enxugamento’ e ‘privatização’. (2012, p. 30).

O grupo político que então ascendeu ao poder pauteou sua estratégia de desenvolvimento econômico em três vetores: a industrialização, o turismo e o agronegócio. Nesse sentido, buscou atrair diversos investimentos para o Estado, o que se reverteu numa matriz de desenvolvimento econômico urbano-industrial, que reforçou ainda mais a importância da RMF como *locus* da gestão do capital.

No capítulo a seguir, cuidamos, de modo mais específico, da Região Metropolitana de Fortaleza, dando ênfase à formação da força de trabalho nesta porção do Estado do Ceará, que se tornou, por excelência, o centro dinamizador da sua economia e de atração de população vinda do interior e do litoral. É neste contexto que se inserem os Municípios de Aquiraz e Pindoretama.

Cabe salientar que a análise da força de trabalho se baseia em dados de instituições governamentais que levam em consideração os setores da economia (serviços, indústria, comércio e agricultura). Embora cientes dos limites dessa compartimentação em face das transformações no âmbito do setor produtivo, adotamos, haja vista, que os dados oficiais seguem essa divisão.

3 A FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Neste capítulo, damos ênfase à Região Metropolitana de Fortaleza - RMF destacando os aspectos relativos à força de trabalho que, conforme verificamos, foi se constituindo historicamente, tendo Fortaleza como *locus* principal de sua reprodução. Antes, porém, trazemos alguns elementos sobre a institucionalização e caracterização da RMF, levando em conta aspectos relativos ao seu papel concentrador no Estado do Ceará, no que tange à produção da riqueza e concentração da força de trabalho, bem como às dinâmicas de integração metropolitana.

Com amparo nos dados estatísticos, analisamos os indicadores do emprego formal, tendo por base as informações da Relação Anual de Indicadores Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Ao mesmo tempo, levamos em conta o trabalho informal, mesmo se estando ciente das dificuldades na obtenção de dados empíricos mais detalhados que reforcem o peso que a informalidade assume quando se analisa a força de trabalho, principalmente em realidades como a nossa. Ademais, há que se reconhecer a dificuldade em tratar o setor informal, haja vista os embates teóricos que envolvem esse conceito.

Finalmente, com suporte na distribuição por setores econômicos, enfocamos as atividades agrícolas na RMF. Este assunto será mais bem desenvolvido nos capítulos posteriores, haja vista ser nosso interesse específico desvendar as nuances do trabalho agrícola, numa área que passa por significativas transformações, mas que ainda guarda determinadas características, como a permanência de atividades agrícolas, mantidas em consonância com as atividades urbanas.

3. 1 A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: SUA CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Antes de cuidar dos pontos concernentes ao trabalho, propriamente dito, no contexto metropolitano, faz-se necessário procedermos a uma introdução sobre como foi se constituindo esta região no Ceará o que, inevitavelmente, esteve atrelada à concentração dos meios técnicos, financeiros e políticos, mas, sobretudo, de força de trabalho como componente imprescindível à acumulação de capital.

A RMF, mais especificamente a metrópole Fortaleza, assume papel significativo no Território Cearense, como espaço de acumulação de capital, porquanto é para ele que são carreadas tanto as riquezas naturais¹⁶ quanto a força de trabalho, composta por milhares de homens e mulheres que, despojados de seus meios de vida no campo, se dirigem às cidades em busca de trabalho e, conseqüentemente, de melhores condições de sobrevivência. Portanto, é um processo de mobilidade da força de trabalho, que se caracteriza não só pelo deslocamento espacial campo-cidade, mas, sobretudo, entre setores de atividades econômicas, ou seja, trabalhadores que antes lidavam com a terra, ao se transferirem para as áreas urbanas, passam a desempenhar outras atividades, ficando assim à mercê das necessidades do mercado, como demonstraremos mais adiante.

De um modo geral, a mobilização de recursos naturais, de tecnologia e de força de trabalho, é componente imprescindível na consolidação da metropolização, ao conformarem

16 A água é um exemplo dessa riqueza natural, que é obtida com dificuldade desde muito tempo nas regiões semiáridas, como, por exemplo, o Ceará. Vultosos investimentos foram gastos em obras hídricas neste Estado brasileiro e que não tiveram o objetivo somente de atender à população sertaneja e as atividades agropecuárias. O crescimento de Fortaleza e a expansão das atividades produtivas em sua região metropolitana impulsionaram as ações governamentais, visando a abastecê-la desse bem valioso, haja vista que, sem uma oferta considerável de água, tornar-se-ia inviável à implantação de indústrias, bem como a dinamização de vários setores econômicos que, direta ou indiretamente, necessitam desse recurso natural. É fato que a construção do açude Castanhão, por exemplo, não significou socialização deste bem para as comunidades no seu entorno, pois a água canalizada abastece principalmente a RMF.

espaços, por excelência, de acumulação capitalista, gerando ao mesmo tempo as contradições inerentes a esse modo de produção, como demonstra Robira (2012),

[...] o processo de metropolização se realiza, [...] como o de colonização, em primeiro lugar como processo de acumulação primitiva produzindo enormes déficits urbanísticos e diferenças sociais profundas, como reservas de solo urbano e força de trabalho. (P. 14).

Por seu caráter concentrador, as regiões metropolitanas assumem relevância inegável no contexto da urbanização do espaço e da sociedade. A concentração que engendram, todavia, é acompanhada de contradições materializadas pela Divisão Internacional do Trabalho, que gera “seletividade espacial” (CORRÊA, 2007), conformando hierarquias entre os lugares ao produzir riqueza, concomitantemente à pobreza.

A seletividade espacial aqui referida pode ser considerada, por exemplo, com amparo nas informações fornecidas pela publicação: *“Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana”* (ONU/HABITAT, 2012). Esse documento aponta a importância das cidades de grande e médio porte da região, salientando que elas comportam, atualmente, grandes economias que estão assumindo cada vez mais relevância regional e global. Identifica, ainda, o processo como indubitavelmente ligado a um novo dinamismo das cidades e ao surgimento de áreas de crescimento. Isso porque *“Más de dos tercios de la riqueza de la región procede de las ciudades y, si bien la mayor parte del valor agregado producido está concentrado en un punado de grandes áreas metropolitanas”*¹⁷. (ONU/HABITAT, 2012, p. XI).

Mencionado documento aponta oito cidades na Amé-

17 “Mais de dois terços da riqueza da região procede das cidades, se bem que a maior parte do valor agregado produzido está concentrada em um punhado de grandes áreas metropolitanas”. (ONU/HABITAT, 2012, p. xi)

rica Latina e no Caribe, como as que mais se destacam no cenário mundial: Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lima, Bogotá, Santiago do Chile e Belo Horizonte, três das quais estão no Brasil. São aglomerações urbanas cuja importância não se resume ao tamanho demográfico, mas, por se caracterizarem como principais eixos econômico, social, cultural e, na maioria dos casos, também político. (ONU/HABITAT, 2012). No ano de 2008, cerca de 40 cidades da América Latina e do Caribe produziram 30% da renda regional, sendo que a metade desse percentual procedeu apenas de quatro cidades: São Paulo, Cidade do México, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Dentre as cidades brasileiras destacaram-se (com seus respectivos PIBs em relação ao Brasil), além de São Paulo (16,2%) e Rio de Janeiro (8,4%), Belo Horizonte (2,4%), Porto Alegre (2,3%), Salvador (1%), Recife (1%), e Fortaleza (0,8%). (ONU/HABITAT, 2012).

No Território Brasileiro é nítido o papel que desempenha a “região concentrada” (SANTOS e SILVEIRA, 2010), com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro e suas respectivas regiões metropolitanas. A pujança de ambas, entretanto, não pode ser explicada fora do contexto da divisão do trabalho em escala nacional e internacional. A acumulação de riquezas dessas áreas está indissolúvelmente ligada, entre outros fatores, à expropriação que historicamente ocorreu nas regiões Norte e Nordeste¹⁸.

A Região Metropolitana de Fortaleza, formada com base na Metrópole, destaca-se entre as principais concentrações urbanas brasileiras. Segundo o estudo “Região de Influência das Cidades - REGIC” (2008), elaborado pelo IBGE, os centros urbanos brasileiros são hierarquizados em cinco grandes níveis: 1. Metrô-

18 Não estamos querendo com essa afirmação personificar as regiões aqui referidas, pois compreendemos que as contradições inerentes à diferenciação socioespacial entre as regiões brasileiras envolve pessoas que pertencem a classes sociais distintas e com interesses também distintos.

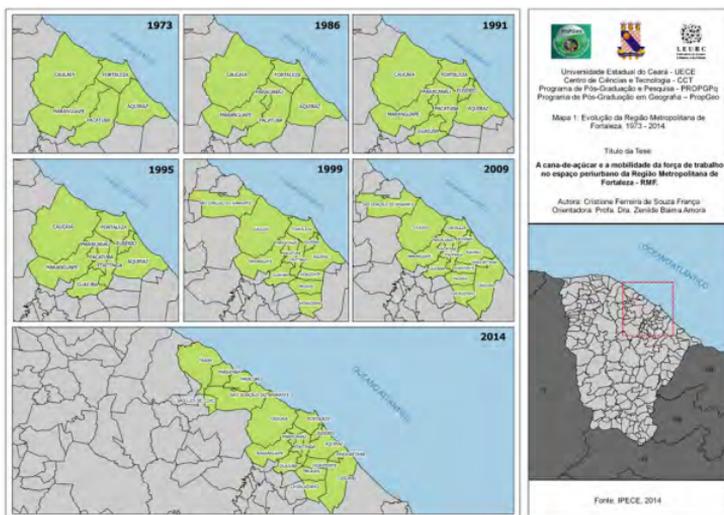
poles; 2. Capitais regionais; 3. Centros sub-regionais; 4. Centros de zona; 5. Centros locais. E, nesse contexto, a rede urbana brasileira é formada por 12 metrópoles, definidas com esteio nas relações que esses centros estabelecem entre si e com o Território Nacional, conformando grandes áreas de influência, que, no caso de São Paulo, corresponde a todo o Brasil, daí ter sido considerada Grande metrópole nacional, enquanto a Fortaleza coube à condição de Metrópole regional. Congrega, todavia, a terceira maior região de influência do País em termos de população. A rede hierárquica conformada pela influência da Capital¹⁹ cearense abrange os Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, e uma parte do Rio Grande do Norte em intercessão com o Recife.

A RMF foi criada no contexto de institucionalização das regiões metropolitanas brasileiras, em 1973, sob a tutela do então governo militar que pregava o discurso de integração do Território Nacional e almejava uma intensa inter-relação dessas unidades político-administrativas, que, de certo modo, já demonstravam importância para a sociedade urbano-industrial que se configurava naquele momento (SOUZA, 2006; GOUVÊA, 2005). Até os anos 1990, ainda se mantinham as nove regiões metropolitanas brasileiras criadas nos anos 1970. Com a Constituição de 1988, que delegou aos entes federativos a incumbência da criação e institucionalização de regiões metropolitanas, ocorreu um crescimento expressivo na institucionalização de regiões metropolitanas no País. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), o Brasil passou a totalizar 69 regiões metropolitanas (RMs) de 2015 a 2016, período no qual foram instituídos mais três novos recortes territoriais, a saber: a RM de Ribeirão Preto em São Paulo; a primeira RM de Rondônia e, por fim, no Ceará, foi criada a RM de Sobral.

19 A cidade de Fortaleza exerce influência, ainda, sobre: sete capitais regionais, 21 centros sub-regionais; 86 centros de zona e 786 municípios (REGIC/IBGE, 2007).

No momento de sua criação, a RMF era composta por apenas cinco municípios, alterando ao longo de quatro décadas sua configuração, chegando atualmente a 19, e que são: Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Eusébio, São Gonçalo do Amarante, Horizonte, Maranguape, Aquiraz, Pacatuba, Pacajus, Cascavel, Itaitinga, Guaiúba, Chorozinho, Pindoretama, Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luiz do Curu. O Mapa 1 expressa a expansão do espaço metropolitano e os anos em que se deram as novas incorporações, destacando-se aí uma expansão metropolitana litorânea. Essa concentração urbana no litoral decorre não só, do processo histórico de ocupação do território cearense, mas também das novas dinâmicas procedentes da globalização, das atividades de turismo, lazer e de serviços, além de outras atividades, entre as quais a especulação imobiliária.

Mapa 1 - Evolução da Região Metropolitana de Fortaleza 1973-2014.



Fonte: IPECE, 2014.

Como vimos, a RMF foi formada, inicialmente, pelos Municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Em 1986, houve a primeira alteração, ainda por Lei Federal (52/1986), quando foi incorporado o Município de Maracanaú, distrito emancipado do Município metropolitano de Maranguape. Com a Constituição de 1988, a incumbência de criar regiões metropolitanas, e também de alterá-las, passou à responsabilidade dos estados da Federação. Foi quando a lei estadual nº 11.845/1991 incluiu os Municípios de Guaiúba e Eusébio, desmembrados, respectivamente, de Pacatuba e Aquiraz. Em 1995, Itaitinga, que fazia parte do Município de Pacatuba, emancipou-se e passou a compor a RMF mediante lei complementar estadual nº 3/1995. Ainda em 1999, mais quatro municípios foram adicionados à RMF: Horizonte, Pacajus, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante e, em 2009, os Municípios de Cascavel e Pindoretama e, mais recentemente, em 2014, foram acrescentados os Municípios de Trairi, Parai-paba, Paracuru e São Luiz do Curu.

O efetivo demográfico da RMF, conforme Censo Demográfico de 2010²⁰, totalizou cerca de 3.615.767 habitantes, representando quase 43% da população do Ceará. Desse total, 2.452.185 concentravam-se em Fortaleza, correspondendo a 67% do total populacional auferido pelo IBGE. Convém ressaltar a intensa concentração populacional na Metrópole, embora, nas duas últimas décadas censitárias, os municípios metropolitanos tenham expressado taxas elevadas de crescimento, enquanto Fortaleza registrou percentuais menores.

Dos dez maiores municípios do Ceará, em população, quatro pertencem à RMF: Fortaleza (1º), Caucaia (2º), Maraca-

20 Quando ocorreu o Censo Demográfico de 2010, a RMF era composta por 15 municípios: Fortaleza, Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Euzébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante. Portanto, quando nos referimos ao Censo, estamos nos reportando apenas a esses municípios.

naú (4º) e Maranguape (8º), reforçando o fato de Fortaleza ter evidenciado, nos últimos anos, menor incremento populacional do que os municípios pertencentes a sua área metropolitana, como mencionado (TABELA 2).

A RMF é a área mais densamente povoada do Ceará, pois nove dos 15 municípios que a integravam em 2010 faziam parte do rol dos dez municípios mais densamente povoados do Estado, que são Fortaleza, Maracanaú, Eusébio, Pacatuba, Horizonte, Caucaia, Pindoretama, Pacajus e Itaitinga. O município cearense que não faz parte da RMF e que se destaca como um dos mais densamente povoados, e completando a listagem acima, é Juazeiro do Norte (IBGE/IPECE, 2010).

Tabela 2- População residente, por situação do domicílio, com indicação da população residente em situação urbana na sede municipal, área total e densidade demográfica, Região Metropolitana de Fortaleza, 2010.

Região Metropolitana de Fortaleza - RMF	População residente				Área total (Km ²)	Densidade demográfica (hab/km ²)
	Total	Urbana		Rural		
		Total	Na sede municipal			
Ceará	8 452 381	6 346 557	-	2105 824	148 825,6	56,76
RMF	3 615 767	3 475 114	1 526 923	140 653	5 794,7	623,97
Aquiraz	72 628	67 083	25 377	5 545	482,6	150,50
Cascavel	66 142	56 157	36 418	9 985	837,3	78,99
Caucaia	325 441	290 220	149 896	35 221	1 223,8	265,93
Chorozinho	18 915	11 426	6 961	7 489	278,4	67,94
Euzébio	46 033	46 033	46 033	-	79	582,64
Fortaleza	2 452 185	2 452 185	862 750	-	314,9	7 786,52
Guaiúba	24 091	18 877	10 869	5 214	254	94,83
Horizonte	55 187	51 049	49 268	4 138	160	344,96
Itaitinga	35 817	35 565	35 565	252	151,4	236,52
Maracanaú	209 057	207 623	163 841	1 434	111,3	1 877,75
Maranguape	113 561	86 309	59 636	27 252	590,9	192,19
Pacajus	61 838	50 675	49 346	11 163	254,5	243
Pacatuba	72 299	62 095	13 481	10 204	145,1	498,35
Pindoretama	18 683	11 280	8 998	7 403	73	256,06
São Gonçalo do Amarante	43 890	28 537	8 484	15 353	838,5	52,34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

No que tange à geração de riquezas no Ceará, a economia da RMF, em 2010, foi responsável por 65% do Produto Interno Bruto – PIB gerado naquele ano, com destaque para o setor de serviços, com percentual de 77,30%, seguido da indústria, com 27,08%, e da agropecuária, com montante menor do que 1%. (TABELA 3). Desse modo, a RMF ocupou, em 2010, o 15º lugar em geração de riquezas entre as regiões metropolitanas brasileiras (TSUKUMO et al, 2013).

Tabela 3- Composição percentual e *per capita* por setores da economia, RMF- 2002 e 2010.

Município da RMF	Setores da economia						R\$ PIB per capita	
	Agropecuária		Indústria		Serviços		2002	2010
	2002	2010	2002	2010	2002	2010		
Fortaleza	0,18	0,11	18,11	21,27	81,70	78,62	6.410	15.161
Maracanaú	0,11	0,09	59,36	57,20	40,52	47,71	7.526	19.549
Caucaia	2,67	1,45	26,33	32,63	71,00	65,92	2.316	7.999
Eusébio	1,01	0,61	59,49	57,83	39,50	41,56	11.182	27.616
Horizonte	3,63	2,37	61,76	52,19	34,61	45,44	7.678	18.053
Pacajus	6,71	4,97	52,72	38,18	40,57	56,86	5.402	8.319
Maranguape	6,42	4,34	34,74	38,59	58,84	57,07	2.752	6.671
Aquiraz	8,44	5,13	41,49	42,52	50,07	52,34	3.306	9.395
Cascavel	8,36	6,55	44,66	30,79	46,98	62,66	3.614	6.762
Pacatuba	1,90	1,20	43,88	46,11	54,22	52,69	2.748	7.680
São Gonçalo do Amarante	19,03	6,44	13,16	38,73	67,82	54,83	2.199	25.431
Itaitinga	4,12	1,69	16,25	26,44	79,63	71,87	1.783	5.107
Chorozinho	23,23	11,27	12,25	13,06	64,52	75,67	1.955	4.774
Guaiúba	17,86	9,34	9,80	16,93	72,34	73,72	1.526	4.178
Pindoretama	17,00	12,05	12,10	15,24	70,89	72,71	2.060	4.828
RMF	0,98	0,62	25,25	27,08	73,77	72,30	5.903	14.017
Ceará	7,28	4,16	24,53	23,71	68,19	72,13	3.735	9.217

Fonte: IPECE.

Ainda no que concerne à geração de riquezas no Território Cearense, e levando em consideração as macrorregiões de planejamento do Ceará, para o ano de 2011, constatou-se que,

depois da RMF, os maiores PIBs produzidos se concentram, em ordem de importância, no Centro-Sul Caririense (9,65%), em Sobral/Ibiapina (6,78%), litoral oeste (5,57%) e no litoral leste/Jaguaribe (4,73%). (TABELA 4).

Tabela 4- Macrorregiões de planejamento do Ceará e sua relação com a geração do Produto Interno Bruto a preço de mercado, 2011.

Macrorregião de Planejamento	R\$ mil	%
Região Metropolitana de Fortaleza – RMF	57.753.487	65,64
Cariri/Centro Sul	8.487.319	9,65
Sobral/Ibiapaba	5.962.441	6,78
Litoral oeste	4.901.079	5,57
Litoral leste/Jaguaribe	4.159.030	4,73
Sertão dos Inhamuns	2.116.984	2,41
Baturité	1.165.279	1,32
Ceará	87.982.450	100

Fonte: IPECE/IBGE, 2014.

Com efeito, percebe-se que, no Ceará, a geração de riquezas está concentrada, sobretudo, na Região Metropolitana de Fortaleza, na recém-criada Região Metropolitana do Cariri²¹, com destaque para os Municípios de Juazeiro do Norte e Crato, e nas zonas litorâneas. Em 2013, o PIB do Estado foi de R\$ 105,7 bilhões, porém não representou mais do que 2,18% do PIB nacional. O destaque novamente foi o setor de serviços, com um percentual de 73,01%, seguido da indústria (22,2%), e da agropecuária (4,7%). (IPECE/IBGE, 2014).

Importante é sopesar, diante de todos esses indicativos que comprovam a RMF como principal *locus* de acumulação de capital no Ceará, o fato de que os municípios metropolitanos estão inseridos no processo de metropolização de ma-

21 A Região Metropolitana do Cariri foi institucionalizada em 2009 e é composta pelos Municípios de Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Crato, Cariríraçu, Barbalha, Missão Velha e Jardim. Por força de lei sua metrópole é o Município de Juazeiro do Norte.

neira diferenciada, guardados distintos graus de integração, como Costa e Amora (2015) demonstram levando em consideração os efeitos da globalização no espaço cearense e considerando suas variadas características de ordem natural, social, econômica e cultural. As autoras referem-se às diferenças estruturais no desenvolvimento socioeconômico que envolve a consolidação das regiões metropolitanas de modo geral. Isto porque as regiões metropolitanas guardam, por um lado, especificidades vinculadas ao seu lugar na divisão do trabalho na contextura global, como já destacamos e, por outro lado, mesmo em nível interno, elas não são homogêneas, exprimindo distintos graus de integração metropolitana, como é o caso dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza. E, resumindo o pensamento de Hidalgo e Borsdolf (2011), Costa e Amora (2015) discorrem:

[...] todas as regiões do mundo foram afetadas pela globalização, no entanto de forma diferenciada, com seus atores incorporados a um sistema hierárquico, com diferentes opções de ações. Ao nível superior da hierarquia, os autores denominaram "lugares globais", definidos pela presença de consórcios mundiais (global ployer), especialmente pelas sedes de empresas transnacionais, de centros de inovação tecnológica e eventualmente nós de indústrias pós-fordistas. Em seguida, os "lugares globalizados", onde se encontram os atores globalizados. São centros do setor terciário, orientados para as empresas, centros *offshore*, locais de indústria de fabricação sem desenvolvimento tecnológico e de produção de massa, centro de produção mineira ou agrícola para o mercado mundial e destinações turísticas internacionais. (Pp. 33-34).

A tabela 5, a seguir, mostra os níveis de integração dos municípios da RMF à dinâmica de metropolização. Cabe esclarecer que a referida integração está vinculada aos fluxos e redes estabelecidas em distintas escalas de interação socioeconômica dos municípios em foco com o mundo, caracteri-

zando-os como “lugares globalizados”. Segundo os dados da referida tabela, os municípios que demonstraram nível de integração mais alto, depois de Fortaleza, são Caucaia e Maracanaú.

As dinâmicas metropolitanas de Caucaia, que lhe conferem esse lugar de destaque, estão vinculadas, entre outros aspectos, à metropolização litorânea, o que envolve a atividade turística, o veraneio e a especulação imobiliária (DANTAS e QUEIROZ (2008), SOUZA (2013), COSTA e AMORA (2015)); além do que reforça a prevalência dos fluxos com fins de trabalho e estudo, do Município de Caucaia para Fortaleza.

Já Maracanaú se destaca por fazer parte do eixo produtivo da RMF, aglutinando o maior número de estabelecimentos industriais do Ceará. O primeiro Distrito Industrial do Ceará foi instalado nesse Município ainda nos anos 1960. Além das indústrias, Maracanaú abriga conjuntos habitacionais e, mais recentemente, assume papel de destaque no setor de comércio e serviços com a implantação de um Shopping Center e cadeias de lojas de abrangência nacional, dentre outros.

Tabela 5 - População, densidade e níveis de integração dos municípios da RMF, 2010.

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural	Densidade	Nível de integração na RMF
Aquiraz	72.628	67.083	5.545	Baixa	Média
Cascavel	66.142	56.157	9.985	Baixa	Média
Caucaia	325.441	290.220	35.221	Média	Muito Alta
Chorozinho	18.915	11.426	7.489	Baixa	Muito Baixa
Eusébio	46.033	46.033	46.033	Média	Alta
Fortaleza	2.452.185	2.452.185	2.452.185	Alta	-
Guaiúba	24.091	18.877	5.214	Baixa	Baixa
Horizonte	55.187	51.049	4.138	Média	Alta

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural	Densidade	Nível de integração na RMF
Itaitinga	35.817	35.565	252	Média	Baixa
Maracanaú	209.057	207.623	1.434	Alta	Muito Alta
Maranguape	113.561	86.309	27.252	Baixa	Média
Pacajus	61.838	50.675	11.163	Média	Alta
Pacatuba	72.299	62.095	10.204	Média	Média
Pindoretama	18.683	11.280	7.403	Média	Baixa
São Gonçalo do Amarante	43.890	28.537	15.353	Baixa	Média

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012. In: AMORA E COSTA, 2015.

Outros três municípios se destacam, em grau de integração: Horizonte, Pacajus e Eusébio. Os dois primeiros inseriram-se no processo de reestruturação produtiva ocorrido nos anos 1990, quando o Governo Estadual passou a praticar uma política de incentivos fiscais, visando à atração de indústrias para o Ceará. Os estabelecimentos industriais provenientes dessa política foram alocados às margens da BR-116, via que os tangencia. A dinâmica estabelecida pela iniciativa estatal resultou num maior incremento populacional naqueles municípios, dada a atração exercida pela chegada da indústria. Eusébio, por sua vez, exprime uma lógica calcada na construção de condomínios residenciais de alto padrão, porém abriga também, em torno dos eixos formados pela CE-040 e pela BR-116, importantes indústrias. Mais recentemente, nessas rodovias, foram instalados estabelecimentos voltados às atividades de comércio e de serviços.

Descendo ainda um pouco mais em nível de integração, citam-se os Municípios de Aquiraz, Maranguape, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante e Cascavel. Nesse conjunto, merece destaque São Gonçalo do Amarante, por abrigar o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, que, segundo Costa e

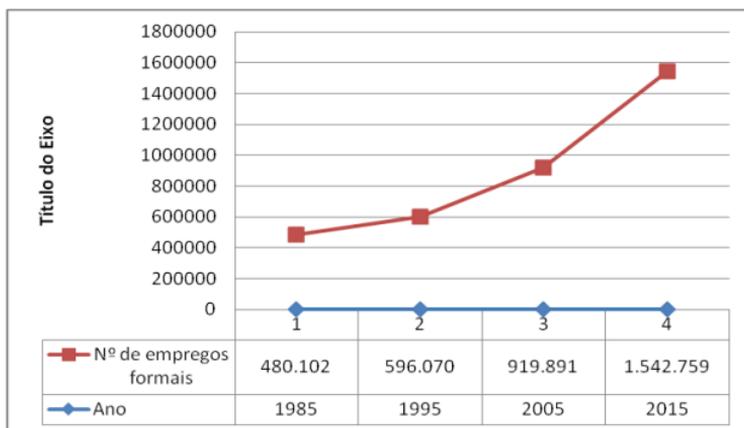
Amora, foi implantado com vistas a diversificar o parque industrial do Estado e receber indústrias de base integradas ao porto. São Gonçalo do Amarante, entretanto, está entre os municípios que representam o menor grau de urbanização (65,2%), ao lado de Chorozinho (60,41%) e Pindoretama (60,38%). Nesses municípios, constata-se maior ocorrência de atividades rurais, com os seguintes percentuais: Chorozinho (30,6%), Pindoretama (25,6%), São Gonçalo do Amarante (24%) e acrescenta-se Guaiúba (35,5%). (COSTA e AMORA, 2015).

Como procuramos demonstrar, até aqui, a RMF ocupa papel central na realidade econômica do Ceará, concentrando além dos meios necessários para essa condição, a força de trabalho, o que leva à necessidade de uma análise mais detalhada, ou seja, de se descer aos setores econômicos, considerando-se o período de 1985 a 2015, de destacado dinamismo.

3.2 AS OCUPAÇÕES FORMAIS NA RMF

A análise visando a compreender o comportamento do emprego formado por setores de atividade da RMF tem como fonte de dados a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para tanto, consideramos a série histórica compreendida pelos anos de 1985, 1995, 2005 e 2015. Com base nessa fonte de dados, elaboramos o Gráfico 1, que mostra uma curva ascendente do emprego formal no Ceará, como um todo, no período de 1985-2015. Em números absolutos, o emprego formal, no Estado, mais do que triplicou, passando de 480.102 no ano de 1985 para 1.552.447 no ano de 2015.

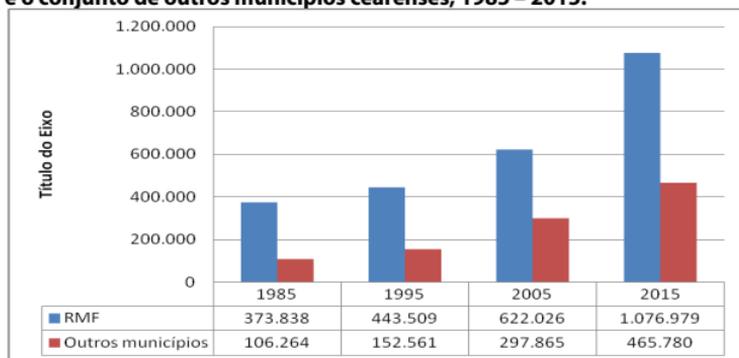
Gráfico 1 - Evolução do emprego formal no Ceará – 1985, 1995, 2005 e 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2017.

O incremento no número de trabalhadores formais, como poderá ser verificado no Gráfico 2, não se deu de modo proporcional em relação a todo o Território Cearense, pois este se concentrou nos municípios metropolitanos. A RMF concentrou, em média, no período analisado, mais de 70% dos empregos gerados no Estado, com exceção do ano de 2005, que variou para menos, chegando mesmo assim a 67,6%. Os dados reforçam a importância da RMF como polo de concentração da força de trabalho formal no Ceará, em decorrência da concentração das atividades produtivas que elegem os espaços metropolitanos por suas condições mais favoráveis e pela teia de relações econômicas, políticas e sociais que se imbricam em distintos níveis escalares. Esses espaços já contêm condições favoráveis às dinâmicas metropolitanas, denotando a seletividade espacial e o poder de comando.

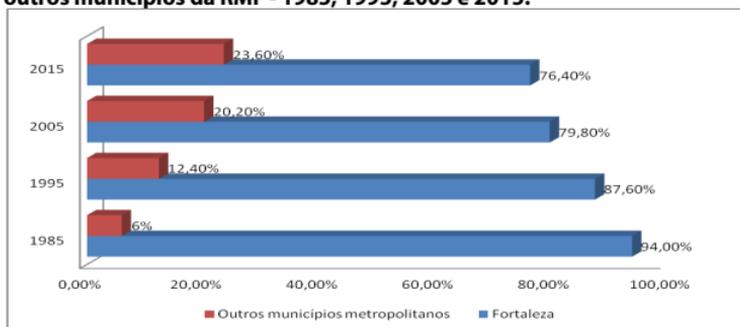
Gráfico 2 - Concentração de empregos formais, relação entre o total da RMF e o conjunto de outros municípios cearenses, 1985 – 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Não obstante seu caráter centralizador, a RMF, internamente, também denota discrepâncias em relação à importância de seus municípios no que se refere a atividades responsáveis pela geração de empregos formais. A metrópole Fortaleza destaca-se como uma centralidade que comanda o processo produtivo de sua região, embora possa ser constatado que, no decorrer das décadas analisadas, venha cedendo espaço para os outros municípios metropolitanos, assim como para cidades médias cearenses no que tange a geração de empregos. Em 1985, esta metrópole chegou a concentrar 94% dos empregos formais gerados no espaço metropolitano, registrando, em 2015, uma queda desse percentual para 76,4%, o que denota uma desconcentração mas que não altera, em grande parte, a lógica concentradora da Metrópole (GRÁFICO 3). Essa descentralização em número de empregos, que a princípio poderia ser considerada como perda de importância da Metrópole, é bem ao contrário, pois, à medida que se expandem as atividades produtivas para os outros municípios metropolitanos, ela reforça o seu papel de comandado, uma vez que a centralidade não se resume mais a Fortaleza, mas à região metropolitana como um todo.

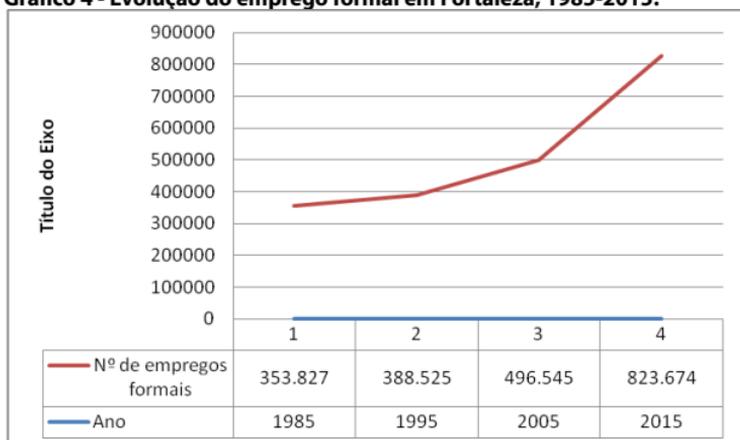
Gráfico 3 - Concentração de empregos formais, relação entre Fortaleza e outros municípios da RMF - 1985, 1995, 2005 e 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Em termos absolutos, constata-se que a Metrópole cearense registrou acréscimo na gera o de empregos no período de 1985 a 1995, quando foram criados 34.698 empregos, sendo que de 1995 a 2005 esse quantitativo mais do que triplicou chegando a 108.020 novos postos de trabalho. Mantendo-se essa mesma tendência de 2005 a 2015, verificou-se um incremento de 327.129 empregos formais no período (GRÁFICO 4).

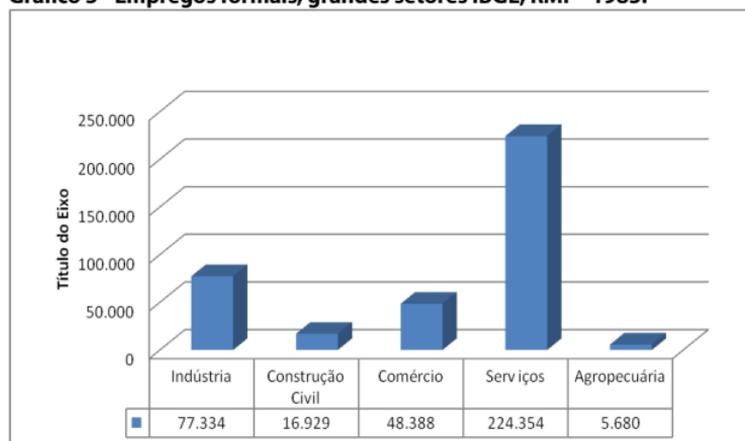
Gráfico 4 - Evolu o do emprego formal em Fortaleza, 1985-2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2017.

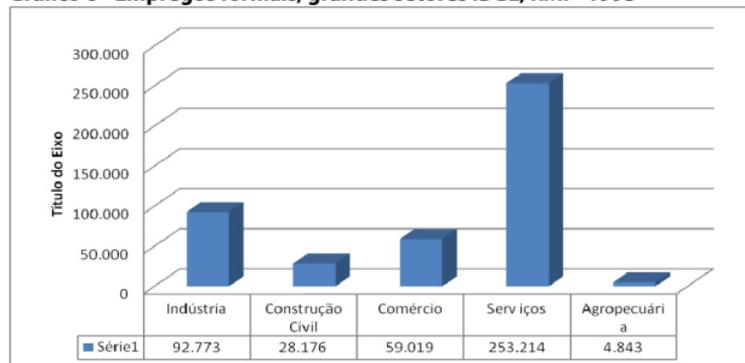
Quanto à distribuição de empregos por setores da economia, no período analisado, como pode ser verificado nos gráficos de 5, 6, 7 e 8, os setores produtivos que mais absorveram força de trabalho foram, em primeiro lugar, os serviços e, em segundo lugar, a indústria. No ano de 2014, no entanto, houve uma variação quando o setor de comércio ultrapassou o número de postos de trabalho da indústria.

Gráfico 5- Empregos formais, grandes setores IBGE, RMF - 1985.



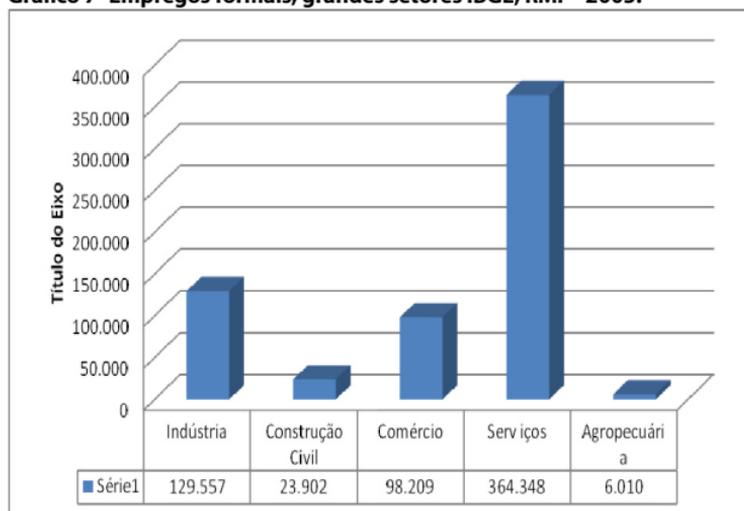
Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Gráfico 6- Empregos formais, grandes setores IBGE, RMF - 1995



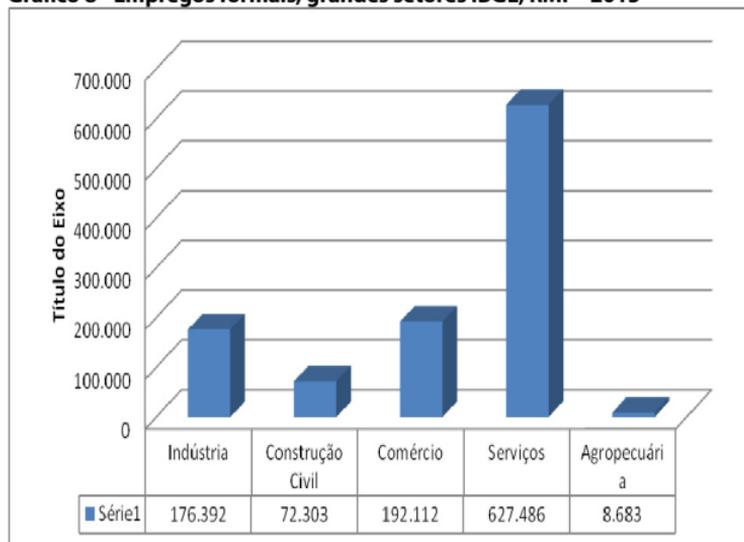
Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Gráfico 7- Empregos formais, grandes setores IBGE, RMF - 2005.



Fonte: RAIS/TEM, 2017.

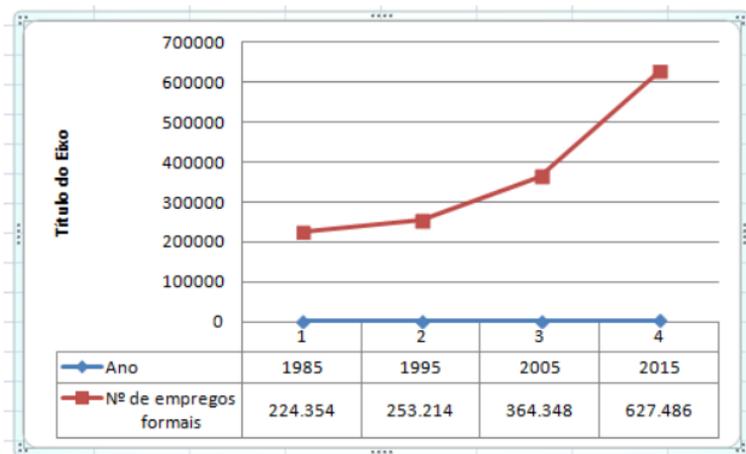
Gráfico 8- Empregos formais, grandes setores IBGE, RMF - 2015



Fonte: RAIS/MTE, 2017.

Conforme já comentado, o setor de serviços foi o que mais gerou vínculos de trabalho formais entre aqueles que compõem a economia urbana. O Gráfico 9 expressa bem essa asserção, ao mostrar uma tendência constante, sobretudo desde 2005, verificando-se a expansão acentuada na curva do emprego. O acréscimo foi de 263.138 postos de trabalho a mais em relação ao total de emprego no ano de 2005. Para se ter uma ideia da dinâmica desse setor, só o referido acréscimo representou um número de vínculos maior do que o total de postos de trabalho em 1995.

Gráfico 9- Evolução do emprego formal, setor dos serviços, na RMF, 1985–2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2017.

O destaque do setor de serviços não é algo particular ao objeto de análise de que ora nos ocupamos, ou alguma coisa nova na realidade brasileira, mas é uma característica inerente ao próprio processo de urbanização do Brasil, conforme asseverou Oliveira (2013). Segundo esse autor, “[...] o crescimento do Terciário, [...] absorvendo crescentemente a força

de trabalho, tanto em termos absolutos quanto relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil". (Pp. 54-55). Acrescenta que o setor de serviços cumpriu e - podemos dizer, ainda cumpre - papel importante num contexto em que a acumulação urbano-industrial exigiu infraestrutura e serviços para atender as demandas do setor produtivo, tendo como *locus* a cidade. Em suas palavras:

O tamanho do Terciário numa economia como a brasileira, do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estritamente ligada à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige das cidades brasileiras – sedes por excelência do novo ciclo de expansão – infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas. (P. 56).

Outro aspecto importante da contribuição de Oliveira na reflexão que aqui empreendemos é a consideração que ele faz sobre o fato de que os serviços transferem constantemente uma fração de valor para as atividades econômicas, funcionando como um "[...] mecanismo fundamental da acumulação". Para Meirelles (2008), serviço é trabalho "vivo" em processo e nesse sentido corrobora Oliveira (2013), quando acentua que "[...] os serviços são em essência geradores de valor". (P.13). Talvez esteja na asserção dos referidos autores a compreensão da vitalidade e permanência desse setor e a importância que assume até hoje na economia urbana, tanto em países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, guardadas suas devidas especificidades.

Voltando à RMF, e no que tange à espacialização dos postos de trabalho vinculados aos serviços, verifica-se que, em 1985, esta concentrava 75% do emprego formal de todo o Ceará. Em 1995, eram 70,6%, baixando em 2005 para 66,5%

e chegando a 2015 a um percentual de 69,9%. Mesmo tendo havido uma contínua diminuição do emprego na RMF, a diferença não foi tão significativa, pois representou cerca de 5% no período considerado, mantendo-se a intensiva concentração registrada anteriormente, ou seja, acima de 50%. Entre os municípios metropolitanos, é a capital, Fortaleza, que mais concentra empregos nos serviços, destacando-se, ainda na série histórica, os Municípios de Maracanaú, Eusébio, Caucaia, Aquiraz e Guaiúba (TABELA 6).

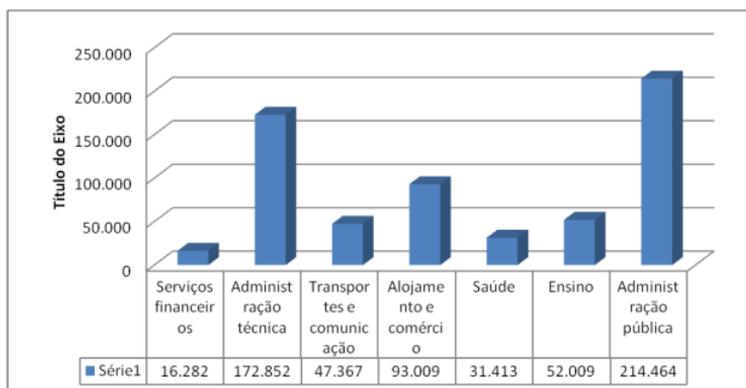
Tabela 6 - Empregos formais (total e percentual) na RMF – Setor de serviços - 1985, 1995, 2005 e 2015.

Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fortaleza	217.300	96,8	228.939	90,4	312.261	85,7	530.266	84,5
Aquiraz	546	0,2	984	0,3	3.177	0,8	9.246	1,4
Caucaia	1.712	0,7	6.038	2,3	12.783	3,5	17.303	2,7
Maranguape	4.020	1,7	2.228	0,8	4.384	1,2	5.925	0,9
Pacatuba	776	0,3	497	0,1	2.256	0,6	3.409	0,5
Eusébio	*		9.914	3,9	14.550	3,9	19.063	3
Guaiúba	*		339	0,1	812	0,2	1.536	2,4
Itaitinga	*		303	0,1	1.444	0,3	1.485	0,2
Maracanaú	*		3.972	1,5	6.946	1,9	16.813	2,6
Chorozinho	*		*	*	506	0,1	994	0,1
Horizonte	*		*	*	1.775	0,4	3.222	0,5
Pacajus	*		*	*	1.660	0,4	2.928	0,4
São Gonçalo do Amarante	*		*	*	1.794	0,4	5.661	0,9
Cascavel	*		*	*	*		2.388	0,3
Pindoretama	*		*	*	*		597	0,0
Paracuru	*		*	*	*		2.259	0,3
Paraipaba	*		*	*	*		1.612	0,2
São Luis do Curu	*		*	*	*		415	0,0
Trairi	*		*	*	*		2.364	0,3
Total RMF	224.354	75	253.214	70,6	364.348	66,5	627.486	69,9
Total outros municípios	74.713	25	105.004	29,4	183.073	33,5	268.953	30,1
Total Ceará	299.067	100	358.218	100	547.421	100	896.439	100

Fonte: RAIS/MTE, 2016.

Descendo um pouco às especificidades desse setor econômico, verifica-se que os subsetores que o compõem são: serviços financeiros e de administração técnica; transporte e comunicação; alojamento e alimentação; saúde, ensino e administração pública. Levando em conta a RMF como um todo, e ainda o ano de 2015, observa-se no Gráfico 10 que os subsectores que mais absorveram mão de obra foram a administração pública e os serviços de administração técnica, que concentraram, no conjunto, um total de 387.316 empregos dos 627.486 gerados, nesse setor, naquele ano, equivalendo a um percentual de 61,7% sobre o total. Ainda é a administração pública, contudo, o subsector dos serviços que prepondera na RMF.

Gráfico 10 - Empregos formais, por subsectores, do setor de serviço, RMF - 2015.

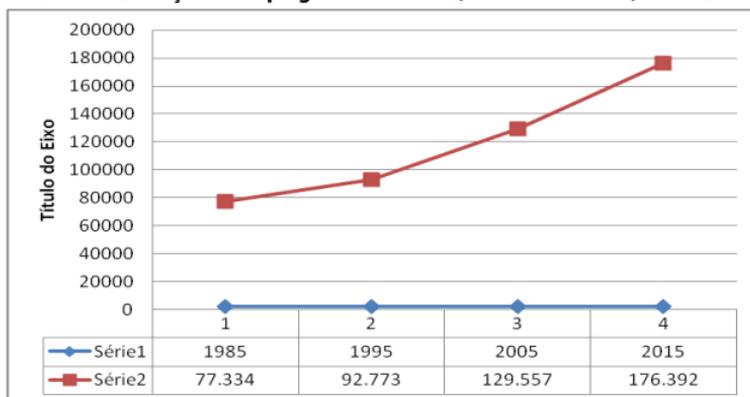


Fonte: RAIS/MTE, 2016.

No que diz respeito ao setor industrial e considerando-se o mesmo período 1985-2015, verifica-se que este foi, sem dúvidas, um dos que mais empregou formalmente no Ceará, ficando atrás apenas do setor de serviços, quadro que só foi alvo de variação no ano de 2015, quando o comércio o ultrapassou. No Gráfico 11, percebe-se claramente que, desde o ano de 1985, a ativida-

de industrial auferiu maior expressividade no Ceará. A reestruturação produtiva, levada a efeito na segunda metade dos anos 1980, teve repercussões no setor industrial do Ceará, com a vinda de plantas industriais de outros estados que aqui se instalaram e que se caracterizaram pelo uso de mão de obra intensiva. No Território Cearense, a indústria foi alavancada por novos²² incentivos governamentais, instrumento de política econômica posta em prática desde o ano de 1986, com a ascensão, ao poder estadual, de representantes do grupo empresarial do Centro Industrial do Ceará - CIC. O maior atrativo para as indústrias, porém, foi, sem dúvida, além das isenções fiscais, o baixo custo da força de trabalho, atrelando-se a isso uma incipiente organização sindical dos trabalhadores. “Atraídas pelos incentivos governamentais vieram para o Ceará, em especial, indústrias têxteis, de calçados, vestuário, alimentos e material de embalagens”. (AMORA, 2007, p. 377).

Gráfico 11- Evolução do emprego formal na RMF, setor da indústria, 1985– 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2016.

22 É importante salientar que, antes dos incentivos governamentais provenientes do denominado “Governo das mudanças” já havia uma política de incentivo ao incremento da atividade industrial no Ceará, como, por exemplo, aquele vinculado à atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que criou o mecanismo 34/18; contudo, a literatura sobre a industrialização no Ceará demonstra que as ações governamentais desde o ano de 1986 marcaram um novo momento do processo de industrialização no Estado. Para detalhes, ver: Amora (2007); Pereira Júnior (2012).

Os dados observados na tabela 7 demonstram uma desconcentração contínua da atividade industrial no Ceará. Em 1985, Fortaleza era responsável por 87,1% dos empregos vinculados à indústria, caindo em 2015 para um percentual bem menor, isto é, de 48,1%. Isso porque outros municípios metropolitanos passaram a ganhar maior expressividade na geração de empregos vinculados à indústria, sendo que os mais destacados, em 2015, foram: Maracanaú (16,8%), Caucaia (6,4%), Eusébio (7,1%) e Horizonte (6,1%).

Quando considerada a evolução relativa dos empregos no Ceará, constata-se que, no ano de 1985, a RMF concentrava 81,9% dos empregos vinculados à indústria, baixando para 67,6% no ano de 2015, registrando-se, nesse período, um decréscimo de 14,3% na participação da RMF no conjunto do Estado do Ceará, porém, em termos absolutos, foi elevado o crescimento no número de empregos nessa região. De 77.334 postos de trabalho na indústria, em 1985, passou-se a 176.392 em 2015. Mesmo assim, é possível afirmar que houve desconcentração, uma vez que, em 1985, apenas 18% do total de empregos industriais estavam fora da RMF; já em 2015, esse percentual foi de 32,4%, o que demonstra maior participação dos outros municípios no que concerne à geração de empregos formais vinculados à indústria (TABELA 7).

Tabela 7- Empregos formais (total e percentual) na Indústria, RMF e outros municípios, 1985, 1995, 2005 e 2015.

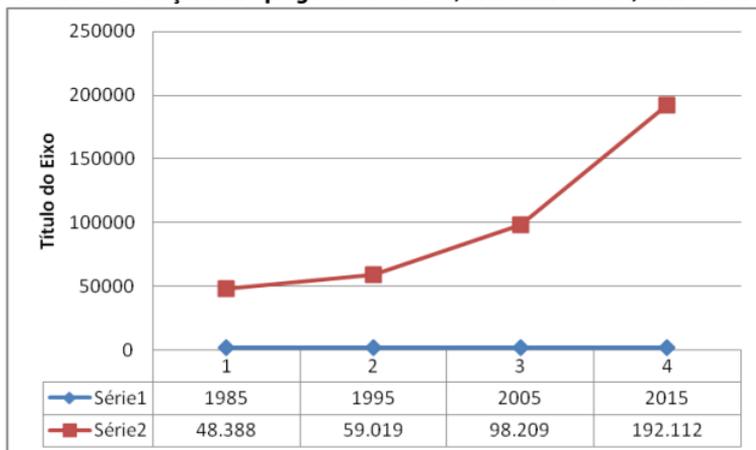
Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fortaleza	67.363	87,1	68.507	73,8	70.718	54,5	84.876	48,1
Aquiraz	1.528	1,9	576	0,6	2.934	2,2	4.003	2,2
Caucaia	3.290	4,2	3.882	4,1	5.696	4,3	11.295	6,4
Maranguape	4.887	6,3	1.754	1,8	5.063	3,9	5.069	2,8

Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Pacatuba	266	0,3	198	0,2	2.444	1,8	3.377	1,9
Eusebio	*		3.257	3,5	7.848	6,0	12.699	7,1
Guaiuba	*		24	0,02	164	0,1	241	0,1
Itaitinga	*		157	0,1	496	0,3	1.210	0,6
Maracanaú	*		14.418	15,5	19.933	15,3	29.665	16,8
Chorozinho	*		*	*	843	0,6	391	0,2
Horizonte	*		*	*	10.543	8,1	10.901	6,1
Pacajus	*		*	*	2.460	1,8	3.735	2,1
São Gonçalo do Amarante	*		*	*	415	0,3	3.923	2,2
Cascavel	*		*	*	*	*	3.177	1,8
Pindoretama	*		*	*	*	*	383	0,2
Paracuru	*		*	*	*	*	416	0,2
Paraipaba	*		*	*	*	*	580	0,3
São Luis do Curú	*		*	*	*	*	104	0,0
Trairi	*		*	*	*	*	347	0,1
Total RMF	77.334	81,9	92.773	80,3	129.557	68,1	176.392	67,6
Total outros municípios	17.071	18,1	22.754	19,7	60.470	31,9	84.290	32,4
Total Ceará	94.405	100	115.527	100	190.027	100	260.682	100

Fonte: RAIS/MTE, 2016.

O comércio também apresentou, no período em análise, curva ascendente no tocante ao emprego formal na RMF. Nos anos de 1985, 1995 e 2005, esse setor constituiu-se no terceiro maior empregador, chegando a ocupar, em 2015, o segundo lugar entre os setores econômicos, ultrapassando a indústria e ficando atrás apenas dos serviços. O incremento no comércio, de 1985 a 1995, foi de 10.631 novos vínculos empregatícios. De 1995 a 2005, foram 39.190 trabalhadores a mais em relação à década precedente, enquanto de 2005 a 2015 o incremento foi de 93.903 trabalhadores, o que resultou num avanço considerável, como bem mostra a curva de emprego nesse setor (GRÁFICO 12).

Gráfico 12 - Evolução do emprego formal na RMF, Setor do Comércio, 1985 – 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2016.

A expansão do emprego no comércio formal, sobretudo, do início dos anos 2000 e 2013, anos contemplados na nossa série histórica, talvez esteja vinculada, entre outros fatores, ao crescimento do poder aquisitivo da população cearense ante maior concessão de créditos de financiamento ao consumidor, posto em prática no Brasil nesse período. Como aconteceu com os serviços, porém, foram também as ações concernentes às políticas de valorização do salário-mínimo e de transferência de renda, implementada pelo Governo Federal, que teriam aquecido o mercado interno brasileiro, levando a uma maior demanda por consumo.

O período em análise coincide também com a chegada de grandes grupos varejistas nacionais e estrangeiros ao Ceará, que aqui implantaram supermercados, hipermercados, *shoppings centers* e grandes lojas de cadeias nacionais e internacionais. Segundo Costa (2013), que teve por fonte a Associação Brasileira de Logistas de Shopping – ALSHOP, em 2013, dos 161 *shoppings centers*, distribuídos entre as regiões Norte

e Nordeste, 28 estavam localizados no Ceará. Entre os estados nordestinos, o Ceará ocupava a segunda posição em número de estabelecimentos, ficando atrás apenas da Bahia (que apresentou 47 unidades). Mencionado pesquisador chama atenção, ainda, para o fato de que, dos 28 *shoppings centers* implantados no Ceará, 24 deles haviam se localizado na RMF, mais precisamente na cidade de Fortaleza.

Os números relativos ao emprego no setor de comércio demonstram que, dos anos de 1985 a 2005, a RMF absorvia mais de 80% dos empregos gerados no Ceará no setor de comércio, sendo que esse percentual diminuiu no ano de 2005, quando caiu para 73,6%, e ainda um pouco em 2015, quando chegou a 70%. Essa descentralização relativa não significa diminuição em termos absolutos, pelo contrário, haja vista que em 1985, a RMF congregava 48.388 vínculos empregatícios no setor de comércio, chegando em 2015 a um total de 192.112 empregos (TABELA 8).

Tabela 8 - Empregos formais (total e percentual), RMF - Setor de comércio, 1985, 1995, 2005 e 2015.

Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fortaleza	47.208	97,5	56.863	96,3	89.264	90,8	152.315	79,2
Aquiraz	64	0,1	76	0,1	333	0,3	2.946	1,5
Caucaia	357	0,7	581	0,9	2.432	2,4	8.559	4,4
Maranguape	719	1,4	322	0,5	547	0,5	1.921	0,9
Pacatuba	40	0,08	45	0,07	220	0,2	903	0,4
Eusebio	*	*	154	0,2	952	0,9	4.133	2,1
Guaiuba	*	*	03	0,005	78	0,07	224	0,1
Itaitinga	*	*	53	0,08	161	0,1	896	0,4
Maracanaú	*	*	922	1,5	2.944	2,9	12.905	6,7
Chorozinho	*	*	*	*	44	0,04	153	0,0

Horizonte	*	*	*	*	269	0,2	1.473	0,7
Pacajus	*	*	*	*	841	0,8	1.960	1
São Gonçalo do Amarante	*	*	*	*	124	0,1	647	0,3
Cascavel	*	*	*	*	*	*	1.595	0,8
Pindoretama	*	*	*	*	*	*	272	0,1
Paracuru	*	*	*	*	*	*	502	0,2
Paraipaba	*	*	*	*	*	*	404	0,2
São Luis do Curú	*	*	*	*	*	*	55	0,0
Trairi	*	*	*	*	*	*	249	0,1
Total RMF	48.388	82,1	59.019	82,9	98.209	73,6	192.112	70,1
Total outros municípios	10.521	17,9	12.161	17,1	35.145	26,4	81.739	29,9
Total Ceará	58.909	100	71.180	100	133.354	100	273.851	100

Fonte: RAIS/MTE, 2016.

Quanto ao número de estabelecimentos comerciais, a tendência constatada foi a mesma do emprego, evidentemente, ao se verificar que, no ano de 2015, de um total de 44.796 existentes no Ceará, 26.270 estavam concentrados na RMF, equivalendo a 58,6% das unidades comerciais de todo o Ceará. Ressalta-se que o principal segmento do Comércio na RMF é o varejista. Dos 4.418 estabelecimentos comerciais computados na RMF, em 1985, cerca de 84,5% eram varejistas, enquanto, em 2015 esse segmento saltou para 90,2%, ao passo que o segmento atacadista contava com 2.565 estabelecimentos, correspondendo a 9,7% do total de estabelecimentos no comércio. (TABELA 9).

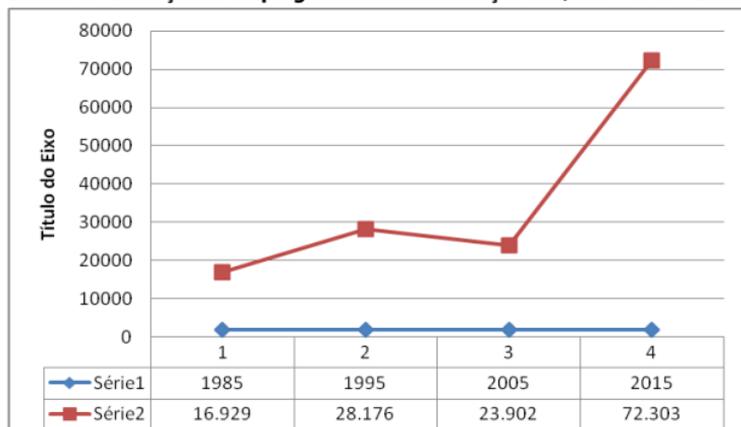
Tabela 9- Evolução do nº de estabelecimentos comerciais (atacadistas e varejistas), RMF – 1985, 1995, 2005 e 2015.

Município	1985			1995			2005			2015		
	Total	Varejista %	Atacadista %	Total	Varejista %	Atacadista %	Total	Varejista %	Atacadista %	Total	Varejista %	Atacadista %
Fortaleza	4.218	84,8	15,1	8.486	83,4	16,5	14.191	87,5	12,4	20.571	90,0	9,9
Aquiraz	17	82,3	17,6	23	78,2	21,7	94	88,2	11,7	315	90,1	9,8
Caucaia	64	73,4	26,5	141	85,8	14,1	510	94,5	5,4	1.289	95,0	4,9
Maranguape	104	77,8	22,1	67	86,5	13,4	174	95,9	4,0	374	94,6	5,3
Pacatuba	15	100	00	22	95,4	4,5	65	93,8	6,1	185	96,2	3,7
Eusébio	*	*	*	32	81,2	18,7	146	66,4	33,5	441	62,1	37,8
Guaiúba	*	*	*	02	100	00	25	100	00	60	100	00
Itaitinga	*	*	*	10	100	00	48	95,8	4,1	138	94,9	5,0
Maracanaú	*	*	*	171	66,6	33,3	526	81,7	18,2	1.402	88,1	11,8
Chorozinho	*	*	*	*	*	*	18	100	00	56	98,2	1,7
Horizonte	*	*	*	*	*	*	75	98,6	1,3	240	95,4	4,5
Pacajus	*	*	*	*	*	*	138	93,4	6,5	248	94,7	5,2
São Gonçalo do Amarante	*	*	*	*	*	*	52	96,1	3,8	165	96,9	3
Cascavel	*	*	*	*	*	*	*	*	*	335	96,4	3,5
Pindoretama	*	*	*	*	*	*	*	*	*	93	97,8	2,1
Paracuru	*	*	*	*	*	*	*	*	*	124	96,7	3,2
Paraipaba	*	*	*	*	*	*	*	*	*	119	96,6	3,3
São Luis do Curú	*	*	*	*	*	*	*	*	*	27	100	00
Trairi	*	*	*	*	*	*	*	*	*	88	98,8	1,1
Total RMF	4.418	84,5	15,4	8.954	83,2	16,7	16.062	87,6	12,3	26.270	90,2	9,7
Total outros municípios	2.550	86,9	13,0	3.628	88,7	11,2	10.187	95,6	4,3	18.526	96,8	3,1
Total Ceará	6.948	85,4	14,5	12.582	10,675	1,907	26.249	23,820	2,429	44.796	41,653	3,143

Fonte: RAIS/MTE, 2016.

Outro setor que merece destaque é o da Construção Civil, com significativo incremento no número de empregos, sobretudo, desde 2005, tendência essa que já vinha se desenhando. O número de vínculos empregatícios formais, gerados por este, passou de 23.902 em 2005, para 72.303, em 2015. (GRÁFICO 13). Na série histórica, considerada, esse setor ocupou o quarto lugar na absorção de vínculos formais de empregos na RMF. A curva expressa no gráfico 13 denota uma tendência de verticalização bem mais acentuada comparando com as verificadas nos gráficos anteriores, referentes ao emprego na indústria, no comércio e nos serviços. Já no ano de 2016, no entanto, esse setor começou a apontar sinais de queda de dinamismo em razão da crise econômica que se abateu sobre o Brasil, o que indicaria, desde então, uma curva bem diferente da que se registrou no gráfico abaixo.

Gráfico 13- Evolução do emprego formal na construção civil, RMF - 1985 – 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2016.

Quanto à especialização, no Ceará, do emprego formal da construção civil, observa-se que a realidade é a mesma constatada para os outros setores, ou seja, uma elevada con-

centração na RMF. Verificou-se no ano de 1985 um percentual de 94,8% dos postos de trabalho concentrados naquela região; nas décadas seguintes, esse percentual baixou em média para 80%. Em termos de concentração espacial do emprego formal no referido setor, por municípios que compõem a RMF, e levando em conta o ano de 2015, o quadro foi o seguinte: Fortaleza 74,1%, Caucaia 9,2%, Eusébio 6% e São Gonçalo do Amarante 5,3%, ficando evidente ainda o forte peso de Fortaleza na concentração dos empregos criados na construção civil (TABELA 10).

Tabela 10- Empregos formais (total e percentual) na Construção Civil, RMF - 1985, 1995, 2005 e 2015.

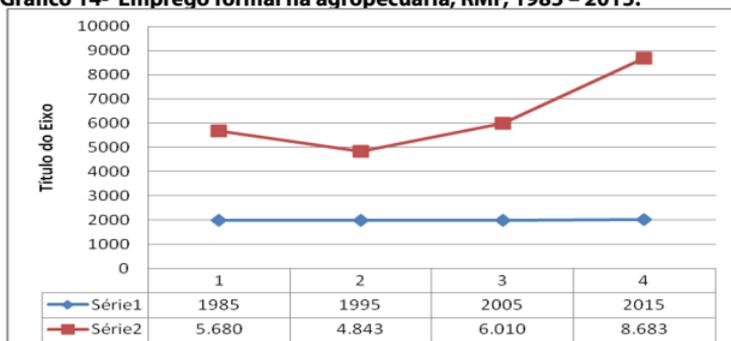
Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fortaleza	16.573	97,8	26.599	94,4	21.774	91	53.643	74,1
Aquiraz	0	-	20	0,0	157	0,6	362	0,5
Caucaia	96	0,5	369	1,3	189	0,7	6.655	9,2
Maranguape	260	1,5	26	0,0	20	0,0	298	0,4
Pacatuba	0	-	146	0,5	17	0,0	121	0,1
Eusebio	*	*	96	0,3	1.111	4,6	4.356	6
Guaiúba	*	*	13	0,0	2	0,0	1	0,0
Itaitinga	*	*	7	0,0	7	0,0	354	0,4
Maracanaú	*	*	900	3,1	468	1,9	1.521	2,1
Chorozinho	*	*	*	*	20	0,0	0	-
Horizonte	*	*	*	*	55	0,2	374	0,5
Pacajus	*	*	*	*	13	0,0	97	0,1
São Gonçalo do Amarante	*	*	*	*	69	0,2	3.881	5,3
Cascavel	*	*	*	*	*	*	68	0,0
Pindoretama	*	*	*	*	*	*	90	0,1
Paracuru	*	*	*	*	*	*	107	0,1
Paraipaba	*	*	*	*	*	*	327	0,4
São Luis do Curu	*	*	*	*	*	*	0	-
Trairi	*	*	*	*	*	*	48	0,0
Total RMF	16.929	94,8	28.176	88,5	23.902	84,2	72.303	85,8
Total outros municípios	914	5,2	3.656	11,5	4.470	15,8	11.962	14,2
Total Ceará	17.843	100	31.832	100	28.372	100	84.265	100

Fonte: RAIS/MTE, 2016.

Em matéria divulgada pelo jornal *O Povo* (janeiro de 2015), pôde-se tomar conhecimento do Balanço do Sindicato da Construção Civil, em Fortaleza, para o ano de 2014. O montante investido naquele ano foi de R\$ 5 bilhões em lançamentos imobiliários na RMF, o que teria representado R\$ 1,5 bilhão a mais de lançamentos se comparado ao ano anterior, ou seja, 2013. Segundo o referido Sindicato, em 2014 foram colocados no mercado cerca de 60 empreendimentos contabilizando oito mil unidades, excluindo aquelas vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV. Nesse contexto, destaca-se na RMF o Município de Fortaleza, seguido de Eusébio, Maracanaú, Caucaia, Aquiraz e, mais recentemente, Itaitinga, como os mais requisitados pelos agentes do setor imobiliário para a produção de unidades residenciais. (*O Povo*, 7 de jan. de 2015).

Por fim, cabem algumas considerações sobre o setor agropecuário, o que menos empregou formalmente no período de 1985 a 2015. Em 2005, entretanto, houve um incremento do emprego nesse setor, que, apesar de modesto em relação aos demais, implicou 1.167 novas vagas de trabalho, de 1995 a 2005, e de 2.673 novos vínculos empregatícios de 2005 a 2015. (GRÁFICO 14).

Gráfico 14- Emprego formal na agropecuária, RMF, 1985 – 2015.



Fonte: RAIS/MTE, 2016.

Constata-se, que em 1985, a RMF concentrava 67,6% dos empregos formais nas atividades agropecuárias, caindo em 2005 para 28,6% e aumentando para 31,5% em 2015. (TABELA 11). Referida diminuição pode estar provavelmente vinculada à produção agrícola de fruticultura para exportação no interior do Ceará, sobretudo, na Região do Baixo Jaguaribe. Já o aumento do emprego, verificado em 2015, pode ser explicado por diversos fatores entre os quais a própria maneira de coleta dos dados do RAIS, que utilizamos como fonte, e também a fatores como a incorporação de novos municípios à RMF em 2014, com características agrárias mais acentuadas, o que pode ter contribuído para o aumento desses indicadores. Não se sabe ao certo se houve em outros municípios metropolitanos, que estão fora da nossa área de pesquisa, algum incremento no emprego com base em atividades agrícolas. Como trataremos, contudo, no item específico sobre as atividades agropecuárias na RMF, a produção de origem animal (galinhas, frangos) destaca-se nessa região metropolitana, o que pode ter contribuído para o aumento dessa participação.

Tabela 11- Empregos formais (total e percentual), agropecuária na RMF e outros municípios - 1985, 1995, 2005 e 2015.

Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Fortaleza	4.230	74,4	2.812	58	2.528	42	2.574	29,6
Aquiraz	436	7,6	739	15,2	1.092	18,1	1.138	13,1
Caucaia	356	6,2	268	5,5	99	1,6	215	2,4
Maranguape	562	9,8	438	9	525	8,7	672	7,7
Pacatuba	96	1,6	126	2,6	80	1,3	89	1
Eusebio	*	*	116	2,3	79	1,3	160	1,8
Guaiúba	*	*	23	0,4	319	5,3	535	6,1
Itaitinga	*	*	02	0,04	4	0,0	25	0,2

Municípios	Ano							
	1985		1995		2005		2015	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Maracanaú	*	*	319	6,5	384	6,3	108	1,2
Chorozinho	*	*	*	*	29	0,4	9	0,1
Horizonte	*	*	*	*	349	5,8	607	6,9
Pacajus	*	*	*	*	308	5,1	491	5,6
São Gonçalo do Amarante	*	*	*	*	214	3,5	230	2,6
Cascavel	*	*	*	*	*	*	737	8,4
Pindoretama	*	*	*	*	*	*	58	0,6
Paracuru	*	*	*	*	*	*	358	4,1
Paraipaba	*	*	*	*	*	*	537	6,1
São Luis do Curu	*	*	*	*	*	*	30	0,3
Trairi	*	*	*	*	*	*	110	1,2
Total RMF	5.680	67,6	4.843	48,6	6.010	28,6	8.683	31,5
Total outros municípios	2.718	32,4	5.115	51,4	14.977	71,4	18.839	68,5
Total Ceará	8.398	100	9.958	100	20.987	100	27.522	100

Fonte: RAIS/MTE, 2016.

É evidente, a preponderância das atividades urbanas na RMF, como também o é a permanência de práticas voltadas à agropecuária. O caráter de nossa metropolização não exclui, pelo menos em princípio, a agricultura de subsistência e a produção comercial de aves e ovos que se mantêm em municípios incorporados à RMF, mas que ainda denotam características intensamente rurais, conforme reforçam os dados da Tabela 11. A permanência das atividades agropecuárias nessa região constitui nosso interesse específico, o que será retratado nos capítulos que seguem.

Finalizando, acrescentamos à presente análise algumas considerações sobre as condições de trabalho no Ceará, caracterizadas pela baixa remuneração, haja vista que, esse Estado

tem os mais baixos salários da região Nordeste. Ademais, os trabalhadores têm pouca estabilidade e grande rotatividade no emprego, já que o tempo médio de duração no mesmo emprego é de apenas quatro anos (SINE – IDT, 2011). O trabalhador vive em situação de fragilidade, sem contar as extensas jornadas de trabalho, o que nos leva a considerar o nível de precarização em que se encontra. Reafirmando esse fato, verificam-se em matéria do jornal *O Povo*, em 26 de nov. de 2014, informações sobre um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (2010), relatando que 32,3% dos trabalhadores de Fortaleza tinham um ritmo de trabalho com jornada superior a 44 horas semanais, extrapolando o máximo permitido por lei. Constatamos na matéria do jornal que, em 2010, o percentual de trabalho formal no Ceará era de apenas 41,7%, e, especificamente, em Fortaleza, de 59,6%. Os dados da OIT são denotadores do fato de que o emprego formal não absorve nem 50% da população trabalhadora do Estado, ficando a maior parte dos trabalhadores à mercê de atividades sem vínculos formais e garantias de direitos sociais, o que reforça a precarização. (*O Povo*, 26 de nov. de 2014).

Em suma, a expansão das atividades econômicas na RMF, conforme vimos, ensejou novos postos de trabalho em setores tradicionais, como o comércio e os serviços, ao passo que outros ramos se fortaleceram, a exemplo da indústria, impulsionada pelas políticas de incentivos governamentais. O dinamismo gerado pela atividade econômica com a divisão territorial e social do trabalho promoveu a transferência de população do meio rural para o meio urbano e que não foi necessariamente absorvida pelas atividades geradas na cidade, dado que, na lógica de acumulação capitalista, não há emprego para todos. O resultado é que, paralelamente à oferta de empregos formais, cresce também a informalidade, na qual

os trabalhadores não inseridos formalmente se configuram como “sobrantes”, “refugos”, na expressão de Bauman (2005). Embora a informalidade não tenha surgido necessariamente na RMF com o processo de industrialização, uma vez que ela é uma realidade bem mais geral, cabe destacar o fato de que cresceu substancialmente nas últimas décadas, daí por que lhe conferimos importância, tecendo aqui algumas considerações, haja vista que o setor formal e a informalidade estão de certo modo intrinsecamente relacionados.

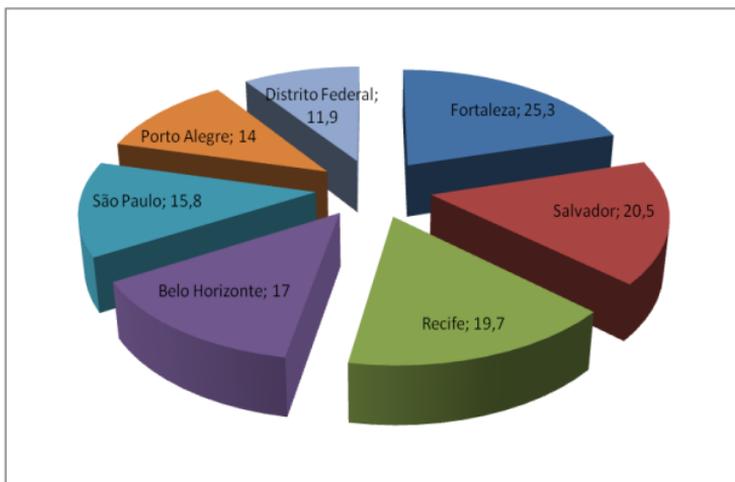
Como vimos, as atividades econômicas que mais de destacam na RMF, em termos de geração de emprego, são aquelas vinculadas ao setor de serviços e indústria, e que as atividades agropecuárias se mantêm, no entanto, variando de um município para outro. Naqueles municípios onde ocorre maior grau de integração metropolitana, o setor agropecuário é relativamente menos expressivo, enquanto os que demonstram uma maior participação das atividades do setor primário têm níveis mais baixos de integração, como será tratado com detalhes nos capítulos posteriores.

3.3 AS OCUPAÇÕES INFORMAIS NA RMF

Ao intentarmos analisar as ocupações informais em um dado território, vem logo à tona a dificuldade na obtenção de informações, visto que, diferentemente do emprego formal, os dados sobre informalidade são mais raros. Mesmo assim, pesquisas são feitas no intuito de detectar o peso que as atividades informais assumem quando se fala de emprego e renda. Citamos aqui a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada em 2012, pela fundação Dieese-Seade, para as regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal – DF, à

qual tivemos acesso por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT (2014), o que muito nos auxiliou nas nossas análises sobre a RMF. Do total das regiões metropolitanas brasileiras, incluindo o DF, a RMF foi a que registrou o maior percentual de trabalhadores autônomos, com um efetivo de 419 mil pessoas, o que representou 25% de sua força de trabalho naquele ano. Os dados demonstraram, ainda, que as regiões metropolitanas nordestinas eram as que exprimiam as maiores concentrações de autônomos, ou seja, Fortaleza (25,3%), Salvador (20,5%) e Recife (19,7%). (GRÁFICO 15).

Gráfico 15 - Proporção de trabalhadores autônomos no total de trabalhadores ocupados, Brasil - Regiões Metropolitanas e DF, 2012.



Fonte: IDT, 2014. PED/DIEESE/SEADE, 2012.

Chamou-nos a atenção o elevado percentual da RMF, por ser bem superior a o do Recife e de Salvador e, ainda, pelo fato de os números estarem muito distantes dos constatados nas regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste. Impressionou-nos mais ainda o fato de que, em janeiro de 2014, o emprego infor-

mal na RMF se acentuou e apontou, novamente, o maior índice de informalidade entre as seis principais regiões metropolitanas do Brasil, com um incremento de 17,1% em relação ao percentual expresso na pesquisa anterior, ou seja, de 1.712.000 trabalhadores ocupados na RMF, 42,4% estavam realizando atividades informais, o que compreendia trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e empregados domésticos. (DIEESE /SEEAD, 2014). Segundo o Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o trabalho informal na RMF se caracteriza como precário, devido à combinação de intensas jornadas de trabalho com baixo padrão de rendimento e ausência de proteção social e trabalhista. (IDT, 2014).

É sabido, entretanto, o fato de que, as relações informais de trabalho não se resumem ao espaço metropolitano, uma vez que o trabalho na área rural também exprime características semelhantes no que tange aspectos como por exemplo, direitos trabalhistas. São relações de trabalho não assentadas no assalariamento, tampouco noutras garantias, porquanto o agricultor recebe por dia de trabalho, ou mantém relações de parceria e/ou arrendamento.

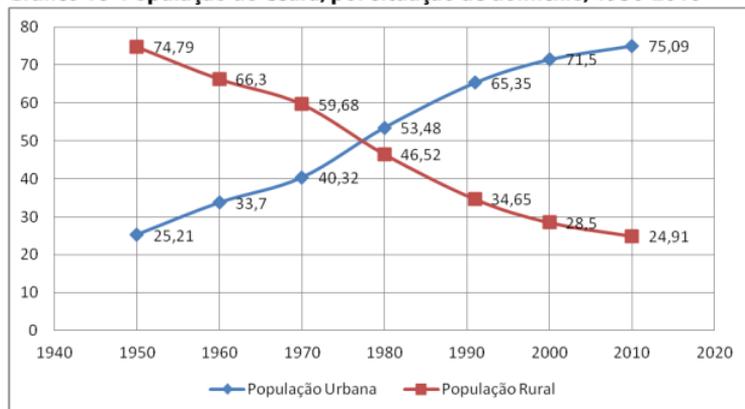
Neste sentido, o setor agropecuário, embora os dados de emprego indiquem pouca expressividade, no período considerado, em razão do recuo de sua representatividade no âmbito dos demais setores, merece nossa atenção neste trabalho, pois representa, ainda hoje, meio de sobrevivência para muitos moradores dos municípios que compõem a RMF. Não obstante os indicativos revelarem uma participação no emprego formal menos representativa em relação aos demais setores e as transformações advindas das dinâmicas metropolitanas, a agropecuária é, ainda, uma realidade, embora se mostre muitas vezes, de modo ambíguo, quando se constata que o trabalhador ocupa atividades agrícolas e urbanas ao mesmo tempo.

A agricultura que se pratica na RMF é, em sua maior parte, de subsistência, e a força de trabalho nela utilizada ainda está atrelada à modos historicamente em curso na nossa realidade, como o arrendamento e a parceria, já aqui comentados, e que se caracterizam pela informalidade. Nosso objetivo é evidenciar as atividades agrícolas, e, dentre elas, em particular, a produção de cana-de-açúcar, na RMF, mas, antes, se faz necessário a apresentação do panorama geral das atividades agropecuárias no Ceará, situando neste contexto a RMF.

3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO CEARÁ E, ESPECIFICAMENTE, NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – RMF.

Com base na demarcação do IBGE quanto ao o que classifica como espaço urbano e espaço rural, é válido assinalar que, até 1970, mais da metade dos cearenses (59,68%) habitava o meio rural; já nos anos de 1980, se registrou uma inversão, ou seja, a população urbana ultrapassou a rural, com um percentual de 53,48% de pessoas vivendo no meio urbano. Tal significou, conseqüentemente, uma baixa da população rural, que ficou em 46,52% (GRÁFICO 16). Ressaltamos que essa inversão, do local de residência da população, não se restringiu ao Ceará, visto ter sido esta uma tendência nacional, relacionada ao processo de urbanização do Território Brasileiro. É bom lembrar, entretanto, que no País como um todo, essa inversão populacional já havia ocorrido na década anterior, quando o Censo de 1970 registrou uma população urbana maior do que a rural.

Gráfico 16- População do Ceará, por situação de domicílio, 1950-2010



Fonte: IBGE. Censo.

Conforme os dados do último Censo (2010), a população cearense somava 8.452.381 habitantes e, destes, 2.105.824, ou seja, cerca de 24,91%, estavam em áreas consideradas rurais pelo IBGE, enquanto o restante, isto é, 6.346.557, o que representava 75%, já viviam em áreas urbanas.

Quando analisamos o setor agropecuário no Ceará, verificamos que, embora tenha havido uma inversão quanto ao lugar de moradia da população do Estado, registrou-se contraditoriamente, um incremento no número de estabelecimentos deste setor, considerando o período compreendido de 1975 a 2006, com um aumento de 135.585 estabelecimentos (TABELA 12).

Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários, Ceará, 1975-2006

Ano	Nº de estabelecimentos agropecuários
1975	251.650
1985	324.278
1995	339.602
2006	381.017

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Os dados mais atualizados de que dispomos são referentes ao ano de 2006 (Censo Agropecuário) e demonstram que, de 381.017 estabelecimentos agropecuários existentes no Ceará, cerca de 85,55% possuíam uma dimensão menor do que 100 hectares e, dentre estes, 67,57% eram menores do que dez hectares. Já os que se situavam em uma dimensão de dez a 100 hectares perfaziam um percentual de 17,98%. O mencionado levantamento demonstrou, ainda, que os estabelecimentos com dimensões maiores do que 100 hectares e menores do que 1.000 hectares representavam apenas 3,89%, enquanto os de 1.000 hectares não chegavam a 1%. As informações demonstram, claramente, a persistência da estrutura fundiária concentradora, característica da formação socioespacial cearense, que não destoa da realidade brasileira, de maneira geral. Destaca-se, ainda, o fato de que a maior parte dos pequenos estabelecimentos estava voltada à agricultura familiar, segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A questão vinculada ao acesso à terra constitui historicamente um dos principais entraves, se não o principal, do êxodo rural no Ceará. Para se ter uma ideia dessa problemática em nosso Estado, basta consultar os dados do IBGE, demonstrativos de que o percentual de produtores, caracterizados como arrendatários ou parceiros²³, junto aos definidos como ocupantes em quatro décadas (1975-2006) foi maior do que 36% do total de produtores dos estabelecimentos agropecuários pesquisados no Estado. Se houve alteração nesse período foi para mais, como em 1985, quando se atingiu um

23 Para Oliveira (2006), o arrendamento é uma modalidade de exploração, desde o século XVI, na França. "Arrendatários e parceiros constituem o tipo mais bem conhecido na estrutura de produção agrícola no período de transição para o capitalismo. Ambos realizam a produção tendo em vista os compromissos de aluguel, no primeiro caso, e no segundo, a repartição dos produtos com os proprietários das terras cultivadas, mas dificilmente o camponês consegue acumular alguma coisa que lhe permita a independência. (OLIVEIRA, 2006, p. 69)". No caso do Ceará, essa relação com a terra é comum e caracterizou o cultivo do algodão, produto que teve muito destaque na economia cearense.

percentual de 46,45% dessa categoria de trabalhadores chegando-se a 49,64% em 1995. Fato demonstra não só a rigidez do controle de acesso à terra mas, em determinados períodos, também a elevação no seu nível de concentração (TABELA 13).

Tabela 13 - Condição dos produtores segundo os estabelecimentos agropecuários - Ceará, 1975-2006.

Condição do produtor	Ano			
	1975	1985	1995	2006
Proprietário	60,71%	50,28%	46,49%	50,68%
Arrendatário ou parceiro	19,61%	29,54%	27,22%	21,71%
Administrador	2,77%	3,27%	3,86%	2,31%
Ocupante	16,91%	16,91%	22,42%	14,93%

Fonte: IBGE.

Os dados provenientes do Censo Agropecuário (2006) permitem constatar, ainda, que, paralelamente ao crescimento do número de estabelecimentos agropecuários de 1970 a 1985, houve também um aumento no número de pessoas ocupadas, passando de 1.021.712, no ano de 1970, para 1.271.800, em 1985. Tal significou um incremento de 250.088 pessoas. Esse fato, contudo, não se repetiu nas décadas seguintes, pois, tendo por base o número de empregados na agropecuária cearense em 1985, verificamos que, em 1995, houve uma baixa de 101.076 ocupações nesse setor e, em 2006, esse decréscimo foi de 125.810 ocupados (GRÁFICO 17).

Gráfico 17- Número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agrícolas, Ceará, 1970-2006.



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário.

No que se refere às culturas agrícolas praticadas no Ceará, destacam-se os produtos da lavoura temporária de milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar, conforme demonstrado nos dados compatibilizados na Tabela 14. Faz-se importante salientar que, desde o ano de 2012, a região Nordeste passa por uma seca que influencia negativamente na produção agrícola e, nesse contexto, muitos cearenses também sofrem com as consequências desse fato, conforme é destacado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB,

A região nordestina vem passando por uma situação vexatória devido ao fator climático, desde o ano de 2012, com poucas chuvas, bem abaixo da média histórica da região, com isso, gerando escassez na produção agrícola, forragens e no armazenamento de água potável, tornando difícil a vida da população. No estado do Ceará, as precipitações pluviométricas no período de 2012 a 2015, ficaram abaixo da média histórica, com chuvas esparsas e veranicos prolongados que comprometeram as lavouras e o volume hídrico dos reservatórios do estado. (2015, p.1).

Tabela 14 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção, Ceará - 1990-2015

Produto da lavoura temporária	Área plantada (Hectares)				Área colhida (Hectares)				Quantidade produzida (Toneladas)				Valor da produção			
	1990	2000	2010	2015	1990	2000	2010	2015	1990	2000	2010	2015	1990 (mil cruzeiros)	2000 (mil reais)	2010 (mil reais)	2015 (mil reais)
Abacaxi	25	5	277	127	20	5	277	127	273	45	11.451	2.624	5.929	17	13.599	3.718
Algodão herbáceo (caroço)	165.842	95.089	2.176	390	78.216	95.089	2.176	362	17.164	65.991	2.196	107	555.931	43.519	2.108	166
Alho	157	27	4	-	157	27	4	-	529	91	18	-	85.688	166	85	-
Amendoim (em casca)	874	996	1.004	463	874	996	1.004	463	695	1.412	378	305	22.305	749	644	878
Aroz (em casca)	74.238	58.592	27.563	8.898	62.180	58.592	27.563	8.801	124.959	148.363	63.868	24.601	2.559.538	40.705	37.211	20.688
Batata-doce	1.209	495	2.077	2.094	1.200	495	2.077	2.094	9.984	3.758	15.277	16.196	114.013	762	9.241	18.326
Batata-inglesa	60	3	-	-	60	3	-	-	500	18	-	-	20.000	7	-	-
Cana-de-açúcar	63.600	34.535	43.024	19.149	63.096	34.535	43.024	19.149	2.723.911	1.791.802	2.306.004	906.912	3.268.100	47.128	114.556	98.436
Cebola	11	3	36	30	11	3	36	30	17	8	268	123	890	4	233	135
Fava (em grãos)	2.685	6.065	7.307	6.650	1.751	6.065	7.307	6.621	306	1.478	917	1.483	7.465	1.644	2.302	13.002
Feijão (em grãos)	684.492	570.027	464.636	404.701	381.108	569.777	464.636	404.612	76.529	196.696	83.286	67.350	3.992.845	100.526	198.191	149.539
Fumo (em folhas)	230	125	295	60	230	125	295	60	157	102	321	54	26.961	382	3.014	443
Girassol (em grão)	-	-	1.230	-	-	-	1.129	-	-	-	838	-	-	-	727	-
Mamona (baga)	15.911	2.627	26.934	7.612	11.254	2.627	25.685	7.594	5.657	2.245	4.942	889	85.459	644	5.288	1.069
Mandioca	127.452	84.029	109.155	58.511	124.718	84.029	109.155	58.506	1.009.511	712.178	620.964	35.8857	2.384.599	38.601	121.225	137.495
Melancia	974	340	1.223	1.391	830	312	1.223	1.391	712	1.306	50.324	35.805	32.519	912	15.160	19.645
Melão	518	2.106	5.431	4.482	518	2.106	5.431	4.482	7.110	44.338	153.161	111.487	522.703	13.907	103.928	108.660
Milho (em grão)	629.403	613.626	551.984	495.927	346.331	612.976	551.984	495.682	120.581	623.630	174.955	130.887	1.722.599	136.560	94.585	82.318
Soja (em grão)	-	-	1.020	-	-	-	1.020	-	-	-	3.417	-	-	-	2.904	-
Sorgo (em grão)	239	1.620	1.880	400	219	1.620	1.880	400	251	5.969	5.544	900	3.035	1.173	2.177	540
Tomate	2.163	2.022	2.278	2.198	2.163	2.022	2.278	2.198	72.621	88.348	114.564	95.128	706.555	39.650	115.493	126.159

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

A escassez hídrica e seu forte influxo na produção agrícola preocupam ainda mais, porque produtos como a castanha de caju, a cana-de-açúcar e a raiz da mandioca são “[...] produtos de relevância econômica para o estado do Ceará, por gerar renda e emprego na zona rural” (CONAB, 2015, p.1), o que demonstra a relevância das atividades agropecuárias para a reprodução da vida de muitos cearenses, e embora uma análise mais acurada dos dados do IBGE nos encaminhem para a compreensão de que a área rural está em vias de esvaziamento, bem como que as atividades agropecuárias se destacam menos em relação àquelas geradas em outros setores econômicos no Estado, consideramos, ainda, a relevância desse setor, uma vez que a agricultura familiar ocupa lugar de importância na produção de alimentos para o mercado interno brasileiro²⁴.

Estudos demonstram que a agricultura familiar ainda resiste, estando inclusive nas regiões metropolitanas brasileiras, como demonstrado no relatório: “Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil, diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) em Regiões Metropolitanas Brasileiras”. (2007). O citado documento foi produzido com base em um estudo que abrangeu 11 regiões metropolitanas, a saber: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Recife, Salvador e Fortaleza. Demonstrou que, nas áreas pesquisadas, se desen-

24 No Brasil, no ano de 2006, 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários pertenciam a grupos familiares, o que representou 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deste montante estava inserida na Região Nordeste. Neste contexto, a agricultura familiar brasileira reveste-se de grande relevância, sendo responsável por 70% dos alimentos que abastecem o mercado interno - produzindo 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. Outro dado que demonstra a importância da agricultura familiar é o fato de que, no mesmo período, esta foi responsável por 35% do Produto Interno Bruto nacional, absorvendo 40% da população economicamente ativa no País. (IBGE/CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

volve, ainda, intensa e variada atividade agrícola.

Considerando a Região Metropolitana de Fortaleza, esta congregava, no ano de 2006, 17.782 estabelecimentos agropecuários, dos quais 86,6% estavam ocupados com agricultura familiar, o que desafia nossa capacidade de reflexão, pois esta atividade se desenvolve, sobretudo, em espaços híbridos, em que urbano e rural, campo e cidade coexistem, marcando modos de vida e, assim, assegurando a reprodução da força de trabalho de muitos. Na lavoura temporária praticada na RMF, cultiva-se principalmente, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, arroz, melancia, melão, tomate, fava e mamona. E entre os produtos da lavoura permanente, destaca-se, principalmente, o cultivo de frutas, como abacate, banana, castanha de caju, coco, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, tangerina e maracujá (IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2013).

Outro dado que expressa a importância das atividades agropecuárias na RMF é a produção de leite, ovos e mel de abelha. O leite é produzido em todos os municípios da RMF, assim como os ovos de galinha, enquanto em relação a ovos de codorna e a mel de abelha, há um número menor de municípios produtores (TABELA15).

Tabela 15- Produção de origem animal, por tipo de produto, RMF – 2015

Municípios	Leite (mil litros)		Ovos de galinha (mil dúzias)		Ovos de codorna (mil dúzias)		Mel de abelha (quilo-gramas)	
	Produção	Valor da produção (mil reais)	Produção	Valor da produção (mil reais)	Produção	Valor da produção (mil reais)	Produção	Valor da produção (mil reais)
Aquiraz	1.916	3.448	24.018	93.669	8.253	7.758	-	-
Cascavel	2.012	2.415	4.977	25.880	6.733	6.397	5.748	40
Caucaia	13.034	22.157	2.993	14.368	-	-	-	-
Chorozinho	627	1.128	15	82	-	-	5.550	53
Eusébio	425	764	5.310	20.708	9	11	-	-
Fortaleza	1.201	2.042	70	337	33	68	-	-
Guaiúba	2.801	3.539	701	3.363	-	-	345	2
Horizonte	1.013	1.824	24.868	96.984	1.242	1.491	5.750	41
Itaitinga	538	969	947	3.695	-	-	-	-
Maracanaú	1.362	2.316	13	72	-	-	-	-
Maranguape	12.023	20.438	131	627	-	-	13.510	97
Pacajus	1.531	2.755	8.315	32.430	-	-	5.375	39
Pacatuba	1.555	2.644	516	2.478	-	-	-	-
Paracuru	1.006	1.107	6.124	36.744	16	47	1.350	14
Paraipaba	1.331	1.996	39	273	-	-	12.000	120
Pindoretama	545	980	6.442	25.125	-	-		
São Gonçalo do Amarante	1.400	1.820	9.124	54.742	1	2	500	5
São Luis do Curu	575	1.150	24	167	-	-	-	-
Trairi	1.058	1.693	90	486	-	-	2.720	27

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

Além das lavouras temporárias do milho, feijão e mandioca, voltadas à subsistência, e da cana-de-açúcar, destinada aos engenhos e destilarias, destaca-se na RMF a criação animal de caráter comercial. Trata-se da produção avícola industrial. Analisando-se a tabela 16, que traz o número de estabelecimentos agropecuários deste setor, por mesorregião do Ceará, verifica-se que a posição da RMF em produção de ovos é disparada em relação às demais mesorregiões, indicando a concentração da avicultura nesta região.

Tabela 16 - Número de estabelecimentos agropecuários com galinhas, galos, frangos, pintos (nº de cabeças), por Mesorregiões do Ceará, 2006

Mesorregião Geográfica	Nº de estabelecimentos	Quantidade de ovos produzidos
Noroeste cearense	44.456	7.498.081
Norte cearense	35.460	8.522.299
Região Metropolitana	5.818	46.525.293
Sertões cearenses	54.287	5.252.943
Jaguaribe	16.388	1.986.525
Centro-Sul cearense	20.092	1.919.050
Sul cearense	30.854	2.571.676

Fonte: Censo agropecuário, 2006.

Para se ter noção da relevância da produção de ovos e de aves de caráter comercial na RMF, dos 22 produtores associados na Associação Cearense de Avicultura – ACEAV, em 2016, 15 estavam sediados em municípios da RMF, com destaque para a metrópole, Fortaleza, que concentrava, à época, sete estabelecimentos; Horizonte e Pacatuba concentravam, cada um, dois grandes produtores, e Pacajus, Aquiraz, Itaitinga, além de Maranguape, congregavam um produtor cada um. (ACEAV, 2016).

O que acabamos de descrever remete à reflexão sobre a natureza dos espaços onde se imbricam atividades urbanas e agrícolas. Autores como Schneider classificam esses espaços como periurbanos, porquanto “[...] representam uma situação

intermediária ao rural a ao urbano e, sobretudo [porque], [...] neles parece emergir um tipo próprio e característico de relações de trabalho que se baseia na pluratividade das famílias de trabalhadores". (2004, p. 169). Já nas considerações de Gama, citado por Schneider, o periurbano e o processo de periurbanização instituem,

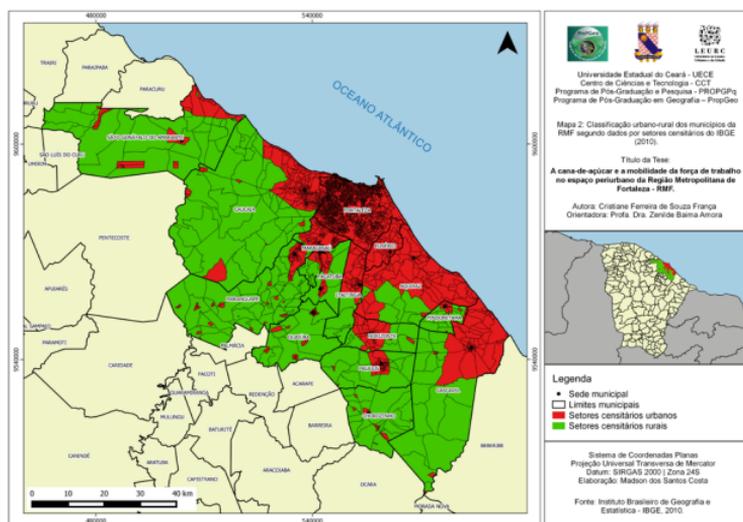
[...] áreas densamente povoadas que participam da vida rural (pela sua localização, pelos tipos de residência, pelas relações de propriedade) e da vida urbana (pelas deslocamentos entre a residência e o trabalho, entre campo e cidade, pela desconcentração da urbe em relação a uma série de atividades, pela procura que as empresas fazem de uma série de economias de localização) [...] Em contraste com a separação clássica entre cidade e campo, a área periurbana apresenta-se como uma área de transição, muitas vezes extenso, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos. Esse espaço não deixa, no entanto, de ser polarizado pela cidade, na organização espacial das atividades econômicas, no domínio das trocas e da gestão empresarial e financeira. (GAMA, 1987, apud SCHNEIDER 2004, p.170).

Gama considera, ainda, que espaços rurais e urbanos coexistentes "[...] se traduzem na plurifuncionalidade do uso do solo, na pluratividade das suas populações e na complexidade da estrutura social e das práticas culturais" (GAMA, 1987, apud SCHNEIDER 2004, p.170). Essa plurifuncionalidade do solo torna-se cada vez mais pertinente em espaços de transição que recebem intensiva influência da Metrópole, no que diz respeito à ação de agentes vinculados a atividades como, por exemplo, especulação imobiliária, parcelamentos do solo, desenvolvimento de atividades terciárias e proliferação de serviços de apoio ao turismo etc. Já a pluratividade, como combinação de atividades agrícolas com outras ocupações, constitui, no destaque feito por Carneiro (2012), estratégia de garantia da subsistência familiar.

Na primeira tentativa visando a qualificar esses espaços de transição na RMF, ou seja, os espaços periurbanos, nos apoiamos nos dados do IBGE, precisamente nos setores censitários²⁵, do Censo demográfico de 2010, o que, de certo modo, nos levou à primeira configuração das áreas que expressavam maior preponderância de características rurais, e as que se exprimiam como urbanas. Com base nesses dados, e espacializando-os no Mapa 2, a seguir, chama-nos a atenção para uma grande área de transição no litoral leste da RMF, com destaque para os Municípios metropolitanos de Aquiraz e Pindoretama. Quando confrontamos os dados com a dinâmica socioespacial vigente nesses municípios, verificamos que são espaços que se caracterizam por mostrarem, por um lado, ainda, a presença de atividades agropecuárias, com tradição na produção agrícola de subsistência, como, por exemplo, as culturas de mandioca, feijão e, ainda, a de cana-de-açúcar, entre outros, e atividades pecuárias, com diversas granjas, especialmente em Aquiraz; e, por outro lado, são espaços que se caracterizam também por comportarem uma dinâmica socioespacial vinculada à especulação imobiliária, à implantação crescente de serviços vinculados ao lazer e ao turismo, de tal modo que se visualiza uma marcante transformação no uso do solo, com a produção de segundas residências e condomínios residenciais, que, cada vez mais, ocupam os espaços anteriormente voltados para atividades agropecuárias. Apesar dessa transformação em voga, porém, se observa, ainda, no cotidiano da população que habita os referidos municípios, hábitos que os coadunam, ao mesmo tempo, com modos de vida rural e urbano, o que possivelmente esteja vinculado à proximidade da MetrÓpole.

25 "O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por uma área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador". (<http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>). Acesso em: 25/09/2017.

Mapa 2 – Classificação urbano-rural dos municípios da RMF, segundo dados por setores censitários do IBGE, 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Culturas como a cana-de-açúcar, e também o caju, que historicamente ocuparam parte da zona litorânea, que hoje integra a Região Metropolitana de Fortaleza, estiveram diretamente vinculadas à reprodução da vida dos sertanejos e à produção do espaço cearense, constituindo um desafio no sentido de se entender o que representaram e ainda representam nesse novo contexto marcado pelo processo de urbanização em sua vertente metropolitana, como trataremos no capítulo quatro.

No módulo que segue, intentamos qualificar nossa discussão, demonstrando a existência da cana-de-açúcar no Ceará, e, nesse sentido, no espaço metropolitano de Fortaleza, com destaque para o litoral, para que, em seguida, possamos focar no que de fato é de nosso interesse, ou seja, compreendermos a mobilidade da força de trabalho vinculada à

produção canavieira nos municípios metropolitanos, que é foco de nossa análise. Antes, entretanto, faremos breve discussão acerca da relação campo-cidade e rural-urbano. Refletimos, ainda, sobre a existência de ruralidades no espaço urbano, além do que inserimos os Municípios de Aquiraz e Pindoretama no referido contexto. Nesse sentido, acreditamos estar contribuindo para a reflexão sobre a dinâmica rural-urbana no espaço metropolitano de Fortaleza, ou, antes, do espaço periurbano da RMF.

4 - A CANA-DE-AÇÚCAR E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CEARENSE: OS MUNICÍPIOS DE AQUIRAZ E PINDORETAMA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.

Vimos no capítulo 3 que a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF constitui-se como *locus* principal da produção econômica e, portanto, de concentração da força de trabalho no Ceará, congregando 70% dos empregos formais do Estado cuja maioria se vincula às atividades urbanas (RAIS, 2014). Este não é, contudo, um espaço homogêneo, uma vez que o próprio espaço geográfico não o é, pois, além de ser heterogêneo, é hierarquizado e fragmentado, apresentando também atividades agropecuárias, revelando em seu conteúdo aspectos como as ruralidades, que nos desafiam à sua compreensão. Nesse contexto, destacamos os Municípios metropolitanos de Aquiraz e Pindoretama que consideramos em nossa pesquisa espaços periurbanos, visto que denotam características urbanas e rurais, tendo, ambos, tradição na produção agrícola, com destaque para a cana-de-açúcar, que ainda é cultivada em pequenas porções dos referidos municípios.

Fica evidente, assim, a necessidade de se entender melhor a conformação desses espaços no que tange à relação entre o rural e o urbano. Desse modo cabe uma discussão sobre as categorias campo, cidade, rural e urbano, refletindo-se, ainda, sobre as chamadas ruralidades no meio urbano brasileiro e, em especial, no espaço metropolitano comandado por Fortaleza, onde se destacam os Municípios de Aquiraz e Pindoretama como produtores de cana-de-açúcar e seus derivados. A relevância que teve e tem ainda de certo modo a cultura da cana-de-açúcar na produção do espaço cearense com suas transformações e permanências constitui a presente análise.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE CIDADE, CAMPO E URBANO, RURAL

As condições necessárias que permitiram a divisão socioespacial do trabalho que resultou na contraposição entre o campo e a cidade datam de séculos atrás (há mais de 5.500 anos), quando o homem, já sedentarizado e capacitado a exercer a atividade agrícola, começou a produzir excedentes, liberando alguns dessa atividade, que puderam se dedicar a outros afazeres, o que foi crucial, dentre outros fatores, para a cidade lograr ainda mais papel de destaque. “A partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as Cidades começaram a acumular riquezas: objetos, tesouros, capitais virtuais”. Nesse contexto, as cidades “[...] são centros da vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obra de arte, monumentos)” como bem salientou Lefebvre (2001, p. 12). Enveredando por essa mesma linha de raciocínio e reportando-se aos primórdios da cidade, Santos (2014) argumenta:

A cidade aparece [...] como uma semente de liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo. Representa a possibilidade do homem livre, da liberdade de escolha, muito embora essa fosse relativa [...]. As cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, que propiciou a formação de um excedente de produtos alimentares. Com a existência desse excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade predominantemente, lugar de atividades não agrícolas. (P. 59).

O Geógrafo brasileiro destaca o papel das técnicas de produção agrícola como componente determinante da produção de excedentes no campo, o que levou à divisão social e territorial do trabalho, conforme destacaremos mais a diante²⁶.

26 Lefebvre recorda a cidade em sua historicidade, sobrelevando os variados tipos “das obras mais ‘belas’ da vida urbana”, ao afirmar que, esta antecede ao processo de industrialização. Em

Segundo Monte-Mór, a cidade deu origem à ideia de civilização, tendo sua procedência na *urbs* romana²⁷ numa “[...] sociedade politicamente definida pela *polis* ou pela *civitas* (de *civis*)”, sendo o campo o espaço natural circundante, constituindo-se como território complementar. Nesse contexto, “[...] cidade e campo se desenvolveram em relações antagônicas, mas também de complementariedade”. Cidade e campo eram então elementos do espaço humano, em articulação, dando “[...] origem às suas qualificações: o urbano próprio da cidade, e o rural, próprio do campo (*rus-ruris*)”. (2007, p. 95).

A separação campo cidade foi uma das primeiras e fundamentais divisões do trabalho, compreendida como biológica (conforme sexo e idade), técnica (segundo os instrumentos e habilidades) e social (trabalho material x trabalho intelectual). À cidade caberia às funções de organização e direção, políticas e militares e elaboração do conhecimento, com procedência na Filosofia e na Ciência, bem como no campo as atividades primárias. (LEFEBVRE, 2001)

Sobre a divisão do trabalho, Marx (2013) já destacava que a superação da dicotomia entre a cidade e o campo, ou, precisamente, entre trabalho material e intelectual, seria a superação das próprias mazelas sociais impostas, historicamente, rumo a uma sociedade mais justa, já que o próprio processo de urbanização convergiria para a conformação de uma sociedade de classes antagônicas. Convém, destacar, no

suas palavras, “As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade”. (2001, p. 11).

27 “[...] *urbs* é cidade - contrário de *rus*, rural”. Na língua inglesa a palavra *urbane* (urbano) significa comportamento refinado, conceito que vem de vida nas cidades (RYBCZYNSKI, 1996, p. 35).

entanto, que, embora reconheçamos que a distinção cidade campo seja, cada vez, mais difícil de se estabelecer, a superação das contradições entre trabalho material e intelectual e a sociedade mais justa prevista por Marx não ocorreu.

Em Wirth, o rural e, sobretudo, o urbano aparecem como modo de vida. Este autor considera a urbanização não apenas como aglomeração de pessoas em uma cidade, mas, sobretudo, como “[...] modo de vida associado com o crescimento das cidades [...] por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte”. Assevera que o urbano, como um modo de vida, não se limita aos recortes físicos da cidade, manifestando-se em distintos graus, até onde se estenda a influência da urbe, chegando inclusive a modificar a “vida rural” por meio de contato e dos veículos de comunicação (1967, p. 101). Sendo assim, cidade e urbano ganham conotações distintas. O autor oferece três aspectos vinculados ao urbano como modo de vida: a) uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica; b) um sistema de organização social envolvendo uma estrutura social característica, uma série de instituições sociais e um modelo típico de relações sociais; e c) um conjunto de atitudes, de ideias e uma constelação de personalidades dedicadas a formas típicas do comportamento coletivo e sujeitas a mecanismos característicos de controle social. (P. 115).

Remetendo a temporalidade da relação campo e cidade, Santos (2014) reitera o seu caráter secular e pondera que, não obstante a duração de vários séculos, considerando os processos vinculados às grandes navegações, e passando pela Revolução Industrial, já não é mais possível se considerar essa classificação hierárquica do mundo. Para o autor, não podemos mais, hoje em dia, nos referir às clássicas noções de

relação campo-cidade, que ainda existem, mas mudaram de conteúdo e de forma, já que “[...] as relações com áreas distantes do campo imediato passam a ser uma constante, e mesmo uma necessidade”. (P. 61).

De fato, com o advento do processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização, a cidade muda de conteúdo. Se antes ela era o lugar da festa, dos valores de uso, com esses processos, passa a ser o lugar dos valores de troca. Lefebvre (2004) aponta que, com isso, houve a explosão – implosão da cidade, ou seja, por um lado, ocorreu enorme concentração de pessoas, atividades, objetos, instrumentos, e de outra parte, houve grande explosão de fragmentos, concretizados em periferias, residências secundárias, entre outras coisas. Considera, ainda, que essa explosão-implosão produziu diversas conseqüências sobre o crescimento da produção industrial, multiplicando as trocas comerciais e impondo-se em escala mundial de tal modo que essa “[...] prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, ‘do mundo da mercadoria’ que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical”. (P. 14).

Henri Lefebvre dedicou-se a uma profunda reflexão sobre o que denominou de “sociedade urbana [...] aquela que nasce da industrialização” um processo, que domina e absorve a produção agrícola. (2004, p.15). Na lição do autor, o urbano ou a sociedade urbana é expressa como uma tendência, uma virtualidade, e, nesse contexto, o setor agrícola tende a se converter num setor da produção industrial, submetendo-se às suas exigências.

O modo de vida urbano com sua tendência a generalização engendra um “[...] conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”, a que Lefebvre (2001) denominou de “tecido urbano”, que “[...] prolifera corroendo

os resíduos da vida agrária” poupando “[...] apenas as regiões estagnadas”. (P. 17). O tecido urbano, na expressão do referido autor, é constituído por sistemas de objetos e sistemas de valores, que em suas palavras, assim os qualifica:

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário ‘moderno’, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos ‘serviços’. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. [...] em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (P. 19)

Importante é destacar o fato de que, embora Lefebvre sobressalte, em seus textos, a tendência à generalização da sociedade urbana, inclusive asseverando que esta tende a corroer o modo de vida rural, ele ajuíza sobre a necessidade de o pesquisador, que se debruça, sobre a compreensão do fenômeno urbano, considerar seu conteúdo, porquanto a entrada na sociedade urbana e as modalidades da urbanização dependem das características da sociedade considerada no curso da industrialização (LEFEBVRE, 2001; 2004).

Sendo assim, nos parece imprescindível considerar que o conteúdo do que é urbano e do que é rural, numa dada realidade, deva ser apreendido com amparo na compreensão das universalidades, particularidades e singularidades que os configuram no espaço e no tempo, pois o que está em “jogo” é a totalidade do movimento do real. Outra ressalva importante é que “[...] a relação ‘urbanidade-ruralidade’ não desaparece, pelo contrário intensifica-se, mesmo nos países mais industrializados” formando ilhas de ruralidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 19).

Por fim, vale asseverar que, embora haja uma vasta bibliografia que busca compreender os conteúdos do rural e do urbano, existem critérios, comumente, utilizados para tratá-los e ca-

racteriza-los e que são considerados com suporte nos seguintes elementos: 1) dos limites oficiais ou delimitação administrativa; 2) do patamar demográfico; c) da densidade demográfica; e d) da natureza das atividades econômicas (ENDLICH, 2006).

Quando se considera como critério os limites oficiais ou a delimitação administrativa, procede-se de uma apreensão apenas “[...] coloquial dos vocábulos rural e urbano que se limitam a designar suas respectivas circunscrições territoriais”. O Brasil, assim como o Reino Unido, a África do Sul e a Tunísia, “[...] declaram como urbanos os residentes em lugares com uma certa forma de administração, como as sedes municipais brasileiras”. (ENDLICH, 2006, p. 13). Como veremos mais à frente, esse critério adotado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, vem sendo questionado por diversos estudiosos da realidade brasileira. Quando se utiliza o segundo critério, ou seja, o patamar demográfico, considera-se o urbano como aglomeração e o rural como dispersão, sendo que há uma variação de país para país, quando se considera o que é uma cidade e sua classificação. O terceiro critério – a densidade demográfica - enfoca o número de habitantes por quilômetro quadrado, considerando-se que as áreas urbanas são sempre mais densamente ocupadas do que as áreas rurais. E como quarto critério destaca-se que a natureza do que é urbano e do que é rural se daria pela natureza das atividades econômicas praticadas nestes espaços, sendo que, no rural, se evidenciaríamos as atividades primárias, sobretudo, a agropecuária, e, no urbano atividades secundárias e terciárias. Constatamos, foi, que esse critério já não condiz com a dinâmica do campo, quando as atividades agroindustriais são cada vez mais evidentes.

Levando em consideração a necessidade de se compreender como se configuram em um espaço metropolitano atividades rurais, cabe uma discussão sobre o enten-

dimento dessa relação na literatura que vem contribuindo com essa reflexão.

4.1.1. Considerações sobre o rural e o urbano no Brasil; suas definições.

As reflexões sobre as categorias campo e cidade, rural e urbano, no Brasil, datam dos anos de 1950 e 1960, como consequência das transformações pelas quais o País passou, nas décadas precedentes, com a intensificação do processo de urbanização/industrialização. Como salienta Santos (2009), foi desde os anos 1940-1950, com a industrialização do País – compreendida como processo social complexo, responsável pela formação do mercado nacional, pela busca de integração territorial e pela expansão do consumo – que tomou maior impulso o processo de urbanização em escala nacional, com o crescimento das grandes e médias cidades. Olhando para esse movimento do real, ou seja, para as transformações referidas por Santos, os estudiosos das Ciências Sociais, dentre estes, os geógrafos, começaram a se debruçar sobre o tema, tendo, em alguns casos, enveredado por uma perspectiva de análise dicotômica que considerava o rural e o urbano como distintos e mutuamente excludentes (ROSA e FERREIRA, 2006).

Ademais, dos anos 1970 a 1990, as questões que passavam a discussão do mundo rural deixaram de lograr a atenção dos estudiosos, já que houve a compreensão da proeminência da modernização da agricultura que, por si, explicaria os processos ocorridos no mundo rural (CARNEIRO, 2012). Avaliando também esse aspecto Wanderley (2012) acentua que a busca da compreensão do mundo rural não fazia mais sentido, para muitos estudiosos, já que este objeto de estudo já havia sido “[...] previamente explicado pelas grandes teorias, resultando certa homogeneização”. E acentua,

Em qualquer lugar, a via do progresso seria sempre a mesma: a industrialização da agricultura e a urbanização do campo. Nega-se a diversidade das realidades locais (...) e por via de consequência chega-se a negação da pertinência teórica da própria categoria "rural". (WANDERLEY, 2012, p. 16).

Essa compreensão da falta de pertinência teórica da categoria rural se deu inicialmente nos países do capitalismo avançado nos anos 1960. No Brasil, isso teria se dado no início dos anos de 1980 (FERREIRA, 2012).

Compreendemos, como Wanderley (2012), que é necessário apreender o conteúdo urbano rural brasileiro, levando em consideração suas especificidades vinculadas ao espaço-tempo da nossa formação socioespacial, sua heterogeneidade e suas mais diversas escalas de manifestação, despindo-nos ainda de uma compreensão dicotômica do processo, uma vez que, como assinala Rua, "[...] o urbano e o rural se mesclam, sem perder identidade". (2013, p.383)

Buscando apreender o sentido da perda de significado da categoria analítico-conceitual de rural para muitos estudiosos, Ferreira (2002) aponta um conjunto de elementos que estariam implicando neste ponto, dentre os quais: a compreensão de que estaria havendo cada vez mais um esvaziamento demográfico daquele espaço, com uma diminuição gradual da participação da agricultura no PIB, e uma subordinação crescente ao processo de agroindustrialização, além da proletarização de grupos rurais com a generalização do modelo de empresa moderna.

A autora, todavia, assevera que, nos anos 1990, a discussão sobre o rural ganhou expressividade novamente, quando os estudiosos das Ciências Sociais passaram a apontar o espaço rural como potencialmente integrativo para a qualidade de vida, acompanhada de uma "[...] recomposição dos

espaços rurais”, caracterizado por uma onda de crescimento demográfico, diversificação ocupacional, aumento na oferta de trabalho, entre outros. Ademais, destaca, a ideia de que, naquela mesma década, começaram a surgir movimentos sociais de base rural que criticavam o modelo de desenvolvimento e modernização do campo, apresentando-se como novos agentes da revitalização do rural. Essas transformações foram denominadas de “[...] novas ruralidades, renascimento rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, emergência de novos atores rurais, espaços rurais como territórios do futuro”. (FERREIRA, 2002, p. 30-31).

Mesmo nessa realidade, contudo, de retorno ao debate sobre os novos sentidos que o espaço rural assumia naquela década, havia controvérsias teóricas. Para Ferreira, estas, em seu âmago, estavam influenciadas pelo debate clássico, que se resume em duas vertentes, delineadas na sequência.

a) A posição da homogeneização, onde o rural se apresentaria como,

[...] uma realidade e *constructo* social em declínio, com papéis delimitados por um mundo urbano em expansão. A ruralidade é um conjunto de representações que fazem valer tais papéis, neles integrando identidades rurais em transformação. Assiste-se ao fenômeno da urbanização do campo e a tese do contínuo rural-urbano é refeita para dar sentido à urbanização geral num território concreto. (FERREIRA, 2002, p. 31).

b) A posição de reconstrução e resignificação, na qual,

[...] o rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural de representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias, mesmo se articuladas integralmente ao “mundo urbano” no âmbito de um território concreto ou imersa nos processos, redes e símbolos mais gerais da urbanidade. (...)

Não se trata de sociedades rurais de caráter totalizante; não se trata de autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação a complementaridade. É essa percepção que se encadeia a possibilidade de uma reconstrução da ruralidade como portadora de mudanças societárias. (IBIDEM).

Nos países do capitalismo avançado, os estudiosos que se debruçaram sobre a dinâmica então presenciada, nos espaços rurais, nos anos de 1990, começaram a apontar tendências, dentre as quais: crescimento demográfico, um lugar onde as atividades agrícolas já não mais prevaleciam, habitat de trabalhadores urbanos e também de famílias plurativas²⁸, lugar bucólico em contraposição ao caos da cidade. (FERREIRA, 2002).

No Brasil, referida discussão também auferiu importância²⁹, mas, antes de uma reflexão sobre a ressignificação do espaço rural em nossa realidade, os pesquisadores colocaram em xeque a pertinência dos critérios adotados para definir o que é rural e o que é urbano. Em nossa realidade, o critério é político-administrativo e considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (IBGE, 2014). Independentemente do tamanho, todas as municipalidades brasileiras compõem-se de uma parte considerada urbana – a Sede do Município – e de uma área definida como rural, caracterizada por habitações dispersas. Como aponta Ferreira (2002), um vilarejo, mesmo que não ofereça nenhuma experiência urbana,

28 A pluratividade ocorre quando as famílias que residem no espaço rural recorrem a outras atividades ocupacionais que não só a agricultura. (SCHNEIDER, 2004).

29 Desde 2012, diversos pesquisadores e gestores governamentais promovem debates, no intuito de repensar as especificidades do mundo rural no Brasil. Para detalhes, ver Miranda e Heithel (2013).

pode ser considerado espaço urbano. Fato conduz posições que consideram equivocada o nível elevado de urbanização no Brasil e também da perda do significado do rural (VEIGA, 2002; CARNEIRO, 2012).

No âmbito dessa ampla discussão, destacamos Abramovay (2000), que critica a definição do rural no Brasil, conforme explicitado na citação a seguir:

[...] a definição do IBGE, para usar a expressão de Elena Saraceno (1996/1999), é de *natureza residual*: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infraestrutura, e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. Com isso o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades, e sua emancipação social, passa a ser vista – de maneira distorcida – como “urbanização do campo”. (ABRAMOVAY, 2000, p. 2).

O mencionado autor adverte, ainda, que não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural, mas entende que há um traço em comum na definição europeia e estadunidense e, mais recentemente, na divisão de desenvolvimento rural da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para a América Latina - FAO, em que o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades. Corroboramos essa posição, pois entendemos a necessidade de atentarmos para o fato de que, na sociedade urbana,³⁰ há cada vez mais a articulação entre o rural e o urbano, gerado pelo movimento de homogeneização das condições de reprodução do capital. Não obstante essa constatação, não concordamos com a ideia de que há uma dissolução do conteúdo rural pelo urbano, mas, como Brandão (2012) explicita, esse processo busca

30 Para Lefebvre (2001), a sociedade urbana decorre da industrialização e é “[...] motor das transformações na sociedade”. Nesse sentido, “[...] a industrialização caracteriza a sociedade moderna”. (P. 11).

homogeneizar as relações mercantis, ao mesmo tempo em que aprofunda a heterogeneidades e as desigualdades entre lugares e pessoas. Consoante seus ensinamentos,

O processo homogeneizador é atinente à imposição pelo capital, em qualquer espaço, de seus pressupostos imanentes; à capacidade do capital em incorporar massas humanas à sua dinâmica; à atração de todos os entes à órbita de seu mercado; à subordinação a si de todas as unidades societárias, à busca de construção de um espaço uno de acumulação e à destruição de quaisquer barreiras espaciais e temporais que possam gerar atritos e fricções a seu movimento geral (...) o capital busca a equivalência de suas condições reprodutivas em todo e qualquer lugar. (...). Contraditoriamente esse ser “cego”, o capital, que tem o centro em si mesmo, dá grande atenção às diferenciações dos lugares. (...) Na verdade, esse processo homogeneizador (de relações mercantis) cria e recria estruturas heterogêneas e desiguais em seu movimento. (...) o que ele difunde é a lógica de multiplicação do valor (...). Apropriando-se de terra, capital e dinheiro, transformando-os em mercadoria (...) reproduzindo a segregação, assimetrias e as descontinuidades, acirrando a competição e aprofundando a desigualdade entre as pessoas e lugares. (2012, pp. 73-74).

Retomando o debate em torno da definição de rural no Brasil e ainda refletindo sobre a definição de rural e urbano segundo o IBGE, Carlos (2003) aponta que o aparato institucional e os dados demográficos podem limitar nossas análises sendo necessário ir além destes, para entender o fenômeno. Conforme explicita,

[...] o processo atual de urbanização não se mede por indicadores referentes ou derivados do aumento da taxa anual de crescimento da população urbana, e muito menos pela estrita delimitação do que seria “urbano ou rural” (...) nossas análises devem ultrapassar os dados estatísticos (...) a análise do fenômeno deve superar a visão institucional – como os decretos que definem regiões metropolitanas, a delimitação das áreas urbanas municipais feitas pelas prefeituras com o intuito de aumentar a arrecadação do IPTU, etc [...]. (P. 1).

No que tange ainda às nossas especificidades, Ferreira (2002) acrescenta que a agricultura ainda define o rural brasileiro, e que, por um lado, a diversidade de estratégias de reprodução social dá sentido a uma nova ruralidade em formação no país. Por outro lado, na sua avaliação, expansão não permite alimentar a hipótese de que haverá uma urbanização generalizada do território, tampouco uma homogeneização de modos de vida. Em síntese, para ela, o que há no Brasil é uma ruralidade em reconstrução sob um processo complexo, não unidimensional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, bem como, de estudos locais e regionais acerca de suas singularidades.

Nesse mesmo sentido, Carneiro (2012) considera que não houve uma descaracterização das localidades rurais, mas reestruturação com a incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais. E, portanto, nessa perspectiva “[...] a ruralidade, está em constante construção e deve ser percebida através da interação entre atores sociais e os sistemas culturais aos quais estão referidos”. (P.19).

Já Santos e Hespanhol (2013, p. 82) pensam o espaço rural brasileiro “[...] como construção social, histórica e intersubjetiva, a partir das relações dos sujeitos com o espaço” e distinguem mais quatro perspectivas teóricas sobre o rural, a saber: 1) a urbanização do campo; 2) as urbanidades do rural; 3) o rural como campo de lutas e contradições; e 4) o rural como construção e processo.

No que tange à tese sobre a urbanização do campo, as citadas autoras mencionam os trabalhos coordenados pelo economista Graziano da Silva, com destaque para sua obra: *O novo rural brasileiro* (1999), onde esse “novo rural” teria como característica central uma agropecuária moderna e ainda ati-

vidades não agrícolas, o que não implicaria melhoria da qualidade de vida da população rural.

Ao tratar da segunda perspectiva teórico-conceitual - urbanidades do rural - Santos e Hespanhol (2013) consideram as ideias defendidas pelo geógrafo João Rua, cuja base teórica está em Lefebvre e Gramsci. Na concepção de Rua, expressa pelas autoras, o rural é continuamente revalorizado e ressignificado, já que não está alheio ao movimento de reprodução do capital. Daí o desenvolvimento da pluratividade, da introdução de atividades não agrícolas e da multifuncionalidade do território. Salientam ainda que Rua trabalha com duas vertentes: urbanidades no rural, e novas urbanidades. Nas urbanidades no rural, o urbano é dominante na relação urbano-rural, em contrapartida, nas novas urbanidades, a ênfase recai nas especificidades do rural.

Na perspectiva da abordagem do rural como campo de lutas e contradições, as pesquisadoras ora citadas destacam estudiosos, tanto da Sociologia Rural quanto da Geografia Rural, que se ocupam dessa temática. No âmbito da Geografia, citam Ariovaldo Umbelino de Oliveira, para quem o campesinato é uma classe social, fruto das relações contraditórias no campo e que a relação rural/urbano e campo/cidade teria como referência o processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção no Território Brasileiro. A cidade seria apreendida como unidade contraditória e dialética na relação com o campo e o rural como campo de luta, se definiria pelas reivindicações e confrontos entre os dois modelos de agricultura em curso: a empresarial e a camponesa. Santos e Hespanhol (2013) enquadram, ainda, nesta linha teórica, o sociólogo José de Souza Martins, para quem o mundo rural é visto como uma articulação no desenvolvimento capitalista no Brasil. Finalmente, no rural como construção

e processo, comentam que os estudiosos dessa vertente teórica, embora expressem características distintas, convergem num elemento comum, ou seja, na compreensão do espaço rural como transposto à função produtiva e econômica.

Monte-Mór (2007, p. 94) é outro autor que incorpora valiosas contribuições ao debate, ao considerar que “[...] as relações campo-cidade se modificaram de tal maneira que hoje é cada vez mais difícil distinguir os espaços rurais dos espaços urbanos”. Ele toma por base as reflexões de Henri Lefebvre e afirma, metaforicamente, uma “urbanização extensiva” que em sua opinião seria o encaminhamento teórico-metodológico mais adequado para apreendermos a urbanização contemporânea, levando em consideração a escala do local que seria “[...] o resultado de uma multiplicidade de tempos espaciais e de processos sociais manifestos”. (P. 110). Para Monte-Mór, o urbano é tido como um espaço social total e não apenas o espaço da cidade, e, nesse sentido, a “[...] urbanização extensiva passa a ser uma espécie de metáfora para a compreensão do espaço social contemporâneo penetrado por essas relações urbano-industriais”. (P. 98). Desse modo, acentua que o urbano contemporâneo requer a dissolução da contradição campo-cidade.

Nessa linha de raciocínio, Monte-Mór denomina o tecido urbano de tecido urbano-industrial, que, tal como em Lefebvre (2001), teria por consequência a sociedade urbana ou a sociedade total, que seria o ponto de partida para a compreensão dos processos socioespaciais contemporâneos, expressos no conceito de urbanização extensiva, de modo que,

[...] o sentido contemporâneo do urbano se prende à resolução da contradição cidade-campo, à superação mesma dos conceitos de cidade e de campo como formas antagônicas e sua redefinição metafórica do contexto urbano-industrial total de nossos dias. O que chamamos de urbano, substantivamente, é o tecido urbano-industrial que se estende para

além das cidades sobre o campo e as regiões, integrando os espaços em um processo que tenho caracterizado como de urbanização extensiva. Esse processo além de pressupor uma sociedade virtualmente integrada ao mundo urbano-industrial – a sociedade urbana, pressupõe a extensão da práxis urbana, da polis (política), da civitas (cidadania) e da própria urbe (enquanto espaço social construído) a todo espaço social e humano. (MONTE-MÓR, 2007, pp. 99-100).

A urbanização extensiva teria por origem as áreas metropolitanas e as cidades grandes, inicialmente transbordando sobre seu espaço imediato, mas se estendendo (virtualmente) pelo espaço regional e nacional como um todo, cortado e integrado à centralidade urbano-industrial (MONTE-MÓR, 2007).

Nesse sentido, caberia refletirmos sobre a relação campo-cidade nos marcos da urbanização contemporânea, uma vez que a metropolização do espaço “[...] se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território” (LENCIONE, 2014, p. 17); processo que “[...] acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação alterando a hierarquia dos lugares” (p. 30), o que nos levaria obrigatoriamente a rever a relação campo-cidade.

Sabemos da diversidade das dinâmicas nas relações cidade-campo no Brasil e da rapidez de sua transformação, gerando, como vimos, ricas interpretações que alimentam o debate. A nosso ver, ele caminha, primeiro, para a compreensão de que é necessário se levar em consideração o conteúdo da constituição socioespacial brasileira, com suas desigualdades regionais e distintos níveis de integração à economia nacional e global, que envolve as mais diversas escalas de análise, sendo uma dessas a metropolitana. Segundo, que, além de uma definição do que é urbano ou rural, devemos buscar apreendê-los como relação social assentada no modo de produção capitalista, que tem por base a produção de mercadorias e a

reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, os conteúdos do rural e do urbano, de fato, se imbricam, mas não perdem sua identidade, cabendo como desafio de pesquisa adentrar as particularidades desse processo.

Nesse sentido, o conceito de espaço periurbano parece uma possibilidade conceitual e analítica pertinente para se pensar sobre realidades como a que estamos lidando.

4.1.2 A noção de periurbano

A noção de periurbano surgiu na literatura anglo-saxônica nos anos de 1940 e tinha o intuito de descrever as transformações engendradas no território pelo fluxo crescente entre locais de residência, trabalho e de consumo. Seu uso em França deu-se por volta do ano de 1975, sendo considerado com apoio nos vocábulos: periurbanização, rurbanização, contraurbanização, reversão urbana, franja urbana etc. O espaço periurbano foi considerado como um “[...] espaço situado na periferia de uma cidade e de sua área metropolitana e que é o lugar de transformações profundas sobre os planos demográfico, econômico, social, político e cultural”³¹. (JEAN e CALENGE, 1997, p. 392; tradução nossa).

Jean e Calenge (1997) chamam atenção para o fato de que o uso desse conceito se estabeleceu no momento em que, em França, começou a se observar o deslocamento de um grande contingente de cidadãos para os municípios rurais franceses, recentes moradores do campo que continuavam a trabalhar nas cidades, o que teria engendrado diversas transformações refletidas na paisagem, principalmente na morfo-

31 “[...]espace situe à La périphérie d'une ville et de sa banlieue et qui est Le lieu de transformations profondes sur les plans démographique, économique, social, politique et culturel”. (JEAN e CALENGE, 1997, p. 392).

logia do novo habitat, na implantação de estradas, equipamentos etc. Advertem para a noção de que o objeto geográfico “periurbano” possui características que o distinguem do urbano e do rural propriamente ditos e que sua delimitação é um tanto quanto difícil, pois seu limite é naturalmente móvel.

Pereira advoga a ideia de que a noção de periurbano tem raízes na expressão *urban fringes*, utilizada largamente pelos estadunidenses durante os anos de 1940 e 1950. O contexto no qual o uso desse conceito foi amplamente utilizado foi o de crescimento dos subúrbios pela generalização do uso do automóvel e pelo favorável poder aquisitivo de alguns estadunidenses, o que possibilitou a aquisição de imóveis unifamiliares, onde o “[...] uso da terra urbanos e rurais se encontravam misturados” (ADELL, 1999, p. 5 apud PEREIRA, 2013, p. 288).

No Brasil, o trabalho do geógrafo francês Juillard, de 1961, segundo Corrêa (1986), é considerado pioneiro na discussão de áreas periurbanas, e teve por foco as diferenças desse processo no entorno do espaço urbano da cidade de Salvador. Para Juillard, a periurbanização no Brasil era distinta da que ocorria na Europa, porque, naquele Continente,

[...] o processo de urbanização faz-se paulatinamente, passando-se do rural ao urbano progressivamente: nesse processo a agricultura intensiva periurbana chega a conviver, durante certo tempo com a urbanização. [...] No caso brasileiro [...] uma tradição especulativa vinculada aos produtos tropicais leva à passagem direta da agricultura especulativa para a especulação da terra, transformando a periferia, logo após o espaço urbano contínuo, em um ‘deserto agrícola’ à espera de loteamentos que podem demorar anos e anos a serem implantados. (JUILLARD, 1961, apud CORRÊA, 1986, p. 72).

Evidentemente, as formulações de Juillard para o Brasil merecem que nos debrucemos mais sobre elas. Corrêa, todavia, por meio do qual tivemos acesso às elucubrações do

Francês, enfatiza muito mais a perspectiva da discussão sobre periferia. Ademais, caberia também uma revisão que levasse em conta a pertinência de suas formulações no contexto atual brasileiro e, em especial, de áreas metropolitanas focos de mais intensas transformações.

Pereira (2013), geógrafo que trata o periurbano na Região Metropolitana de Curitiba, acentua que, em geral, as áreas periurbanas são definidas por serem espaços onde coexistem lógicas urbanas e rurais, ensejando conformações com atributos específicos.

Nessa perspectiva, o conceito de espaço periurbano é expresso como um instrumento teórico de grande valia no contexto da urbanização brasileira, uma vez que a definição do que é urbano e do que é rural, nem sempre, privilegia realidades que se encaixem exclusivamente em uma ou noutra definição.

É importante destacar o fato de que os espaços periurbanos, por congregarem aspectos tanto rurais como urbanos, contam com a presença acentuada de famílias plurativas e espaços marcados pela multifuncionalidade do solo.

Seguindo essa linha de raciocínio, os Municípios de Aquiraz e Pindoretama, embora integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza, guardam ainda características rurais em meio ao avanço das atividades ligadas aos setores da economia urbana (indústria, serviços, comércio, turismo, e lazer), não se enquadrando na perspectiva de uma agricultura modernizada, propriamente dita, predominando, sobretudo, atividades agrícolas familiares que convivem ao mesmo tempo com as transformações decorrentes das dinâmicas engendradas com o avanço da urbanização oriundas da metrópole, Fortaleza.

Os municípios elegidos na pesquisa exprimem características que, a nosso ver, os encaixariam na condição de áreas periurbanas, contudo, antes de apresentarmos elementos que

os definem como tais, cabe caracterizá-los levando em conta aspectos como origem, dinâmica populacional, situação econômica etc.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE AQUIRAZ E PINDORETAMA

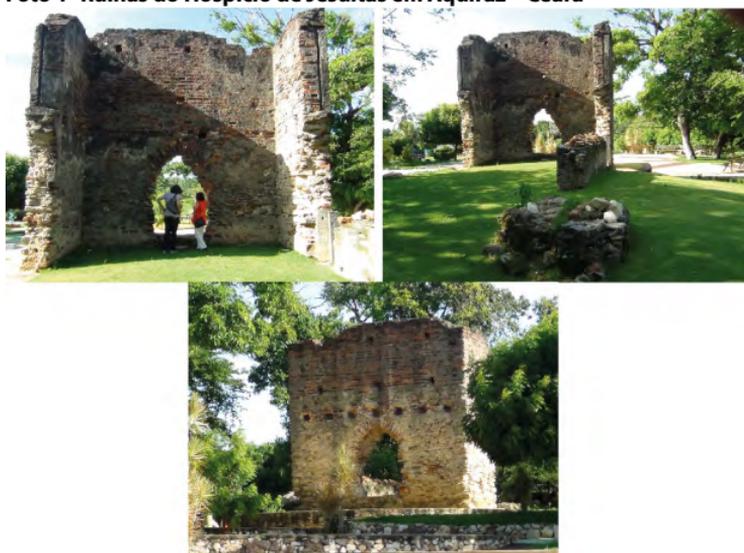
Os Municípios de Aquiraz e Pindoretama guardam especificidades, tanto no que diz respeito aos processos históricos que os configuraram enquanto tais, quanto ao nível de integração alcançado por parte de cada um no contexto da RMF, aspecto este já delineado no terceiro capítulo do nosso trabalho.

A palavra Aquiraz, etimologicamente, tem origem na língua tupi-guarany e significa “Gentio da Terra”. (IPECE, 2017). Seus primeiros habitantes foram povos de origem indígena que teriam sido atraídos pela “[...] riqueza fluviomarina do Pacoti e pela exploração pesqueira extrativista”. Em 1603, contudo, os portugueses se apropriaram daquele território e instalaram fortes com o intuito de resguardá-lo contra investidas de estrangeiros (ANDRADE, 2008, p. 20). Importante é ressaltar a presença, ainda hoje, de uma tribo indígena denominada Jenipapo-Kanindé que habita às margens da Lagoa da Encantada, no citado município.

Sua fundação data de 1699, portanto, em 2017 completou 318 anos. Aquiraz figurou, juntamente com Fortaleza (fundada em 1713), como as primeiras vilas da Capitania que viriam a conformar o Ceará. Seu desenvolvimento, porém, foi lento, passando a categoria de cidade apenas no século XX, pois, embora desempenhasse função administrativa de relevância, assim como Fortaleza, “[...] permaneceu isolada das principais áreas de produção regional, não desenvolvendo intercâmbio comercial significativo com outros centros naquela época”. (SOUZA, 2007, p. 20).

Aquiraz evidencia em sua paisagem edificações que remontam seu processo de ocupação, no século XVIII, como a Igreja Matriz, as ruínas do antigo Colégio dos Jesuítas (Foto 1), a Casa de Câmara e Cadeia que abriga hoje um importante museu de arte sacra e que constitui importante atração turística do Ceará. (IBGE, 2017)³².

Foto 1- Ruínas do Hospício de Jesuítas em Aquiraz – Ceará



Fonte: Própria autora, 2014.

Inserido na porção nordeste do Estado cearense, faz limite, ao norte, com o oceano Atlântico, Fortaleza e Eusébio; ao sul, com Horizonte, Cascavel e Pindoretama; ao leste, com o oceano Atlântico; e ao oeste com Eusébio, Itaitinga e Horizonte. Possui uma área de 482,4 km² e dista 21 km da capital, Fortaleza. Por ser um município litorâneo, com belas praias, como Porto das Dunas, Prainha, Iguape, Presídio e Batoque,

³² <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/aquiraz.pdf>

Aquiraz insere-se na dinâmica turística do litoral leste, do Ceará, desde 1970. O turismo e o lazer contribuíram para a dinamização deste Município metropolitano, alterando as características anteriormente predominantes, em especial, aquelas vinculadas à agricultura de subsistência e à produção da cana-de-açúcar, que impulsionou a instalação de uma fábrica de cachaça (Colonial, no início do século XX). (IPECE/IBGE, 2017).

Atualmente, o Município é formado pelos distritos de: Camará, Caponga da Bernada, Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas, Tapera e o Distrito Sede, Aquiraz. Conforme o Censo de 2010, a população do Município atingiu um total de 72.628 habitantes, dos quais 92,37% viviam no meio urbano e 7,63% no meio rural, e apresentando, no mesmo período, uma densidade de 150,5 hab/km² (IBGE/CENSO, 2010).

Obedecendo a mesma tendência dos demais municípios cearenses, a população de Aquiraz expressa, em sua maioria, baixos níveis de rendimento, ou seja, 44,9% de seus habitantes possuem renda mensal de até meio salário-mínimo (IBGE e IPECE, 2017). Além disso, cabe destacar, o fato de que, a maior parte da população, em situação de extrema pobreza, caracterizada pelo recebimento de uma renda de até R\$ 70,00, residiam na área considerada rural e, segundo o último Censo realizado pelo IBGE (2010), havia um percentual de 10,83% de pessoas nessa situação, portanto uma circunstância de pobreza mais visível no meio rural.

No que tange àqueles que estavam inseridos no mercado formal de trabalho no ano de 2016, a maior parte concentrava-se no meio urbano, vinculadas às atividades de Comércio e nos Serviços, setores que geraram um total de 9.158 postos de trabalho, correspondendo a 55,9% do total. Somente a Administração Pública empregou, naquele ano, 2.141, ou seja, 13% de pessoas, enquanto a indústria de transformação, por sua vez, foi

responsável por 3.419 empregos, equivalendo a 20,8%; já a agropecuária empregou 1.097 pessoas, com percentual de 6,6%. Esses setores juntos representaram 96,3% dos postos de trabalho formais, naquele ano. O restante dos empregos formais estava vinculado aos setores: extrativismo mineral, serviços industriais de utilidade pública e construção civil (IPECE/RAIS, 2017).

Ressaltamos que o Município de Aquiraz possui tradição na atividade criatória bovina, suína e equina, contudo, expressa grande destaque no setor avícola, como ressaltado em capítulo precedente. No que tange à produção industrial, salientamos que, até o ano de 1996, a indústria se concentrava nos segmentos: minerais não metálicos, mobiliário, vestuário, produtos alimentícios e de bebidas. Em 1996, houve maior diversificação com a instalação da White Stone do Brasil S/A (especializada em extrair, beneficiar e comercializar granito e outras pedras ornamentais) e, em 1997, se instalou ali a Indústria de Bebidas Antartica do Ceará S/A (hoje Ambev). (PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ, 2017³³).

Passando a Pindoretama, convém destacar o fato de que, diferentemente de Aquiraz, cuja origem remonta ao século XVII, sua constituição como município deu-se no século XX, desmembrado de Cascavel (criado em 1883). Caracterizava-se, em seus primórdios, como uma pequena comunidade, denominada por seus moradores pelo nome de Baixinha, o que, segundo Costa, decorria da percepção de seus residentes de que aquela localidade estava encrava em uma baixa geológica, no caso, uma área de várzea³⁴ (2008).

33 <http://www.aquiraz.ce.gov.br/aspectos-economicos>

34 Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009, p. 1924), várzea (1.2, *Geomorf.*) é um “[...] terreno baixo e mais ou menos plano, à margem de um rio ou ribeirão”.

A origem do território constituído hoje como Município de Pindoretama esteve vinculada, entre outros fatores, à construção de uma estrada de 1876 a 1878, que tinha por intuito a instalação da rede telegráfica entre os municípios de Fortaleza e Aracati, e que foi denominada “estrada do telégrafo ou estrada do fio”. Nesse período, várias famílias de baixo poder aquisitivo e formada por agricultores e pescadores, descendentes de africanos, índios e mestiços instalaram-se ao longo deste caminho. As casas que foram sendo construídas eram muito precárias sendo cobertas de palha e sapé³⁵. Há registros de que na comunidade havia uma casa destinada a orações, “[...] um oráculo com pequena imagem de madeira; rezavam o terço mariano e outras orações do catecismo católico; todos a saudavam quando saíam a trabalhar e quando retornavam às suas casas”. (COSTA, 2008, p.16).

Em 1894, a comunidade foi elevada à condição de distrito, pertencente a Cascavel. Em 1924, por força de Lei, foi denominado Palmares, atribuição que durou apenas 19 anos, pois, em 1943, foi-lhe conferido o nome atual, palavra originária do tupi e que significa “Região das Palmeiras” (*pindoba*= folhas da palmeira e *retama*= região). Em 1987, Pindoretama foi emancipada de Cascavel, tornando-se também município. (COSTA, 2008; IBGE/IPECE, 2017).

Pindoretama, assim como Aquiraz, está situado no litoral leste cearense e limita-se com esse Município ao norte; ao sul, com Cascavel; ao leste com Cascavel e Aquiraz; e ao oeste, com Aquiraz e Horizonte. Possui uma área de 75,1km² (seis vezes menor, em extensão, comparado a Aquiraz), está a 36km da capital Fortaleza e a 9km da orla marítima (IPECE/ FUNCEME,

35 Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009, p. 1709), sapé ou sapé “[...] designação comum a algumas plantas da família das gramíneas, de que se usam os caules secos para cobrir casas”.

2017). Sobre o prisma político-administrativo, conta com os distritos de: Capim da Roça, Caponguinha, Ema, Pratiús e Pindoretama Distrito Sede do Município. Em 2010, sua população total constou de 18.683 habitantes, com uma densidade demográfica de 256,06 hab/km². A população urbana considerada representava 60,38%, e a rural 39,62% (IBGE/CENSO, 2010). Chama atenção o ainda elevado percentual de população rural que o coloca como o terceiro³⁶ em relação àqueles que compõem a RMF no que tange ao número de população rural.

No que diz respeito à distribuição do emprego e renda em Pindoretama, observa-se que quem mais absorveu mão de obra, no ano de em 2016, foi a indústria de transformação, com 674 trabalhadores representando 42,2%, seguida do comércio e dos serviços, com 464 vínculos e percentual de 29,1%. Em relação aos serviços, somente a Administração Pública, com 358 empregados, representava 22,4% de todo o emprego gerado, enquanto que, na agropecuária, foram registradas 56 ocupações (3,5%) e a construção civil com 42 postos de trabalho (2,6%) (RAIS/MTE, 2016).

Chama atenção a importância do número de trabalhadores na atividade industrial, com destaque para a indústria de transformação, caracterizada, principalmente, por produção de alimentos, bebidas e produtos minerais não metálicos (PREFEITURA DE PINDORETAMA, 2014)³⁷.

Em relação à agropecuária, convém frisar que a maior parte das pessoas que trabalham nesse setor não possui carteira assinada, portanto, constituindo-se trabalhadores informais e, ainda, nos momentos de corte, quando tem um maior número de trabalhadores da cana, envolve mobilidade da

36 Os municípios integrantes da RMF que possuíam menor grau de urbanização em 2010 eram: São Gonçalo do Amarante (65,2%), Chorozinho (60,41%) e Pindoretama (60,38%). (COSTA e AMORA, 2015).

37 <http://pindoretama.ce.gov.br/o-municipio/>

força de trabalho, ou seja, a vinda de trabalhadores de fora, conforme será tratado no próximo capítulo.

Ainda sobre a questão aludida acima, que trata do emprego e renda, tal como Aquiraz, Pindoretama exprime um contingente significativo de população em estado de extrema pobreza (13,97%), cuja maior parte também está situada na zona rural. Quando nos referimos, no entanto, à renda média dos trabalhadores vinculados ao mercado de trabalho formal, Pindoretama fica atrás em relação ao outro município foco de nossa análise, isso porque, como os dados demonstraram, em Aquiraz, a média de renda dos trabalhadores é de dois salários-mínimos mensais, acompanhando as tendências regional e estadual. Em Pindoretama, essa média cai para um salário-mínimo e meio, ou seja, comporta um grau maior de precarização de seus trabalhadores. Além disso, 46,4% de sua população sobrevivem com até meio salário-mínimo por mês, percentual maior em aproximadamente 3% se comparado ao mostrado em Aquiraz (IBGE, 2017).

Os dados indicam que há uma grande desigualdade social em ambos os municípios, mas revelam também que, em Pindoretama, essa realidade é mais acentuada.

4.2.1 A relação urbano-rural em Aquiraz e Pindoretama

A Região Metropolitana de Fortaleza caracteriza-se por ser um espaço complexo e heterogêneo, cuja importância da Metrópole se destaca em relação aos demais municípios que a compõem, pois é nela que se concentram as atividades econômicas e conseqüentemente, o maior contingente da força de trabalho metropolitana. A Metrópole não contém área rural, mas a produção agropecuária está em outros municípios de sua região. No caso dos municípios litorâneos metropoli-

tanos, Aquiraz e Pindoretama, objeto de nossa tese, a agropecuária ainda é uma realidade e produtos da agricultura de subsistência, principalmente feijão, milho, mandioca, criação de animais, e a produção de cana-de-açúcar, compõem a renda destes municípios.

Como pode ser percebido na Tabela 17, tanto em Aquiraz quanto em Pindoretama, a maior área produtiva está vinculada à cultura da cana-de-açúcar, produto de lavoura temporária. Em Aquiraz, do total de 1.944 hectares cultivados, a cana-de-açúcar ocupou 65% de toda essa área em 2014. Enquanto isso, nesse mesmo ano, em Pindoretama, foram 2.064 hectares voltados para a agricultura temporária e, desse total, a cana-de-açúcar ocupou 58%, o que nos leva a concluir que o destaque na agricultura nestes dois municípios decorre dessa cultura agrícola.

Não obstante esta constatação, no entanto, Aquiraz, em especial, se caracteriza também por ser um dos municípios metropolitanos mais urbanizados, denotando um grau de urbanização de 92,37%, o que é procedente, em parte, da valorização do litoral cearense, como espaço de turismo e de lazer³⁸, e sua proximidade com Fortaleza, local de trabalho de muitos de seus moradores. Em Aquiraz, foram construídos condomínios residenciais e a cidade conta hoje com lojas de departamentos e diversificados serviços, dentre os quais agências bancárias e serviços públicos e privados.

Não é à toa que Aquiraz estabelece um nível de integração médio no ranque dos municípios da RMF, inserindo-se em

38 Aquiraz, também, assumiu, em 2010, a segunda posição no número de residências de veraneio na RMF. De acordo com Dantas e Pereira (2008), a propagação da segunda residência no Ceará ganha proporção de 1990 a 2000, contudo, data do final de 1970 e início de 1980 a implantação da infraestrutura necessária para atrair grandes investimentos para aquela área (DANTAS E PEREIRA, 2008). Com essas intervenções sob a tutela do Estado, o Município se tornou atrativo aos grandes investimentos e hoje conta com *resorts*, parques aquáticos, além das segundas residências.

termos político, econômico e financeiro em distintas escalas desde os citados equipamentos que foram para ele atraídos (COSTA E AMORA, 2015). A existência desses fixos desencadeou, também, relações mais intensas com Fortaleza, estabelecendo-se um processo de mobilidade cotidiana.

Tabela 17- Produtos da lavoura temporária, área plantada e colhida em Aquiraz e Pindoretama - RMF, 2014.

Produtos da lavoura temporária	Aquiraz			Pindoretama			
	Área Plantada (hectares)		Quantidade produzida (toneladas)	Área Plantada (hectares)		Quantidade produzida (toneladas)	
	2014	%	2014	2014	%	2014	
Batata-doce	20	1	140	102	4,9	918	
Cana-de-açúcar	1.270	65,0	48.200	1.200	58,1	48.000	
Feijão	270	13,8	65	342	16,5	59	
Mandioca	223	11,4	2.230	280	13,5	2.936	
Milho	161	8,2	32	140	6,7	29	
Total	1.944	-	-	2.064	-	-	

Fonte: IBGE.

Pindoretama, por sua vez, expressa um grau de urbanização considerado baixo, 60,38%, e, por consequência, um grau de integração metropolitano também baixo (COSTA E AMORA, 2015). Ao contrário de Aquiraz, que integra a RMF desde 1973, Pindoretama só foi incluído em 2009. Embora se caracterizando como um município menos urbanizado, foi possível constatar transformações no uso da terra, pois espaços antes usados para a produção de cana-de-açúcar hoje dão lugar a empreendimentos imobiliários, como ilustra a Foto 2. A transformação do uso da terra e a igualização do espaço parecem constituir uma consequência desse processo. Rua tem razão, ao afirmar que os indícios para isso são o preço da terra e a especulação imobiliária.

Foto 2 - Loteamento em área outrora ocupada com o cultivo de cana-de-açúcar; ao fundo um antigo engenho, Pindoretama, RMF



Fonte: Própria autora, 2014.

Em Pindoretama, apesar de menor quantidade em relação a Aquiraz, é possível se constatar, ainda a edificação de casas de veraneio. Na Foto 3, observa-se uma casa moderna ao lado de uma antiga residência rural e que remonta ao período do apogeu da cana-de-açúcar naquele Município.

Foto 3 - Fachada de uma antiga casa que data do período áureo da cana-de-açúcar, e à esquerda, na mesma propriedade, uma casa de veraneio, Pindoretama - RMF



Fonte: Própria autora, 2014.

A coexistência de uma dinâmica rural urbana não se expressa apenas na paisagem, mas também no cotidiano dos moradores de Aquiraz e Pindoretama, porquanto as comunidades pobres dos municípios estudados já expressam esse fenômeno, como veremos ao tratarmos dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Ao realizarmos essa constatação, não nos sentimos sozinha pois em escalas mais amplas, outros pesquisadores também o fizeram, a exemplo de Binsztok (2012), que demonstrou a existência de espaços ocupados pela agricultura informal na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, mais especificamente relacionados à produção de leite. O autor observou que, em tempo de entressafra, os produtores vendem seus

rebanhos para o abate e se deslocam para as cidades onde passam a exercer funções urbanas, engajando-se na construção civil ou no comércio ambulante, portanto, em situação de informalidade.

Um exemplo de informalidade de trabalho agrícola, muito característico da nossa realidade, é a produção de farinha de mandioca, como ilustra a Foto 4. A RMF produziu, em 2015, 18,7% de toda a mandioca cultivada no Ceará (IBGE, 2015). Essa atividade conta com grande participação de mulheres que trabalham descascando mandioca para a produção de farinha. Ainda é muito comum nos municípios cearenses a prática dessa atividade, realizada de maneira artesanal e ainda pode ser encontrada em municípios pertencentes à RMF, entre os quais Pindoretama.

Foto 4- Mulheres descascando mandioca para a produção de farinha, Pindoretama, RMF



Fonte: Própria autora, 2014.

A realidade ilustrada por Binsztok (2012) é semelhante à verificada em nossa pesquisa com os trabalhadores que ainda lidam com a cultura da cana-de-açúcar, em Aquiraz e Pindoretama, pois constatamos que esses trabalhadores não se reproduzem como trabalhadores em forma “pura”, visto que desempenham atividades tanto urbanas quanto rurais, quer sejam formais quer sejam informais.

A cana-de-açúcar ocupou historicamente papel de destaque no processo de conformação socioespacial dos municípios metropolitanos aqui enfocados. Ainda hoje, essa relevância pode ser comprovada pela resistência dessa cultura em ambas as localidades, mesmo que, em menor escala, fato constatado pela permanência das chamadas engenhocas, em grande parte localizadas na CE-040 e que assumiram outros conteúdos, como veremos a seguir. Antes faremos, entretanto, algumas considerações sobre a produção da cana-de-açúcar no Brasil e no Ceará no sentido de melhor contextualizá-la nos municípios enfocados.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ.

A cultura da cana-de-açúcar, no Brasil, teve início ainda no século XVI³⁹, quando se deu a ocupação efetiva de seu território pelo colonizador português, desenvolvendo-se, primeiramente, na costa nordestina, parte atualmente dos atuais Estados de Pernambuco e Bahia. Até a segunda metade do século

39 Em 1516, teria ocorrido a primeira menção à produção de cana-de-açúcar no Brasil, contudo, as primeiras mudas só chegariam aqui, na expedição de Martim Afonso de Sousa que saiu de Portugal em 1530. Elas foram plantadas no litoral de São Vicente, onde, em 1532, o referido português, construiu o primeiro engenho de açúcar. Em 1534, tem início o sistema de capitanias hereditárias, período de grandes expectativas de negócio em torno da cultura da cana-de-açúcar que à época, assumia grande valor comercial na Europa. (FERLINI, 1984 apud SCHWARCZ e STARLING, 2015).

XVII, o País foi o maior produtor de açúcar⁴⁰ do mundo, produzindo em larga escala para abastecer o mercado europeu.

Schwarcz e Starling (2015, p. 50), ao realizarem uma retrospectiva histórica sobre a chamada civilização do açúcar no Brasil, comentam a seguinte frase: “Tão doce como amarga”⁴¹, expressão metafórica, indicando o fato de que o processo de desenvolvimento desta cultura agrícola se deu a muitos custos para a população indígena e para a fauna e flora brasileira. Os índios que a princípio foram escravizados não se submeteram ao trabalho na cana-de-açúcar, de modo que foram importados negros africanos que constituíram mão de obra no trabalho da cana e fator de produção necessário ao processo de acumulação que ocorreu com a exploração dessa cultura agrícola no Brasil.

Evidenciamos que a produção de açúcar no Brasil-Colonial foi, principalmente, um negócio para grandes latifundiários, uma vez que, só se tornaria rentável quando desenvolvida em grandes plantações. “Nessas condições não havia lugar para pequenos produtores”. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.33). Assim, a cultura da cana-de-açúcar inaugura uma estrutura agrária baseada na grande propriedade, a *plantation*, que veio acompanhada pela monocultura; e, como já ressaltado, fazendo uso principalmente do trabalho escravo. Esse processo, como sabemos, deixou marcas profundas na sociedade brasileira, mormente no modo de acesso desigual à terra.

40 Schwarcz e Starling comentam que as primeiras referências à cana-de-açúcar no mundo datam de 800 a.t.p. e que seria proveniente da Nova Guiné, tendo se espalhado depois pelas Filipinas, Índia e Indonésia. Já o processo de fabricação do açúcar só apareceu de forma sistemática 350 d.C na Índia. (SCHWARCZ E STARLING, 2015).

41 O açúcar, além de produto foi também produtor de códigos, costumes e hábitos, que se deu a partir do século XVI, “[...] quando se inventou e disseminou o desejo por doçura”, contudo, data de 1650 a transformação do açúcar em “[...] necessidade universal, especialmente aquele feito de cana num momento preciso da história do Ocidente” quando este passa de um artigo de luxo raro a um produto corriqueiro e basicamente obrigatório (SCHWARCZ e STARLING, 2015 p. 50). Não é a toa que os mais diversos pesquisadores da história do Brasil se referiram à “[...] influência que a civilização do açúcar exerceu durante mais de três séculos, sobre a vida e a organização política do país”. (AZEVEDO, 1958, p.13).

O engenho foi um dos elementos preponderantes na paisagem colonial, inicialmente definido como apenas a fábrica de produção de açúcar, e, posteriormente, ganhando conotação no conjunto das propriedades canavieiras, que absorviam de 80 a 100 escravos, além de trabalhadores livres, que eram mais raros, e exerciam em geral funções da direção além de outras mais específicas, a exemplo de feitores, mestres, purgadores, caixeiros, dentre outros (PRADO JÚNIOR, Op. cit.). Prado Júnior descreve o engenho como um estabelecimento

[...] complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa essa purificação. Possuem a casa-grande, a habitação do senhor; a senzala dos escravos; e instalações acessórias ou suntuárias: oficina, estrebarias, etc. Suas terras, além dos canaviais, são reservadas para outros fins: pastagens para animais de trabalho; culturas alimentares para o pessoal numeroso; matas para o fornecimento de lenha e madeira de construção. A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida de toda uma parcela da humanidade. (2008, p. 38).

Era um “verdadeiro mundo em miniatura”, como descreve Prado Junior, pois comportava o dono do engenho e lavradores de dois tipos um que ocupava um pedaço de terra, cedida pelo latifundiário que, em contrapartida, o obrigava a moer a cana no engenho de sua propriedade, cabendo-lhe no final das contas metade do açúcar que era produzido, e tendo ainda que pagar um aluguel pelas terras que ocupava. O outro tipo de lavrador plantava cana em suas terras, mas também moía a sua produção em engenhos de terceiros, pois não dispunha desse equipamento. Nesse caso, ele se caracteriza como meeiro, pois tinha que repassar metade do que produzia para o dono do engenho.

Interessante é observar, com base no exposto, que relações de produção, como rendeiro ou meeiro, ainda fazem parte de vinculações estabelecidas no campo brasileiro até hoje. Elas tiveram origem nos séculos XVI e XVII. Importante é atentar para o fato de que os lavradores (rendeiros ou não) não eram pequenos camponeses, que, embora hierarquicamente estivessem abaixo do senhor de engenho, também possuíam escravos, “[...] e formavam com o engenho uma grande unidade” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 38).

Quanto aos fatores de produção, tanto Andrade (1994) quanto Prado Júnior (2008) consideram que não houve avanços tecnológicos na produção de açúcar no Brasil-Colonial, inclusive mantendo-se a mesma variedade de cana até o século XIX, como ressalta Prado Júnior,

Até princípios do século XIX só se conhecia uma única variedade de cana-de-açúcar, a mesma que se cultivava desde o início da colonização [...] quando os lavradores brasileiros descobriram que não era única, foi apelidada *crioula*. (2008, p. 89).

Andrade considera que a produção brasileira de açúcar atravessou momentos de crise do começo do século XVII até início do século XIX, em razão da entrada das Antilhas na produção e comercialização do produto (segunda metade do século XVII), além do que houve a introdução do açúcar de beterraba produzido na Europa (meados do século XIX), o que teria prejudicado a comercialização do produto brasileiro. Nos séculos XIX e XX, as crises permaneceram, e, segundo Andrade, estiveram vinculadas à má qualidade do produto, embora o governo tenha intervindo no setor (ANDRADE, 1994).

Nos anos de 1930, o Estado criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, e assim acentuou sua intervenção no setor canavieiro, o que para Oliveira (1977) teve o claro objetivo de favo-

recer uma divisão do trabalho da atividade açucareira em todo o País, o que beneficiou sobremaneira os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. E ressalta o autor que, por “ironia do destino” quem esteve à frente do referido Instituto foi a burguesia açucareira tradicional nordestina, mormente a pernambucana. A nova divisão regional do trabalho da cana-de-açúcar foi possível porque estabeleceu “[...] um mecanismo de quotas de produção para cada uma das “regiões” açucareiras do país, garantiu preços mínimos, relações entre fornecedores de cana e usinas, e financiamento da produção”. (P. 67). Essa intervenção garantiu que São Paulo começasse a se tornar hegemônico na produção de açúcar no País ao mesmo tempo, em que garantiu o aprofundamento das relações arcaicas de produção no Nordeste açucareiro (OLIVEIRA, 1977).

Nos anos de 1970, houve um novo marco na produção canavieira no Brasil, vinculado, segundo Safatle (2011), à crise internacional do petróleo, já que naquele momento 80% do petróleo consumido no País eram importados e, sendo assim, submetidos aos elevados preços do mercado internacional, o que teria obrigado o governo brasileiro a encontrar opções a essa fonte energética. Em 1975, foi editado o Decreto nº76.595, que criou as diretrizes do programa Nacional do Álcool – Proálcool.

Martins considera que o Proálcool foi uma expressão das medidas do governo ditatorial militar, e que este foi o “[...] principal responsável pela capitalização do setor sucroalcooleiro”. (P. 96). Suas ações teriam assim redundado em maior interdependência entre indústria e agricultura, o que teria gerado uma predominância de políticas setoriais, como, por exemplo, sucroalcooleira, florestal, avícola, dentre outras. Além do mais, esse programa teria servido a interesses bem específicos, ou seja, beneficiar os grandes produtores, que lan-

çaram mão dos subsídios governamentais; o governo militar que angariou apoio da opinião pública, e a classe média, que era a grande consumidora de automóveis no País. (MARTINS, 2008).

Andrade (1994) demonstra que o Proálcool teria, estimulado a expansão de canaviais em áreas pouco aproveitadas, ou utilizadas, até então, com atividades econômicas consideradas de baixa rentabilidade, como aquelas ocupadas pela pecuária extensiva ou, ainda, as voltadas para a agricultura de produtos alimentares. De acordo com o referido Geógrafo, a área cultivada de cana-de-açúcar no País (anexo 2) quase que dobrou nos anos de 1970, quando havia 1.653.960 hectares cultivados com cana, e os anos 1980, quando passou a 2.400.658 hectares (ANDRADE, 1994).

Corroborando essa constatação, Safatle (2011), por exemplo, afirma que esse novo ciclo de expansão da cana-de-açúcar, teria “[...] modificado o mapa agrícola do Sudeste. Lavouras, que alguns anos atrás se constituíam em culturas tradicionais [...] vêm sendo substituídas pela cultura da cana” (P.100).

A política do Proálcool também repercutiu no semiárido nordestino, como ensina Martins (2008), onde o então governo militar incentivou

[...] a associação de projetos públicos de irrigação com agroindústrias privadas, desde a identificação de oportunidades até o financiamento integral da atividade. Os usineiros dispuseram de quatro linhas de crédito: o Proterra, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Finor e o Proálcool. (P. 97).

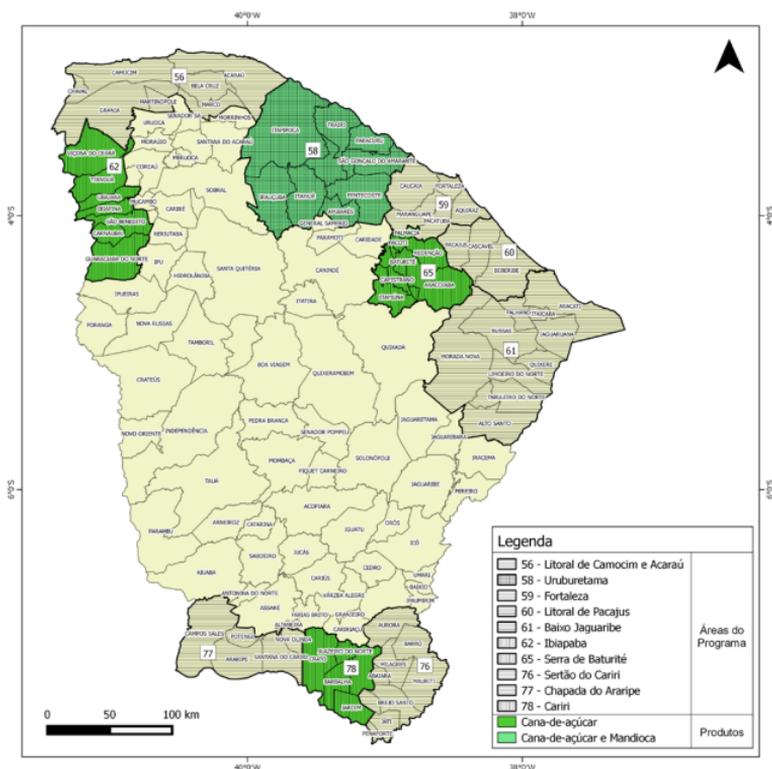
No Ceará, como demonstra Brito (1985), o Governo Estadual buscou usufruir das vantagens do Proalcohol, incentivando projetos de ampliação e implantação de usinas e destila-

rias. Para tanto, em 1976, realizou o estudo⁴² *“Oportunidades para a Produção de Açúcar e de Álcool no Ceará: programa estadual de açúcar e do álcool”*, com suporte no qual selecionou dez microrregiões, com destaque para: planalto da Ibiapaba, chapada do Araripe, serras úmidas e litoral oeste (MAPA 3), que satisfaziam as exigências do Governo Federal para a implantação das unidades agroindustriais.

A instalação da usina Agrovale, nos anos de 1960, no Vale do Curu (litoral oeste), que contou com apoio e incentivo financeiro do governo militar, suplantou a agricultura de subsistência existente no local, favorecendo a monocultura da cana-de-açúcar. O fato é que de 1980 a 1989, no Ceará, a produção mais do que duplicou com o aumento da área cultivada, que passou de 30.649 hectares para 63.643 hectares, com uma produção em toneladas alterada de 1.076.510, nos anos 1980, para 2.852.028, em 1989. (TABELAS 1, 2 e 3 em anexo). Constatamos, porém, nos dados do IBGE (2017), que a área plantada de cana-de-açúcar, hoje, no Ceará, é de apenas 15.670 hectares com uma área colhida de 15.126 hectares e uma produção de 689.418 toneladas, ou seja, produção muito abaixo do que aquela da década de 1980. Trataremos a seguir sobre a cultura da cana-de-açúcar, retrocedendo um pouco aos seus primórdios, para, em seguida, enfocarmos a espacialização dessa cultura agrícola no território cearense.

42 No referido estudo, o Governo Estadual destacou ainda áreas propícias à produção de mandioca, produto que aparecia à época como outra opção de fonte energética (BRITO, 1985).

Mapa 3: Áreas do Programa Estadual de Açúcar e do Alcool no Ceará.



 <p>Universidade Estadual do Ceará - UECE Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo</p>		<p>Sistema de Coordenadas Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Elaboração: Madson dos Santos Costa</p>
<p>Título da Tese:</p>		
<p>A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.</p>		
<p>Autora: Cristiane Ferreira de Souza França Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora</p>		
<p>Fonte: Adaptado de Brito (1985)</p> 		

Fonte: Adaptado de BRITO, 1985.

4.3.1. A cana-de-açúcar no Ceará: espacialização da produção

Os estudiosos da História e da Geografia do Ceará, comumente, quando se referem à produção da cana-de-açúcar no Estado, se reportam mais ao Cariri, não atentando para outros ambientes do Território Cearense onde essa cultura agrícola também se desenvolveu. A tabela 15, a seguir, compilada, da obra de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1977), tráz informações valiosas, pois retrata dados sobre a produção de cana-de-açúcar e seus derivados em 21 das 34 freguesias⁴³ que conformavam o Ceará nos anos 1860. Nela podemos observar que, no século XIX, o cultivo da cana, assim como os engenhos e engenhocas, podia ser identificado no Cariri, nas serras úmidas com relevo para Ipu, na Ibiapaba, e, no litoral, com destaque para Fortaleza, Aquiraz e Cascavel. Naquele século, as freguesias cearenses reuniam um total de 1.446 espaços ocupados pela cultura da cana-de-açúcar e 1.252 engenhos produtores de açúcar, rapadura e aguardente (TABELA 18).

Tabela 18 - Produção de cana-de-açúcar e produtos beneficiados nas freguesias cearenses – 1860

Freguesia	Estabelecimentos de Canna	Engenhos	Quantidade de assucar (arrobas)	Quantidade de rapaduras (arrobas)	Aguardente (canadas)
Fortalesa	126	82	60,00	?	?
Maranguape	47	47	63,200	?	54,600
Aquiraz	104	104	25,00	6,250	10,000
Cascavel	106	87	30,00	6,000	?
Aracaty	16	16	?	?	50,000
Baturité	92	92	38,00	20,000	50,000

43 Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, ressaltando a escassez de informações sobre a produção de cana de açúcar e seus derivados no Ceará, assim se expressou: “Faltam-me dados para avaliar por toda a província a produção total de canna – em assucar, aguardente, rapadura e melao, tenho apenas informações de 21 municípios com 1, 276 estabelecimentos grandes ou pequenos (...) Faltam informações de 13 freguesias, a saber: Pereiro, Telha, Millagres, Saboeiro, Arneiroz, Russas, Sancta Quiteria, Quixeramobim, Sancta Cruz, Granja, Viçosa, Sobral e Icó” (BRASIL, 1977,[1863], p. 362). O Estudioso cearense dá indícios de que a produção de cana-de-açúcar e seus derivados era bem maior do que lhe indicavam as informações disponíveis.

Freguesia	Estabelecimentos de Canna	Engenhos	Quantidade de assucar (arrobas)	Quantidade de rapaduras (arrobas)	Aguardente (canadas)
Canindé	02	02	?	100	?
Imperatriz	85	80	8,000	3,200	13,000
Ipú	183	93	?	2,800	6,500
Acaracu	24	20	?	6,660	?
Sanct'Anna	50	50	?	1,300	500
Maria Pereira	40	40	?	3,800	?
Tauha	12	12	?	1,200	?
Assare	38	18	?	?	?
São Matheus	05	05	?	?	?
Caxoeira	22	22	?	?	?
Lavras	44	44	?	?	?
Missão Velha	48	48	?	40,000	7,000
Crato	180	180	?	100,000	30,000
Jardim	142	140	800	60,000	25,000
Barbalha	70	70	?	40,000	20,000
Somma	1446	1252	225.000	292,810	226,600

Fonte: BRASIL, 1977, p. 362.

Quanto à produção de açúcar no Ceará, Guabiraba (1989) chama atenção para o fato de que, depois de 1845, além da fabricação de aguardente e rapadura, começou-se também a fabricar açúcar. A autora destacou que o Ceará produziu para o próprio abastecimento e para exportação e que, de 1850 a 1862, houve crescimento na produção, mas, depois desse período, ocorreu um declínio, em decorrência da alta produtividade do algodão, quando as atenções se voltaram para este produto. Com o declínio de sua produção, o Ceará passou a ser abastecido de açúcar por Pernambuco, isso desde o ano de 1875.

Enquanto a produção açucareira crescia no Ceará, e ainda por volta de 1862, Maranguape se destacava como maior produtor de açúcar da Província, seguido de Fortaleza, que ficou naquele ano em segundo lugar, congregando um maior

número de estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, juntamente com Crato, Jardim e Ipu (GUABIRABA, op. cit.). Os maiores produtores de rapadura e aguardente estavam no Cariri, mormente no Crato, Barbalha e Jardim. Aquiraz também produzia açúcar, rapadura e aguardente, enquanto Cascavel, vizinho a Aquiraz, do qual se desmembrou Pindoretama, produzia açúcar e rapadura.

O destaque para Aquiraz, Cascavel e Pindoretama demonstra relevância do litoral na produção canavieira do Ceará. Não foi à toa que as duas maiores destilarias do Estado, a Ypióca e a Colonial, se estabeleceram no Município litorâneo de Aquiraz, com repercussões em outros municípios daquela área do litoral cearense, questão que voltaremos a discutir mais à frente. A Ypióca instalou-se em Maranguape, e somente nos anos de 1980, chegou a Aquiraz, como uma unidade dessa grande empresa. Já a Colonial ali se estabeleceu nos anos 1920.

Tendo em vista ressaltar os espaços cearenses que produzem cana-de-açúcar, e com base nos dados de produção agrícola do IBGE (1960-2014), podemos afirmar que, além da chapada do Araripe, do planalto da Ibiapaba (altos planaltos sedimentares), e dos maciços residuais (serras úmidas), a cana-de-açúcar também foi e é produzida na planície litorânea. No Quadro 2, podemos observar as características naturais dominantes nas unidades geoambientais do Ceará⁴⁴ favoráveis à produção de cana-de-açúcar.

44c O Ceará possui as seguintes unidades geoambientais: planície litorânea; tabuleiros pré-litorâneos; planícies fluviais; baixos planaltos sedimentares; altos planaltos sedimentares; maciços residuais; sertões do sul; sertões do norte e sertões do centro-norte. (SOUZA, 2007, In: SILVA, CAVALCANTE E DANTAS, 2007).

Quadro 2 - Características das unidades geoambientais do Ceará, onde há produção de cana-de-açúcar.

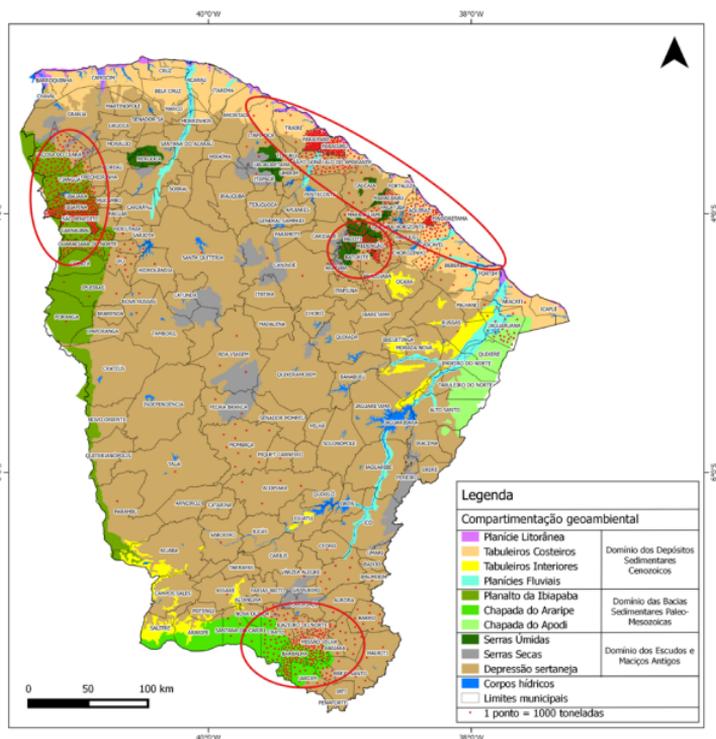
Unidade Geoambiental	Características naturais dominantes
Planície Litorânea (tabuleiros pré-litorâneos)	Superfície composta por terrenos de neoformação, submetidos às influências marinha, eólica, fluvial e pluvial, contendo largas faixas praias, campos de dunas com diferentes gerações, mangues, linhas de falésias, planícies lacustres, e áreas de acumulação inundáveis; condições climáticas variando de semiáridas a subúmidas e com chuvas anuais que oscilam de 700 a 1200 mm; ocorrência frequente de estuários e bom potencial de recursos hídricos subterrâneos; areias eólicas e solos de mangues revestidos pelo complexo vegetacional do litoral.
Maciços Residuais	Áreas serranas dispersas pela depressão sertaneja, localizadas próximas ao litoral, com níveis altimétricos entre 600-900m; relevos fortemente dissecados em colinas, cristas e lombas alongadas em rochas do embasamento cristalino; rede fluvial densa de padrão dendrítico e, eventualmente, dentrítico-regular, entalhando vales profundos em forma de v; nos relevos colinosos e nas lombadas predominam argissolos vermelho-amarelos que têm fertilidade natural média alta; nas vertetes mais íngremes e nas cristas ocorrem solos rasos (litólicos) e afloramentos rochosos; nas áreas de suavização do relevo há desenvolvimento de planícies alveolares que têm solos aluviais associados a materiais colúviais oriundos das vertentes limitrofes; revestimento vegetal com remanescentes de matas plúvio-nebulares; uso agrícola com lavouras variadas. Nessa unidade geoambiental a produção de cana-de-açúcar encontra-se nas serras úmidas.
Altos Planaltos Sedimentares	Superfícies planas ou suavemente inclinadas condicionadas por estruturas geológicas de bacias sedimentares paleozóicas (bacia do Parnaíba) ou mesozóicas (bacia do Araripe). Níveis altimétricos entre 750-900m com precipitações médias anuais entre 900-1200 mm; drenagem superficial pouco densa ou quase ausente e com razoável potencial de águas subterrâneas; solos predominantemente espessos, revestidos por vegetação que varia desde caatinga arbustiva densa e carrasco até matas plúvio-nebulares e cerrados; áreas de uso agrícola e extrativismo. Estão inseridos nessa unidade geoambiental o planalto da Ibiapaba e a chapada do Araripe.

Fonte: SOUSA, 2007. In: Silva et al. Adaptado.

As unidades geoambientais que reúnem as melhores condições para a produção de cana-de-açúcar no Ceará são os maciços residuais, mais especificamente as serras úmidas, os altos planaltos sedimentares (planalto da Ibiapaba e chapada do Araripe). No Mapa 4, que constitui um mapa síntese da produção agrícola correspondente ao período 1960-2014, é possível identificarmos a espacialização da cana segundo as unidades geoambientais do Ceará. Esses ambientes denotam boa média pluviométrica e solos férteis, além de outras características naturais, que os tornam ambientes de exceção no semiárido. Os tabuleiros pré-litorâneos, embora não sejam constituídos por solos com tão alta fertilidade quanto os dos dois outros ambientes, ao ponto de necessitar de adubação, expressa todavia, “[...] áreas de acumulação inundáveis; condições climáticas variando de semiáridas a subúmidas e com chuvas anuais que oscilam de 700 a 1200 mm; (...) e bom potencial de recursos hídricos subterrâneos” (SOUSA, 2007, p.134), propiciando a produção de cana-de-açúcar.

Conforme Brasil (1977), as primeiras sementes de cana-de-açúcar chegaram ao Ceará com o colonizador, mas são poucos os registros sobre o início do seu cultivo, pois não foi dado ao estudo dessa cultura agrícola a mesma atenção dispensada ao papel da pecuária na produção do espaço cearense. Heredia (1988), corroborando estudiosos da produção açucareira no Nordeste colonial, salienta, que “[...] a instalação de engenhos açucareiros era considerada uma maneira de favorecer o povoamento efetivo, tornando-se por isso um pré-requisito para a concessão de terras”. (P. 40). Consideramos que, provavelmente, os colonizadores que adentraram o Território Cearense, à época de sua colonização, estivessem com o mesmo propósito de implantar engenhos como forma de assentamento.

Mapa 4: Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará por unidade geoambiental



	Universidade Estadual do Ceará - UECE Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo		Sistema de Coordenadas Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Elaboração: Madsdon dos Santos Costa
Título da Tese: A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. Autora: Cristiane Ferreira de Souza França Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baíma Amorim			Mapa 4: Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará por unidade geoambiental. Fonte: IPECE, SOUZA (2000)

Fonte: IPECE, 2016; SOUZA, 2000.

Refletindo sobre a importância da cana-de-açúcar no Ceará, Girão (2000) enfatiza que, historicamente, os intelectuais desconhecem que a caatinga não abriga só terras se-

cas, ou seja, que não há apenas “[...] areia rangendo debaixo dos pés”, como outrora afirmara Gilberto Freire (1940). Para o estudioso “[...] esse nordeste dos *mandacarus*”, sempre foi mal compreendido, e considera que, ao contrário do imaginário popular que o caracterizou pela seca e pela miséria, este apresenta outras marcas (p. 373). Girão (2000) está chamando atenção para os ambientes de exceção⁴⁵ do semiárido:

[...] este nordeste dos *mandacarus* (...) também possui encantos de panoramas, terras gordas de massapé, serras virentes iguais as de Petrópoles, férteis, húmidas, de clima suíço. Também possui terra “pegajenta e melada”, acomodática, em que teria sido possível, *modus in rebus*, aquele “avanço civilizador da cana”, se as condições originais o alentassem, como propiciaram o de lá, favorecido de muita vantagem. Os brejos do Cariri e as montanhas da Ibiapaba, de Baturité, de Maranguape, da Aratanha, da Meruoca, teriam recebido e alimentado a nobreza parecida com aquela pernambucana, se esta não se tivesse privilegiado na cultura dos canaviais (GIRÃO, 2000, p. 373).

O Historiador cearense enfatiza que Pernambuco só teve condições de produzir a cana-de-açúcar porque contou com bois do “nordeste duro”, que fornecia aos engenhos força motriz e aos trabalhadores alimento. Para ele,

[...] os engenhos de Pernambuco nunca deixaram de rodar, só porque nas suas almanjarras se encangavam os bois idos do *Nordeste Duro*, só porque as cargas de cana caíam nas moendas, transportadas pelos cavalos idos do *Nordeste Duro*, só porque as carnes enxundiosas das vacas do *Nordeste Duro* proteinavam a gente da bagaceira, dando-lhe vigor. Ficou, por isso, o engenho do Nordeste das areias um engenho pobre, fabricando rapadura e não consentindo que o dono morasse em casas grandes de sobrado. (P. 374).

45 Souza e Oliveira (2006), tendo por base os trabalhos de Absáber (1970, 1974), esclarecem que no contexto geocológico do semiárido brasileiro, representado pela caatinga, há ocorrência de ambientes de exceção que se configuram como enclaves úmidos e semiúmidos, possuindo, de modo geral, um bom potencial hídrico de superfície e solos com média e alta fertilidade.

Não foi, entretanto, o produto açúcar que preponderou na nossa realidade, mas outros derivados da cana, no caso, a rapadura e a aguardente. E, dentre estes, a rapadura figurou até o século XX como um dos principais alimentos do nordestino, e que habitualmente foi consumida junto à farinha de mandioca. A rapadura fazia parte do cotidiano da população sertaneja, seja no dia a dia, seja em ocasião de festas. Retratando esse cotidiano, Girão (Op. cit.) assim se expressa:

[...] Vaqueiros, agregados e alguns escravos, homens, mulheres e meninos, ele a esposa e a filharada, todos se entrefam na divisão dos misteres, sem salários em dinheiro, nem férias, nem justiça trabalhista, no campeio do gado, na arrumação do curral, no tracto dos cavalos, no labor roceiro, nas providencias dos recados e no *fervet opus* azafamado da cozinha, uns trazendo água, outros trazendo lenha para o preparo das comidas e o enformamento do queijo nos cinchos de madeira. (...) a almoço até as 9 horas e o jantar até às 3 da tarde, constituídos de carne fresca (...) pirão de farinha da terra, carne seca assada ao espeto e os pratos de mugunzá de milho para misturar com leite, servindo de sobremesa – na qual não apreciam frutas, nem salada, nem doces – a rapadura com queijo, a coisa melhor do mundo, tudo levado aos dentes a colher ou a mão, que raro eram os talheres complicados e incômodos. Também não faltavam o peixe e a caça: carne de veado, tatus e queixadas, e a dos patos e marrecas deliciosos das lagoas, sem esquecer as avoantes ou pombas de arribação, tão saborosas. As bocas de noite, a coalhada com rapadura e farinha ou novamente a carne, com fecho as ave-maria do terço (P.350). (...) nas festas de família, aniversários, batizados, casamentos, ou chegadas de pessoas ausentes a rapadura também reaparecia em formato de cocadas de rapadura. (P. 351).

Fica evidente a importância que assumiu a cana-de-açúcar no Ceará, mesmo sendo um produto de alcance apenas local e regional, voltado para o consumo dos nordestinos. O Ceará não esteve, por conseguinte inserido em uma lógica de produção de açúcar para ser comercializado em grande escala, como aconteceu com o Estado de Pernambuco e tam-

bém com a Bahia. Não se deve, porém, menosprezar a importância dessa cultura no Território Cearense. No nosso caso, a produção e comercialização de cana-de-açúcar não foi em larga escala, mas é inegável a importância que desempenhou a rapadura como suprimento alimentar da população sertaneja, ao mesmo tempo em que serviu ao processo de acumulação, mesmo que a sua produção possa não ser considerada em moldes capitalistas. É importante lembrar que o Território Cearense, que começou a ser colonizado no século XVII, não apontava, até aquela época, maior pujança econômica. Caracterizado por um clima semiárido, embora com ambientes de exceção, a ocupação e o desenvolvimento econômico do Ceará foram impulsionados pela atividade criatória que melhor se adequava às suas terras. Não podemos, porém, nos esquecer de que havia aí uma divisão regional do trabalho, uma vez que a atividade criatória visava, além da subsistência, a complementar a produção açucareira da Zona da Mata nordestina, com fornecimento de carne e animais para abastecer a atividade canavieira que não produzia o alimento necessário à reprodução da força de trabalho. Desse modo, a cana cultivada no Ceará ao produzir derivados como a rapadura, também se insere, a nosso ver, na divisão mais ampla do trabalho, juntamente com a pecuária, na região Nordeste.

4.3.2 A cultura de cana-de-açúcar e seus derivados no Cariri

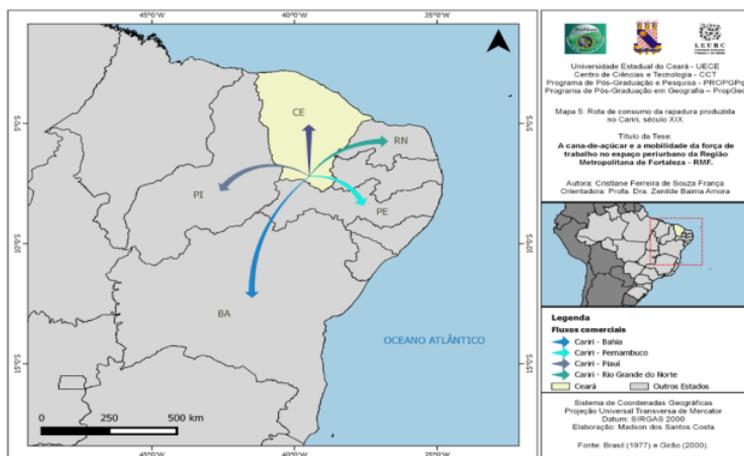
Nos séculos XVIII e XIX, era expressivo o cultivo de cana-de-açúcar no Cariri, ao lado da pecuária, que foi a atividade responsável pela ocupação do Ceará. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1977) salienta que a produção dos derivados da cana-de-açúcar, especialmente a rapadura produzida, tanto no Cariri quanto na Serra Grande, se destinava aos mercados

do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Bahia (MAPA 5), e nos chama atenção quando afirma ser a cana um “ramo de agricultura” mas antigo da Província do Ceará, em suas palavras,

[...] a cultura da canna tem tomado maiores proporções com o fabrico de aguardente e assucar, pois d’antes só se fazia rapadura, o que ainda hoje se faz em grande escala no Cariri e Serra Grande. No Cariri (Crato e Jardim) onde existem trezentos engenhos de madeira e ferro, quase toda a cultura da canna reduz-se ao fabrico de rapaduras, melaço e aguardente, sendo que de 1857 para cá é que se começou a fazer assucar, e já em 1858 exportaram-se 10,000 arrobas. O Cariri e Serra Grande exportam immensa quantidade de rapaduras, melaço e aguardente para as províncias vizinhas do Piauhy, Pernambuco, Parahyba e Bahia. (BRASIL, 1863, p. 359).

Suas considerações nos dão indícios de que a cana-de-açúcar, de fato, não se restringia à produção de rapadura, melaço e aguardente, porquanto incluiu também o açúcar. Só que a sua produção só se deu mais tarde, ou seja, em 1857, quando o Ceará exportou dez mil arrobas.

Mapa 5 – Rota da comercialização da rapadura produzida no Cariri, século XIX



Fonte: BRASIL, 1977; GIRÃO, 2000.

Em 1765, havia no Cariri cearense 37 engenhos que fabricavam mel e rapadura, com um incremento, na área cultivada a partir de 1758, quando as pessoas que se deslocaram até aquela região, impelidas pela atividade mineradora, se desiludiram e fixaram-se, aderindo a agricultura. Segundo Vieira, ainda na primeira metade do século XX, o engenho de rapadura dominava a economia da região caririense, e, denotando a importância do referido produto, acentua que “[...] embora, produto sertanejo, é a rapadura o fator econômico que mais contribuiu para o progresso do Cariri”. (1958, p. 7).

Figueiredo Filho (1958) considera que a primeira cultura que surgiu no Cariri foi a da mandioca, introduzida pelos indígenas que habitaram a região, e que esta teria sido sobrepujada pela cana-de-açúcar que, provavelmente, teria chegado com os baianos ou pernambucanos, primeiros colonos que ali se estabeleceram. Sobre a importância da rapadura no cotidiano dos sertanejos, considera que:

[...] o sertanejo se alimenta de rapadura, preferindo-a ao mais refinado açúcar branco. Dá muito mais “sustança” do que o mais puro produto das usinas de Pernambuco. [...] O trabalhador rural Joaquim Preto, morador no sítio Lameira, de Crato, em dia de feira substitui suas duas refeições por duas rapaduras [...]. É indispensável nos alforjes dos vaqueiros quando vão campear, por várias horas ou dias inteiros. O único regalo que o matuto tem durante o dia, é um bom naco do apetitoso alimento. Adoça seu café e, quando tem fome, à sobremesa ou na merenda, não dispensa ele seu pedaço de rapadura puro ou com farinha. (P. 55).

A produção canavieira na região do Cariri foi praticada nas áreas de brejo e no pé-de-serra da chapada do Araripe, onde as condições de fertilidade do solo lhe eram favoráveis. Os brejos tornaram-se espaços densamente aproveitados pela lavoura de cana-de-açúcar, de modo que, como comenta Barros, essa cultura agrícola sobressaía-se na paisagem ru-

ral daquela região, exercendo proeminência entre as demais praticadas na área. O sistema de plantio era o do valado, isto é, não se abriam covas, mas compridas e contínuas valas. Os terrenos geralmente não eram adubados, e, só às vezes, os proprietários usavam estrume. Os rios desempenhavam papel importante para a renovação parcial dos solos, pois, quando enchiam, no período do “inverno”, inundavam os brejos e alagavam os campos de cana, neles depositando sua carga aluvial (BARROS, 1964).

Inicialmente haviam apenas os engenhos puxados a bois. Em 1731, foi instalado o primeiro engenho movido a água e em 1909 o engenho de ferro teria começado a substituir gradativamente o de madeira (ARAÚJO apud FIGUEIREDO FILHO, 1958, p.13).

Barros (1964), ao analisar o quadro agrícola na região do Cariri, na segunda metade do século XX, verificou que, do ponto de vista da estrutura fundiária, predominavam as pequenas propriedades caracterizadas pela policultura onde se praticavam ao mesmo tempo, agricultura de subsistência e agricultura comercial. Nesse contexto, a força de trabalho era constituída por famílias de moradores, que residiam nas propriedades agrícolas. Além da casa onde habitavam, tinham direito a um pedaço de terra, que funcionava como roçado, segundo a lógica das relações de trabalho predominantes no Território Cearense. Eram, portanto, moradores de sujeição, pois, como os demais da faixa úmida nordestina, tinham a obrigação de trabalhar para o dono da terra na lavoura, nos engenhos ou em outros serviços, durante dois ou três dias por semana, quando recebiam uma diária. Nesse quadro geral, a autora aponta outras variantes do regime de exploração do trabalho de um sítio a outro do pé-de-serra, onde a maioria dos moradores não tinha o direito de cultivar a cana, pois a

área utilizada era limitada no pé-de-serra pelas possibilidades de irrigação e toda ela era aproveitada pelo proprietário da lavoura. Para os moradores a quem era “facilitada” a cultura canavieira, e tinham sua produção obrigatoriamente beneficiada no engenho do patrão, havia a obrigação de entregar, para o proprietário do engenho, metade da rapadura fabricada.

Não obstante Barros (1964) mostrar que não havia diferenças significativas entre os nossos engenhos e os demais do Brasil, chama atenção para uma característica interessante, ou seja, que as propriedades mais características do brejo cariense eram denominadas sítios e não engenhos, como em outras áreas canavieiras do Território Brasileiro. Isto porque eram pequenos estabelecimentos, comumente inferiores a 50 tarefas, que contrastavam com os extensos domínios das áreas típicas daquela lavoura. Depreende-se daí que a produção da rapadura no Ceará se dava em pequenas unidades, as chamadas engenhocas, que também, em alguns casos produzia aguardente. Outro elemento que destaca é a ausência típica de senhores de engenho levando em consideração um escalonamento social determinado. Freyre fala das engenhocas, em contraposição aos engenhos, e as caracteriza como “parenta pobre” dos engenhos produtores de açúcar da Zona da Mata nordestina e do Recôncavo Baiano:

[...] À rapadura é preciso dar-se lugar a parte no que se considere o conjunto de doces mais ligados à cana-de-açúcar e mais característicos do Nordeste. Porque, em primeiro lugar, não se trata de produto da zona canavieira por excelência da região - a dos engenhos- e sim de outra, sua parenta pobre - a das engenhocas; em segundo lugar não se trata de doce principalmente lúdico porém polivalente: lúdico sim, mas também alimentício, fator medicinal de resistência do homem sertanejo, quando em viagens por terras mais áridas, às asperezas do meio e do clima. (FREYRE, 1969 p.48-49 apud GONÇALVES, 2011, p. 40).

Fica assim evidente que a atividade canavieira no Cariri influenciou, sobremaneira, a vida regional, ao ponto de Barros estabelecer uma relação intrínseca entre a vida rural desenvolvida nos brejos caririenses e o dinamismo de núcleos urbanos, como Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Porteiras e Santana do Cariri. Para a citada autora, a localização desses núcleos urbanos dá indícios da vinculação entre crescimento urbano e atividade agrícola, já que se localizam em áreas de brejos canavieiros (BARROS, 1964). Exceção é feita a Juazeiro do Norte, cuja formação se deu mais tarde e ligada a fatores de ordem religiosa e comercial.

Enfatizamos, ainda, a importância do atual Município de Barbalha como espaço produtor de cana-de-açúcar no Cariri cearense, desde a segunda metade do século XIX. Embora fosse uma pequena freguesia, congregava um número expressivo de engenhos, como abaliza Studart apud Cortez et al:

A vila de Barbalha, era quase que totalmente voltada à cultura de gêneros alimentícios (...) nela eram contados 36 engenhos de ferro, 31 de madeira e 28 alambiques montados próximos a treze nascentes que banhavam os sítios. (...) desse modo, garantia-se uma significativa produção agrícola, em que constavam produtos para o comércio e consumo imediato, como rapadura, aguardente, açúcar branco, café, tabaco, borracha de mangabeira; além de arroz, milho e feijão. (STUDART, 1892, p. 12 apud CORTEZ et al, ?, p. 8).

Brito (1985) e Gonçalves (2011) destacam que a produção de rapadura no Cariri foi objeto de alterações, entrando em crise com a modernização da malha rodoviária do Nordeste na segunda metade do século XX, quando foram introduzidas rotas de escoamento da produção de usinas instaladas em Pernambuco, conjugando-se a isso os elevados custos de produção, queda da qualidade da rapadura e o gradativo e crescente consumo de açúcar industrializado, que acabaram por modificar os hábitos alimentares do sertanejo de baixa renda.

No ano de 2014, estivemos em campo, no Cariri, e pudemos constatar mais de perto o declínio do cultivo de cana-de-açúcar e de seus engenhos. As áreas, que no passado eram utilizadas para a produção daquela cultura, hoje estão servindo como reserva de valor, pois foram incorporadas ao mercado imobiliário. Alguns engenhos foram reformados e transformados em atrativos turísticos com base nas iniciativas de herdeiros, enquanto outros trocaram de ramos de atividade, a exemplo da produção e comercialização de frutas e hortaliças.

O apogeu canavieiro, todavia, deixou marcas na paisagem cearense. Barbalha é um exemplo disso, onde ainda se encontram edificações que são registros de uma época em que a cultura da cana-de-açúcar, assim como o trabalho escravo, eram realidades. O atual Hotel Casarão, que foi uma residência edificada por um dono de engenhos no século XIX, é um testemunho dessa asserção. O belo prédio foi uma cópia dos casarões do Recife, cujo proprietário morreu antes de habitá-lo (FOTO 5). Vale salientar que foi edificado por escravos no ano de 1859, e constitui uma típica rugosidade, ou seja, tempo cristalizado em forma, na expressão de Santos (2012).

FOTO 5 - Hotel Casarão, Barbalha – Ceará



Fonte: Própria autora, 2014.

O engenho Tupinambá pode ser visto como outra rugosidade de Barbalha. Hoje inserido no espaço urbano, foi considerado um dos maiores engenhos do Cariri, tendo iniciado suas atividades em meados do século XIX, encerrando-as nos anos 1980. Construído por uma pessoa natural de Pernambuco, segundo Gonçalves, “[...] suas ruínas fazem referência ao período áureo da economia canavieira na região, sustentada por décadas com o comércio das cargas de rapadura”. (2011, p. 42). Na Foto 6, podemos visualizar o engenho ainda na época de seu funcionamento e, na Foto 7, a sua situação atual, ou seja, no momento da visita de campo encontrava-se em reforma que visava adequá-lo às atividades turísticas e de lazer.

Foto 6 - Engenho Tupinambá, s/d.



Fonte: IPHAN no Ceará, s/d. Extraído de Gonçalves, 2011, p. 43.

Foto 7 - Engenho Tupinambá, em 2014.



Fonte: A própria autora, 2014.

Ainda, como marcas de tempo cristalizado em formas, destaca-se a rua Noely Filgueira, localizada no Centro antigo de Barbalha, que, até os anos 1970, agregava armazéns que comercializavam rapaduras fabricadas na região. Como explícito na Fotografia 8, é possível observar a fachada dos imóveis remanescentes do apogeu da cana-de-açúcar materializados na arquitetura.

Foto 8 - Rua Noely Filgueira, no centro antigo da cidade de Barbalha



Fonte: Google Maps, 2016.

No distrito de Arajara, ainda no Município de Barbalha, tivemos a oportunidade de entrevistar um atual produtor de frutas (que denominaremos aqui de P.), membro de uma tradicional família produtora de rapadura, e que cultivou cana-de-açúcar e produziu rapadura até o ano de 2013. Em 2014, limitou-se apenas a plantar a cana, repassando a produção para o “Engenho Escola”⁴⁶, localizado na cidade de Barbalha. Nesse estabelecimento, são feitos experimentos com variedades de sabores de rapadura, além de capacitação técnica, indicando a manutenção da rapadura como uma tradição do Cariri.

Seus avós maternos e paternos eram proprietários de engenhos e ele herdou o de propriedade de seus avós maternos. Sua família produzia, principalmente, rapadura, embora seu pai, também tivesse produzido aguardente. Nas palavras do Senhor P: “[...] a base da economia da região”. Na época em que seus avós produziam a rapadura, eles a vendiam para o Agreste e a Zona da Mata pernambucana; mas também abasteciam os mercados da Paraíba, ressaltando que os produtos eram transportados em comboios formados por jumentos e burros.

Nos anos de 1960-1970 ainda havia em torno de 60 engenhos funcionando em Barbalha. Para ele “Não havia problema de abastecimento, até onde a vista alcança era tudo plantação de cana e abacate”. O Senhor P. atribuiu ainda o declínio da cana “a concorrência com as fábricas de doces e chocolates vindos de outros estados, então a rapadura foi vendendo menos, o preço também cai e aí torna-se inviável a produção”.

46 A Fábrica-Escola de Cana-de-açúcar foi inaugurada em 2014, com o objetivo de “alavancar e revitalizar o polo canavieiro do Cariri por meio do funcionamento de um laboratório de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de produção, processamento e comercialização. Serão oferecidos os cursos de: formação de mestre alambiqueiro; fabricação de melado, açúcar mascavo e rapadura; e gestão da agroindústria canavieira familiar de pequeno porte. O projeto prevê também a realização de estágios, visitas técnicas e incentivo a estudos e pesquisas na área, tendo em vista que a unidade possuirá um laboratório para análise da qualidade e um espaço para vendas dos produtos”. (Site_ INSTITUTE CENTEC).

É interessante o que ele ressalta a propósito do atual consumo da rapadura, informando que, no passado, tinha como público-alvo as camadas mais pobres e que nos dias atuais passou a ser consumida por pessoas de um melhor poder aquisitivo; isto em virtude de ser considerada uma rapadura mais nobre, porque pura, portanto, mais cara, restringindo seu consumo à classe média. Para ele, o fato de a rapadura ser mais cara limita o consumo, daí por que deixou de produzi-la.

Sobre a mão-de-obra ocupada no engenho, em sua fala, demonstra o tipo de relação que estabeleceu com os trabalhadores, que são em sua maioria rendeiros ou meeiros. Ele detalha:

Aqui a gente trabalha com trinta pessoas no engenho, a margem do lucro do engenho é muito pequena, a mão de obra, a gente paga por dia um preço melhor do que paga na roça, a gente dá almoço e janta e hoje a diária média sairia por 50 reais com almoço e janta e regalias, a família chega leva mel, sempre leva rapadura quente, aquelas coisas que quando se vai fazer no final a soma do dia dá uns 5 a 10 reais a mais que soma em cima da diária. Por sinal a maior parte dos trabalhadores eram meeiros além de ganhar a diária deles e de certa forma eram rendeiros sabe. Porque as terras eram minhas, então eles trabalhavam no engenho ganhavam a diária normal como qualquer outro, e tinha a metade da produção. (P.).

São apreensíveis da fala do nosso entrevistado elementos que reforçam as relações de cunho paternalista e que caracterizaram historicamente as relações de produção no campo cearense. A concentração da terra e, as relações de parceria e arrendamento podem ser percebidas nas informações prestadas pelo atual fruticultor, que até há 15 anos, colhia 150 tarefas de terra plantada em sua propriedade, mas que reforça: “Hoje praticamente acabou, só tem umas dez tarefas aqui. Reduziu 90 a 95%. Tinha ali, mas agora plantei mamão”. (Senhor P)

Sobre os motivos de sua preferência pela fruticultura, explica:

Estou na parte de fruticultura que está dando uma margem de lucro melhor que a da cana porque a cana é muita gente trabalhando, a fruticultura não. Com duas pessoas resolve. Eu tenho o sistema de irrigação automático, eu tenho o contador verde que é a energia mais barata que é 74% de economia de energia. A partir de dez horas liga tudo automático e aí vai mudando de uma roça pra outra. Na cana na época da moagem era uma média de 30 e no corte uns 40. (P)

Como deixa claro, em sua fala, a opção pela fruticultura (plantação de mamão) também está vinculada a seu poder aquisitivo que lhe dá a possibilidade de adquirir um sistema de irrigação, que viabiliza maior produtividade com menores gastos.

O cultivo do mamão é hoje para ele uma fonte de renda que, inclusive, pretende ampliar, com o objetivo de atender o mercado consumidor de Fortaleza. O mamão do tipo Havaí, que produz, atualmente, é comercializado em um supermercado de grande porte existente na região do Cariri, mas também comercializa o seu produto em feiras locais.

Nem todos os antigos produtores de cana-de-açúcar da região, porém, se tornaram fruticultores. Depreende-se daí que esta mudança estaria vinculada à capacidade de investimento por parte do produtor. Desse modo, aqueles com menor poder aquisitivo têm-se dedicado ao cultivo de hortaliças: coentro, alface e, também, produtos como o chuchu.

Um fato curioso é que muitos dos antigos trabalhadores do corte de cana, pelo menos no caso de Barbalha, continuam a trabalhar nessa atividade, mas tendo que deixar o seu lugar de origem, deslocando-se para grandes áreas produtoras de cana, como São Paulo, para trabalharem durante o período de duração do corte. Trata-se, portanto, de uma mobilidade dentro da mesma atividade e que, como sabemos, é sazonal,

significando uma migração temporária. Esses trabalhadores têm em media de 20 a 40 anos de idade e expressam certo descontentamento com essa experiência, já que nos últimos anos essa atividade tem sido muito mais intensa do que em tempos pretéritos, como afirma nosso entrevistado Sr. P:

[...] Antes eles iam faziam uma boa economia. Agora, trabalhavam muito viu! Por que é por produção, então tinha deles que se esforçavam tanto que dava aqueles problemas de perder força, tinha que ficar um bom tempo sem trabalhar.

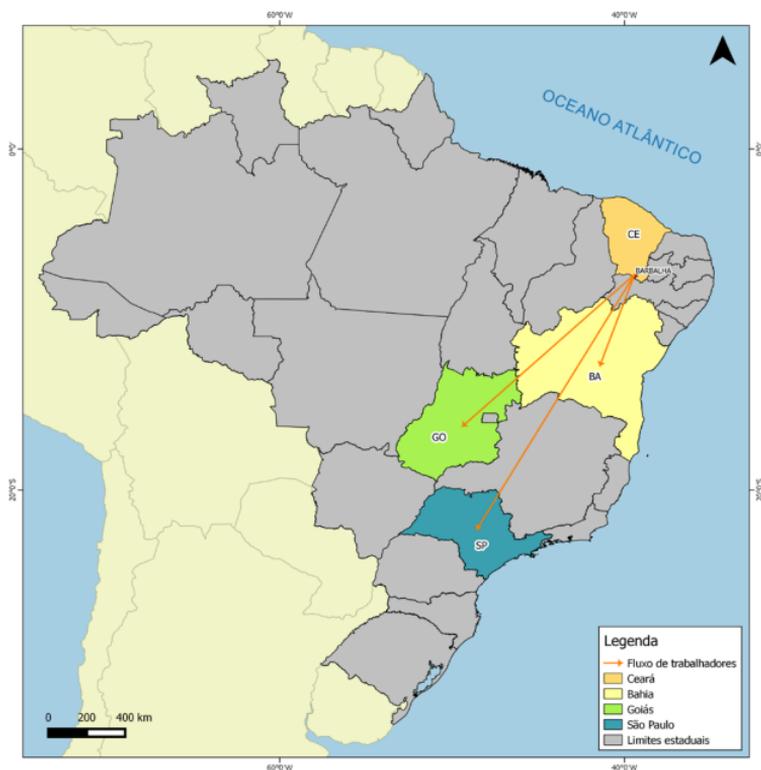
É possível que este fato esteja relacionado às constatações de Queiroz (2013), quando considera, que na segunda metade do século XX, começou um processo de transformação do uso da terra, de tal modo, que áreas agrícolas, antes voltadas ao cultivo da cana, começaram a ser vinculadas a atividades urbanas. Conseqüentemente, houve também a gradativa extinção da maior parte dos engenhos de rapadura no Cariri. Esse fato, para o referido pesquisador, teria “liberado” mão-de-obra, que antes estava vinculada à cultura agrícola da cana-de-açúcar, e que se direcionou para espaços urbanos.

Como não fazia parte, mais especificamente, de nosso objeto de estudo, a cana-de-açúcar no Cariri cearense, não detalhamos as condições dos trabalhadores de Arajara que exercem mobilidade para o corte de cana em outros estados brasileiros, de modo que não temos a confirmação sobre a situação de fato desses trabalhadores fora do período em que estão em São Paulo. O Senhor P comentou, no entanto, sobre esses trabalhadores, acentuando que

A maior parte começou a sair pra Ribeirão Preto em, São Paulo, eles vão cortar cana lá. Vários ônibus vem buscar, na média de 8 a 10 ônibus. Os trabalhadores assinam contrato com essas empresas. Ficam de 6 a 8 meses. Quando voltam recebem um seguro um ano sim outro não. E aí ficam fazendo bico aqui.

É interessante essa constatação - uma área de produção tradicional de cana-de-açúcar como o Cariri cearense transformar-se em fornecedora de mão de obra para a principal região produtora do País, como a região Sudeste que fica a cerca de 3 mil Km de distância. Segundo Cover e Menezes (2011), desde os anos 1990, o setor sucroalcooleiro do interior paulista passa por um processo de expansão e reestruturação, o que estaria redimensionando as correntes migratórias do Nordeste, com a crescente contratação de trabalhadores provenientes do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e do Ceará. Citando Alves, acentua que há uma predileção pelos nordestinos “[...] por terem sido socializados desde criança no trabalho agrícola, desenvolveram resistência física sendo considerados “mais aptos”, pelo setor canavieiro para o trabalho na colheita da cana-de-açúcar”. (2007, apud COVER e MENEZES, Op. cit. p.55). Além de Ribeirão Preto, em São Paulo, soubemos que os trabalhadores da região também exercem mobilidade para os Estados da Bahia e Goiás (MAPA 6).

Mapa 6 – Fluxo sazonal de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar que saem de Barbalha - Ceará, em direção a outros Estado brasileiros



**Universidade Estadual do Ceará - UECE**
Centro de Ciências e Tecnologia - CCT
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo



Titulo da Tese:
A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.

Autora: Cristiane Ferreira de Souza França
Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amorá

Sistema de Coordenadas Geográficas
Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000
Elaboração: Madson dos Santos Costa

Mapa 6: Cariri - Ceará: Fluxo sazonal de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar.

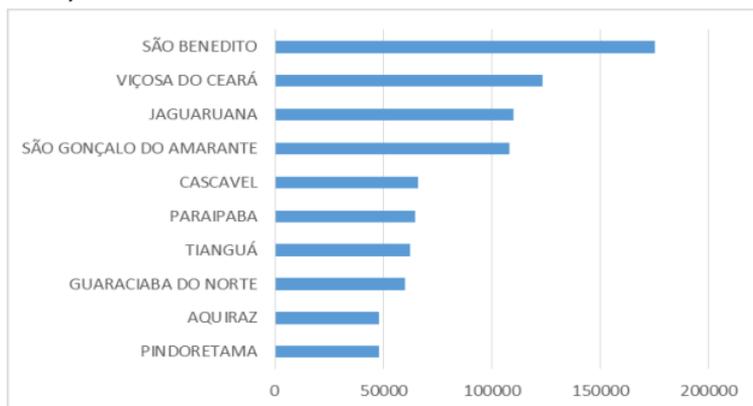
Fonte: FRANÇA, 2014

**LEURC**
Laboratório de Estudos
Urbanos e da Cidade

Fonte: A própria autora, 2014.

O cultivo da cana-de-açúcar já não é o mesmo na região do Cariri, Nenhum dos municípios que integram o Cariri cearense se destacou, no ano de 2014, entre os dez maiores produtores de cana-de-açúcar do Ceará, como podemos perceber nas informações contidas no Gráfico 18, e ainda, no Mapa 7.

Gráfico 18 - Dez principais municípios produtores de cana-de-açúcar no Ceará, 2014.



Fonte: IBGE/ Produção Agrícola Municipal.

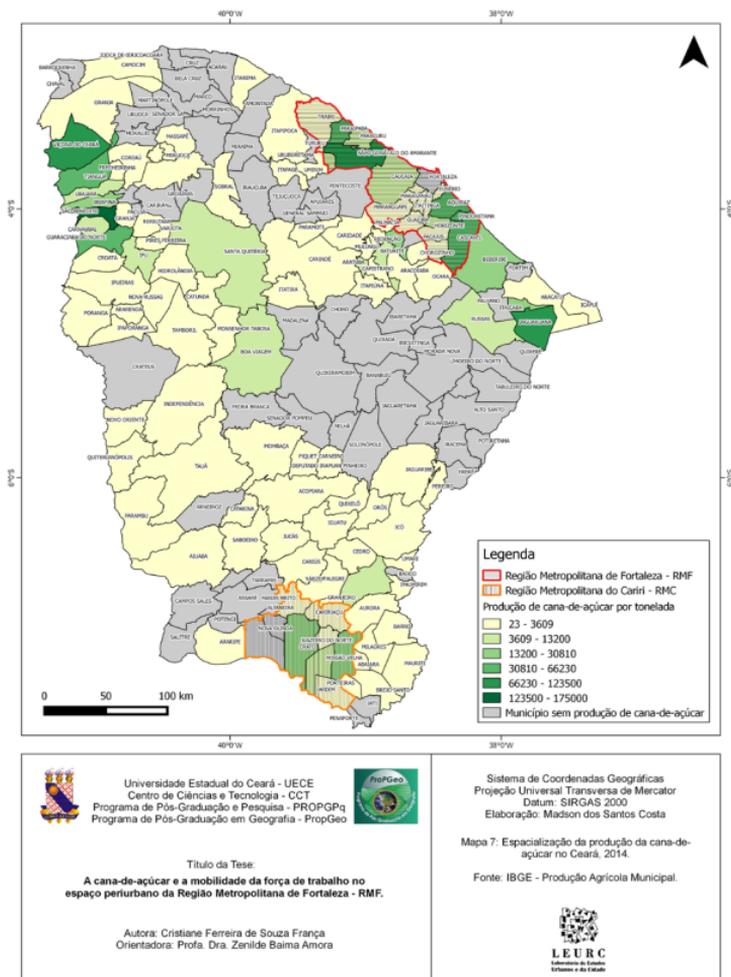
Atualmente os maiores produtores são os municípios serranos da Ibiapaba, mas também municípios do baixo Jaguaribe e do litoral. Aquiraz e Pindoretama, juntamente com Cascavel na porção leste, e Paraipaba e São Gonçalo do Amarante, na porção oeste, figuram entre os maiores produtores de cana do litoral cearense, embora Aquiraz e Pindoretama se classifiquem nos últimos lugares, no ranque dos dez principais produtores.

No que diz respeito às condições naturais, a produção de cana hoje está distribuída, principalmente, em duas unidades geoambientais, ou seja, os tabuleiros litorâneos e o Planalto da Ibiapaba, localizado na porção oriental do Ceará. Cabe

ainda destacar o Município de Jaguaruana, na região do baixo Jaguaribe, que ocupou a terceira posição na produção de cana-de-açúcar no ano de 2014, embora não tenha um histórico dessa atividade agrícola que só teve maior destaque no ano de 2010 com a chegada da Ypióca, como será demonstrado no último capítulo.

Ainda em termos da distribuição espacial da cana-de-açúcar no Ceará, os dados evidenciam que tradicionais regiões produtoras, como o Cariri, perderam relevância no contexto estadual, destacando-se no período atual as zonas de serra como o Planalto da Ibiapaba, com destaque para os Municípios de São Benedito e Viçosa no Ceará, que ocuparam o primeiro e segundo lugar, respectivamente, na produção de cana-de-açúcar em 2014.

Mapa 7 – Especialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 2014



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2014.

4.3.3 A cultura da cana-de-açúcar no planalto da Ibiapaba

O Planalto da Ibiapaba, ou Serra Grande, como ficou claro até aqui, também é uma área tradicional no cultivo da cana-de-açúcar, e produção de seus derivados, a rapadura, e em especial, a aguardente. A Ibiapaba é um planalto sedimentar com características ecológicas e apresenta “[...] boas condições físicas - apesar das deficiências de fertilidade - o enclave úmido da Ibiapaba tem boas potencialidades de utilização” (SOUSA e OLIVEIRA, 2006, p. 4).

É constituído pelos municípios: Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá e Ipu – segundo a classificação de Regiões de Planejamento do IPECE (2016). Em 2006, o conjunto dos municípios que a compunham possuía 1.683 estabelecimentos agrícolas produtores de cana-de-açúcar, sendo que, destes, 1.454, o que correspondente a 86% do total, praticavam agricultura familiar, ocupando uma área de 13.265 hectares. O destaque era o Município de São Benedito, que somava naquele ano 739 estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar, distribuídos em 13.684 hectares, seguido de Ibiapina (347 estabelecimentos) e Guaraciaba do Norte (220 estabelecimentos). (TABELA 19).

Tabela 19 - Número de estabelecimentos, tipo de agricultura e hectares produzidos, Planalto da Ibiapaba, 2006.

Municípios	Nº de estabelecimentos agropecuários			Hectares produzidos		
	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
São Benedito	739	610	129	21.006	7.342	13.664
Viçosa do Ceará	168	155	13	2.699	1.288	1.411
Tianguá	61	50	11	1.032	479	553
Guaraciaba do Norte	220	190	30	6.234	1.817	4.417
Ubajara	61	50	11	1.032	479	553

Municípios	Nº de estabelecimentos agropecuários			Hectares produzidos		
	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Ibiapina	347	318	29	2.482	1.396	1.086
Carnaubal	79	74	05	809	277	532
Croatá	1	1	-	24	24	-
Ipú	7	6	1	217	163	54
Total	1.683	1.454	229	35.535	13.265	22.270

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Mencionada cultura contava, à época, com 6.232 pessoas ocupadas, sendo que a maior parte destas, 65% trabalhavam em dimensões menores de dez hectares. (TABELA 20).

Tabela 20 - Pessoal ocupado com 14 anos ou mais em estabelecimentos agropecuários, por grupos de área, planalto da Ibiapaba, 2006.

Categoria dimensional (há)	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários		
	Total	Sem laços de parentesco	Com laços de parentesco
Menos de 10	4.108	909	3.199
10 a 50	1.116	611	505
50 a 100	221	111	110
100 a 200	188	85	103
200 a 500	584	477	107
500 e mais	15	10	5
Total	6.232	2.203	4.029

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

O documento: “Arranjo produtivo local de cachaça na serra da Ibiapaba”, da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Ceará (sd), confirma a importância da produção de cachaça na região da Ibiapaba, que está associada à produção de rapadura e açúcar mascavo. “Grande parte dos alambiques já tem produto registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (...) em 2000, eram 74 alambiques (...) distribuídos por toda a Serra”. (P. 2). De acordo com o referido documento, a maior parte dos trabalhadores dos estabe-

lecimentos da Ibiapaba é analfabeta ou possui no máximo o primeiro grau incompleto, realidade que não destoia daquela que encontramos no litoral leste de Fortaleza, ao entrevistarmos os trabalhadores em Aquiraz e Pindoretama.

De acordo com o documento citado, predominam na serra da Ibiapaba alambiques de micro e pequeno porte, mas também uma unidade de grande porte. É o Engenho São Francisco, de responsabilidade da Ypióca, que

[...] atualmente arrenda um engenho por seis meses em Ubajara. Diferentemente dos outros alambiques, o da Ypióca possui maquinário de alta tecnologia, trabalhando 24h por dia de segunda a sábado, empregando 35 funcionários. A produção da Ypióca é de 1.200.000 lt/mês". (s/d, P.3).

Ressalta-se, ainda, que a Secretaria de Desenvolvimentos Local e Regional do Ceará, ao investigar a situação dos alambiques nos Municípios de Guaraciaba do Norte, Carnaubal, Viçosa e Ubajara, identificou o fato de que cada um dos pequenos estabelecimentos gerava de quatro a oito empregos diretos com contrato de seis meses e ainda que cada trabalhador recebia por dia apenas um valor de R\$ 5,00 e R\$ 8,00, trabalhando seis dias por semana, em época de produção.

Observando dados mais recentes, verifica-se que, em 2014, o Município de São Benedito se mantinha como o maior produtor de cana-de-açúcar da Ibiapaba, só, que, agora, seguido dos Municípios de Viçosa do Ceará e Tianguá.

4.3.4 O litoral cearense e a cultura da cana-de-açúcar

Ao espacializarmos os dados referentes à produção agrícola municipal da cana-de-açúcar, ficou demonstrado no Mapa 6 a sua ocorrência em quase todos os 184 municípios

cearenses⁴⁷, embora a maior parte deles denote baixa produção. Destacamos, que, apesar de o Cariri cearense ter sido historicamente um espaço de importante cultivo dessa cultura, atualmente é a porção litorânea que assume a primeira posição no Estado do Ceará.

Embora em nossa pesquisa tenhamos optado por trabalhar apenas com Aquiraz e Pindoretama, na exposição das informações relativas à produção de cana-de-açúcar no litoral cearense, enfocaremos seis municípios que atualmente são metropolitanos e que historicamente desenvolveram essa cultura agrícola. Desses seis, três situam-se no litoral oeste de Fortaleza, que são: São Gonçalo do Amarante, Paraipaba e Paracuru. Outros três estão no litoral leste da Capital cearense - Aquiraz, Pindoretama e Cascavel - sendo os dois primeiros aqueles que elegemos como foco de nossa pesquisa. Os dados da tabela 21 nos ajudam a caracterizar essa atividade agrícola atualmente.

Tabela 21- Municípios litorâneos metropolitanos produtores de cana-de-açúcar, por número de estabelecimentos, tipo de agricultura e hectares produzidos, 2006.

Municípios	Nº de estabelecimentos agropecuários			Hectares produzidos		
	Total	Familiar	Não familiar	Total	Familiar	Não familiar
São Gonçalo do Amarante	58	46	12	3.458	77	3.381
Paraipaba	62	53	9	911	413	498
Paracuru	30	25	05	972	385	587
Aquiraz	60	38	22	3.238	245	2.993
Pindoretama	80	62	18	1.965	757	1.208
Cascavel	83	66	17	2.300	550	1.750
Total	373	290	83	12.844	2.427	10.417

Fonte: IBGE, 2006.

47 Em 2014, 66 dos 184 municípios cearenses não produziram cana-de-açúcar. (IBGE, 2014).

Verifica-se que a produção da cana-de-açúcar nessa porção do Território Cearense, segundo o último censo agropecuário (IBGE, 2006), consta de 373 estabelecimentos, sendo que, destes, 77,7% são produzidos pela agricultura familiar, que ocupa apenas 18% do total de 12.844 hectares produtores. Contrapondo-se a isto, a produção não familiar é possuidora de mais de 80% do espaço ocupado pela referida cultura. De certo modo, tal demonstra as desigualdades de acesso à terra com uma estrutura fundiária por demais concentrada.

Ainda levando em consideração o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), identificou-se a existência de 2.490 trabalhadores vinculados à produção de cana-de-açúcar nos municípios destacados. Desse total, mais de 60% não possuíam qualquer laço de parentesco com os produtores (Tabela 22).

Tabela 22 - Pessoal ocupado com 14 anos ou mais em estabelecimentos agropecuários por grupos de área, em Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba e Paracuru, 2006

Categoria dimensional (há)	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários		
	Total	Sem laços de parentesco	Com laços de parentesco
Menos de 10	690	206	484
10 a 50	449	288	161
50 a 100	217	167	50
100 a 200	80	48	32
200 a 500	65	37	28
500 e mais	989	979	10
Total	2.490	1.725	765

Fonte: IBGE, 2006.

Demonstrando um pouco da participação histórica do litoral oeste na produção de cana-de-açúcar no Ceará, citamos Duarte (2012) que, em sua pesquisa sobre o mundo rural cearense, no período entre 1798 a 1860, estudou a área que

abrangia os atuais Municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Paracuru, denominada, à época, Soure. O referido pesquisador evidencia que, naquela área, já havia engenhocas que beneficiavam cana-de-açúcar para produção de rapadura e ainda de aguardente.

No final dos anos de 1950 e início de 1960, seguindo ainda essa tradição, era pujante a ocorrência de cana-de-açúcar naquela porção do litoral de Fortaleza que se dava para os mesmos fins, ou seja, fabricação dos derivados da cana (rapadura e aguardente), pela população que a habitava e que vivia da agricultura de subsistência. Martins (2008) pôde constatar que, no decorrer dos anos de 1960, houve uma abrupta mudança no cotidiano desses trabalhadores agrícolas, precisamente no vale do rio Curu⁴⁸. Ocorre que, na segunda metade daquela mesma década, foi instalada naquela área uma usina que produzia açúcar em larga escala, denominada Agroindustrial Vale do Curu – AGROVALE, já brevemente citada nesse trabalho. Esta agroindústria recebeu incentivos financeiros do então Estado ditatorial, e, ao chegar, transformou, entre outras coisas, completamente as relações que aqueles trabalhadores mantinham com a terra (MARTINS, 2008).

Um dos fatores que reforçou a decisão do seu proprietário em instalar o referido estabelecimento no vale do Curu, além, é claro, da experiência dos agricultores com atividade canavieira, foi a possibilidade de aproveitar-se do sistema de irrigação - Sistema Curu – iniciado ainda nos anos de 1930, que passava a garantir a água necessária para a Agrovale, e que possibilitou sua produção em larga escala, e, usando ainda de sua influência política, o proprietário daquela empresa

48 O vale do Curu abrange 15 municípios: Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Umirim, Petencoste, Itapajé, Irauçuba, Tejuçoca, General Sampaio, Paramoti, Canindé, Mulungu, Caridade e Apuiarés (DIAS, 2008, p. 18).

transformou os agricultores em grandes fornecedores de cana-de-açúcar para sua produção. Segundo comenta Martins,

A empresa tinha o domínio das terras, de água, da mão-de-obra, e da matéria-prima, tornando-se a maior empregadora e compradora da região. Com 2.960 hectares irrigados, 30% da área total irrigada do vale, a usina produzia 450 mil sacas de açúcar e 8 milhões de litros de álcool. Em cada safra moía 600 mil toneladas de cana própria e adquiria a produção de 500 fornecedores. (2008, p. 127).

A Agrovale era de propriedade de um comerciante proveniente da região do Cariri, filho de família tradicional que plantava cana-de-açúcar e criava gado. Referida usina, conforme destacado, foi um empreendimento de grande monta e iniciou suas atividades em meados dos anos 1960, encerrando-as em 1990, e esteve localizada no vale do Curu, precisamente no município de Paraipaba. Antes da implantação desta, os habitantes daquela área produziam carnes, couro, algodão, cera de carnaúba, milho, feijão, goma de maniçoba, mamona, rapadura e mel, ou seja, atividades vinculadas a uma agricultura de subsistência. E os trabalhadores recebiam por diária, ou eram parceiros ou arrendatários. No caso da cana-de-açúcar, sua finalidade, como já dito, era a produção de rapadura e aguardente. A chegada da Agrovale implicou também em transformações nas relações de trabalho locais, com a introdução do assalariamento. (MARTINS, 2008).

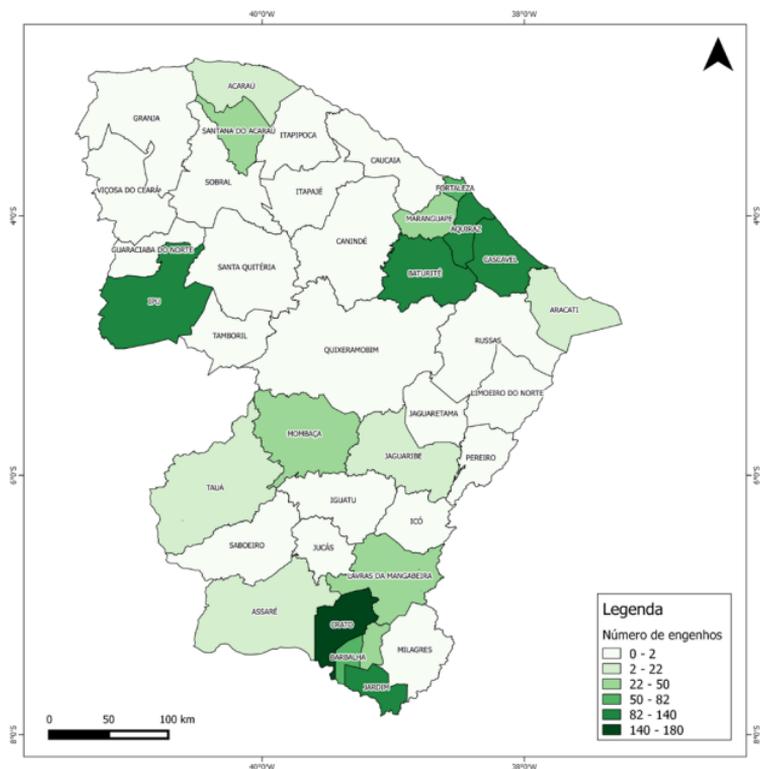
A população ocupada nessas atividades viu a chegada de um “corpo estranho” àquele território e foi obrigada a produzir açúcar e álcool, ou seja, mercadorias, em vez da tradicional rapadura e aguardente para atender às suas necessidades. A empresa foi beneficiada pelo governo militar, e, como assevera Martins, “[...] acima de tudo, a empresa açucareira no sertão foi obra de um Estado que afastou os obstáculos ao crescimento agroindustrial [...]”. (MARTINS, 2008, p. 20).

O vale do Curu foi tomado pela monocultura de cana-de-açúcar, de uma hora para outra. Consoante Martins (2008, p.18), o que se via eram: “[...] famílias perambulantes, canaviais extensos, águas represadas, plantios destruídos, cidades cercadas por guaritas”. Os produtores rurais de subsistência foram transformados em trabalhadores assalariados e, à medida em que suas terras iam sendo ocupadas pela cana-de-açúcar, destinada à produção de açúcar e álcool, combustível para a indústria automobilística, estes iam-se transformando em “população para o capital⁴⁹” (OLIVEIRA, 1977).

Como apresentado em capítulos precedentes, no outro extremo do nosso litoral, nos Municípios de Aquiraz, Pindoretama e Cascavel, também tradicionalmente se cultivou cana-de-açúcar, voltada para o fabrico de rapadura, mas também de aguardente, e açúcar, em menor quantidade. Aquiraz e Cascavel (Pindoretama ainda não existia como tal) nos anos de 1860, congregavam 210 estabelecimentos agropecuários produtores de cana e 191 engenhos (BRASIL, 1977), como pode ser visualizado no Mapa 8.

49 Para Oliveira, [...] população para o capital é a força de trabalho . (1977, p. 137).

Mapa 8 – Ceará – espacialização de engenhos de rapadura, século XIX



	<p>Universidade Estadual do Ceará - UECE Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo</p>		<p>Sistema de Coordenadas Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Elaboração: Madson dos Santos Costa</p>
<p>Título da Tese: A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.</p>			<p>Mapa 8: Ceará - Espacialização de engenhos de rapadura, século XIX</p>
<p>Autora: Cristiane Ferreira de Souza França Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baíma Amorim</p>			<p>Fonte: BRASIL (1997); IPECE (2009)</p>

Fonte: BRASIL, 1997 e IPECE, 2009.

Na obra: *Nasci aqui e aqui me criei*, de Costa (2008), é possível encontrarmos relatos de memórias de sua família, que é de produtores de cana-de-açúcar, em Pindoretama, que nos permite compreender o papel dessa atividade agrícola ainda no início do século XX, fazendo com que possamos captar momentos de rupturas e continuidades dessa produção e seus entrelaçamentos com o modo de vida daquela população.

É perceptível nesses relatos o quanto a rapadura e a aguardente, produtos derivados do caldo da cana-de-açúcar, faziam parte do cotidiano do sertanejo que habitava aquelas terras no período considerado. A autora relata que seu avô adquiriu o primeiro engenho da família no ano de 1910, que era,

[...] um engenho número 1 com 3 caldeiras números 2, 3, e 4, na Fundação Cearense, em Fortaleza, pela quantia de um conto de réis, cuja importância foi em níquel, em um caixãozinho de Sabão Pernambucano, pois naquela época não se fabricava sabão no Ceará, aquele sabão era fabricado em Pernambuco e tinha o mesmo nome. (COSTA, 2008, p.36).

Anos mais tarde, seu pai, o Sr. Raimundo Costa, que inicialmente era apenas comerciante e que às dez horas da noite fechava a sua mercearia e sempre antes de dormir comia rapadura com farinha, pois dizia que assim dormia melhor, no ano de 1933, passou a ser agricultor, também, adquirindo terra, uns “60 hectares a que denominou de sítio Baja”, onde logo instalou seu engenho, terreno que registrou no Instituto do Açúcar e do Alcool. Começando a cultivar as terras em 1934, fez “[...] a primeira colha de canas, [...] 160 cargas de rapadura que vendeu a 30 mil réis a carga”. (COSTA, 2008, pp. 60-61).

Quando criança ainda, o Sr. Raimundo afirmava que viajava para o Município de Choró, na companhia de pessoa de confiança de sua família, para conseguir estrume a fim de adubar as canas na localidade Sítio Correia, em Pindoretama, sen-

do comum no retorno - feito em de animais de carga, já que na época não havia outro tipo de transporte - para casa, comer rapadura e tomar um pouco de aguardente. Em suas palavras,

Logo que chegava na casa do seu Buá, íamos enxer os sacos de estrume e botar fora do xiqueiro, depois íamos tomar banho no rio do Choró, que era bem pertinho, talvez uns 50m, e cortar uma carga de capim de planta para os animais comerem dentro de um curral, para ficar mais fácil a volta pela madrugada. O nosso jantar era agulhas ou tainha seca, comprada na feira de Cascavel aos domingos; de volta, pela madrugada, nós comíamos o resto da farinha com a rapadura. Na ida matávamos o bicho tomávamos um pouco de aguardente [...] a aguardente era cor de rosa e medida numa xícara branca de se tomar café [...]. (COSTA, 2008, p. 25).

Ressalta-se que captamos vários relatos, em nosso trabalho de campo, sobre a necessidade de se adubar as terras naquela área do litoral, tanto para a produção da cana-de-açúcar como para lavouras de subsistência, uma vez que aquele tipo de solo não oferece, naturalmente, os níveis satisfatórios de fertilidade requeridas para a agricultura. Inclusive era comum, segundo relato de agricultores idosos por nós entrevistados, no início do século XX, a troca de carregamento de estrumes por um número x de rapaduras.

Ainda sobre o papel que a rapadura exerceu, durante muitos anos, na manutenção da vida do cearense, Costa relembra, que no ano de 1958, ocorreu uma grande seca e que um grupo de ciganos bateu à porta de sua família em busca de provisões. E confessa:

O que havia para oferecer era rapadura com farinha por causa da severidade da seca, não havia frutas nem carne. [...] O papai lhes deu ainda mais um saco de farinha e um sarrão de rapadura mole e quebrada, pois, quando não chove, a cana fica murcha e o mel não chega a dar o ponto. [...] Mas o agricultor aproveita o que consegue produzir, utilizando tanto para alimentação humana como para a alimentação

animal, e no próximo inverno, havendo cana de boa qualidade, pode ser misturado ao novo mel e transformado em rapadura, sem prejuízo para a saúde de quem a consome. (2008, p. 43).

Sobre o trato com a terra para o plantio da cana, Costa relata ainda que este era realizado em pequenas áreas, separadas por matas ou áreas agrícolas em repouso, além do que as lavouras de ciclo longo deveriam ser desenvolvidas próximas a córregos e se aproveitavam os esterco que os animais deixavam por onde pastavam que se juntava no pátio do sítio para transformá-lo em adubo bem curtido. Em tempos favoráveis, produziam, além da rapadura, mel, leite, coco seco, banana, abacaxi, mamão, laranja, farinha, goma, carimã, ovos, frango capão, hortaliças e plantas medicinais. Especificamente sobre a lavoura da cana-de-açúcar, assevera:

[...] era desenvolvida no baixio chamado de alagadiço, geralmente cortado por um córrego, natural ou feito pelo agricultor. Esses córregos ou levadas tinham a finalidade de conduzir as águas para o riacho principal. As levadas eram insuficientes para drenar adequadamente as águas de chuvas, por isso a gleba era dividida em pequenas áreas, em torno de 300m², por regos que se cruzavam, ligando-se à levada. As pequenas áreas eram chamadas de leiras e cada gleba tinha um número diferente de leiras. Havia gleba com 14 leiras, outras com 19 ou 21 ou 14 e assim por diante". (P. 63).

A produção, tanto dos derivados da cana-de-açúcar como da mandioca, era comercializada com compradores de "[...] Russas, Jaguaruana e Morada Nova [que] vinham [comprar] rapadura e farinha. As rapaduras eram empilhadas em lotes de 20 unidades de 500g para facilitar a contagem e guardadas num grande caixão de madeira". (COSTA, 2008, p. 64).

Ressaltamos também que, nesse período, o corte da cana-de-açúcar, além de muito esforço e trabalho, representava um momento de sociabilidade, ainda mais se realizado no

mesmo momento “da farinha”, pois, na percepção de Costa, a casa ficava mais “[...] animada pelo alegre burburinho das raspadeiras de mandioca que, sentadas no chão, em círculo, em torno da ‘ruma’ de mandioca, faziam seu trabalho enquanto conversavam, cantavam e faziam circular as últimas notícias da cidade”. E quando os carregadores de caminhões vinham buscar suas encomendas (rapadura e farinha), “Enquanto carregavam os caminhões, havia a conversa animada, cada um contava seus ‘causos’, verdadeiros ou não, falavam do inverno ou da seca, da carestia, da safra, do governo. Havia uma relação de confiança e amizade”. (COSTA, 2008, p. 64-65).

Verificamos que, embora a rapadura tenha sido um dos produtos derivados da cana, mais valorizados pela população de Aquiraz e Pindoretama, a aguardente também tinha notoriedade naquela área, pois começou a ser produzida no início do século XX, com a fábrica Colonial. Já mais recentemente, no ano de 1989, foi a vez da Ypióca, quando já atuava em outros municípios como Maranguape (empresa local e posteriormente com ramificação internacional), o que acabou por engendrar profundas transformações socioespaciais em Pindoretama e Aquiraz.

Ao que tudo indica, o incremento que houve no cultivo de cana-de-açúcar na região, que congrega essa porção da RMF, esteve vinculado a uma tradição dos produtores locais em fabricar a rapadura, mas também parece que está atrelado às demandas da empresa Colonial, inicial e posteriormente da Ypióca, duas tradicionais produtoras de aguardente cearenses, que ali foram instaladas.

A fábrica produtora de rapadura, açúcar e cachaça, mais tarde registrada como Colonial, teve origem na primeira metade dos anos 1920 no Município de Aquiraz, no local denominado Sítio Colégio (FOTOGRAFIA 9) .

Foto 9 – Sítio Colégio, localizado na Engenhoca – Aquiraz, RMF.



Fonte: Própria autora, 2014.

No início dos anos 1940, a empresa adquiriu um conjunto de moendas no Maranhão, o que propiciou que se dobrasse a sua produção. Todo esse movimento, acreditamos, deve ter incentivado mais ainda a produção de cana-de-açúcar naquela área. Esta destilaria já não funciona em toda sua capacidade e no local onde antes se produzia a cachaça Colonial hoje funciona um equipamento de lazer e turismo denominado de Engenhoca. O espaço é composto pelo museu do Engenho da Cachaça Colonial e outros equipamentos, como aqueles voltados para a prática de esportes, atividades domingueiras, almoço e jantar, além de se constituir um espaço onde se realizam casamentos, etc. (FOTOGRAFIA 10).

Foto 10 - Parque Recreativo Engenhoca, em Aquiraz - RMF



Fonte: Própria autora, 2014.

A Ypióca, por sua vez, foi fundada por um imigrante português, o Sr. Dario Telles de Menezes, e começou a funcionar no ano de 1846, em Maranguape, atualmente Município metropolitano. Em suas antigas instalações funciona hoje um complexo turístico o: Ypark, ocupando uma área de 173 hectares, disponibilizando atividades de lazer ao ar livre, e que tem como marco principal o Museu da Cachaça, instalado em um casarão cuja edificação data do ano de sua fundação, ou seja, 1846. Foi a primeira fabricante brasileira a exportar cachaça, em 1968, para a Alemanha, depois Espanha, Itália, Estados Unidos, França, Japão, Grécia e China⁵⁰.

Na final dos anos de 1980, foi instalada uma filial da Ypióca (MAPA 9) em Aquiraz. Na Fotografia 11, é possível observar ao fundo as instalações da fábrica, e ao redor, a plantação de cana. Sua chegada à região ocasionou diversas transformações nas relações produtivas, discussão que travaremos no próximo capítulo, fora os problemas ambientais, como conflito pelo uso da água.

⁵⁰ Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/a-cachaca-cearense-ganha-espaco-1.639758>. Acesso em: 20/06/2016.

Foto 11- Destilaria Ypióca ao fundo e, ao redor, produção de cana-de-açúcar

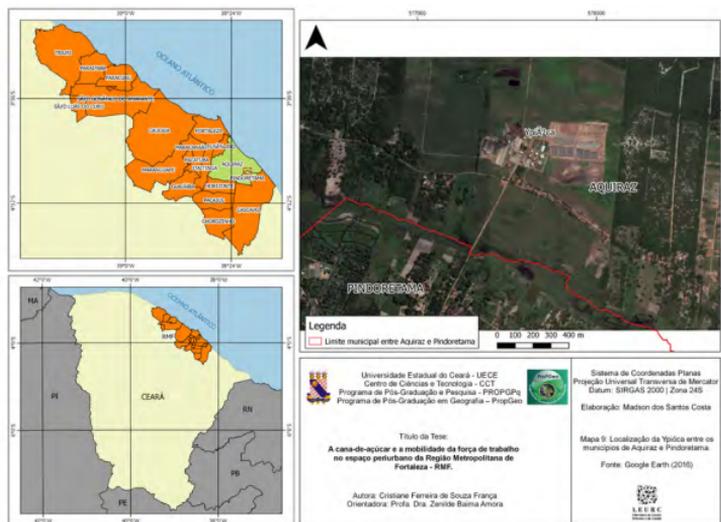


Fonte: Própria autora, 2014.

Sobre a questão ambiental, ressalta-se que, no ano de 2008, foi organizado um ato em defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e pela liberdade de expressão, que se concentrou na Praça do Ferreira, em Fortaleza, e segundo o *site* Mídia Independente⁵¹, teve por objetivo chamar atenção para “[...] os danos ambientais causados [...] à Lagoa da Encantada, em Aquiraz”. Ressalta-se que esse corpo hídrico localiza-se no território indígena Jenipapo-Kanindé. (imagem do ato em anexo).

51 <https://midiaindependente.org/pt/blue/2007/08/391909.shtml>. Acesso em: Junho, 2017.

Mapa 9 – Localização da Ypióca, Aquiraz - RMF



Fonte: Google Earth, 2016

Mas voltando, no entanto, à planta industrial da Ypióca, em Aquiraz, segundo informações que recebemos⁵², a área plantada na fazenda, observável na Figura 25, seria de 200 hectares⁵³, além do, que a referida indústria contaria com a produção de cana-de-açúcar advinda dos municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe e Pacajus. Ainda segundo o que nos foi informado, a empresa contava, em 2014, com 500 trabalhadores fixos⁵⁴.

O mercado consumidor da aguardente Ypióca abarca todos os estados brasileiros, bem como diversos países. A empresa foi vendida em 2012 para o grupo inglês DIAGEO,

⁵² Realizamos uma visita institucional à Ypióca em 2014.

⁵³ Atualmente a marca Ypióca pertence a uma multinacional, que compra a produção da cana-de-açúcar dos ex-proprietários da Ypióca, e ainda adquire cana de 130 fornecedores. (<https://exame.abril.com.br/revista-exame/na-mao-do-ex-dono/>). Acesso em: setembro, 2014).

⁵⁴ Ressalta-se que esse número de trabalhadores inclui a indústria de embalagens de papelão que opera no mesmo local onde está a destilaria.

multinacional detentora das marcas Smirnoff, Johnnie Walker, Bells, Buchanan's e Guinness. No período da transação comercial, a empresa era a 3ª maior marca de cachaça do mercado consumidor, respondendo por 80% da indústria brasileira de bebidas destiladas⁵⁵.

Com a chegada, principalmente, da agroindústria de aguardentes as relações do trato com a terra e os vínculos de trabalho que tangenciavam a cultura da cana-de-açúcar entre pequenos, médios e grandes produtores, foram transformadas e um dos elementos principais dessa mudança foi a demanda da força de trabalho, ou seja, população para o capital, fazendo com que fosse necessário atraí-la dos mais distintos lugares, que tinham por característica, em sua maioria, a tradição do cultivo dessa cultura.

É nesse contexto que trabalhadores, tanto do litoral oeste, quanto do litoral leste, e ainda provenientes de serras úmidas, como Maranguape, foram recrutados para trabalhar no corte da cana-de-açúcar nesse período de funcionamento, a todo vapor, da referida destilaria.

É a mobilidade da força de trabalho sendo requisitada em todos os âmbitos (seja espacial ou entre setores da economia) que irá propiciar a produção da mercadoria aguardente, o que passaremos a refletir agora.

55 Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/28/fabricante-do-johnnie-walker-compra-brasileira-ypioca-por-r-930-mi.htm> Acesso em: outubro, 2014

5. A CANA-DE-AÇÚCAR E A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO LITORAL LESTE DA RMF

Neste capítulo, refletimos a mobilidade da força de trabalho tendo como foco os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar em Aquiraz e Pindoretama, levando em consideração não apenas os deslocamentos espaciais, visto que a perspectiva de mobilidade aqui engendrada ultrapassa essa abordagem, que consideramos limitada. Sendo assim, avaliamos que antes da mobilidade do trabalho deva-se pensar, na mobilidade do capital. Nesse contexto, atingir nosso objetivo de qualificar a mobilidade desses trabalhadores só se tornou possível ao compreendermos o papel que desempenhou a destilaria instalada na década de 1980, em área limítrofe, entre os dois municípios foco de nosso estudo. Esse fato, como demonstraremos, implicou ao lugar maior complexidade sobre as relações de trabalho, uso da terra e mobilidade da força de trabalho. Salientamos, ainda, que referidas nuances só foram possíveis de apreensão pelo uso da metodologia das “trajetórias ocupacionais” (MALAGUTE, 2000) que nos proporcionaram ir além dos dados estatísticos, qualificando o sujeito que trabalha.

Evidenciamos também que nos baseamos nas informações obtidas das entrevistas realizadas com os trabalhadores da cana-de-açúcar em Aquiraz, Pindoretama, mas também de Maranguape (Comunidade do Rato), o que foi incorporado no andamento da nossa própria pesquisa, pois o trabalho de campo indicou que esses trabalhadores tinham muito a nos dizer sobre suas experiências, o que de foi de muita valia pra entender a mobilidade da força de trabalho no corte da cana em Aquiraz e Pindoretama no período mais intenso dessa

atividade (1989-2000). Resta-nos advertir, ainda, para o fato de, que, visando preservar as identidades dos trabalhadores entrevistados, os nomeamos pela letra E (de entrevistado) seguido de um número que obedece a ordem das entrevistas e da primeira letra do nome do Município e/ ou comunidade de que fazem parte.

5.1 A CANA-DE-AÇÚCAR, OS ENGENHOS E A MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM AQUIRAZ E PINDORETAMA

Os Municípios de Aquiraz e Pindoretama destacaram-se, historicamente, como produtores de cana-de-açúcar e onde engenhos foram sendo instalados ao longo de mais de um século, voltados à produção de rapadura e também aguardente. Por volta dos anos 1980, ou até mesmo um pouco antes, houve maior declínio no número desses estabelecimentos, quando muitos desses engenhos encerraram suas atividades, não obstante alguns remanescentes dispostos, notadamente, ao longo da CE - 040 (MAPA 10), no entanto, em função da atividade turística que se instalou, principalmente, nas áreas litorâneas do Ceará, que, em parte, estavam voltadas à produção agrícola, destacando-se a produção de cana-de-açúcar. Segundo dados fornecidos pela Prefeitura de Pindoretama, estavam em funcionamento em 2014, pelo menos, 40 desses estabelecimentos. O cultivo da cana, entretanto, não desapareceu visto que a instalação de uma destilaria naquela área vai manter a prática da cultura da cana ali existente porém incrementando a sua produtividade, tendo em vista o abastecimento para a produção de aguardente. A produção de cana-de-açúcar se mantém, no entanto, atualmente em menor proporção, em decorrência da extensa estiagem que se abateu sobre o Ceará desde o ano de 2010 e que perdurou até o ano de 2017.

Conforme se pôde detectar, a cana produzida em Aquiraz e Pindoretama se destina, principalmente, aos engenhos de produção de rapadura que ainda resistem como uma tradicional atividade na área a qual passa por transformações para se adequar à atividade turística, porém não só como atrativo turístico, uma vez que a rapadura abastece também pequenos mercados de Fortaleza. É comum a comercialização de rapaduras nos estabelecimentos comerciais situados em bairros periféricos, porém não mais como produto básico da cesta de alimentos do cearense, uma vez que a rapadura assume também papel de sobremesa. No Ceará, encontramos em alguns restaurantes, mesmo que esporadicamente a rapadura cortada em pequenos pedaços, sendo exibida em potes de vidro, oferecida como sobremesa.

A fotografia 12, que se refere ao “Engenho Doce Sabor”, situado à margem da CE-040, no Município de Pindoretama, é um exemplo desses estabelecimentos que foram transformados para receber turistas que, ao visitá-lo, podem apreciar as modalidades de funcionamento de um engenho de rapadura. Percebem-se na foto elementos como colunas, pé direito alto, indicação de título e número de telefone na fachada, bem diferente do apresentado na Fotografia 13, que pertenceu ao avô do atual proprietário do referido engenho e que está situado nas suas proximidades e que mantém a arquitetura dos antigos engenhos do final do século XIX e início do século XX.

Foto 12- Engenho Doce Sabor, CE-040, Pindoretama - RMF



Fonte: Própria autora, 2016.

Foto 13 - Engenho remanescente dos tempos áureos da produção de rapadura, hoje Engenho Doce Sabor, Pindoretama, RMF.



Fonte: Própria autora, 2016.

A rapadura ainda é comercializada em feiras livres, pequenas e médias cidades, embora em menor escala em relação ao passado, pois as feiras que comercializavam esses produtos diversificaram suas mercadorias e não têm mais hoje a importância que já tiveram como centro de abastecimento das populações, tanto urbanas como rurais. Como comentou o entrevistado E1P,⁵⁶ as feiras regionais eram essenciais para o escoamento da rapadura,

A rapadura de Pindoretama escoava e ainda escoava principalmente através das feiras, a de Cascavel e a de Pacajus. (...) Vinham por semana quatro a cinco caminhões, só de Russas, comprar rapadura no pé do engenho, como a procura era muito grande vinham comprar aqui para garantir. (E1P).

Em Fortaleza a rapadura pode ser encontrada também no Mercado Central, importante polo turístico da Capital, sendo exposta como um produto que simboliza a cultura gastronômica nordestina; inclusive até mesmo passando por adequações de sabores e inovações com mistura de outros produtos, como aquelas produzidas no Engenho Doces da Cana, (CE-040), onde podem ser encontradas rapaduras de sabor: castanha, castanha com coco, abacaxi, tangerina, amendoim, queijo, pimenta, mamão com coco, chocolate, café, leite condensado e ainda banana (FOTOGRAFIA 14).

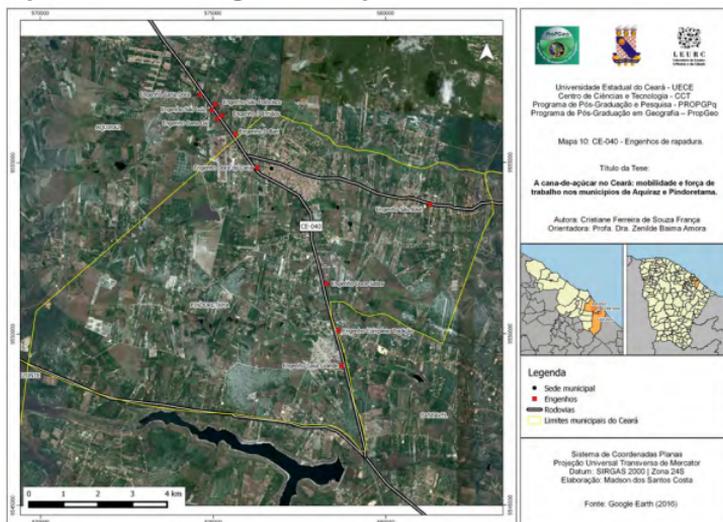
56 O Senhor E1P, de 72 anos, nos informou que é descendente de agricultores produtores de cana-de-açúcar, mas que também cultivava mandioca, milho e feijão. Atualmente, além da cana-de-açúcar, planta manga e batata-doce, que vende para o Ceasa, em Maracanaú.

Foto 14 - Rapadura - novos sabores



Fonte: Própria autora, 2014.

Mapa 10 – CE – 040 – Engenhos de rapadura.

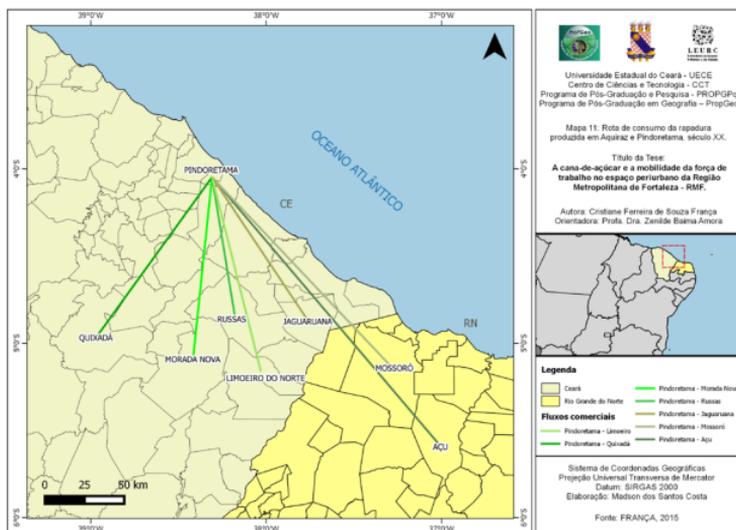


Fonte: Google Earth, 2016.

Para se ter uma ideia da importância da rapadura produzida em Aquiraz e Pindoretama em tempos pretéritos, convém destacar o fato de que, embora tenhamos dados mais detalhados em termos de quantificação, a rapadura produzida nesses municípios, no caso Aquiraz e Cascavel (Pindoretama só se emancipou de Cascavel em 1987), tinha como destino, além de municípios do Ceará (Jaguaruana, Russas, Morada Nova, Quixadá e Limoeiro do Norte) municípios do Rio Grande do Norte, como Assu e Mossoró. (MAPA 11), indicando a extensão do mercado consumidor. Para chegar a esses destinos, o transporte da rapadura era realizado no lombo de animais, assim como o transporte da cana para os engenhos, já que não havia, naquela época, uma maior disponibilização de transporte motorizado.

No que se refere às questões de produtividade e qualidade da cana naquela área, o entrevistado E1P, residente em Pindoretama, vai mais além em seus relatos, detalhando que, no início do século XX, quando seu pai plantava cana, havia “[...] mais variedades de semente que foram dizimadas pelo inverno fraco e pelas pragas e fungos. (...) o que indica não só a variedade mas sobretudo o peso que essa cultura agrícola tinha no passado e acrescenta: “A caiana, a pitu, a mantega, a rosa [...], eram canas nobres, com fibra mole, e grau de docilidade elevado, mais produtivas e próprias para a fabricação de rapadura, sendo a Cambatore, a que produz rapadura de boa qualidade, a preferida entre os produtores”. Suas palavras demonstram um domínio dessa prática de teor agrícola e também que a produção da cana foi por muito tempo uma tradição familiar.

Mapa 11 – Rota do consumo da rapadura produzida em Aquiraz e Pindoretama, século XX



Fonte: A própria autora, 2016.

Referido Senhor destacou que, no fim do anos de 1980, e início dos anos de 1990, a Ypióca que ali se instalou “deu a dica” de qual seria a semente de cana de sua preferência “e disseram: nós temos a cana tal, aí nos dissemos: Nós queremos...”. (E1P) foi então que muitos produtores começaram a plantar outro tipo de cana-de-açúcar, e expressou: “não tem nome, tem código: 716949 foi modificada, essa nem rato quer, nem guachinim (...) ela tem um grau muito bom (mas), para aguardente”. (E1P). Seu relato narra um período em que a espécie de cana-de-açúcar que atendia às demandas dos produtores de rapadura daquelas localidades foi substituída por outra para atender os interesses da destilaria.

A maior parte dos produtores cedeu às necessidades da empresa, que distribuía a cana-de-açúcar considerada por ela a mais adequada para a produção de aguardente, seu produ-

to principal, mas, além de produzirem a cana, que a empresa demandava em suas terras, os produtores locais pagavam um preço que, na maior parte das vezes, não compensava nessa relação estabelecida com a referida agroindústria, como explícita o entrevistado:

O primeiro ano, a primeira experiência, foi tudo bem, ó rapaz, vamo mandar cana [...] que agente vai ter boa margem de lucro, mas depois a coisa foi mudando, e ficou em situação desesperadora, ficou muita gente empenhada [...] sem poder pagar e aquele que não pagasse hoje ficaria no cadastro para o próximo ano. O sistema era assim: a empresa fornecia a cana, as máquinas, tudo para o terreno da pessoa, os funcionários para plantar e tudo. Só que aquilo tudo era computado, aquela despesa quando fosse entregar na colheita, era 2, 3, 4, 5 hectares, não dava pra pagar. E aí o que que faz se o contrato durava por cinco anos? Depois de 5 anos fazia outro contato para arrancar toda a soca com a máquina necessária e o cuidado com a terra para começar tudo de novo por mais 5 anos, era outra prisão. E é justamente o tempo que dura o tronco dessa cana na natureza. Eu não entrei, mas vi aqui, pessoas chorando, como era que se ia sair dessa? Teve gente que quando saiu, foi com grandes louvores, debaixo dessa dependência, depois de muita pisa e de muito sofrimento. (E1P).

A mudança no tipo de cana-de-açúcar cultivada ensejou prejuízos para a produção de rapadura, porque, segundo E1P “[...] esse tipo de cana não dá boa rapadura, ela fica muito escura e aí o pessoal coloca açúcar para deixar ela mais clara para ter aceitação no mercado”. Destacou, ainda, que esse procedimento produzia uma rapadura de baixa qualidade, porque mais dura e menos saborosa. Ademais, a espécie de cana-de-açúcar introduzida não favorecia a alimentação dos animais, porque era mais resistente, podendo engasgá-los. E puxa da memória os momentos áureos da produção de cana-de-açúcar no Município:

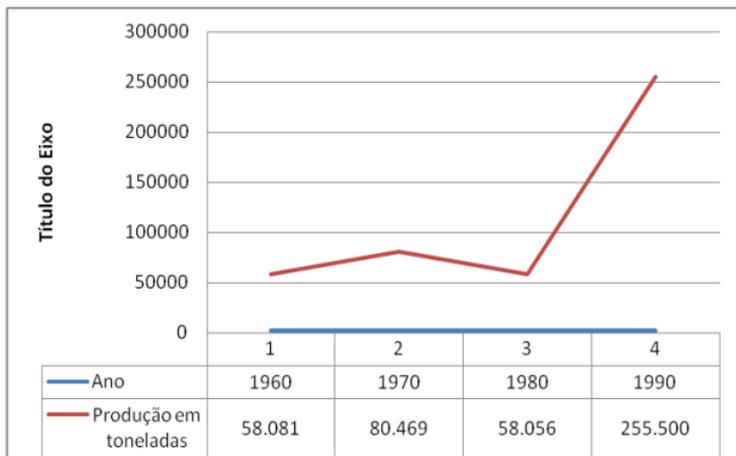
Perdemos a identidade como produtores de cana [...] a presença do engenho era isso... já fomos exímios plantadores de cana [...] pra todo lado que se olhava só se via canaviais, uma coisa linda [...] parecia que já sabiam, de longe parecia que davam adeus. (E1P).

Comenta ainda E1P as dificuldades em manter sua atual produção, uma vez que a renda que auferia não lhe possibilita alugar um trator (que custa a preço de 2016, R\$120,00 uma hora), e tampouco para pagar a diária de um trabalhador que nesse mesmo ano estava em torno de R\$ 40,00 o dia; queixa-se da falta de medidas governamentais, de subsídio aos pequenos produtores, e desabafa: “[...] quem tem vez, é um Dico Carneiro de uma Cialne, o irmão dele também, com granja, mas agricultor de subsistência, não”. Indica uma consciência do agricultor que só os grandes produtores, têm maior facilidade de acesso a crédito.

A chegada da destilaria causou assim impactos sobre a produção de cana-de-açúcar, como mostram os dados estatísticos do IBGE que apresentam as variações na produção, em toneladas, de cana-de-açúcar nos Municípios de Aquiraz e Cascavel no período de 1960-1980, e Aquiraz, Cascavel e Pindoretama, em 1990⁵⁷. A produção em toneladas de 1960 a 1970 cresceu, foram a mais, um total de 22.388 toneladas de cana, caindo em 1980, pois houve retração com uma queda de 22.413 toneladas do produto. A partir de 1980, ocorre uma extraordinária elevação na curva da produção, registrando-se um total de 255.500 toneladas em 1990, o que significou um acréscimo de 197.444 toneladas. Em resumo, houve certa estabilidade de 1960 a 1980, com uma destacada ascendência de 1980 para 1990 (GRÁFICO 19).

⁵⁷ Pindoretama só emancipou de Cascavel em 1987.

Gráfico 19- Produção da cana-de-açúcar em toneladas, Aquiraz e Cascavel (1960-1980) e Aquiraz, Cascavel e Pindoretama (1990)



Fonte: IBGE.

Os dados estatísticos do IBGE, relativos à produção de cana-de-açúcar, são reforçados em pesquisa de campo, quando foi reafirmado que o aumento registrado no período de 1980 a 1990 esteve vinculado à chegada da Ypióca, que introduziu novas relações de produção no cultivo da cana-de-açúcar.

Ao chegar a Aquiraz, a referida destilaria encontrou um ambiente favorável ao seu funcionamento, pois este Município já produzia cana-de-açúcar, há pelo menos um século, ou seja, desde a segunda metade do século XIX, mas há indícios de que a cana-de-açúcar teria chegado a Aquiraz em tempos bem mais remotos.

Para que fosse possível fazer com que toda a produção de cana-de-açúcar se transformasse no produto aguardente, ou cachaça, foi necessário mobilizar muitos braços para o corte da cana. Esse, ao que tudo indica, é também o período de maior mobilização de força de trabalho para os municípios sob exame. A tabela 23, que explicita os dados demográficos

referentes a Aquiraz, Cascavel e Pindoretama, demonstra um crescimento significativo no número de pessoas que foram ali habitar. No conjunto, os municípios referidos contavam, em 1970, com 71.535 habitantes. Em 1980 esse efetivo chegou a 92.789 e, em 1991, a 105.254 habitantes. Constata-se assim um aumento populacional que decorre do crescimento vegetativo mas que provavelmente pode ter sido também influenciado pela mobilidade da força de trabalho que se dirigiu àqueles municípios para o corte da cana-de-açúcar mas que ali permaneceram se fixando como moradores. O fato foi confirmado nas entrevistas, quando verificamos que muitos trabalhadores haviam nascido em outros municípios, a exemplo de Trairí, São Gonçalo do Amarante e Paraipaba e que haviam migrado para Aquiraz e Pindoretama. Interessante é observar que sendo esses municípios produtores de cana-de-açúcar esses trabalhadores já tinham experiência com essa atividade.

Tabela 23- Evolução da população residente, Aquiraz, Cascavel e Pindoretama, RMF – 1970-2010.

Municípios	População	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
	Urbana	3.561	37.722	40.772	54.682	67.083
	Rural	28.946	7.390	5.533	5.787	5.545
Aquiraz	Total	32.507	45.112	46.305	60.469	72.628
	Urbana	10.329	36.976	37.093	47.453	56.157
	Rural	28.699	10.701	9.414	9.676	9.985
Cascavel	Total	39.028	47.677	46.507	57.129	66.142
	Urbana	-	-	4.185	6.818	11.280
	Rural	-	-	8.257	8.133	7.403
Pindoretama	Total	-	-	12.442	14.951	18.683

Fonte: IBGE.

Com a destilaria, veio também a construção, de uma vila operária, a Vila Santa Eliza, para abrigar os trabalhadores fixos. Ao mesmo tempo em que alguns trabalhadores se fixavam, no período do corte, aumentava consideravelmente o número de

trabalhadores flutuantes e, por tal pretexto, havia a necessidade de abrigar essas pessoas. De início, e segundo relatos, muitos trabalhadores estendiam suas redes embaixo de árvores ou dormiam em outros locais junto a animais. Essa situação mudou com a construção de alojamentos para abrigar os trabalhadores. No momento de nossa visita à empresa, fomos informados haver 55 famílias residindo na vila Santa Elisa. (FOTOGRAFIAS 15 e 16).

Foto 15 - Vila Santa Elisa, Aquiraz - RMF



Fonte: Própria autora, 2014.

Foto 16- Alojamento de trabalhadores do corte da cana, Aquiraz - RMF



Fonte: Própria autora, 2014.

Fica evidente que a mobilidade da força de trabalho é intrínseca à atividade de corte da cana-de-açúcar, que tem caráter sazonal, contudo essa mobilidade não se restringe a deslocamento espacial, pois implica mudanças nas relações de trabalho, sendo o deslocamento apenas um componente da mobilidade exercida pelos trabalhadores. Nesse sentido, consideramos que se faz necessário discorrermos, do ponto de vista teórico, sobre o conceito de mobilidade da força de trabalho e sua pertinência para a discussão a que nos propuemos.

5.2 A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS.

Sabe-se que a força de trabalho é uma mercadoria sujeita a compra e venda no mercado, via relações de troca, contudo se diferencia das outras mercadorias pelo fato de reunir valor aos produtos do trabalho, ou seja, se caracteriza por ser fonte de mais-valia. Inclusive, convém ressaltar, força de trabalho e trabalho se diferenciam, como destacado em Bottomore (2012), pois,

Força de trabalho é a capacidade de realizar trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro. A força de trabalho deve ser diferenciada do trabalho, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor. (P. 231).

Há, entretanto especificidades que a distinguem em relação às outras disponíveis no mercado, isso porque a força de trabalho não é produzida como as outras mercadorias, estando vinculada diretamente a um “[...] aspecto da reprodução biológica e social dos trabalhadores como seres humanos.

Esse complexo processo [...] envolve relações sociais que são, em geral, diferentes das relações capitalistas ou mercantis". Em segundo lugar, "[...] o valor de uso da força de trabalho é a sua capacidade de produzir valor", como já destacamos, e, "[...] para utilizá-la o seu comprador [...] tem de estabelecer toda uma [...] série de relações com o vendedor", relações estas que geram conflitos em torno da "intensidade e das condições de trabalho", e por último, essa comercialização da força de trabalho aliena o trabalhador que fica despojado de sua "capacidade criativa de produção". (BOTTOMORE, 2012, pp. 231-232).

A definição de força de trabalho assumida neste estudo, como já explicitado, faz parte do constructo teórico-metodológico de perspectiva marxista, todavia se faz mister destacar a ideia de que o conceito de mobilidade da força de trabalho não está explícito em Marx, já que em sua análise a mobilização da força de trabalho está subsumida à expansão do capital

Portanto, é a mobilidade do capital que caracteriza a mobilidade da força de trabalho, a qual passa a ser convertida, subsumida com suporte na dinâmica da acumulação capitalista, mormente, em decorrência de suas crises periódicas. "É por esta razão que não se encontra nas obras de Marx um tratamento privilegiado sobre as questões da migração e da mobilidade da força de trabalho, pois que estas são expressões da mobilidade do capital [...]". (PELIANO, 1990, p. 111).

Segundo Peliano (*IBID*), podemos considerar que o capital converte a mobilidade da força de trabalho como relação de produção e a submete no processo de valorização do valor,

Enquanto relação de produção, o capital converte a mobilidade da força de trabalho em fator do processo de produção de mercadorias. E enquanto valor, o capital submete a mobilidade da força de trabalho em fator do processo de produzir mais-valia (valorização). Dupla antítese aqui: de um lado, o trabalho se subordina às regras do capital, enquanto

relação de produção dominante, e 'produz em antítese, consigo mesmo, em escala sempre mais ampla, suas próprias condições de trabalho como capital' (MARX, 1975, p. 87), de outro lado, o valor de uso da força de trabalho se converte em fonte de valor do capital por alienar seu valor de uso ao capital. (Pp. 110-111).

Corroboramos a ideia do autor quando ele assinala que a mobilidade da força de trabalho está referenciada em Marx a partir da categoria trabalhador livre. "[...] categoria esta que pressupõe e significa nada mais nada menos que a transformação do trabalho em força de trabalho e, por consequência, a mobilização da força de trabalho para a expansão do capital". (P. 110).

Jean-Paul Gaudemar (1977), autor que constitui referência na abordagem dessa categoria, em sua obra "*Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*", reforça a ideia de que segundo Marx, o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, porém é livre somente para vendê-la para o capital. Vejamos:

O capitalismo torna o trabalhador livre, móvel. Livre isto é, livre de se vender, livre de se vender apenas ao capital. Móvel, isto é, capaz de ir sozinho ao mercado para se vender e se submeter à expropriação capitalista. (P.265).

Indo diretamente a Marx (2013), podemos perceber que a força de trabalho só pode ser vendida como mercadoria se seu possuidor tem poder de desta dispor, portanto, "[...] ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho [...]" (P. 242). Esse exercício de "liberdade" sobre sua força de trabalho, contudo, se exprime em duplo aspecto ou dupla determinação – positiva e negativa – pois, se, por um lado, o trabalhador é "[...] uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria" de outro, é "[...] alguém que não tem outra mercadoria para vender [...]" (P. 244). Sem opção, deixa-se sujeitar ao capital, tornando-se uma mercadoria, cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital.

Na perspectiva de Gaudemar (*IBID*), a relação entre a mobilidade e a liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a liberdade conduz à possibilidade de o trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde irá exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela carrega às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador ou de transformar o seu trabalho, e assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser,

[...] imóvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; e móvel quer dizer, apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe desde que o lucro extraído seja satisfatório. (P.190).

Também para Gaudemar a mobilidade da força de trabalho é condição de existência do modo de produção capitalista, porque é sob seus auspícios que se estabelece o exercício da força de trabalho como mercadoria. Assevera, ainda, que a mobilidade se estabelece primeiro, como **produção da força de trabalho** – que se dá entre modos de produção. Foi o que ocorreu com a acumulação primitiva, que produziu homens “livres”, diga-se de passagem, livres para o mercado, nos primórdios do modo de produção capitalista. Segundo, como **utilização no processo de trabalho** - que se dá pela submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital, devendo-se prestar às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Terceiro, como **circulação entre distintas esferas de atividade** – que é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, quando o trabalhador está à mercê do capital e de suas crises periódicas e se desloca de uma esfera de atividade a outra.

Detendo-nos um pouco sobre o primeiro aspecto da mobilidade da força de trabalho, destacada por Gaudemar, ou seja, a produção da força de trabalho, engendrada, inicialmente pela acumulação primitiva⁵⁸, consideramos que esta mobilização de força de trabalho existe até hoje, com velhas e novas roupagens. Harvey (2005) assegura que o capital pode se apropriar de reservas latentes de mão de obra de um campesinato, ou mesmo mobilizar força de trabalho barata de colônias e até, se necessário, pode lançar mão de aparatos tecnológicos induzindo o aumento de desempregados, o que significaria a criação de um exército industrial de reserva, exercendo pressão sobre as taxas salariais, abrindo “[...] novas oportunidades de emprego lucrativo ao capital” e, assim, “[...] ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo”. (P.118). “[...] as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo”, e pode ser definida por “acumulação via espoliação”. (HARVEY, 2005, p. 121).

É possível constatar a acumulação via espoliação, por exemplo, pela expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra; pela escassez provocada pela privatização que se apropria de bens naturais partilhados, até então, como a água; ou ainda quando o agronegócio submete e suprime formas alternativas de produção e consumo da agropecuária familiar (HARVEY, 2005). Em todos os exemplos demonstrados, tem-se a mobilização da força de trabalho para o capital.

58 Sobre a acumulação primitiva em Marx, Bottomore (2012) destaca: “[...] Uma vez que as relações de produção pré-capitalistas são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de sua terra. Assim sendo, as origens do capitalismo encontram-se na transformação das relações de produção no campo. A separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria. É essa a observação básica que Marx põe em evidência com sua referência irônica ao “chamado segredo da acumulação primitiva””. (P.3).

No que tange à segunda forma de mobilidade do trabalho e, segundo Gaudemar, qual seja, enquanto utilização no processo de trabalho, as palavras que a definem são: duração, intensidade e produtividade de trabalho. Aqui o trabalhador deve ser flexível e apto a se adaptar a qualquer função e horário, devendo destacar-se em sua capacidade produtiva. Esse tipo de mobilidade pode ser mais bem reconhecida no âmbito da indústria.

Por fim, a terceira forma de mobilidade da força de trabalho é aquela em que o trabalhador se submete aos mais diversos setores da economia, fixando-se, temporariamente, ora na agricultura, ora na construção civil, ora dos serviços, ora na indústria. E, às vezes, se constata, até mesmo, que esse trabalhador pode ocupar cargos em dois setores econômicos ao mesmo tempo, como, por exemplo, ser agricultor de dia e exercer a função de vigia à noite. Seu intuito é sobreviver e manter a família. Salienta-se que essa forma de ser e, ir sendo trabalhador influencia em sua subjetividade como sujeito que trabalha, o que por vezes acarreta prejuízos à luta da classe trabalhadora.

Desse modo, a mobilidade da força de trabalho não se restringe a deslocamentos espaciais, mostrando-se de modo mais complexa e exigindo de nós, pesquisadores, um olhar mais apurado acerca da realidade, a fim de que possamos de fato conhecer o sujeito que trabalha, suas trajetórias de vida e de labor.

5.2.1 A mobilidade da força de trabalho dos trabalhadores da cana-de-açúcar em Aquiraz e Pindoretama

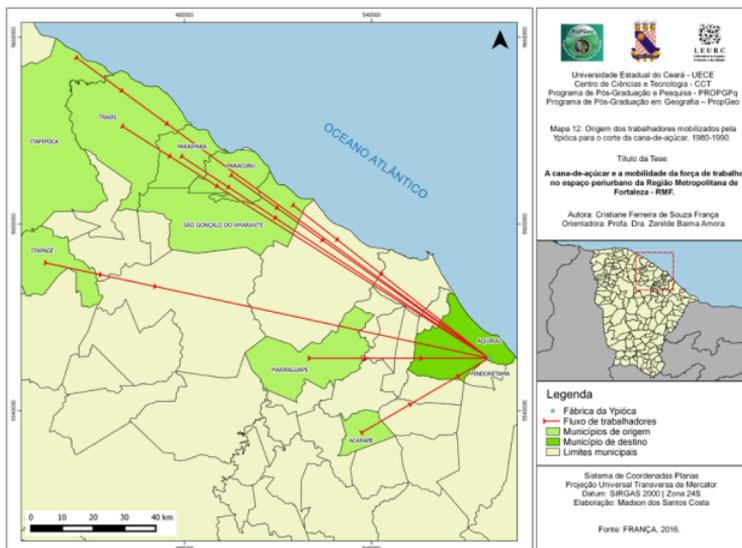
Ao que tudo indica, não havia grandes dificuldades no recrutamento do trabalhador braçal para o corte da cana, pois, para isso, existiam os recrutadores, os chamados “gatos” ou feitores, responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores nos

mais diversos municípios cearenses, principalmente naqueles em que a produção de cana-de-açúcar tinha tradição.

Em 2015, entrevistamos um cidadão, morador de Pindoretama, que trabalhou como “gato” nos anos de 1980-1990. Ele nos informou ser natural de Paraipaba, e que, quando foi trabalhar na destilaria, já havia operado na usina Agrovale, localizada em Paracuru, no vale do Curu, nos anos 1980. No momento em que o interpelamos, estava aposentado, mas nos informou que havia transportado, em 1989, trabalhadores, principalmente do Distrito de Pecém, em São Gonçalo do Amarante, e de Acarape, mas também de Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca e Itapaje, para trabalharem no corte da cana (MAPA 12). Relatou que transportava trabalhadores chamados popularmente de peões. O transporte utilizado era o pau-de-arara fornecido pela empresa, e cuja média de trabalhadores transportados era de 200 homens por turma, para trabalharem no período de seis meses, todos os anos, no corte de cana. Nos anos 1990, esse senhor veio morar em Pindoretama, como muitos dos trabalhadores por ele recrutados, e que acabaram se fixando nas proximidades da destilaria. Acrescentou, ainda, que, na primeira quinzena de 2014, outro “gato” havia transportado trabalhadores de Itapajé, Baleia (Itapipoca) e Trairi, e que seu filho, naquele momento, estava trabalhando na mesma ocupação, só que em Paraipaba, mas as “turmas” de trabalhadores haviam diminuído, constando atualmente de apenas 40 homens⁵⁹, em média.

59 Debilitado, doente dos pulmões, e, segundo ele, sem ter ainda recebido todos os seus direitos, garantidos por lei, pelos anos trabalhados na empresa, esse senhor faleceu em 2015, o que inviabilizou uma outra conversa para aprofundarmos a nossa entrevista. Infelizmente, não tivemos acesso ao seu filho que trabalha no mesmo ramo.

Mapa 12 – Origem dos trabalhadores mobilizados pela Ypióca para o corte da cana-de-açúcar, 1980-1990.



Fonte: A própria autora, 2016.

Essa é mais uma constatação da mobilidade da força de trabalho, relativa ao corte da cana, todavia, a mobilidade de trabalhadores também se dá na perspectiva dos empregados fixos e mais qualificados ocupados na destilaria. A obtenção de mão de obra qualificada constituía, segundo informações, uma dificuldade para a empresa, pois esse tipo de trabalhador não é encontrado nas redondezas do estabelecimento, precisando ser trazido de outras cidades. Profissionais ligados “[...] a gerência, técnicos agrícolas e operadores de máquinas com uma tecnologia mais avançada, todos são de fora, alguns são de Fortaleza e outros vindos de outras filiais da empresa”. (COSTA, 2014, 35). Tal demonstra a importância de Fortaleza como emissora de trabalhadores qualificados para outros municípios, por motivos óbvios do papel concentrador da Metrô-

pole e, em particular, por contar com universidades, institutos federais e centros técnicos, responsáveis por qualificação profissional.

Um fato relevante é que os trabalhadores locais, moradores de Aquiraz e Pindoretama, na maioria, não se disponibilizaram a trabalhar no corte de cana para a referida destilaria. Isso porque, segundo eles, os valores pagos pela empresa não eram atraentes, preferindo trabalhar para proprietários de terra dos municípios sob estudo, nos serviços de limpeza da terra e plantio, ou para proprietários de engenhos de rapadura, mesmo no corte de cana. Desse modo, tornou-se necessário recrutar mão de obra em outros lugares e, ao que tudo indica, naqueles onde havia trabalhadores com experiência no trato da terra e, em específico, com a cana.

O Senhor que trabalhou como “gato” nos informou, que, em 2014, outro “gato” havia transportado trabalhadores do Município de Maranguape, moradores da Comunidade do Rato, para trabalharem no corte da cana, nos Municípios de Aquiraz e Pindoretama. Munida dessa informação, nos deslocamos até a referida localidade, mas, para surpresa nossa, não conseguimos encontrar esses trabalhadores, porém foi possível identificar trabalhadores que participaram do corte de cana-de-açúcar nos anos de 1980, 1990 e 2000, o que se reverteu para nós em fonte de pesquisa imprescindível. O contato com esses trabalhadores que vivem na Comunidade do Rato, conforme veremos, nos possibilitou maior reflexão com suporte em suas experiências como trabalhadores da cana-de-açúcar, e como foi se dando a inserção deles em outras atividades urbanas em períodos em que não estavam ocupados em atividades agrícolas, que ainda são praticadas na comunidade. Com isso, tivemos a oportunidade de comprovar como se dá essa interface rural urbano, principalmente onde

os processos mais intensos de metropolização ainda não chegaram mas que, mesmo assim, é difícil se definir o que é rural e o que é urbano.

A denominação Rato, atribuída pela população à localidade, data de um período em que o povoado estava se conformando e era ponto de parada para comboieiros que desciam a serra com animais carregados de frutas e derivados da cana (rapadura) e que, na maior parte das vezes, eram vítimas de ratos que roíam as mercadorias. Com o tempo, o lugar ficou conhecido com o nome “Rato”. No âmbito administrativo, é o Distrito Manuel Guedes, pertencente a Maranguape e criado em 1991 (Fotografia 17).

Foto 17- Comunidade do Rato, Maranguape - RMF.



Fonte: Própria autora, 2016.

Os trabalhadores recrutados para o corte de cana, da localidade do Rato, são homens que trabalham com a agricultura, isto é, na roça, desde a infância, tendo começado a trabalhar geralmente com seus pais plantando milho, feijão, mandioca, criando animais (aves, bovinos e caprinos) (FOTOGRAFIA, 18), sendo que a maior parte do que produzem é voltada à subsistência. São trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Dos 16 entrevistados naquela comunidade, sete se declararam analfabetos, sete informaram ter o primeiro grau incompleto e apenas dois conseguiram concluir o segundo grau.

Foto 18 - Animais de criação (caprinos criados soltos nas ruas) Comunidade do Rato- Maranguape-RMF.



Fonte: Própria autora, 2016.

Tendo em vista que a maior parte das famílias residentes na comunidade sobrevive da agricultura de subsistência, os períodos de estiagem trazem consigo problemas de abastecimento de produtos de primeira necessidade e, nesse sentido, torna-se necessário procurar outros meios de obtenção de renda, como explica E3R:

De janeiro a junho que era o período do inverno agente fazia a plantação de arroz, milho, feijão, na época, ainda o algodão. Mas na segunda metade do ano, que a estiagem chegava não tinha outra solução e a salvação era trabalhar na Ypióca. Havia muitos trabalhadores querendo ir, se submeter, chegava a não caber no pau-de-arara. (E3R).

Como se pode apreender, a destilaria era tida como solução e imaginada por muitos trabalhadores como garantia de renda, mesmo que fosse mínima, sobretudo em períodos de estiagem quando se tornava mais difícil sobreviver do trabalho com a terra. Segundo relato dos entrevistados o número de homens querendo ser recrutado, para o trabalho do corte, era tão grande que se chegava a recusar mão de obra. Entre os trabalhadores recrutados, um era escolhido para “vigiar” a turma de cortadores, “dedurando” se percebesse qualquer conflito, tendo autoridade para substituir qualquer um, já que “[...] o que não faltava era gente querendo trabalhar”. (E3R). Existiam, ainda, provenientes da própria comunidade, os denominados feitores, que também eram chamados de “gatos”, pois gerenciavam o recrutamento de trabalhadores naquela comunidade, e em outras localidades, a exemplo do vizinho Itapebussu.

Alguns trabalhadores afirmaram ter começado muito cedo no corte da cana, ainda com idade de 13, 12, 11 e até dez anos (Quadro 8). Começaram a trabalhar inicialmente com a apanha do olho da cana⁶⁰, uma atividade que não gerava bom retorno financeiro, mas que, com o tempo se inseriam na atividade de corte. O entrevistado E6R, que afirmou ter começado a trabalhar muito cedo, assim se expressou: “Quería ganhar mais (...) ninguém estudava, ia tudo pra lá”. Já o entrevistado E13R acrescenta: “Se a fiscalização chegava nos corria”. Um outro entrevistado E8R, que está com 70 anos, afirmou que, como precisava de dinheiro para comprar produtos na mercearia, se rendeu ao corte da cana mas somente quando tinha de 30-40 anos

60 O olho da cana-de-açúcar comumente é utilizado para ração animal.

de idade, isto porque não tinha condições de obter rendimento em outras atividades. Tal demonstra que a cana constituía, mesmo com todas as dificuldades comentadas, quase que a única saída para os trabalhadores agrícolas daqueles municípios.

Quanto ao transporte dos trabalhadores da cana, E17R confirmou o uso do pau-de-arara. Em geral, os cortadores de cana chegavam aos locais de trabalho na segunda-feira e retornavam no sábado, corroborando mais uma vez o fato de ser esse meio de transporte comum na realização da mobilidade espacial dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Nos anos 1990, o corte da cana, em municípios como Maranguape, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, São Gonçalo do Amarante, Acarape e Redenção conseguia formar turmas, congregando 80 trabalhadores, em média. (QUADDRO 3). Já o pagamento desses trabalhadores se dava conforme a produção e, segundo E17R, que trabalhou no corte até 2008, o valor recebido ficava em torno de “R\$ 50,00 a R\$ 75,00 reais”, pois, segundo ele, “[...] era o que dava pra fazer uma pequena feira”. O seu pai era feitor e havia muita gente, trabalhando, mas “com o governo Lula diminuiu muito o número de trabalhadores”.

As condições de trabalho, segundo os entrevistados, eram péssimas, em decorrência da baixa qualidade da alimentação e da estada. Foram recorrentes, nas falas dos trabalhadores, manifestações de emoção, como se estivessem vivendo a situação daquele momento e um deles relembrou, “[...] o cheiro do feijão com pedaço de toicim” que trazia na memória e que preferia esquecer. Quanto às questões de alojamento E15R, enfatizou: “Em Cascavel, Beberibe, dormia debaixo das mangueira e cajueiro, na rede ou nas estrebaria dos cavalo, chegava a noite, como mode alertá o corpo, que ficava muído, tomava uma cana⁶¹”. (E15R).

61 Tomar uma cana significa, na expressão popular, tomar uma dose de cachaça, alusão a essa bebida destilada e originária da cana-de-açúcar.

Quadro 3 - Trabalhadores entrevistados envolvidos com o corte de cana-de-açúcar, Comunidade do Rato, Maranguape – RMF.

Identificação do entrevistado	Período ⁶² em que participou do corte de cana-de-açúcar	Idade quando cortou cana pela 1ª vez	Lugares onde realizou corte de cana-de-açúcar
E1	1995 – 1996	16	Pindoretama, Redenção, Maranguape, Amanari
E2	1991 – 1994	15	Pindoretama, Maranguape
E3	1980 – 1990	17	Pindoretama, Redenção e Acarape
E4	1990 – 2006	18	Pindoretama, Maranguape e Acarape
E5	1997 – 2007	13	Pindoretama, Maranguape e Acarape
E6	1986 - ?	13	Pindoretama, Maranguape, Acarape e Redenção
E7	1995 – 2002	25	Pindoretama, Redenção e Cascavel
E8	1986 - ?	30	Pindoretama, Beberibe, Pecém
E9	1992 – 2000	12	Pindoretama, Maranguape, Acarape
E10	1988 – 2003	10	Pindoretama, Maranguape, Acarape
E11	1995 – 2001	28	Pindoretama, Maranguape, Acarape
E12	1990 – 2001	11	Pindoretama, Maranguape, Pecém e Redenção
E13	1997 – 2005	16	Pindoretama, Cascavel, Maranguape, Pecém, Acarape, Redenção,
E14	1978 – 1988	20	Pindoretama, Maranguape, Beberibe, Cascavel
E15	1982 – 1998	18	Pindoretama, Maranguape, Acarape
E16	1998 – 2008	15	Pindoretama, Maranguape e Acarape

Fonte: Própria autora, 2015-2016.

⁶² Os trabalhadores realizaram corte de cana-de-açúcar no período informado, mas não necessariamente de modo contínuo.

Para maior aproximação da realidade estudada, lançamos mão de recursos metodológicos, como a identificação das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da cana na comunidade do Rato e do Município de Pindoretama. Este é um caminho que, conforme Malagutti (2000), permite ao pesquisador não reduzir sua análise aos setores da economia, que, na maior parte das vezes, esconde o que não consegue apreender, e também a dados estatísticos que, para ele, são isolacionistas. Em nosso caso, as trajetórias ocupacionais nos deram rica amostra das interações rurais urbanas na RMF, e que são variadas as formas que os trabalhadores encontram para se reproduzirem cotidianamente; inclusive apontando para a mobilidade da força de trabalho que se estabelece entre setores de atividades econômicas. Segundo o referido autor, “[...] a formalidade penetra o ‘setor’ informal e o ‘setor’ informal nutre-se da informalidade”. (P. 101).

Os trabalhadores ocupados na agricultura de subsistência, e dadas as incertezas dessa atividade, que não lhes garante a subsistência de maneira total, se vinculam a outras atividades para obterem alguma outra renda que permita se manter e às suas famílias. Se, antes, nos momentos em que não estavam ocupados na agricultura de subsistência, a cana ofertava trabalho nos meses de estiagem, atualmente, a saída tem sido outros setores da economia urbana formal e/ou informal. O Quadro 4 expõe a trajetória ocupacional dos trabalhadores entrevistados. As ocupações mais recorrentes são aquelas vinculadas à construção civil e aos serviços, a exemplo, de frentistas, vigia, motorista e porteiro.

Quadro 4 - Trajetória ocupacional dos trabalhadores entrevistados, Comunidade do Rato, Maranguape – RMF.

Entrevistados	Trajetória ocupacional			
E1	Agricultura	Empleitiro (cavando poço, fazendo cerca)	Serviço (frentista)	Serviço (vigia)
E2	Agricultura	Serviços de contabilidade		
E3	Agricultura			
E4	Agricultura	Construção Civil (servente, operador de máquinas)	Serviço (motorista de transporte de alunos)	
E5	Agricultura	Construção Civil (servente)		
E6	Agricultura	Construção Civil (servente)	Serviço (porteiro)	Serviço (descarregador de caminhão)
E7	Agricultura	Construção Civil (servente)	Agropecuária (trabalhou em granja)	Serviço (ajudante de caminhão, carregava lenha)
E8	Agricultura			
E9	Agricultura	Serviço (caseiro)	Construção Civil (servente)	
E10	Agricultura	Construção Civil (servente)		
E11	Agricultura			
E12	Agricultura	Construção Civil (servente)		
E13	Agricultura	Agropecuária (trabalhou com gado)	Construção Civil	
E14	Agricultura			
E15	Agricultura	Construção Civil (servente)	Comércio (vendedor)	
E16	Agricultura	Serviço (motoboy)	Serviço (motorista)	Serviço (vigia)

Fonte: Própria autora, 2015-2016.

O destaque para a construção civil e o setor de serviços não é de toda uma novidade, visto que ambos vêm se sobressaindo na absorção de mão de obra, sobretudo em áreas como a Região Metropolitana de Fortaleza. O setor da Construção Civil registrou dados expressivos na realidade nacional em 2010 e até mais ou menos 2014 quando teve início a crise econômica brasileira, repercutindo fortemente no mercado de trabalho. A citação de Costa (2011) evidencia muito bem a importância da construção civil na Região metropolitana de Fortaleza nos anos anteriores à crise,

[...] Nos últimos anos, com excepcional crescimento em 2010, tanto em nível nacional quanto estadual, e os fortes impactos positivos no mercado de trabalho, haja vista ser um setor intensivo em mão de obra e também por dinamizar as atividades de diversos setores (...) o que contribuiu para dar mais dinâmica à economia do estado e, em particular, da área metropolitana de Fortaleza, onde expressiva parcela dessa atividade está concentrada. De fato, o mercado imobiliário da Região Metropolitana de Fortaleza cresce a uma velocidade significativa, nos últimos cinco anos, e o volume de recursos envolvidos na comercialização de imóveis saltou de R\$ 600 milhões (2006) para pouco mais de R\$ 2 bilhões em 2010, um incremento de 233%. (COSTA, 2011, p. 13).

Torna-se cada vez mais raro encontrar trabalhadores que permaneçam trabalhando exclusivamente na agricultura e também dedicados ao corte da cana. A situação que encontramos em Pindoretama, em 2016, nem de longe remete à dinâmica referente ao fluxo de trabalhadores sazonais dedicados a essa atividade, como aconteceu do fim dos anos de 1980 e início de 1990, conforme enfatizado tão bem pelos entrevistados. As turmas atualmente são compostas de no máximo seis homens, e também os trabalhadores entrevistados não estavam mais trabalhando para a destilaria e, quando dedicados à atividade canavieira, o faziam para os engenhos de rapadura, conforme já citado.

Para melhor compreendermos o perfil e a situação dos trabalhadores que ainda hoje desempenham a atividade de corte da cana-de-açúcar, em Pindoretama, consideramos os seguintes indicadores: escolaridade, condições de trabalho, renda e relações de produção. A idade dos trabalhadores do corte da cana varia, em média, de 40 a 55 anos, porém identificamos um trabalhador de menos de 30 anos e outro com 73 anos de idade (QUADRO 5). Chamou nossa atenção a elevada média de idade desses homens, o que indica o desinteresse dos jovens em relação ao trabalho agrícola e, mais especifi-

camente, a cana-de-açúcar, vinculando-se muito a atividades mais urbanas. Os donos de engenho, por sua vez, alegam a dificuldade em recrutar trabalhadores para o plantio e corte da cana, usando até mesmo de argumentos preconceituosos contra as políticas públicas, como os programas de transferência de renda, que teriam servido de incentivo ao não interesse pelo trabalho, quando sabemos que esse tipo de trabalho é muito penoso e mal remunerado.

Quadro 5- Caracterização dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, Pindoretama – RMF.

Identificação	Idade	Escolaridade
E1 Pind.	49	1º Grau Incompleto
E2 Pind.	51	Analfabeto
E3 Pind.	49	1º Grau Incompleto
E4 Pind.	47	1º Grau Incompleto
E5 Pind.	73	Analfabeto
E6 Pind.	40	Analfabeto
E7 Pind.	53	Analfabeto
E8 Pind.	29	2º Grau completo
E9 Pind.	55	Analfabeto
E10 Pind.	53	Analfabeto

Fonte: Própria autora, 2016.

No item escolaridade, comprovamos que, mesmo vivendo em um município metropolitano e próximo a Fortaleza, a situação dos trabalhadores da cana não difere muito da realidade de outros trabalhadores rurais do Estado do Ceará. Na Comunidade do Rato e em Pindoretama, é alto o nível de analfabetismo, chegando a quase dois terços dos entrevistados. (QUADRO 5). Eles começaram a trabalhar ainda crianças na agricultura de subsistência, juntamente com o pai, ou na terra de outras pessoas como diaristas, o que dificultou o acesso à escola.

No que se refere à renda obtida pelos trabalhadores da cana convém destacar que eles recebem baixa remuneração por dia de trabalho, ou seja, cerca de R\$ 50,00 a preço de 2016, sendo o pagamento efetuado aos sábados pelos donos de engenho. Quando não estão trabalhando no corte, eles realizam outras atividades correlatas, como limpeza e adubação da terra. Além disso, também trabalham preparando a terra para a plantação de culturas de subsistência (feijão, milho e mandioca) e, quando trabalham para terceiros, recebem menos ainda, em torno de R\$ 40,00 por dia. A maior parte dos trabalhadores não exerceu, todavia, grande mobilidade espacial para trabalhar com o corte de cana-de-açúcar. No máximo se deslocaram até o Município vizinho de Beberibe. (FOTOGRAFIAS 19 e 20).

Foto 19 - Trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, Pindoretama-RMF



Fonte: Própria autora, 2016.

Foto 20 - Modalidade de transporte da cana para os engenhos, Pindoretama – RMF.



Fonte: Própria autora, 2016.

Outro aspecto que mereceu nossa atenção foi, sem dúvida, as condições de trabalho. Os trabalhadores da cana, em Pindoretama, não fazem uso de equipamentos suficientemente adequados para garantir a segurança no trabalho e, por conseguinte, evitar eventuais problemas de insolação ou de acidentes na labuta do corte da cana-de-açúcar. E, ainda, os responsáveis pelos contratos de serviço não se responsabilizam pela alimentação dos trabalhadores. Um deles, inclusive, nos mostrou sua refeição das nove horas da manhã que era composta por farinha e alguns pequenos pedaços de frango, acondicionados num recipiente improvisado trazido de casa.

Foto 21- Trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, exíguos itens de segurança, Pindoretama, RMF.



Fonte: Própria autora, 2016.

Entre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, encontram-se também aqueles na condição de arrendatários, como podemos constatar em trabalho de campo. Tivemos a oportunidade de entrevistar dois agricultores que arrendavam as terras onde estava havendo o corte, inclusive um deles era o produtor da cana que estava sendo colhida. Com 73 anos de idade, o E5P arrenda, desde 2010, um pedaço de terra lo-

calizada no sítio Ribeira, em Pindoretama. O proprietário das terras, segundo nos informou, mora em Fortaleza. Com uma produção de 15 a 16 toneladas por safra, disse que a estava vendendo para um dono de engenho da localidade, e que ele havia contratado os trabalhadores do corte de cana naquele ano. Segundo ele, deveria obter uma renda de R\$ 80 reais por tonelada, e que, no total, que daria no máximo R\$ 1.200,00, dos quais iria subtrair R\$ 300,00 para pagar ao dono da propriedade, enquanto o restante do dinheiro seria reinvestido em uma nova produção. Acrescentou o referido Senhor que, no primeiro ano em que plantou cana, naquele terreno, ele e o filho gastaram cerca de R\$ 2,000,00, e quando venderam a produção ficaram, no final das contas, com apenas R\$ 800,00 dos quais foram pagos R\$ 200,00 ao proprietário da terra. Resumindo, ele desabafou: “Planto porque gosto de plantar mesmo”.

O outro arrendatário, E7P, afirmou que está produzindo nesse espaço há três anos e sua produção é bem menor do que a do agricultor anterior, ocupando apenas meio hectare de terra, o que em suas contas não chega a produzir três toneladas de cana por safra. A renda obtida foi apenas de R\$ 250,00 com o que produziu, sendo metade desse valor pago ao proprietário da terra, que, na verdade, é absenteísta. Considera que para plantar novamente terá que investir mais R\$ 200,00, ou seja, mais do que aquilo que disporá pela produção vendida, e que consegue prosseguir cultivando cana porque sua mulher é aposentada e ainda trabalha com artesanato de renda de bilro.

Constatou-se, desse modo, que os setores da economia, cada vez mais, vão perdendo sentido se analisados de maneira isolada e obedecendo limites rígidos, como nos ensina Malagutti (2000), pois é necessário compreender mais de perto como estão se processando contemporaneamente, essas imbricações no âmbito do trabalho.

Em suas trajetórias ocupacionais, os trabalhadores de Pindoretama se assemelham os trabalhadores entrevistados na comunidade do Rato. Isto porque alguns deles também precisam trabalhar em outras atividades que não aquelas vinculadas à agricultura, com destaque para a construção civil e o comércio. E, ainda, há uma particularidade em relação aos trabalhadores do Rato, pois, diferentemente destes, os trabalhadores da cana, em Pindoretama, trabalham também na produção de rapadura, algo que não surpreende, haja vista a tradição dos engenhos nessa porção do litoral cearense (QUADRO 6).

Quadro 6 - Trajetória ocupacional dos trabalhadores na cana-de-açúcar, Pindoretama, RMF

Entrevistados	Trajetória ocupacional				
	Agricultura	Construção Civil (servente)			
E1 Pindoretama	Agricultura	Construção Civil (servente)			
E2 Pindoretama	Agricultura				
E3 Pindoretama	Agricultura				
E4 Pindoretama	Agricultura	Construção Civil (servente)	Serviços (zelador, porteiro, almoxarife)	Indústria (engenho, produzindo rapadura)	Comércio (vende picolé, xilitos, pipoca)
E5 Pindoretama	Agricultura				
E6 Pindoretama	Agricultura	Agropecuária (criação de bovinos, caprinos e aves)			
E7 Pindoretama	Agricultura				
E8 Pindoretama	Agricultura				
E9 Pindoretama	Agricultura	Indústria (engenho, produzindo rapadura)			
E10 Pindoretama	Agricultura				

Fonte: Própria autora, 2016.

Trabalhadores que tiveram experiência no corte da cana-de-açúcar junto às duas destilarias, afirmaram que chegaram a ter suas carteiras de trabalho assinadas. Na maior parte das vezes, entretanto, os contratos só tiveram duração de seis meses, isto é, no período de corte.

Entre os entrevistados, havia o filho de um tradicional produtor de cana-de-açúcar de Pindoretama que, naquele momento, tinha assumido os negócios do pai, portanto, seguindo a tradição familiar, mesmo depois de se haver inserido em outras atividades. O agricultor nos informou que produziu cana-de-açúcar até o ano de 2015 e que, em razão do longo período de estiagem, ainda em curso no Ceará, resolveu ocupar suas terras com outros produtos, como mandioca (FOTOGRAFIA 22) além de batata-doce, jerimum, hortaliças e bananas, que vende ao Governo Federal, que os compra de pequenos produtores para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Informou ainda que emprega, em média, seis pessoas em momentos de maior demanda e apenas uma na manutenção da terra quando não há produção. Para ele, a mudança foi necessária, uma vez que a falta de chuvas, certamente, levaria a uma perda de mais de 50% da cana produzida.

Foto 22 - Sítio Ema, Pindoretama, RMF - produção de mandioca em terras ocupadas antes com cana-de-açúcar

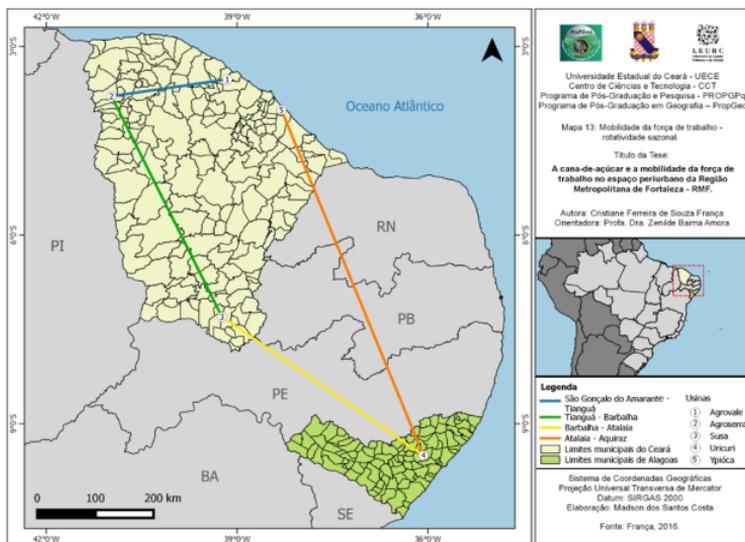


Fonte: Própria autora, 2016.

Entrevistando trabalhadores que residem na Vila Operária da destilaria Ypióca, em Aquiraz, constatamos que muitos vieram de fora, precisamente dos municípios que integram o vale do Curu, área produtora de cana-de-açúcar, alguns dos quais passaram pela experiência de ter trabalhado na Agroindustrial Vale do Curu – AGROVALE. Essas pessoas já passaram por um processo de mobilidade, uma vez que, como vimos no capítulo 4, eles deixaram de trabalhar em atividades de subsistência e extração vegetal para trabalharem na usina, sendo que alguns se tornaram produtores enquanto outros viraram assalariados.

Para o leitor alcançar o que significou esse processo na vida desses trabalhadores, citamos o caso do EA1, que ilustra bem o que estamos querendo ressaltar. EA1 passou por todo esse processo, sendo transformado de trabalhador rural em operário das destilarias e usinas localizadas nas principais áreas produtoras de cana-de-açúcar do Ceará e até fora do Estado, como em Alagoas. Esse trabalhador nasceu em Paraipaba, município onde foi implantada a usina Agrovale, no qual teve sua primeira experiência como trabalhador assalariado, período que durou apenas quatro anos. Posteriormente, foi trabalhar para a usina Agrosserra (planalto da Ibiapaba), onde permaneceu por apenas dois anos, dirigindo-se para Barbalha, onde trabalhou na Usina Açusa por apenas um ano. Posteriormente, foi trabalhar em outro Estado, em Alagoas, na usina Uricuri, em Atalaia, onde ficou por mais um ano. Ao retornar ao Ceará foi trabalhar na destilaria Ypióca, onde está desde o ano de 1989. Sua situação, todavia, depois de 27 anos dedicados à referida empresa, não é das melhores, pois, como relatou, ingressou naquele estabelecimento com uma remuneração de dois salários-mínimos e atualmente recebe apenas um salário-mínimo e meio. Sua trajetória como operário pode ser observada no Mapa 13.

Mapa 13 – Mobilidade da força de trabalho, rotatividade sazonal



Fonte: A própria autora, 2016.

Nessa mesma linha de observação, Martins (2008) mostra processo análogo no vale do Curu, ou seja, um profundo desenraizamento dos trabalhadores, o que nos conduziu a pensar a “acumulação por espoliação”, conforme ilustra Harvey (2005), o que tem sido uma constante na história da produção de cana-de-açúcar, fato esse confirmado em nossas incursões na realidade estudada.

Relembrando a acumulação por espoliação, esta se dá, segundo Harvey, apoiando-se em Luxemburgo, porque, para se reproduzir o capital, é necessário buscar o que está “fora” de si, para tentar superar suas crises periódicas. “O Estado com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos”. (2003, p.121). No caso da Agrovale, o governo militar foi fundamental para que esse empreendimento ocorresse, garantindo

à usina consumo de água sem limites, ao ponto desta usina chegar inclusive a monopolizar o uso desse recurso. Além disso, todo o sistema de irrigação que antes estava sendo pensado para a fruticultura com a participação de mais produtores, foi reconfigurado para garantir que esses referidos produtores passassem a cultivar apenas cana-de-açúcar, transformando-se em fornecedores para a usina (MARTINS, 2008).

Todo esse processo conduziu a mobilidade da força de trabalho dos inúmeros pequenos produtores que, paulatinamente, foram sendo transformados em proletários, assumindo valores monetários que penetraram sua subjetividade (MARTINS, *IBID*).

Fato parecido foi constatado em entrevistas com trabalhadores da Ypióca, moradores da Vila Operária dessa destiladora. Eles tiveram em comum uma experiência de trabalho que lhes garantiu *expertise*, ao trabalharem na AGROVALE, que foi aproveitado pela empresa, configurando-se como mobilidade vinculada à transformação de sua força de trabalho ao assumir a condição de assalariado.

Vale lembrar que esse processo não ocorreu apenas no âmbito da produção da cana-de-açúcar no Ceará, tendo sido algo recorrente, como demonstra Cunha (2006), ao analisar os incentivos à cajucultura ocorridos nos anos 1960, no Município de Cascavel. Segundo a autora, tal ação governamental fez com que os camponeses incrementassem a plantação de cajueiros em suas propriedades. A expansão das plantações e a instalação de uma das maiores indústrias de beneficiamento da castanha de caju no Município em 1964, a Cascaju⁶³, estimularam, por um lado, a comercialização por parte desses

63 De propriedade de um dos maiores grupos empresariais do Ceará, o grupo Edson Queiroz, a Cascaju especializou-se na exportação da amêndoa do caju. Ela iniciou suas atividades nos anos de 1960, num processo de compra de terras, mudando as relações no trato com a terra e nas relações de trabalho em Cascavel (CUNHA, 2006).

produtores e, por outro lado, fizeram com que muitos dos pequenos produtores fossem prejudicados e “esmagados” pelos grandes (CUNHA, 2006).

É significativo o depoimento de um pequeno agricultor, colhido por Cunha nos anos de 1990, e que não poderíamos deixar de reproduzir aqui, dada a sua pertinência ao enfatizar o caráter perverso do referido processo:

Eu cheguei aqui (Brito) em 55 e plantava a roça porque ninguém sabia que o caju tinha futuro (...). Quando todo mundo começou a plantar, aí os grandes cresceram os olhos e começaram a comprar terras. Era as firma assustando os homens. Os donos de firma chegaram e as terras tão tudo na mão deles”. Pedro Senhorinha, 1997. (CUNHA, 2006, 15).

No que tange às relações de trabalho, Cunha (2006) assevera que os grandes proprietários de terras não chegaram ao campo estabelecendo o trabalho assalariado como única relação de produção, mas passaram a se valer do sistema de parcerias e/ou arrendamento, acumulando via as duas modalidades.

E, como se fosse uma roda viva, o “[...] processo de criação de força de trabalho”, (GAUDEMAR, 1977) via “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005), continua sua marcha firme no Ceará. Estamos nos referindo novamente à produção de cana-de-açúcar. A empresa que antigamente pertencia a uma tradicional família cearense agora chama-se Agropaulo e, desde 2010, vem se estabelecendo no Município de Jaguaruana no Baixo Jaguaribe, como demonstram Silva e Brito (2016)

[...] A empresa se localizou na área rural de Jaguaruana. (...) A compra de terras começou em 2011. Até meados de 2013 foi verificado trinta aquisições oficiais de terra, chegou e a tendência é de permanência (...) a política de gestão hídrica desenvolvida no estado do Ceará possibilitou uma disponibilidade de água constante no curso do rio Jaguaribe, possibilitando municípios localizados ao longo de seu curso acomodar empreendimentos agroindustriais como a ypió-

ca. (...) mão de obra barata, pouca ou nenhuma organização sindical ou política. (...) A empresa fez um sistema de irrigação e transposição de água do rio Jaguaribe, para as áreas onde a empresa realiza a produção. (SILVA E BRITO, 2016).

Como é possível observar nos mapas 14, 15, 16, 17, 18 e 19, que correspondem à produção municipal de cana-de-açúcar no Ceará, no período que corresponde às décadas de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000 o Município de Jaguaruana não se apresentava, minimamente, como produtor de cana-de-açúcar, contudo, esse panorama mudou, no ano de 2010, quando aquele município registrou uma produção até então inexistente.

Segundo Silva e Brito, foram atingidas dez comunidades⁶⁴ com a aquisição de terras por parte da empresa, o que restringe o desenvolvimento das atividades tradicionais praticadas pela população local. Nas palavras de dois agricultores entrevistados pelos referidos pesquisadores, é possível apreender os conflitos estabelecidos:

[...] aqui macho, só tem essa roda aqui, o resto aí ta tudo cercado aí, tudo cercado, até pra criar ma é ruim, o criar aqui ma acabou-se, só tem essa roda aqui mermo, só essas casinha aqui, desse lado aqui do corredor é do Iran (latifundiário) desse lado aqui tudo é dela, aí vem rodando, é tudo cercado macho, nós só vive aqui do trabalho do mato, o criar acabou-se, a negrada criava muito gado aqui má, nessa redondeza era tudo solto, NE ma? Era muito terreno, agora acabou tudo [...] a situação piorou demais. (C. A. agricultor, 42 anos, Cabeço Branco, In SILVA E BRITO, 2016, p.6).

Ôi menino, [...] depois que essa firma (...) chegou aí, num tem mais como a gente fazer nada, tai oi, nós só tamo com o canto das casa mermo, só isso, o Cabeço Branco aqui tá só a bolinha, o resto ta tudo cercado por essa firma. Até o criar se acabou, eu tinha aqui nove cabeça de ovelha, como cerca-

64 Lagoa Vermelha, Cabeço Branco, Sítio Arapuá, Peroába, Freitas e Fernandes, Sítio Carrapeira, Vieira, Fazenda Lagoa Nova, Gurgél, Curralinho, Cabaços, Macacos e Tomé Afonso. (SILVA E BRITO, 2016).

ram tudo aqui, eu mandei la pra Salsa, já vão comendo duas lá, aí eu faço o que? (M.L.; dona de casa; 27 anos; 5 filhos; Localidade: Cabeço Branco.; In SILVA E BRITO, 2016, p. 6).

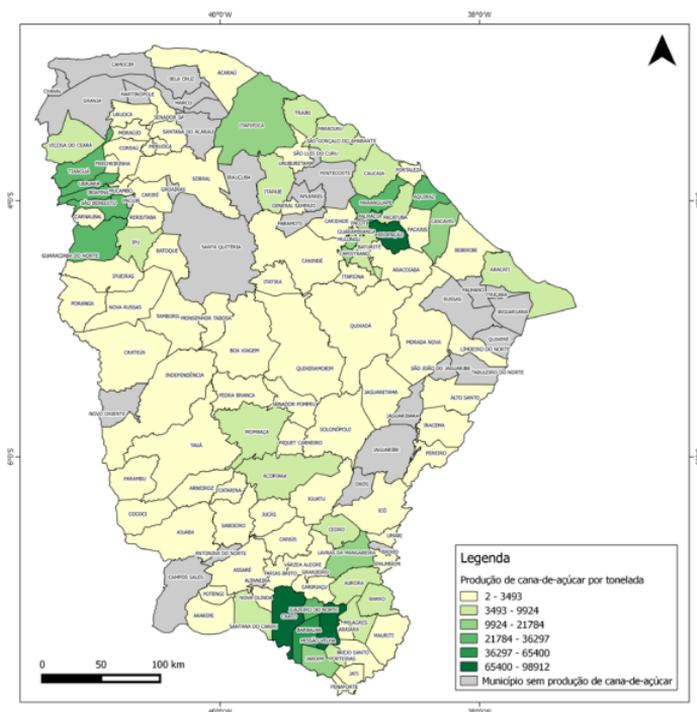
O cultivo da cana-de-açúcar, em Jaguaruana, não fez parte de nosso objeto de análise, entretanto nos chamou atenção o peso que vem assumindo no conjunto da produção canavieira no Ceará, cabendo outras pesquisas que possam entender melhor a inserção do Baixo Jaguaribe na produção canavieira cearense.

A realidade investigada em Aquiraz, Pindoretama e em Maranguape (Comunidade Rato), e ainda o processo que se está iniciando em Jaguaruana, apontam para uma mobilidade que se estabelece por uma acumulação via espoliação, nos termos de Harvey (2005); ou seja, existe um processo de mobilidade da força de trabalho, que não se efetiva apenas via deslocamento espacial, mas com origem na “liberação” da força de trabalho antes ocupada em atividades de subsistência e que, “desligada” da terra (seja parcial ou totalmente), provavelmente terá como única opção vender sua força de trabalho, seja na agropecuária, no setor de serviços, no comércio ou na indústria, não importa, porque estão em jogo a sobrevivência do trabalhador e o sustento de sua família. Essa mobilidade, por sua vez, assume características de uma mobilidade que se estabelece como circulação entre distintas esferas de atividades.

Do ponto de vista da pesquisa, importou-nos ainda buscar evidenciar a realidade do sujeito que trabalha, o que, no caso do nosso objeto empírico de análise, foi possível evidenciar pela metodologia da trajetória ocupacional, o que nos revelou aquilo que os dados institucionais estatísticos oficiais não conseguiram, ou seja, denotar a especificidade de trabalhadores que vivem cotidianamente sobre um modo de vida urbano e rural, o que repercute em sua forma de ser trabalha-

dor, em espaços onde a pluratividade das famílias e a multifuncionalidade do solo são características inerentes, de onde, conseqüentemente, provêm novas nuances da mobilidade do capital e assim da mobilidade da força de trabalho.

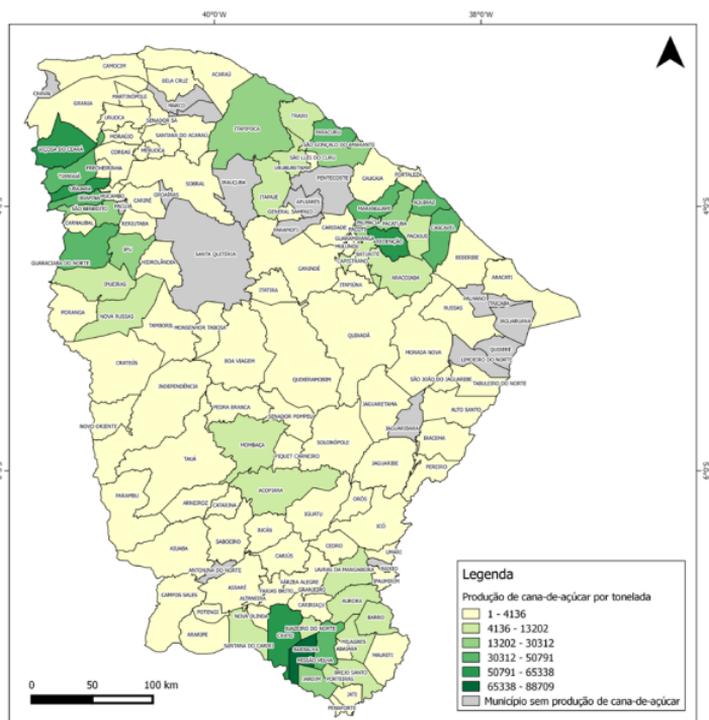
Mapa 14 – Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 1960.



 <p>Universidade Estadual do Ceará - UECE Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo</p>	 <p>ProGeo</p>	<p>Sistema de Coordenadas Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Elaboração: Madson dos Santos Costa</p>	
<p>Título da Tese: A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.</p>			<p>Mapa 14: Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 1960.</p>
<p>Autora: Cristiane Ferreira de Souza França Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora</p>			<p>Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.</p>
 <p>L.E.U.R.C. Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade</p>			

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

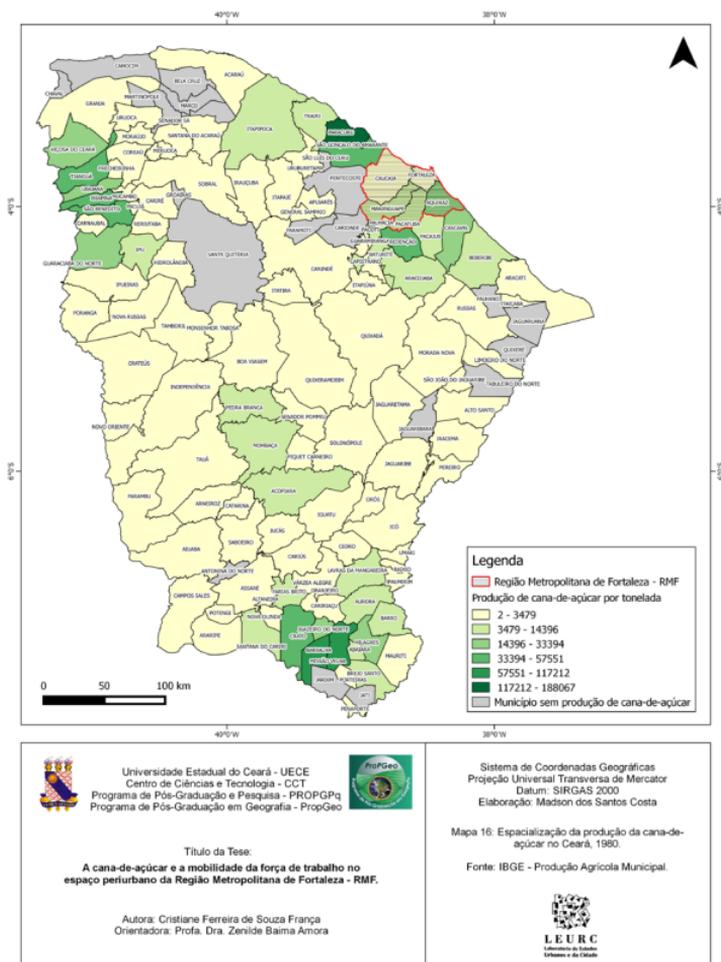
Mapa 15 - Especialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 1970.



	<p>Universidade Estadual do Ceará - UECE Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPGPq Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo</p>		<p>Sistema de Coordenadas Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Elaboração: Madson dos Santos Costa</p>
<p>Título da Tese: A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.</p>			
<p>Autora: Cristiane Ferreira de Souza França Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baíma Amora</p>			
<p>Mapa 15: Especialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 1970.</p> <p>Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.</p>			

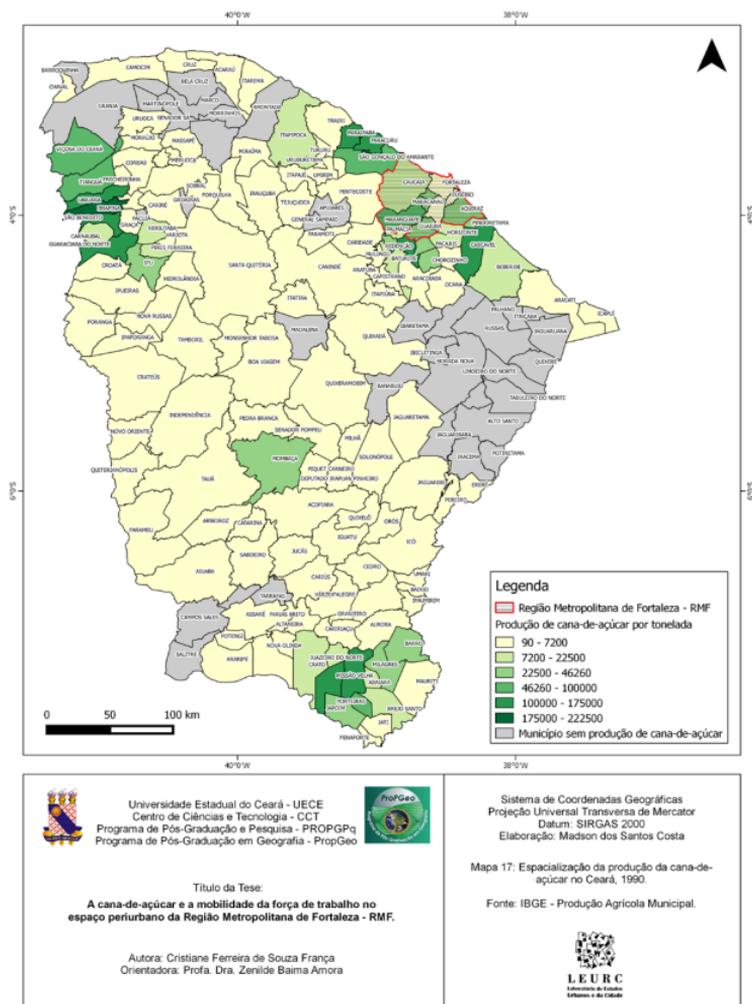
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Mapa 16 - Especialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 1980.



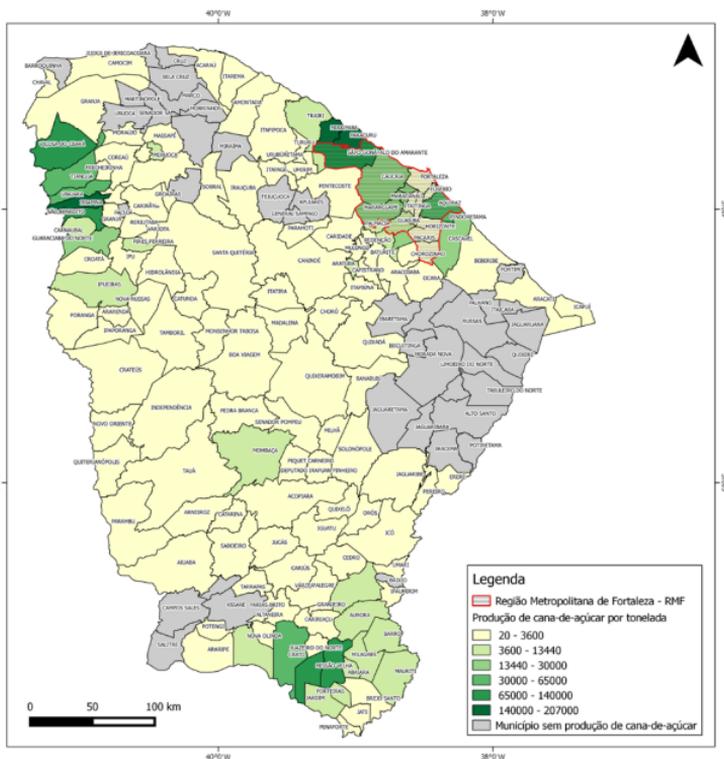
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Mapa 17 - Especialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 1990.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

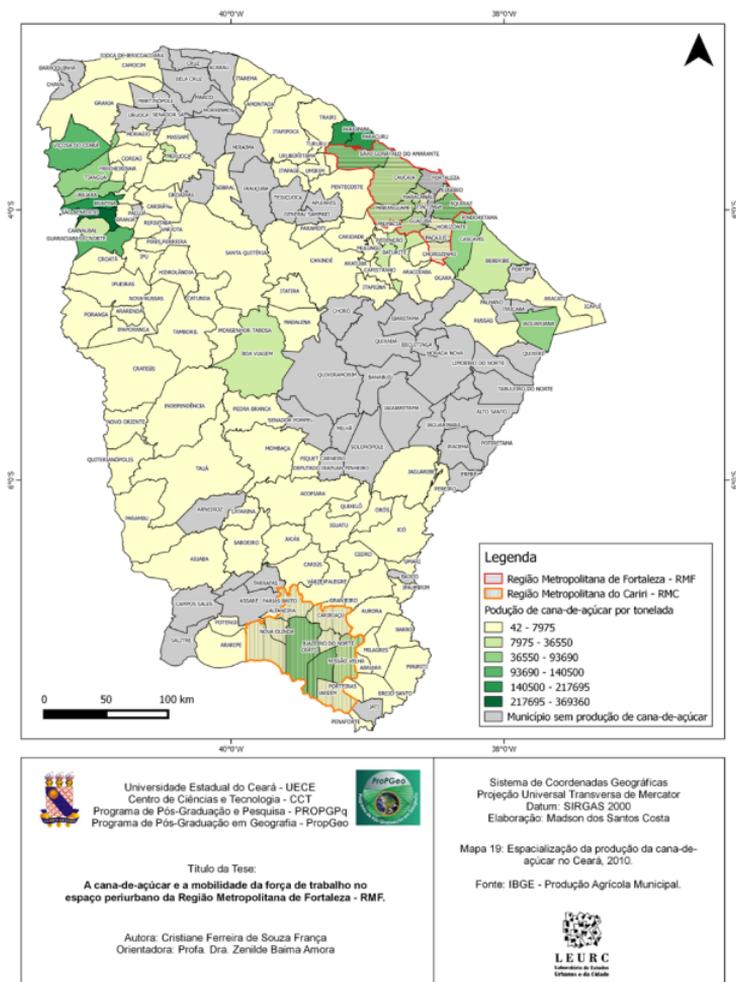
Mapa 18 – Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 2000.



 <p>Universidade Estadual do Ceará - UECE Centro de Ciências e Tecnologia - CCT Programa de Pós-Graduação e Pesquisa - PROP/PPq Programa de Pós-Graduação em Geografia - PropGeo</p> <p>Título da Tese: A cana-de-açúcar e a mobilidade da força de trabalho no espaço periurbano da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.</p> <p>Autora: Cristiane Ferreira de Souza França Orientadora: Profa. Dra. Zenilde Baíma Amora</p>	 <p>Sistema de Coordenadas Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum: SIRGAS 2000 Elaboração: Madson dos Santos Costa</p> <p>Mapa 18: Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 2000.</p> <p>Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.</p>  <p>LEURC Laboratório de Estudos Urbanos e de Cidade</p>
---	--

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Mapa 19 – Espacialização da produção da cana-de-açúcar no Ceará, 2010.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cana-de-açúcar como atividade agrícola ocupou papel relevante na economia, na sociedade e também na cultura brasileira, desenvolvendo-se, predominante, na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano, principalmente nos atuais estados de Pernambuco e Bahia, tendo por finalidade produzir açúcar para abastecer o mercado europeu. Também ela ocorreu, contudo, no Estado do Ceará, ainda no século XVII, no início do processo de sua ocupação, com os engenhos de rapadura que se tornaram, juntamente com as casas de farinha, curtumes e olarias os primeiros setores da indústria rural doméstica e se desenvolveram em meio à economia pecuária - algodoeira. Os engenhos forneciam, principalmente, a rapadura, produto vinculado às necessidades estruturais da vida material da população sertaneja.

No Nordeste semiárido, os principais derivados dessa cultura agrícola foram a rapadura e a aguardente. A rapadura produzida no Ceará tinha por finalidade abastecer o mercado consumidor local e regional, atendendo a uma carência alimentar da força de trabalho nordestina. Além disso, os engenhos de rapadura não chegaram a ter a dimensão daqueles que deram origem à “civilização do açúcar”, uma vez que as unidades produtoras se caracterizavam por ocupar pequenos estabelecimentos agrícolas. Outra especificidade da cana-de-açúcar, no Ceará, foi o fato de que a mão de obra ocupada nessa cultura agrícola, em sua maior parte, era livre e não cativa, embora a literatura demonstre que houve escravos trabalhando na referida cultura em áreas canavieiras, como no Cariri e no Município litorâneo de Aquiraz.

A cana encontrou ambiente propício para seu desenvolvimento, em três unidades geoambientais do Ceará: os altos

planaltos sedimentares, os maciços residuais (serras úmidas) e os tabuleiros pré-litorâneos. Foi nesses ambientes onde se instalaram os engenhos rapadureiros e algumas usinas e destilarias. Constatamos, no entanto, que, desde a segunda metade do século XX, áreas de tradicional produção de rapadura, como o Cariri cearense, estão cedendo lugar à fruticultura, a produção de hortaliças, ou ainda, estão entrando para o mercado de terras urbanas. Constatamos que toda essa mudança fez com que muitos trabalhadores ficassem “livres” para vender a sua força de trabalho para a indústria sucroalcooleira do Sudeste do País, que, desde os anos de 1990, tem maior incremento, com o processo de reestruturação produtiva. A arregimentação desses trabalhadores é realizada, ainda hoje, por pessoas que atuam fazendo o que outrora o “gato” fazia, realizando a mediação das áreas rurais com as usinas de cana-de-açúcar .

No Ceará, ainda se mantêm áreas produtoras, como as serras úmidas, o litoral e, mais recentemente o Baixo Jaguaribe. Neste contexto, reforçamos a importância dos municípios litorâneos, hoje metropolitanos, de Aquiraz e Pindoretama, no conjunto das áreas produtoras de cana-de-açúcar no Estado, pois a maior parte das informações disponíveis aponta apenas a proeminência do Cariri cearense e da Ibiapaba como grandes produtores. Em nossa tese, objetivamos compreender a produção da cana-de-açúcar nos referidos municípios, tendo por foco a reflexão sobre a mobilidade da força de trabalho, e, nesse sentido, foi possível verificar momentos distintos, entre os quais um que teve como ponto de ruptura a instalação de uma destilaria em Aquiraz, na área limítrofe com o Município de Pindoretama.

No momento que antecedeu a chegada da empresa, a maior parte dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar

eram trabalhadores locais que exerciam relações informais, como meeiros e diaristas, sendo que a maior parte da cana produzida tinha por objetivo principal a produção de rapadura, de modo que a variedade de semente de cana-de-açúcar produzida possuía um grau de docilidade alto e era muito maleável.

Quando a destilaria instalou uma filial naquela área, no ano de 1989, trouxe consigo uma nova variedade de cana-de-açúcar (do grupo P.O.J.), própria para seus objetivos produtivos, que era a produção de aguardente. Com essa mudança, foram introduzidas também outras relações de produção, ou seja, os agricultores que produziam cana para abastecer os pequenos engenhos locais passam a fornecê-la para a Ypióca. Em contrapartida, essa empresa passou a instituir um “pacote” produtivo que envolvia, além do fornecimento das sementes de cana, tratores e trabalhadores braçais. Esse contrato tinha duração de cinco anos. Ao que tudo indica, porém, a cada nova safra, os produtores ficavam cada vez mais endividados com a empresa.

Além dessa nova dinâmica engendrada pelas transformações no uso da terra e nas relações de trabalho, a chegada da agroindústria a Aquiraz provocou também uma expressiva mobilidade da força de trabalho para aquela área. Os trabalhadores do corte da cana foram recrutados em outros municípios produtores de cana-de-açúcar do Ceará, como aqueles que compõem o vale do Curu, (Paraipaba, Trairi, Paracuru), e também de Maranguape, município serrano atualmente metropolitano. Nesse município, foram os moradores da comunidade do Rato que praticaram mobilidade para o corte da cana em Aquiraz e Pindoretama. Os trabalhadores provenientes do vale do Curu, diferentemente dos da comunidade do Rato, já tinham acumulado experiência com a atividade agroindustrial desde a década de 1960, quando a empresa Agrovale foi ali

instalada e eles então vivenciaram uma experiência que lhes gerou um “desenraizamento”, o que os transformou de trabalhadores rurais em assalariados, e muitos deles foram, posteriormente, trabalhar para a destilaria situada em Aquiraz.

De forma geral, independentemente da proveniência, eram trabalhadores que já lidavam com a terra desde a infância, sendo introduzidos pelo pai no trabalho da agricultura de subsistência e que trabalhavam no primeiro semestre em seus roçados e, em período de estiagem, no segundo semestre do ano, trabalhavam no corte de cana, sendo recrutados por intermediação dos chamados “gatos” que os transportavam em carros pau-de-arara, até as áreas de corte, só retornando para casa seis dias depois.

Grande parcela dessa mão de obra é analfabeta e, na maior parte da vida, as pessoas foram privadas de relações de trabalho respaldadas por direitos trabalhistas. E, embora admitam as péssimas condições a que foram submetidos, durante o período que trabalhavam no corte da cana, consideraram que a empresa lhes representava uma solução ante as dificuldades que enfrentavam em períodos de estiagem e de onde conseguiam algum valor monetário para abastecer as suas famílias.

Ao realizarmos nossa análise sobre a mobilidade da força de trabalho na cana-de-açúcar, fizemos uso das trajetórias ocupacionais que nos possibilitaram chegar à conclusão de que, se, antes, nos anos de 1980-1990, os trabalhadores ocupados nessa atividade exerciam mobilidade da força de trabalho entre atividades agrícolas, atualmente, com o declínio da produção de cana, esses trabalhadores estão exercendo mobilidade do trabalho, entre setores da economia urbana metropolitana. Trabalham na roça quando contam com as condições favoráveis, mas em outros momentos se engajam

na construção civil e/ou no setor de serviços ou em atividades informais. Ilustrando esta asserção citamos casos de trabalhadores rurais que trabalham durante a semana com a cana-de-açúcar, seja plantando, seja cortando ou realizando a manutenção das áreas produtivas, ou mesmo em engenhos remanescentes na região, e que em fins de semana se fazem vendedores ambulantes.

Fica assim demonstrado que os limites outrora estabelecidos entre os setores de atividades econômicas ou, ainda, entre os espaços rurais e urbanos, são atualmente cada vez mais tênues, o que nos levou a uma busca de instrumentos analíticos que explicitassem esse processo, a exemplo das trajetórias ocupacionais. Nesse movimento, a RMF, que seria, por excelência, o *locus* das atividades urbano-industriais, é também um espaço onde estas se conjugam às atividades agrícolas, demonstrando maior complexidade do que poderíamos supor *a priori*. Como demonstrado, a mobilidade da força de trabalho verificada com suporte nos trabalhadores da cana-de-açúcar, não se resumiu a mero deslocamento, mas a mudanças envolvendo outros setores da economia urbana, num processo em que os trabalhadores procuram outras alternativas para se reproduzir cotidianamente.

Demonstramos em nossa pesquisa que o trabalho ainda apresenta-se como central no âmbito das relações estabelecidas em nossa sociedade, mas seu conteúdo assumiu novas nuances que precisam ser apreendidas em toda a sua complexidade. Em nosso estudo, encaramos de frente o desafio de entendê-lo em sua concretude, embora cientes de que são necessários conhecimentos mais aprofundados sobre esses sujeitos e instrumentos teórico-metodológicos que expliquem esse desafio.

O que verificamos foi a presença do trabalho cada vez mais precarizado, porquanto maior parte dos trabalhadores está imersa em relações informais e até mesmo tradicionais, como de meeiro e/ou rendeiro, além do que estão em busca de constantes alternativas que lhes garantam a sobrevivência.

Finalizamos ciente de que há muito mais a ser compreendido quando enfocamos a mobilidade da força de trabalho em uma realidade onde os processos socioespaciais não se demonstram de forma pura, pois que são permeados por contradições.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão, n. 0702, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf. Acesso em: 05 maio 2015.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.

AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J.B. da.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E.W.C. (orgs). **Ceará - um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. 480 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 250 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 200 p.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 286 p.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**: da escravidão ao assalariamento. 2003. 374 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000316881>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BARRETO, Ilson Juliano. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). **Espaço e economia**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/374>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BARROS, Haidine da Silva. O Cariri Cearense: o quadro agrário e a vida urbana. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia e Estatística**, 1964, v.26, n.4, p.549-591.

BAUMAN, Sygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005. 176 p.

BINSZTOK, Jacob. Expansão do processo de acumulação de capital flexível no campo agrário brasileiro. In: BARBOSA, Jorge Luiz e LIMONAD, Ester. (orgs.). **Ordenamento territorial e ambiental**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012. Pp. 125-142.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. 238 p.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1977. 330 p.

BRITO, Maria Socorro. **Mudanças na organização do espaço**: o novo e o velho no Cariri canavieiro. Fortaleza: IOCE, 1985. 109 p.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Anos: 1985, 1995, 2005 e 2015.

CARDOSO, Adalberto. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 464 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? **Geosp**. Março de 2003. Disponível em: < http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp13_Resenha_Fani.htm >. Acesso em setembro de 2015.

_____. Diferenciação socioespacial. Revista **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

_____. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 2001. 70 p.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2012. 272 p.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 470 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. [1946]. 318 p.

CHASNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Pp. 15-48.

_____. A periferia urbana. Revista: **Geosul**, v. 1, n.2, 2º semestre, 1986. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12551>. Acesso em: out. 2015.

CORTEZ, Ana Sara R. P.; CORTEZ, Ana Isapel R. P. e IRFFI, Guilherme. **Escravidão e economia no Cariri cearense na segunda metade do século XIX**, 2011. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/encontro_economia/vii_encontro/artigos/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf>. Acesso em: abril, 2016.

COSTA, Cintielena Holanda. **A Cana de açúcar na dinâmica socioespacial do município de Pindoretama**. 2014. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Urbanização da sociedade cearense. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS; Ana Fani Alessandri e LIMA, Odete Carvalho de (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001. Pp. 51-100.

_____. Fortaleza, expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J.B. da.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E.W.C. (orgs.). **Ceará - um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. 480 p.

COSTA, Maria Clélia Lustosa e AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, Maria Clé-

lia Lustosa e PEQUENO, Renato. (orgs.). **Fortaleza**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Carta Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. Pp. 28-74.

COSTA, M. H. **Nasci aqui e aqui me criei**: memórias de Raimundo Costa Filho. Fortaleza: Maria Holanda Costa, 2008. 130 p.

COVER, Maciel e MENEZES, Marilda A. de. As formas de sociabilidades, dominação e resistência em alojamentos de trabalhadores migrantes nos canaviais paulistas. In: MENEZES, Marilda A. e GODOI, Emília P. de. (orgs.). **Mobilidades, redes sociais e trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011. Pp. 161-184.

CUNHA, Maria Soares da. Sobre quintas, fazendas e plantadores de caju: estado e agricultura familiar na produção da região do caju cearense. **Revista UFPE-DCG NAPA**, v. 23, n. 3, jul/dez, 2006.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia e QUEIROZ, Alexandre. Veraneio Marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará – Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20 n. 2, pp.93-106, Dez. 2008.

DÉAK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, C. e SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010. Pp. 19-48.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza. Fevereiro, 2014.

DUARTE, Ronés da Mota. **Natureza, terra e economia agropastoril – Soure (Ce)**: 1798-1860. 2012. 154f. Dissertação (Mestrado em História Social). Centro de Humanidades. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6138/1/2012-DIS-RMDUARTE.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

ELIAS, Denise. A atividade agropecuária do estado do Ceará no contexto da globalização. In: AMORA, Z. B. (org.). **O Ceará**: Enfoques Geográficos. Fortaleza: Funece, 1999. Pp. 43-72.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. da E. B. e WHITACKER, A. M. (orgs.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Pp. 11-32.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (org) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. (Coletânea de textos de Marx e Engels). Pp. 11-28.

FERREIRA, Alvaro et al. (org.) **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. 551 p.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, abr. 2002.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenhos de rapadura do Cariri**. Série: Documentário da vida rural, nº13. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958. 100 p.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 250 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007. 220 p.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2000. 470 p.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1995. 140 p.

GODOY, Marcelo Magalhães. O primado do mercado interno – a proeminência dos espaço canavieiro de Minas Gerais no último séculos de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 4, pp. 815-848, out.- dez., 2008.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. **“O fogo não está morto”**: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas no último quartel do século XX. 2011. 83f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-8NEG37/_disserta__o_de_mestrado___naudiney_.pdf?sequence=1. Acesso em: abr. 2016.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010 [1978]. 650 p.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 203 p.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005. 324 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999. 154 p.

GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. **Ceará – A crise permanente do modelo exportador**. Fortaleza: Instituto da memória do povo cearense, 1989. 239 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1992. 349 p.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2000. 432 p.

_____. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2004. 201 p.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canvieira em Alagoas. 225 p.

HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 205 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção agrícola municipal, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção pecuária municipal, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influências das Cidades, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ. Ceará em mapas – Bases cartográficas, vários anos.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ. Renda per capita por setores da economia – Região Metropolitana de Fortaleza, 2002 e 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ. Produto Interno Bruto, por macrorregião de planejamento do Ceará, 2011.

JEAN, Y. e CALLENGE, C. Espaces périurbains: au-delà de la ville et de la champagne? (Problématique à partir d'exemples pris dans Le Centre-Ouest). Revista: **Annales de Géographie**, v.106. n. 2. abr. 1997.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002. 250 p.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. 302 p.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Escorpião, 1973. 115 p.

_____. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991. 265 p.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 171 p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 130 p.

LEITE, Ana Cristina Teixeira. Mercado de trabalho no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 25, n. 2, pp.147-156, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003. 214 p.

_____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de.(orgs). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. Pp.45-73.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Alvaro [et. al.] **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano/rurais. Rio de Janeiro: Consequências, 2013. Pp. 17-52.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. 298 p.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012. 412 p.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 450 p.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000. 173 p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 18, n.19, pp. 95-112, 2002.

MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no sertão**: a ofensiva capitalista no nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008. 222 p.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.405 p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

MEIRELLES, Dimaria Silva e. Serviços e desenvolvimento econômico: características e condicionantes. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador: UNIFACS, v.10, n. 17, p.23-35, jan/2008.

MIRANDA, Carlos e SILVA, Heithel. (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21).

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, Urbano e Rural: o substantivo e o adjetivo. In: Orgs.: FELDMAN, Sarah e FERNANDES, Ana. **O Urbano e o regional no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2007. Pp. 93-114.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008. 189 p.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. Vol. I. São Paulo: Contexto, 2008b. 190 p.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1985. 169 p.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2006. P. 243 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 328 p.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977b. 184 p.

_____. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. 150 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe, 2012**: Rumbo a una nueva transición urbana. Kenia: ONU, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Cris%20e%20Her%C3%B3/Downloads/3380_alt.pdf. Acesso em: maio, 2015.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 183 p.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. 155 p.

PEREIRA, A. dos A. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 7, n.2, p. 287-304, jul/dez. 2013.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e economia política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 480 p.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20/21. 1989/1990, pp. 30-60.

POCHMANN, Márcio e BORGES, Altamiro. **"Era FHC": A regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. 108 p.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do trabalho). 123 p.

_____. **A classe do trabalho em mutação**. Rio de Janeiro: Revan, 2012. 132 p.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará Colonial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20/21, 1989/1990, pp. 1-29.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 364 p.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração CRAJUBAR**. 2013. 203f. Tese. (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11043/Tese%20Ivan%20Queiroz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: out. 2016.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 144 p.

RYBCZYNSKI, W. **Vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo**. Rio de Janeiro: Recort, 1996. 235 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Conceito e Definição de Cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Fase, 2007. Pp. 77-100.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia**, n. 2, p.45-66, 2005.

_____. Urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural: uma construção para melhor compreender a unicidade do espaço geográfico. In: FERREIRA, Alvaro [et. al.] **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano/rurais**. Rio de Janeiro: Consequências, 2013. Pp. 383-407.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 293 p.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2012. Pp. 9-20.

ROSA, Lucelina Rosseti e FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo e cidade: a perspectiva de um *continguum*. In: SPOSITO, Maria da Encarnação; WHITACKER, Arthur Magnon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Pp. 187-204.

SAFATLE, Fernando Netto. **A economia política do etanol: a democratização da agroenergia e o impacto na mudança do modelo econômico**. São Paulo: Alameda, 2011. 295 p.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira e HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. As múltiplas leituras do espaço rural. **Revista Acta Geográfica**, Ed. Especial. Geografia Agrária, p. 81-101, Boa Vista, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1993]. 174 p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos de Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 132 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010. 475 p.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 205 p.

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015. 694 p.

SEBRAE. **O novo ciclo da cana**: estudo sobre a competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos. Brasília: SEBRAE, 2005. 337 p.

SILVA, Alan Robson e BRITO, Lúcia Helena. **O processo atual da expansão da indústria no Estado do Ceará e as comunidades locais**. Disponível em: http://uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos_completos/103-9614-10082014-192810.docx. – Acesso em: 01/09/2016.

SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de.(orgs). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. 362 p.

SILVA, J. B. da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992. 192 p.

SILVA, Pedro Adalberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. 287p.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 276 p.

SOUSA, Marcos José Nogueira de. Compartimentação geoambiental do Ceará. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T.; DANTAS, E. (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. Pp. 127-140.

SOUSA, M. S. de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. da.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E.W.C. (orgs). **Ceará - um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. Pp. 13-31.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Reconstruindo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de.(orgs). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. Pp. 65-80

SOUZA, Eudes André Leopodo. **Metropolização litorânea**: a produção do espaço, do lazer e mercado imobiliário. 2013. 262f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geogra-

fia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/eudes_leopoldo_dissertacao3.pdf. Acesso em: jun. 2015.

SOUZA, Simone de. e NEVES, Frederico de Castro. (org.) **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. 254 p.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004. 216 p.

TEIXEIRA, Francisco e FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009. 197 p.

THOMÁS JÚNIOR, Antônio. POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO. São Paulo, agosto de 2002. **Revista Pegada Eletrônica**. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/786/809>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. São Paulo, 2002b. **Revista Pegada Eletrônica**. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/797>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. **O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 16, 2010, Porto Alegre.

_____. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 19, n.37, p. 7-36, jan./jun, 2004.

_____. Geografia e trabalho no século XXI: os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 1, nº 2, p.1-128, 2007.

_____. Degradação e centralidade do trabalho. **Revista Pegada**, vol. 13, n. 2, pp. 8-39, 2012.

_____. Capital, trabalho, território e sustentabilidade: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. **Campo-território: revista de Geografia agrária. Edição especial do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012, p. 1-15, jun., 2014.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se imagina. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

VIEIRA, T. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza- 1865/1879. In: SOUZA, S. de e NEVES, F. de C. (org.) **Seca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. Pp. 34-68.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar editors, 1967. Pp. 97-122.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Apresentação. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2012. Pp. 11-13.

ANEXOS

ANEXO A: PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR POR ESTADOS BRASILEIROS, 1970, 1980 E 1989.

Tabela 1: Produção de cana de açúcar – 1970

Estados	Área cultivada (há)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Rondônia	189	1.847	9,8
Acre	696	11.602	16,7
Amazonas	624	14.541	23,3
Roraima	36	673	18,7
Pará	3.880	131.669	33,9
Amapá	47	1.339	28,5
Maranhão	7.545	166.513	22,1
Piauí	11.665	202.713	17,4
Ceará	46.416	1.121.186	24,2
Rio Grande do Norte	11.967	370.930	30,9
Paraíba	40.007	1.433.245	35,8
Pernambuco	273.877	11.124.049	40,6
Alagoas	166.194	7.303.454	43,9
Sergipe	17.540	587.046	33,5
Bahia	45.860	1.146.083	25,0
Minas Gerais	168.553	4.067.220	24,1
Espírito Santo	20.797	455.499	21,9
Rio de Janeiro	180.946	5.544.790	30,6
Guanabara	378	10.011	26,5
São Paulo	580.487	30.340.214	52,3
Paraná	30.035	1.686.252	56,1
Santa Catarina	31.762	935.606	29,5
Rio Grande do Sul	41.732	805.600	19,3
Mato Grosso	3.900	74.393	19,1
Goiás	9.824	219.530	22,3
Distrito Federal	303	3.174	10,5
Brasil	1.653.960	67.759.379	40,9

Fonte: Anuário estatístico do Brasil, 1972. In: Andrade, 1994. Nota: Mato Grosso e Goiás ainda não haviam sido desmembrados.

Tabela 2: Produção da cana de açúcar – 1980.

Estados	Área cultivada (há)	Produção (t)	Produtividade (t/há)
Rondônia	245	3.074	12,5
Acre	222	3.325	15,0
Amazonas	1.045	11.909	11,4
Roraima	19	211	11,1
Pará	5.893	200.013	33,9
Amapá	47	1.117	23,8
Maranhão	10.970	458.474	41,8
Piauí	5.701	133.207	23,4
Ceará	30.649	1.076.510	35,1
Rio Grande do Norte	36.558	1.706.600	46,7
Paraíba	85.455	3.057.112	35,8
Pernambuco	380.509	17.972.726	47,2
Alagoas	380.151	17.782.776	46,8
Fernando de Noronha	-	-	-
Sergipe	21.134	1.311.466	62,1
Bahia	26.448	838.050	31,7
Minas Gerais	169.124	7.677.901	45,4
Espírito Santo	18.475	727.934	39,4
Rio de Janeiro	199.655	7.059.095	35,4
São Paulo	1.073.120	72.257.080	67,3
Paraná	62.092	4.110.750	66,2
Santa Catarina	25.478	898.365	35,3
Rio Grande do Sul	42.093	1.033.964	24,6
Mato Grosso do Sul	9.547	242.042	25,4
Mato Grosso	5.703	308.020	54,0
Goiás	12.572	706.146	56,2
Distrito Federal	374	6.643	17,8
Brasil	2.400.658	139.185.510	57,9

Fonte: Anuário estatístico de Brasil, 1982. In: Almeida, 1999. Nota: o Estado de Goiás ainda não havia sido desmembrado.

Tabela 3: Produção de cana de açúcar - 1989.

Estados	Área colhida (há)	Produção (t)	Rend. Médio (t/há)
Rondônia	437	21.620	49,4
Acre	1.545	34.132	22,1
Amazonas	1.922	117.156	60,9
Roraima	39	359	9,2
Pará	7.832	432.907	55,3
Amapá	10	250	25,0
Tocantins	5.910	274.460	46,4
Maranhão	36.143	1.979.497	54,8
Piauí	14.670	711.465	52,4
Ceará	63.643	2.852.028	44,8
Rio Grande do Norte	56.977	2.870.883	50,4
Paraíba	158.726	8.647.257	54,4
Pernambuco	445.124	24.099.257	54,1
Alagoas	488.650	22.815.799	46,7
Sergipe	33.339	2.073.054	62,2
Bahia	81.415	3.655.122	44,9
Espírito Santo	47.855	2.281.847	47,7
Minas Gerais	291.281	16.088.747	57,9
Rio de Janeiro	222.913	9.914.518	44,5
São Paulo	1.703.903	126.024.835	74,0
Paraná	153.539	11.401.852	74,3
Santa Catarina	16.395	969.479	59,1
Rio Grande do Sul	35.222	1.067.352	30,3
Mato Grosso do Sul	64.056	3.980.991	62,1
Mato Grosso	49.707	2.832.768	57,0
Goiás	94.250	6.640.000	70,4
Distrito Federal	300	5.400	18,0
Brasil	4.075.839	252.642.623	62,0

Fonte: Anuário estatístico do Brasil. In: Andrade, 1994.

ANEXO B: ATO EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DA VIDA E DO AMBIENTE.



Fonte: <https://midiaindependente.org/pt/blue/2007/08/391909.shtml>

